

ISSN 2237-5929



ANAIS

Sim **FIP** 2016

SIMPÓSIO DE PESQUISA CIENTÍFICA DAS FIPMoc



ANAIS SIMFIP

SIMPÓSIO DE PESQUISA DAS FIPMoc

MAIO 2016



ANAIS SIMFIP
SIMPÓSIO DE PESQUISA DAS FIPMoc
Número 06 – Maio 2016

DIRETORA EXECUTIVA

Profa. Ms. Maria de Fátima Turano

DIRETOR FINANCEIRO

Prof. Ms. Eliziário Pereira de Rezende

DIRETOR ACADÊMICO

Prof. Ms. Dalton Caldeira Rocha

DIRETORA DE ENSINO E TECNOLOGIA

Profa. Ms. Thaís Cristina Figueiredo Rego

**DIRETORA DE AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL**

Profa. Ms. Rosina Maria Turano Mota

DIRETOR DO CAMPUS

Prof. Clinton Xavier Rocha

DIRETORA DE MAKETING

Profa. Letícia Turano Trindade

DIRETOR DE EXPANSÃO

Prof. Rafael Silva Gontijo

DIRETOR JURÍDICO

Prof. Élio Soares Ribeiro

**COORDENADOR DE PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO**

Prof. Dr. Antônio Caldeira Prates

CORREÇÃO LINGUÍSTICA

de responsabilidade dos autores

CAPA

Ilimitada Propaganda e Marketing

PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Faculdades Integradas Pitágoras - FIPMoc

COMISSÃO ORGANIZADORA

Antônio Carlos Moreira da Costa Júnior

Antônio Prates Caldeira

Cynara Silde Mesquita Veloso

Diogo Fabiano Ferreira

Dorothea Schmidt França

Ernestina Dourado S. C. Machado

João Carneiro Netto

José Osmane Lopes Junior

Letícia Turano Trindade

Mariana Barreto Mees

Pablo Perón de Paula

Patrícia Guedes Dias

Ramon Alves de Oliveira

Ramon Risério Dourado Leite

Ricardo de Fernandes de Paula

Simone Monteiro Ribeiro

Thaís Cristina Figueiredo Rego

NOTA AO LEITOR

A correção ortográfica e gramatical dos trabalhos apresentados é de inteira responsabilidade dos autores

FIPMoc

Av. Profa. Aida Mainartina Paraíso, 80 –

Ibituruna - Montes Claros – MG – 39.400-000

SUMÁRIO

A (IM) POSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DO CONTRATO DE EMPREGO POR JUSTA CAUSA PELO MAU USO DA <i>INTERNET</i> PELO EMPREGADO NO TRABALHO.....	13
A [IM] POSSIBILIDADE DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA GESTANTE DECORRENTE DE CONDUTAS PREJUDICIAIS AO NASCITURO DURANTE A GRAVIDEZ	13
A APLICAÇÃO DE TÉCNICAS ESTATÍSTICAS NO CONTROLE DE QUALIDADE DE UMA EMPRESA DO RAMO DE CONFECÇÃO DE CALÇADOS EM MONTES CLAROS – MG	14
A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CASOS DE FRAUDE CONTRA O SEGURO-DESEMPREGO.....	15
A ARTE RUPESTRE COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO NORTE MINEIRO	15
A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO ELEMENTO CONTRIBUTIVO PARA A RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO SOB A ÓTICA DO MÉTODO APAC.....	16
A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ¹	17
A CONCILIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PACIFICAÇÃO SOCIAL NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	18
A CONDIÇÃO DO TRANSEXUAL NÃO OPERADO E O DIREITO A RETIFICAÇÃO DO NOME CIVIL	18
A CONSTITUCIONALIDADE DO INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA.....	19
A CONTESTAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	20
A DINÂMICA DO FLUIDO COMPUTACIONAL (CFD) APLICADA NO APRENDIZADO DE MÁQUINAS DE FLUIDO	21
A DISPERSÃO LEGISLATIVA DA DELAÇÃO PREMIADA E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE	21
A FISIOTERAPIA NOS COMPROMETIMENTOS SENSITIVOS DE PACIENTES MASTECTOMIZADOS	23
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE SOLIDIFICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA.....	23
A IMPORTÂNCIA DA NORMALIZAÇÃO DOS DESENHOS TÉCNICOS NAS INDÚSTRIAS METAL MECÂNICA	24

A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO MUSEU DE CORAÇÃO DE JESUS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO NORTE MINEIRO	24
A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DE LIVROS DIGITAIS.....	25
A INJÚRIA RACIAL E CRIME DE RACISMO NO MEIO VIRTUAL.....	26
A INTERPRETAÇÃO DA DELAÇÃO PREMIADA SOB A CONCEPÇÃO UTILITARISTA	27
A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E OS DIREITOS HUMANOS INDIVIDUAIS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO PENAL	28
A MANIPULAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO AFETA AS DECISÕES DOS AGENTES ECONÔMICOS	29
A MATRIZ ENERGÉTICA MAIS ADEQUADA PARA CADA REGIÃO DO BRASIL	29
A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DAS FIPMOC ..	30
A PENSÃO ALIMENTÍCIA AVOENGA COMO FORMA DE GARANTIR O DIREITO A ALIMENTOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	31
A REGULAÇÃO ESTATAL DE PREÇOS À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO.....	31
A RELIGIOSIDADE DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO: ESTUDO PRELIMINAR DO CAMPO RELIGIOSO	32
A VIABILIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS- MG	33
ACÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A LEI 10.639/03.....	33
ANÁLISE DAS ETAPAS DO PROCESSAMENTO DO MINÉRIO DE FERRO.....	34
ANÁLISE DAS MODIFICAÇÕES DO SUPORTE BÁSICO DE VIDA EM PEDIATRIA E QUALIDADE DA RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR.....	35
ANÁLISE DO AUMENTO DA INCIDÊNCIA DE INTERNAÇÃO POR DOENÇA DE ALZHEIMER NO BRASIL DE 2008 A 2015.....	36
ANÁLISE DO SOLO DA REGIÃO DE BOCAIUVA PARA FINS NA CONSTRUÇÃO CIVIL COMO SOLO CIMENTO	37
ANÁLISE SOCIOEPIDEMIOLÓGICA DA SEPTICEMIA EM MONTES CLAROS	37
APLICAÇÃO DE PLANEJAMENTO DE EXPERIMENTO: UM CASO NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA.	38
APLICAÇÃO PRÁTICA DO LASER DE BAIXA INTENSIDADE NA ÁREA DA FISIOTERAPIA	39

ARBITRAGEM INTERNACIONAL COMO FORMA ALTERNATIVA DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	39
AS COMPLICAÇÕES DA NEUROPATIA DIABÉTICA E A ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA	40
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO (APAC): UMA ALTERNATIVA AO ATUAL MÉTODO PRISIONAL BRASILEIRO (?).....	41
ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NA DOENÇA DE ALZHEIMER	42
ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NAS COMPLICAÇÕES CAUSADAS PELA ASMA	42
ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NOS PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN.....	43
ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NO TRATAMENTO DE PACIENTES PORTADORES DE HIPERTENSÃO ARTERIAL	43
ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NO PÓS OPERATÓRIO DE LIPOASPIRAÇÃO	44
AVALIAÇÃO DA SENSIBILIDADE EM PACIENTES DIABÉTICOS NEUROPATAS ATRAVÉS DO ESTESIÔMETRO.....	44
AVALIAÇÃO DAS PROPRIEDADES MECÂNICAS DO POLILACTATO (PLA).....	45
BAIXO PESO AO NASCER E FATORES ASSOCIADOS EM NEONATOS	46
BOTULISMO: INCIDÊNCIA EM ÂMBITO NACIONAL.....	46
CALÇADAS IRREGULARES.....	47
CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E SUA EFETIVAÇÃO.....	48
CARACTERIZAÇÃO MOLECULAR <i>Guazuma ulmifolia Lam.</i> USANDO MARCADORES FITOGENÉTICOS.....	48
CENTRO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG.	49
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE MONTES CLAROS*	50
COMPOSIÇÃO E UTILIZAÇÃO COMO REPELENTE DO ÓLEO ESSENCIAL DE CITRONELA	51
COMPROMETIMENTOS NEUROMOTORES EM CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL.....	51
CONCEITOS E PRÁTICAS DE MARKETING: UM ESTUDO DA SUA ADOÇÃO POR EMPRESAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM MONTES CLAROS-MG	52
CONFLITO DE DIREITOS NOS CASOS DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO	53

CORRELAÇÃO ENTRE O COEFICIENTE DE POISSON E A DUREZA DOS MATERIAIS METÁLICOS	54
CPC/2015: INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA EXECUÇÃO FISCAL	55
CREME DENTAL	56
CRIMES CIBERNÉTICOS: ANONIMATO E RESPONSABILIDADE	56
CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA E TRANSFOBIA.....	57
DA NATUREZA JURÍDICA DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS	58
DEFORMAÇÃO DE VIGA.....	58
DEMOCRACIA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO.....	59
DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL	60
DESAFIOS DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO PARA OS ORIENTADORES E ESTAGIÁRIOS DO NPJ DAS FIPMOC	60
DESENVOLVIMENTO DE UM SOFTWARE GRÁFICO INTERATIVO PARA ANÁLISE DE ESTRUTURAS ESPACIAIS RETICULADAS	61
DIMENSÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA NO BRASIL.....	62
DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA ELÉTRICOS E ELETRO-ÓPTICOS PARA ADEQUAÇÃO À NORMA REGULAMENTADORA Nº 12	63
ECONOMIA E INTERVENÇÃO ESTATAL NA ORDEM JURÍDICA	64
EFETIVAÇÃO DA DEMOCRACIA RACIAL BRASILEIRA	64
EFICÁCIA DAS LEIS NO TEMPO E ESPAÇO	65
ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E MANIFESTAÇÕES POPULARES	65
ESTRATÉGIAS E MÉTODO PARA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS: UM ESTUDO DE CASO COM UMA MAQUINA ROTULADORA	66
ESTRUTURA E ESPÉCIES DE SENTENÇAS.....	66
EVOLUÇÃO DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS COAGULOPATIAS HEREDITÁRIAS RARAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	67
EXPRESSÃO IMUNOHISTOQUÍMICA DE SIRT2 EM NEVOS MELANOCÍTICOS E MELANOMAS CUTÂNEOS.....	68
FATORES DE RISCO PARA DOENÇA PERINATAL POR ESTREPTOCOCOS DO GRUPO B	69
FENOMENOLOGIA, GÊNERO E MASCULINIDADES CONTEMPORÂNEAS	70

FERRO: UMA ABORDAGEM GEOLÓGICA, CARTOGRÁFICA, PESQUISA MINERAL E MÉTODOS DE LAVRA	71
FONTE DE ALIMENTAÇÃO USB PORTÁTIL A ENERGIA SOLAR	72
FORMAS ALTERNATIVAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: A ATUAÇÃO DO CEJUS EM MONTES CLAROS/MG	72
FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	73
FORMAS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E O ACESSO À JUSTIÇA	74
GIST (GASTROINTESTINAL STROMAL TUMOR): REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	75
HERMENÊUTICA JURÍDICA NA DIMENSÃO NORMATIVA, AXIOLÓGICA E SÓCIO-HISTÓRICA	76
HOVER MINERADOR	76
IMPACTO DA CONDRÓCALCINOSE NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO HUMANO	77
IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DA OPERAÇÃO LAVA JATO: PROPORCIONALIDADE DAS PENAS E DELAÇÃO PREMIADA	78
IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO METABÓLICA DO CÁLCIO EM PACIENTES HIPERTENSOS COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO DA PERDA DA FUNÇÃO RENAL..	79
IMPORTÂNCIA DA IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE LESÕES MUSCULOESQUELÉTICAS EM PRATICANTES DE BASQUETE	79
IMPORTÂNCIA DA OUVIDORIA UNIVERSITÁRIA	80
IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NO MEIO POLÍTICO PARA A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA	81
IMPORTÂNCIA DAS PROVAS PARA O PODER JUDICIÁRIO	81
IMPORTÂNCIA DO ADVOGADO QUANTO AOS DEVERES E DIREITOS E SUA ATUAÇÃO JUNTO AO PODER JUDICIÁRIO	82
INCIDÊNCIA DE INTERNAÇÕES POR QUEDAS EM IDOSOS EM MINAS GERAIS NO PERÍODO DE 2010 A 2015	83
ÍNDICE DE PROLIFERAÇÃO CELULAR EM MELANOMA CUTÂNEO HUMANO E NEVO MELANOCÍTICO	83
INFLUÊNCIA DOS FATORES BIOPSISSOCIAIS NAS COMORBIDADES ASSOCIADAS ÀS DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM POPULAÇÕES ACADÊMICAS	84
INTERRELAÇÃO ENTRE FATORES BIO-PSICO-SOCIAL E INCIDÊNCIA DO PAPILOMA VÍRUS HUMANO	85

INTERRELAÇÃO ENTRE OBESIDADE E SINTOMAS CLIMATÉRICOS	85
INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	86
JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO AO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PARA A PESSOA QUE VIVE COM O VÍRUS HIV*	86
JUSTIÇA RESOLUTIVA E AS ASSOCIAÇÕES DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS PRESOS CONDENADOS- APAC.....	88
LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM REALIZAR ATOS DE INVESTIGAÇÃO NO ÂMBITO CRIMINAL.....	89
LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA CUTÂNEA: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO NORTE DE MINAS.....	89
LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA MUCOSA: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO NORTE DE MINAS.....	90
LEISHMANIOSE VISCERAL: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO NORTE DE MINAS	91
LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO NA REGIÃO CENTRAL DE MONTES CLAROS, MG	91
LIBERDADE RELIGIOSA VERSUS IMOLAÇÃO DE ANIMAIS	92
LOGÍSTICA E TRANSPORTE: MÉTODO SIMPLEX PARA PROBLEMAS DE ROTEIRIZAÇÃO	93
MANIPULADOR HUMANOIDE PARA MANIPULAÇÃO DE ENSAIOS QUÍMICOS	93
MÉTODO APAC E JUSTIÇA RESTAURATIVA	94
METODOLOGIA DO RELATÓRIO A3 PARA SOLUÇÃO DE PROBLEMA LOGÍSTICO: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO NORTE DE MINAS	94
NÃO UTILIZAÇÃO DO CONTROLE ESTATÍSTICO DE PROCESSOS NAS INDÚSTRIAS DE MONTES CLAROS: INCÚRIA OU DESINFORMAÇÃO?.....	95
O “MIRANDA WARNING” NO ORDENAMENTO JURÍDICO ESTADUNIDENSE E SEU EQUIVALENTE NO DIREITO BRASILEIRO.....	96
O ADOLESCENTE INFRATOR	97
O DEBATE EM TORNO DA DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL	98
O ESTADO LAICO À LUZ DA LIBERDADE RELIGIOSA E A RELIGIÃO NO MÉTODO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS CONDENADOS*	98
O HIV/AIDS E O DIREITO À SAÚDE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA OS DADOS DO TJMG*.....	99
O INFANTICÍDIO COMO HOMICÍDIO PRIVILEGIADO E AS CONSEQUÊNCIAS DA SUA TIPIFICAÇÃO EM ARTIGO AUTÔNOMO PARA O CONCURSO DE PESSOAS. . .	100

O INTERCÂMBIO JURÍDICO INTERNACIONAL NAS RELAÇÕES VIRTUAIS DE CONSUMO.....	101
O MÉTODO APAC À LUZ DO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO PENAL.....	101
O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL	102
O NEOPROCESSUALISMO E SUAS INFLUÊNCIAS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	103
O NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DAS FIPMOC E O ACESSO À JUSTIÇA.....	103
O PROCEDIMENTO DE REVISTA ÍNTIMA NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS E O PLEITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL ESTATAL.....	104
O PROCESSO COLETIVO COMO MEIO DE DEFESA DE DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS.....	105
O TESTE DE DENVER II NA AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR	105
OS BENEFÍCIOS DA MEDIAÇÃO NA BUSCA DA PACIFICAÇÃO DENTRO DA ÓRBITA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	106
OS DECRETOS E SEUS MECANISMOS DE CONTROLE.....	107
OS ELEMENTOS FAMÍLIA, RELIGIÃO, TRABALHO E MÉRITO NA METODOLOGIA APAC ¹	107
OS FUNDAMENTOS DA JUSTIÇA NA ANTÍGONA DE SÓFOCLES.....	108
OTIMIZAÇÃO DE UM PROBLEMA DE SCHEDULING DE PONTES ROLANTES UTILIZANDO ALGORITMO DE ESTRATÉGIAS EVOLUTIVAS	108
OURO: PROPRIEDADES E PROCESSOS.....	109
PERFIL DAS HEMOFILIAS E DOENÇA DE VON WILLEBRAND NO BRASIL	110
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS CONGÊNITA NO BRASIL NO PERÍODO DE 2010 – 2015.....	110
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PORTADORAS DE ENDOMETRIOSE NO ESTADO DE MINAS GERAIS	111
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS QUE VIVEM COM HIV/AIDS – PVHA: REFLEXÕES SOBRE DEMANDAS JUDICIAIS SEMELHANTES*	112
PLANEJAMENTO DE EDIFICAÇÕES DE ALTA DENSIDADE POPULACIONAL.....	113
POLIFARMÁCIA COMO FATOR DE RISCO PARA INTOXICAÇÃO EM IDOSOS	114
PREVALÊNCIA DA LEISHMANIOSE TEGUMENTAR NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, MINAS GERAIS.....	114

PREVALÊNCIA DE ACIDENTES POR ANIMAIS PEÇONHENTOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS	115
PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL EM MULHERES CLIMATÉRICAS	116
PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE UMA REDE DE DISTRIBUIÇÃO AÉREA POR UMA REDE DE DISTRIBUIÇÃO SUBTERRÂNEA: RADIAL COM DUPLA ALIMENTAÇÃO	117
PROJETO ARQUITETÔNICO DE IMPLANTAÇÃO DE CONDOMÍNIO RURAL	117
QUALIFICAÇÃO NO RURAL? INFLUÊNCIA NAS COMPETÊNCIAS DE JOVENS RURAIS DO CURSO RESIDENCIA Jovem ICA/UFGM.....	118
RECICLAGEM: MEIO DE CONTRIBUIÇÃO AMBIENTAL.....	119
RECUSA A FORNECIMENTO DE TRATAMENTO EM DOENÇA COBERTA PELO PLANO DE SAÚDE FRENTE AO DIREITO DO CONSUMIDOR.....	120
REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	121
REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL	122
REDUÇÃO DO CONSUMO ENERGÉTICO EM EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS RESIDENCIAIS ATRAVÉS DO ARDUÍNO	122
RELAÇÃO ENTRE ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, CIDADANIA E OUVIDORIA	123
RESPONSABILIDADE CIVIL POR ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE LABORAL	123
RODA DE CONVERSA NA ESCOLA: DE CONVERSA NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA E UM OLHAR PARA AS DIFERENÇAS	124
SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE E A INCIDÊNCIA DE IST'S E AIDS NESSA POPULAÇÃO.....	125
SÍFILIS CONGÊNITA PRECOCE E TARDIA – ANÁLISE DA PREVALÊNCIA DE INTERNAÇÕES E ÓBITOS EM MINAS GERAIS	125
SÍNDROME DO X FRÁGIL COMO CAUSA DE DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E OUTROS DISTÚRBIOS COGNITIVOS: UMA ABORDAGEM FISIOPATOLÓGICA	126
SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS E CELERIDADE PROCESSUAL: “UM CAMINHO ABERTO PARA DECISÕES MAIS DIGNAS”*	127
STREAMING NO BRASIL - MÍDIA ONLINE	128
TERAPÊUTICA ALIMENTAR PARA HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA	129
TIPIFICAÇÃO DA TRANSMISSÃO SEXUAL DO HIV*	130
TIPOS DE MODAIS MAIS UTILIZADOS NA MINERAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO NO BRASIL	131

UMA ANÁLISE DO SUICÍDIO SOB O PONTO DE VISTA DE ÉMILE DURKHEIM	132
USO DE REGRESSÃO LINEAR PARA INVESTIGAÇÃO DE BAIXO RENDIMENTO DE LOTES PRODUZIDOS EM UMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA	132
VEÍCULO AUXILIANDO NA EXPLORAÇÃO DE MINAS	133

A (IM) POSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DO CONTRATO DE EMPREGO POR JUSTA CAUSA PELO MAU USO DA *INTERNET* PELO EMPREGADO NO TRABALHO

AMARAL, Viviane de Pinho¹; PERES, Anna Paula Lemos Santos²

¹Bacharel em Direito pelas FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Introdução: A possibilidade de extinção do contrato de emprego por justa causa decorrente do mau uso da *internet* pelo empregado durante o horário de trabalho gera dúvidas diante do caso concreto. Isso ocorre pelo fato de inexistir jurisprudência pacífica a respeito do tema ou, sequer, regulamentação específica. **Objetivo:** Nesse sentido, a presente pesquisa objetiva verificar se é possível tal extinção contratual e, em caso afirmativo, quais as situações em que é cabível a justa causa por uso indevido da internet pelo empregado no horário de trabalho. **Método:** A metodologia utilizada foi, quanto à forma de abordagem, a pesquisa qualitativa; quanto aos objetivos, a pesquisa exploratória; e, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica. **Resultados:** As ferramentas de trabalho cedidas ao uso do obreiro pelo empregador são, em regra, para serem utilizadas para os objetivos da atividade laboral desenvolvida. Entretanto, há julgados que não afastam completamente o uso da *internet* para fins pessoais. Alguns Tribunais exigem que esteja completa e detalhadamente expressa a forma de utilização da internet no ambiente empresarial. Inexistindo esse detalhamento exposto, não se caracterizará a justa causa. Outros Tribunais decidem de modo que, apenas havendo a repetição da conduta faltosa do obreiro e a gradação das penalidades aplicadas pelo empregador, poderá o empregado ser dispensado por justa causa. Há ainda Tribunais que julgam que o mero uso indevido da *internet* pelo empregado no trabalho já constitui falta grave o suficiente para abalar a confiança exigida pelo contrato de emprego. Assim, observada estará a justa causa obreira. É preciso, no entanto, que tenha cautela o empregador ao aplicar a pena ao empregado que viola os seus deveres e acessa indevidamente a *internet*. Caso a empresa, ou seu preposto, humilhe o empregado que violou tal dever, poderá o empregado rescindir indiretamente o contrato e, ainda, pleitear danos morais e materiais. No que tange ao uso do *e-mail* no horário de trabalho, sendo este corporativo, há Tribunais que decidem de forma que seu conteúdo pode ser acessado pelo empregador, uma vez que é parte dos instrumentos de trabalho por ele mantidos. Por outro lado, caso trate-se de *e-mail* pessoal, o seu conteúdo não pode ser conhecido pelo empregador, pois, do contrário, fugir-se-ia dos limites do poder de fiscalização deste e atingidos estariam os direitos à intimidade e à vida privada. **Conclusão:** Ao final, constatou-se a possibilidade de dispensa por justa causa do empregado que fizer mau uso da internet durante o horário de trabalho.

Palavras-chave: Contrato de emprego. Mau uso da internet. Extinção. Justa causa.

A [IM] POSSIBILIDADE DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA GESTANTE DECORRENTE DE CONDUTAS PREJUDICIAIS AO NASCITURO DURANTE A GRAVIDEZ

FREIRE, Beatriz Assunção ¹; OLIVEIRA, Luísa Neiva ².

¹ Discente da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES; ² Discente da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES

Introdução: O ato ilícito é aquele praticado em discordância com a ordem jurídica, violando direitos e causando prejuízos a outrem. Diante da sua ocorrência, a norma jurídica cria o dever de reparar o dano (TATURCE, 2016). O Código Civil assegura este dever em seu artigo 927, que diz que “Aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, é obrigado a repará-lo”, proclamando assim a responsabilidade subjetiva do agente. Diante disso, a gestante tem o dever de tomar todos os cuidados necessários para que o filho desenvolva com a plenitude de suas capacidades físicas

e psíquicas, pois a lei Civil assegura no seu art. 2º, ao nascituro, desde a concepção, direitos fundamentais que garantem a sua dignidade. Logo, tais direitos podem ser violados por meio de condutas (uso de álcool, drogas, medicamentos) da genitora durante a gravidez que podem acarretar ao feto prejuízos a sua integridade física ou psíquica e, decorrente disso, poderá gerar a ele algumas restrições ao longo da sua vida, o que fere o princípio da dignidade da pessoa humana, prelecionado no art.1º, inciso III pela Constituição Federal de 1988. **Objetivo:** O presente trabalho tem como proposta analisar a possibilidade de responsabilizar civilmente a gestante que se faz de condutas prejudiciais ao feto durante a gestação. **Método:** Trata-se de uma pesquisa baseada no método dedutivo, no qual foram utilizadas doutrinas, artigos, legislação e direito comparado acerca do tema abordado. **Resultado:** É possível que decorrente de condutas prejudiciais ao nascituro durante a gravidez seja aplicada a gestante a responsabilidade civil subjetiva. **Conclusão:** A Constituição Federal vigente em seu artigo 5º, inciso XXV, garante a apreciação do poder judiciário quando há lesão ou ameaça a direitos, dessa forma, conclui-se, que o nascituro pode pleitear uma ação de reparação de danos em desfavor de sua genitora, representado pelo pai ou curador ao ventre, ou até mesmo quando atingir a plena capacidade.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Conduta Prejudicial. Nascituro. Gestante.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Thais Dumas Simoneli; PAZÓ, Cristina Grobério. Os direitos fundamentais do nascituro e a responsabilidade civil da gestante. **Revista Panóptica**. Vitória, v.1, n. 1 (n. 25), 2013.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Código Civil, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. 13. ed. São Paulo. Editora Saraiva 2016.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito Civil Teoria Geral**. 9ª ed. Rio de Janeiro – RJ. Editora Lumen Juris 2011.

TATURCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**: volume único. 6 ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016.

A APLICAÇÃO DE TÉCNICAS ESTATÍSTICAS NO CONTROLE DE QUALIDADE DE UMA EMPRESA DO RAMO DE CONFECÇÃO DE CALÇADOS EM MONTES CLAROS – MG

COLARES, A. C. S.¹; OLIVEIRA, M. R. M.²; SOUZA, G. M.³; RIBEIRO, A. P. F.⁴

¹Discente das FIPMoc; ²Discente das FIPMoc ; ³Docente das FIPMoc; ⁴Docente das FIPMoc

Introdução: A qualidade, numa empresa, é considerada como um dos pilares capaz de solidificar o produto ofertado no mercado consumidor. Para tanto a aplicação de técnicas estatísticas utilizando ferramentas úteis na análise de problemas da qualidade é fundamental no processo produtivo. **Objetivo:** Assim sendo, buscou-se, neste trabalho, verificar como os métodos de aplicação da estatística no controle de qualidade de uma empresa do ramo de confecção de calçados na cidade de Montes Claros - MG pode contribuir para o processo produtivo. **Método:** Para tanto, foram realizados, além de pesquisa ao referencial teórico, uma entrevista semiestruturada com o gestor do setor de qualidade da empresa e uma visita técnica ao local, a fim de conhecer o funcionamento do setor, bem como classificar as ferramentas utilizadas, apontando as vantagens e/ou possíveis falhas na utilização dessas ferramentas. **Resultados:** Foi

possível identificar que o setor de qualidade faz uso de gráficos de Pareto para medir índices importantes, da tabela NQA para controlar o nível de qualidade aceitável para cada produto, processo ou cliente e de cartas de controle do CEP, que fornecem dados em tempo real de um determinado processo ou produto, possibilitando análise imediata e tomada de ações para correção. **Conclusão:** Entretanto, concluiu-se que, embora a empresa tenha um porte considerável, o seu setor de qualidade ainda se encontra em desenvolvimento e carece de melhorias devidas principalmente a escassez de profissionais qualificados. Como contribuição, foi proposto pelos pesquisadores, medidas de solução com aperfeiçoamento das ferramentas atuais e/ou implementação de novas ferramentas.

Palavras-chave: Técnicas Estatísticas. Controle de qualidade. Processo de Produção.

A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NOS CASOS DE FRAUDE CONTRA O SEGURO-DESEMPREGO

VELEDA, Denize da Silva. ¹

¹ Discente do 8º Período de Direito Noturno FIPMoc

Introdução: O Princípio da Insignificância visa estabelecer a proporcionalidade entre o delito cometido e a punição a este culminada, propondo a não punição de condutas que não lesem efetivamente o bem jurídico protegido pelo Estado. **Objetivo:** A presente pesquisa teve como objetivo analisar a aplicação do Princípio da Insignificância em casos de Fraude contra o Seguro-Desemprego. **Método:** A pesquisa foi caracterizada como exploratória de natureza qualitativa, utilizando como procedimento técnico de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental e para a abordagem o método dedutivo. **Resultados:** O Princípio da Insignificância é utilizado pelos tribunais em crimes com conduta de menor potencial ofensivo sendo observados quatro critérios objetivos que justifiquem a sua aplicação, sendo eles: a mínima ofensividade da conduta, a inexistência de periculosidade social da ação, o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica. Assim, ao observarem estes critérios, os Tribunais alegam que os mesmos não se encontram presentes nos casos de fraude contra o Seguro-Desemprego. **Conclusão:** Conclui-se que a aplicação do referido princípio causaria o risco de desestabilização do programa Seguro-Desemprego, visto que a fraude em questão afeta diretamente os cofres públicos e tal prática poderia levar ao fim do programa que tem grande relevância social.

Palavras-chave: Fraude contra o Seguro-Desemprego. Fraude. Princípio da Insignificância.

A ARTE RUPESTRE COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO NORTE MINEIRO

ROCHA, Rebeca Rodrigues¹, CARVALHO JR, Álvaro Barbosa de²

¹Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc. ²Docente do curso Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc

Introdução: A preservação de sítios arqueológicos que apresentam pinturas rupestres têm sido recentemente estudado pelo Núcleo de Preservação do Patrimônio Arquitetônico do Norte Mineiro (NPPNM) das FIPMoc. Preocupado com a preservação desses sítios arqueológicos para fins de estudos, pesquisas e também com a preservação da memória de nossas culturas antepassadas, o NPPNM tem chamado a atenção da sociedade para as riquezas arqueológicas da região e a importância da preservação. Um levantamento de dados mostrou a ocorrência de vários sítios arqueológicos com grafismos rupestres, que estão localizados em uma região com raio de aproximadamente 200 km em torno da cidade de Montes Claros. Nessa região destacam-se as cidades de Jequitaiá, Botumirim, Grão Mogol e Coração de Jesus. Nesses sítios são observados paredões rochosos cobertos por pinturas deixadas pelo homem primitivo, mas também pichações

e depredações, que consistem em atos de vandalismo por parte da população. **Objetivo:** Esse trabalho tem como objetivo divulgar a importância de preservação da arte rupestre do norte mineiro, como mais uma riqueza do patrimônio cultural local. **Método:** Depois de realizarmos registros fotográficos dos grafismos rupestres encontrados nas cidades de Montes Claros, Grão Mogol, Januária e Coração de Jesus, foi possível estabelecer as unidades descritivas, técnicas, cores dominantes das pinturas e a tradição cultural. Em seguida, as pinturas foram comparadas com as pinturas encontradas na mesorregião do norte de Minas Gerais e que foram previamente registradas por outros estudos. Um estudo semiótico com base em referências bibliográficas linguísticas e de estudos Junguianos, complementados com outros estudos publicados sobre interpretação de grafismos rupestres, foi utilizado para reforçar a tese de que uma mesma tribo possa ter habitado em diferentes sítios. **Resultados:** Nessa pesquisa foi possível constatar diferentes registros rupestres que pertencem à categoria “Tradição Planalto”. Os grafismos são em sua maioria monocromáticos, sendo os grafismos zoomórficos (na forma de cervídeos e peixes) os de maior destaque. Em menor quantidade estão os antropomorfos e os geométricos. Os geométricos são representados por pontos em sequência linear e traços filiformes. Foi observado o comprometimento de alguns sítios pela ação de vândalos e por influência do intemperismo, que provoca a degradação das rochas de arenito e/ou calcário. **Conclusão:** O que exatamente as pinturas rupestres representam ainda é motivo de muitos estudos e controversas. Contudo, esses registros podem esclarecer o significado de rituais religiosos, de caça e determinação territorial. É de extrema importância ressaltar a potencialidade dos testemunhos deixados pelo homem primitivo que habitava a região do norte mineiro, tendo em vista a importância patrimonial e científica sobre os significados etnológicos, estéticos e das possibilidades de transposição cultural.

Palavras-chave: Arte. Pinturas. Rupestre.

A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO ELEMENTO CONTRIBUTIVO PARA A RESSOCIALIZAÇÃO DO APENADO SOB A ÓTICA DO MÉTODO APAC

JESUS, Geicielly Gomes Trindade de¹; LEITE, Mirian Pereira¹; MOURÃO, Carlos Henrique Alves¹; VELOSO², Cynara Silde Mesquita

1 Discentes da UNIMONTES; 2 Docente da UNIMONTES

Introdução: Um indivíduo sentenciado a pena privativa de liberdade no Brasil deve cumpri-la conforme as normas inseridas na legislação vigente a fim de que possa assegurar um dos fins a que a pena se propõe que é a ressocialização. Contudo, é evidente que o sistema prisional tradicional não tem logrado maior êxito na promoção da reintegração de um preso ao ambiente social. O fator assistência social, sobretudo o empregado na metodologia *apaqueana*, tem sido elementar na persecução da reinserção menos traumática de um sentenciado ao convívio social. O modo com que a própria comunidade atua voluntariamente seguindo os preceitos idealizados pelo método da APAC assegura que o indivíduo possa retomar o convívio outrora existente. **Objetivo:** Analisar a importância da assistência social como instrumento elementar para a ressocialização de um sentenciado no método APAC. **Método:** Pesquisa qualitativa realizada por meio de pesquisa documental que verse sobre o a ressocialização como fim precípua da aplicação da pena, bem como a Lei n. 7.210/84 que trata da Execução Penal e as Resoluções do Tribunal De Justiça de Minas Gerais. Quanto às técnicas de pesquisa, foram utilizadas a bibliográfica consistente na análise de trabalhos científicos, doutrinas, livros e artigos científicos cujos temas se refiram à ressocialização e assistência social em ambos os sistemas prisionais, APAC e o tradicional. **Resultados:** Não obstante o contexto incrédulo que a ressocialização apresenta, o método APAC, é instrumento relevante para a questão da ressocialização baseado no fim precípua de efetivar a Lei de Execução Penal, tirando-a do âmbito teórico e aplicando-a na prática. A assistência social presente na LEP é também integrante do método *apaqueano* e apresenta-se como elemento de relevante importância, a fim de proporcionar que as assistências ao egresso, elencadas na lei, sejam cumpridas, e, por conseguinte, cumprida de fato, a ressocialização. De tal modo, a ressocialização do apenado é proposta nesse sistema por meio do cumprimento de todos

os pilares que sustentam o método e o faz eficiente. Uma vez ingresso o sentenciado em uma das unidades que ofereça o modelo da APAC e cumprindo ele todas as suas obrigações diárias e com a participação da sociedade de forma voluntária em diversos aspectos, deixa ele de ser considerado um indivíduo avesso à sociedade para tornar-se de fato um indivíduo participativo e tratado como verdadeiramente um ser humano, segundo sua dignidade. **Conclusão:** Considerando o relevante papel que a assistência social possui como sendo um dos pilares do método apaqueano, é possível aferir que ela se apresenta como fator fundamental para que o preso atinja a ressocialização almejada, visto que com a participação da comunidade de modo voluntário, há uma prévia aprovação da sociedade em se envolver com os condenados auxiliando-os com os trabalhos e tarefas que devem desempenhar, bem como prestando orientações e contribuindo com apoio familiar que pouco lhes são atribuídos, e até mesmo ajuda-los a recuperar o afeto que tinham pelos seus próximos, com o intuito de proporcioná-los um retorno digno ao convívio em sociedade.

Palavras-chave: Assistência Social. APAC. Ressocialização.

A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL¹

REIS ABREU, Beatriz²; LINHARES COSTA, Júlia³.

¹Resumo apresentado para o Projeto de Pesquisa “Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Montes Claros/MG”, do Curso de Direito da Unimontes.

²Discente da Unimontes: 7º Período – Direito. 1º semestre/2016. ³Discente da Unimontes: 7º Período – Direito. 1º semestre/2016

Introdução: O Novo Código de Processo Civil elencou, em seu art. 319, a necessidade de o autor da demanda explicitar sua opção pela realização ou não de audiência de conciliação e mediação, desde que o objeto do litígio admita a autocomposição. Tal audiência somente não ocorrerá se, após o autor manifestar, na inicial, seu desinteresse, o réu, em até dez dias antes da audiência, também expressar que não pretende conciliar. Estas normas têm o fim precípua de estimular a solução pacífica dos conflitos como forma de atender ao princípio constitucional da razoável duração do processo. **Objetivos:** Analisar a previsão legal de autocomposição no processo civil e se seus resultados práticos atenderão à *mens legis* do CPC/15. **Método:** Foram realizadas pesquisa bibliográfica e análises dos fundamentos jurídicos. **Resultados:** O CPC/15 procurou, com esta norma específica da audiência de conciliação e mediação ocorrer logo no começo da lide, infundir a cultura da pacificação dos conflitos entre os protagonistas do processo. O desafogamento do Judiciário e a celeridade jurisdicional serão apenas consequências do aspecto que a nova lei pretende implantar na sociedade brasileira: o fim da cultura da judicialização dos conflitos. Assim sendo, o CPC/15 visou, com tal previsão legal, que os litigantes sejam capazes de resolver seus entretelos sem a necessidade de ter todo o aparato jurisdicional à sua disposição. **Conclusão:** Em síntese, o Judiciário, já abarrotado com demandas, pretende, com a entrada em vigor do CPC/15, incutir na população o anseio pela autocomposição pacífica, para que assim, por conseguinte, possa ocorrer a diminuição considerável do número de litígios e a garantia à todos da celeridade processual e do acesso à justiça.

Palavras-chave: Novo Código de Processo Civil. Petição inicial. Autocomposição.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 10 de abril de 2016.

BRASIL. **Lei 13.105**, de 16 de março de 2015. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm>. Acesso em 10 de abril de 2016.

FRANCO, Cintia. **A solução consensual de conflitos no novo Código de Processo Civil**. Disponível em <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/9012/A-solucao-consensual-de-conflitos-no-novo-Codigo-de-Processo-Civil>>. Acesso em 10 de abril de 2016.

A CONCILIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PACIFICAÇÃO SOCIAL NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

BATISTA, Rafael Ruas¹; BIONDI, Caio Silva²; COTRIM, Ana Luíza Lima ³
1,2 e 3: Discentes do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros

Introdução: Trata o presente trabalho da utilização e eficiência da conciliação judicial como forma de resolução de conflitos, e de sua relação com a transformação da cultura do litígio em cultura do não-litígio. **Objetivo:** O trabalho tem como objetivo analisar a eficiência e benefícios da conciliação judicial para a sociedade e para o poder judiciário, apontar suas características e a atual aderência da população a esse instrumento de resolução de conflitos. **Método:** Utilizou-se de pesquisa bibliográfica na doutrina especializada e em artigos acadêmicos que tratam do tema, bem como pesquisa de opinião. Também foi feito levantamento de dados junto aos órgãos relacionados à conciliação judicial na comarca de Montes Claros. **Resultado:** Restou comprovada a baixa aderência e pouco conhecimento da população sobre a conciliação judicial, apesar da mesma ser uma forma eficiente e rápida de resolução de conflitos, beneficiando tanto os que recorrem a ela, quanto ao poder judiciário, ajudando a diminuir o número de processos litigiosos aguardando julgamento. Ainda predomina no Brasil a cultura do litígio, com a crença de que uma sentença proferida por juiz é a forma ideal e definitiva de resolução de conflitos. **Conclusões:** Concluiu-se que, ao mesmo tempo em que a conciliação judicial é necessária para a transformação da cultura do litígio em cultura da conciliação, a sua utilização pela população depende dessa transformação. Mostram-se necessários maiores estímulos para que as pessoas recorram à conciliação como forma de resolução de conflitos.

Palavras-chave: Conciliação judicial. Cultura do litígio. Resolução de conflitos.

A CONDIÇÃO DO TRANSEXUAL NÃO OPERADO E O DIREITO A RETIFICAÇÃO DO NOME CIVIL

ALVES, Naiara Rodrigues¹; BRITO, Pablo Ruan Camargo¹; SOUZA, Vitória Cândida Oliveira
de¹
1Discentes do curso de Direito da UNIMONTES

Introdução: O nome é um atributo inerente a todos e tem papel fundamental no exercício da personalidade e caracterização do indivíduo no meio social. É um direito que tem respaldo no artigo 16 do Código Civil de 2002 e sua alteração é proibida, salvo pouquíssimas exceções. Em relação à modificação do nome do transexual, por inexistir lei específica que a regulamente, cabe ao juiz julgar o caso concreto. **Objetivo:** A presente pesquisa tem como objetivo analisar a condição do transexual não operado no ordenamento jurídico brasileiro e as dificuldades enfrentadas quanto à retificação do nome civil. **Método:** O método de abordagem utilizado foi o dedutivo e a técnica de pesquisa bibliográfica, com estudo de legislações vigentes, doutrinas e jurisprudência. Buscou-se compreender o que está a favor e contra essa parcela da população,

além de identificar maneiras eficientes para incluir todos numa mesma justiça. **Resultados:** Nesse sentido, constatou-se que deve ser feita a alteração do nome do transexual mesmo antes da realização da cirurgia, já que tal indivíduo é caracterizado tão somente pelo desejo de viver e ser aceito na sociedade como sendo do sexo oposto. Negar esse direito implicaria em incompatibilidade entre a autoimagem do indivíduo e a maneira como ele é firmado socialmente, podendo gerar situações degradantes e desumanas, além de atentar contra os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, liberdade e igualdade. **Conclusão:** Portanto, cabe ao Estado cuidar para que o nome seja sempre uma expressão da personalidade e que venha identifica-los corretamente, criando, para isso, lei específica que trate da questão. Nada mais justo que sua individualização jurídica acompanhe a individualização de fato.

Palavras-chave: Transexual não operado. Retificação do nome civil. Direitos fundamentais.

A CONSTITUCIONALIDADE DO INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA

ALVES, Alice Cristina Santos¹; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes²

¹Bacharel em Direito pelas FIPMOC; ²Docente das FIPMOC

Introdução: O interrogatório é o ato processual no qual o juiz ouve o réu sobre a imputação que lhe é dirigida. A videoconferência é um recurso tecnológico que, por meio de transmissão simultânea de áudio e imagem, possibilita a comunicação, em tempo real, entre pessoas que se encontram em locais diferentes. O interrogatório por videoconferência tem sido assunto de discussão entre doutrinadores e nos tribunais. **Objetivo:** Assim, a presente pesquisa analisou se o ato demonstrado afronta ou não os princípios constitucionais, no âmbito do processo criminal. Abordar-se-á a possível constitucionalidade da videoconferência e, em contrapartida, analisar-se-á a possibilidade da inconstitucionalidade do interrogatório por videoconferência. **Método:** A metodologia utilizada foi, quanto à forma de abordagem, a pesquisa qualitativa; quanto aos objetivos, a pesquisa exploratória; e, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa bibliográfica. **Resultados:** Diante do exposto, pôde-se verificar que interrogatório sofreu diversas alterações ao longo da história, de modo que legislação atual o trata como meio de prova, sendo, porém, importante salientar que existem divergências doutrinárias acerca de sua natureza jurídica. O interrogatório tem, assim, um caráter misto, uma vez que é, concomitantemente, meio de prova e de defesa, já que o acusado tem o direito de expor sua versão dos fatos e de exercer seu direito ao silêncio, podendo o juiz extrair do ato elementos imprescindíveis para proferir e fundamentar sua sentença. Tal entendimento é que tem prevalecido nos tribunais brasileiros. *Ressalte-se que sendo o interrogatório um ato judicial presidido pelo juiz, em que se indaga o acusado acerca dos fatos que lhe são imputados, o interrogatório pode ser realizado à distância por meio de um sistema eletrônico, denominado videoconferência.* Sobre o interrogatório via videoconferência, o posicionamento favorável não se baseia somente na leitura literal do dispositivo legal, mas em fundamentos axiológicos e teleológicos, de modo a propiciar uma interação entre o dispositivo e o contexto das relações digitais no mundo atual. Contudo, a discussão deve seguir pelo plano dos diferentes contextos sociais abrangidos pela nova legislação. **Conclusão:** Desse modo, as discussões acerca da possibilidade de se utilizar o interrogatório por videoconferência tendem a se prolongar, uma vez que esse procedimento demanda alteração na estrutura judicial que garanta a segurança para sua realização. No entanto, é possível concluir que o interrogatório realizado por videoconferência acarreta celeridade e economia processuais, agilizando o processo e reduzindo gastos com transporte do interrogado, bem como garantindo a realização do devido processo legal em tempo hábil, tanto para a condenação quanto para a absolvição do réu, o que garante uma ampla defesa e um contraditório tão eficientes quanto aqueles presentes num interrogatório realizado na presença do magistrado, garantindo-se, assim, a duração razoável do processo penal e a prestação jurisdicional eficiente.

Palavras-chave: Interrogatório. Videoconferência. Constitucionalidade.

A CONTESTAÇÃO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

SIMÕES, Arnon Arruda¹

¹ Acadêmico do sétimo período de Direito das Faculdades Santo Agostinho

Introdução: Ao ser demandado em um processo judicial, cabe ao réu integrar a relação processual ou manter-se inerte à ela. Optando por defender-se das alegações aduzidas pelo autor em sua exordial, o requerido terá à sua disposição, como principal peça defensiva, a contestação. Esta peça é regulamentada pela codificação processual civil, antes de 18 de março de 2016 pela lei 5.869/73 – CPC, hodiernamente pela lei 13.105/15, que instituiu o Novo Código de Processo Civil - NCPC. **Objetivo:** A finalidade do presente trabalho consiste em comparar o tratamento dispensado à contestação nas legislações aludidas. **Método:** Para chegar ao alvo pretendido, a metodologia utilizada foi a análise da fortuna crítica acerca do tema. A contestação, no CPC, deverá ser oferecida no prazo de quinze dias a partir da citação, de forma escrita ou oral, a depender do procedimento utilizado. A peça em comento tem por escopo a defesa do réu ante os ataques do autor. Estas defesas podem ser processuais (discutem a regularidade formal do feito) ou de mérito (discutem o pedido do autor). Observa-se que as defesas mencionadas subdividem-se em peremptórias, cuja admissão gera extinção do feito, e dilatórias, cuja admissão apenas retardam o curso da lide. A contestação é regida pelos princípios da eventualidade (faculta ao demandado apresentar defesas contrárias entre si); da concentração (determina ao réu reunir toda matéria de defesa na peça contestatória) e da impugnação especificada, que prescreve ao requerido responder todas as afirmações do requerente. O NCPC, atendendo à celeridade e à economia processual robusteceu o princípio da concentração, aumentando o número de matérias arguíveis na própria contestação, como ocorreu com a alegação de incompetência relativa, que deixou de ser discutida através de uma exceção, peça autônoma, para se tornar uma preliminar da contestação. De semelhante modo, a alegação de concessão indevida de gratuidade de justiça ao autor também deverá ser discutida peça contestatória, constituindo assim uma verdadeira *supercontestação*. Ademais, o termo inicial para o transcurso do prazo para contestar reside na audiência de conciliação, caso não atinja sua finalidade, ou do protocolo da recusa das partes da referida audiência, e permanece de quinze dias. **Resultados:** Da comparação entre os códigos supracitados aponta-se para o fato de que o *novel* diploma transformou sobremaneira o instituto da contestação, primando pela celeridade, porém, sem enfraquecer o princípio do contraditório. **Conclusão:** Diante do que foi exposto, a depreende-se que a nova codificação busca dinamizar o processo civil brasileiro, todavia, sem diminuir a qualidade da jurisdição. Contudo, se o novo código atingirá seus fins, só a prática processual responderá.

Palavras-chave: Contestação. Réu. Código de Processo Civil.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Legislação Federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm >. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRASIL, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Legislação Federal. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm >. Acesso em: 15 abr. 2016.

A DINÂMICA DO FLUIDO COMPUTACIONAL (CFD) APLICADA NO APRENDIZADO DE MÁQUINAS DE FLUIDO

ALMEIDA, Ronaldo Batista¹; SOUZA, Cassio Cardoso¹; OLIVA, Henrique Nunes Pereira²

¹Discentes do 7º período de Engenharia Mecânica das FIPMoc.

²Docente da disciplina máquinas de fluxo do curso de Engenharia Mecânica

Diante da evolução tecnológica, técnicas e métodos computacionais se tornaram elementos essenciais para o projeto de engenharia como investigação, bem como no desenvolvimento de conhecimentos para auxiliar em projetos e análises dos sistemas de engenharia onde há envolvimento e uso das conversões de energias geradas por meio do escoamento dos Fluidos. A Fluidodinâmica computacional ou CFD, consiste em, basicamente, técnica que visa o estudo e a análise de sistemas físico-químicos, envolvendo métodos numéricos (matemáticos) para a solução de problemas de interesse, na área de mecânica dos fluidos, como transferência de calor e massa, com o advento de simulações computadorizadas. A importância da aplicação do CFD em máquinas de fluido está na possibilidade de prever quantitativamente as características de um escoamento, possibilitando a visualização de todas e quaisquer alterações nos sistemas de Engenharia. O presente trabalho objetiva realizar um estudo acerca da utilização da dinâmica do fluido computacional no aprendizado de máquinas de fluidos, abordando a influência da ferramenta CFD na investigação de problemas associados às máquinas de fluido. O presente trabalho consiste numa pesquisa do tipo bibliográfica, onde foi embasada em recursos de apoio como: livros, artigos científicos, arquivos eletrônicos. Em virtude de suas características, a ferramenta possibilita analisar sistemas de engenharia envolvendo escoamentos complexos dos fluidos. Para fins didáticos, a pesquisa propiciou visualizar os diversos campos de aplicação da ferramenta, e também a importância da ferramenta para o desenvolvimento do conhecimento acadêmico.

Palavras-chave: Dinâmica do Fluido Computacional. CFD. Máquinas de Fluido. Escoamento. Ensino.

A DISPERSÃO LEGISLATIVA DA DELAÇÃO PREMIADA E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE

BARROSO, Ian Bernar Santos¹; GOMES, Fernando Soares²; SILVA, Leandro Luciano da³

¹ Bolsista de Iniciação Científica ICV/UNIMONTES - Discente do curso de Direito UNIMONTES; ² Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG - Discente do curso de Direito UNIMONTES; ³ Docente do curso de Direito da UNIMONTES/Docente FIPMOC

Introdução: A delação premiada é um mecanismo de investigação criminal no qual é proposta ao investigado a possibilidade de redução ou extinção da sua pena, mediante colaboração de forma relevante com as investigações. Este instrumento está previsto em vários institutos normativos no ordenamento brasileiro havendo diferentes formas de aplicação em cada um deles. As principais normas que fazem referência à delação premiada são a Lei 8.072/1990 (Crimes hediondos), Lei 9.807/1999 (Proteção à testemunha), a Lei 11.343/2006 (Tóxicos) e a Lei 12.850/2013 (Associação criminosa). **Objetivo:** Esse trabalho tem como objetivo identificar a necessidade da criação de uma norma que unifique o instituto da delação premiada, conferindo efetivação ao princípio da igualdade. **Método:** Optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental tendo como método de abordagem o dedutivo. **Resultados:** A forma de execução e o “prêmio” oferecido ao colaborador se encontram de forma diferente nas leis brasileiras que preveem o instituto da delação premiada, referido em sua letra como colaboração. A exemplo disso, mostra-se a lei

9.807/1999 que traz, além da possibilidade de diminuição da pena de um a dois terços, o perdão judicial, como caso extinção da punibilidade, o que não é oferecido em todas as leis. Ressalta-se que a lei 9.807/99 traz como colaboração apenas a identificação de coautores. Por sua vez, a lei 11.343/06 identifica também como colaboração, a possibilidade da recuperação do produto do crime. A lei 12.850/13, em sua perspectiva, apresenta como prêmio a possibilidade de conversão da pena privativa de liberdade em restritivas de direitos e até a possibilidade de o Ministério Público não oferecer a denúncia. Acerca do princípio da igualdade, Silva (2005, p.215-216) assevera que “[...] [tanto] a doutrina como a jurisprudência já firmaram, há muito, a orientação de que a igualdade perante a lei tem o sentido que, no exterior, se dá à expressão igualdade na lei, ou seja: *o princípio tem como destinatário tanto o legislador como os aplicadores da lei*”. Complementa: “Aliás, Francisco Campos, com razão, sustentara mesmo que o legislador é o destinatário principal do princípio, pois se ele pudesse criar normas distintivas de pessoas, coisas ou fatos, que devessem ser tratados com igualdade, o mandamento constitucional se tornaria inteiramente inútil.” Percebe-se, pois, que a diferente aplicação da delação premiada em um mesmo ordenamento jurídico constitui uma violação ao princípio da igualdade, haja vista que o investigado de um crime previsto em uma lei pode ter, no instrumento da delação premiada, um privilégio maior ou mais diversificado e uma colaboração diferente em relação aos investigados de outras leis que se utilizem desse instrumento, enquanto alguns não terão nem mesmo a possibilidade de utilização do instrumento, por não haver previsão. **Conclusão:** Percebe-se, pelo exposto, uma infração legislativa ao princípio da igualdade, cuja solução seria a criação de uma nova lei acerca da delação premiada, que, por consequência, unificaria a legislação sobre o tema. A unificação vem como uma alternativa à dispersão e à pseudoacessibilidade desse instrumento de investigação criminal.

Palavras-chave: Colaboração premiada. Investigação Criminal. Unificação.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei 8.0721 de 25 de julho de**

1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L_8072.htm> Acesso em 14 de abril de 2016.

_____. **Lei 9.807 de 13 de julho de 1999.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9807.htm> Acesso em 14 de abril de 2016.

_____. **Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006.** Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm> Acesso em 14 de abril de 2016.

_____. **Lei 12.850 de 2 de agosto de 2013.** Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm> Acesso em 14 de abril de 2016.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo.** 24.ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

A FISIOTERAPIA NOS COMPROMETIMENTOS SENSITIVOS DE PACIENTES MASTECTOMIZADOS

SANTOS, Mariely Nunes do¹; SANTOS, Daniele Melo de Souza¹; TRINDADE, Ana Paula Santos¹; SOUZA, Ludmila Pereira de¹; SOARES, Leilianne Rocha¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira².

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O câncer de mama é uma doença bastante complexa, heterogênea e crônica. Pode apresentar uma evolução lenta ou de progressão rápida, dependendo de características epigenéticas e biológicas do binômio tumor-hospedeiro e do tempo de duplicação celular. Na terapêutica do câncer de mama o tratamento cirúrgico é praticamente indispensável e após a cirurgia, a maioria das pacientes apresenta queixas de alteração da sensibilidade. A alteração de sensibilidade no membro superior expõe o membro a grandes riscos de lesões que podem levar a processos inflamatórios ou infecciosos, interferindo negativamente na mobilidade e na qualidade de vida. O uso do Estesiômetro na avaliação da sensibilidade possui um papel fundamental para detecção precoce de alterações das funções sensitiva e motora. A perda da capacidade de identificar estímulos dolorosos provoca a ausência de um importante mecanismo protetor; resultando na progressão rápida de problemas relativamente simples para situações que chegam a ameaçar o membro. **Objetivo:** Examinar as publicações encontradas relativas a atuação da fisioterapia na avaliação e tratamento de pacientes submetidos a mastectomia. **Método:** O trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva, no qual foram utilizados sete artigos científicos correspondentes ao intervalo do ano de 2008 a 2013, todos de origem nacional. Materiais bibliográficos, como livro e manual referentes ao assunto também foram utilizados, totalizando um número de dois. **Resultados:** Os artigos analisados relatam os benefícios da fisioterapia e a importância da utilização do Estesiômetro na avaliação e evolução das diferentes etapas do tratamento. **Conclusão:** A utilização do Estesiômetro na avaliação do grau de acometimento da sensibilidade é primordial para a escolha da melhor terapêutica, onde o fisioterapeuta irá atuar no sentido de estimular o aumento do limiar de sensibilidade.

Palavras-chave: Fisioterapia. Sensibilidade. Mastectomia. Câncer de Mama.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE SOLIDIFICAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

DIAS, Beatriz Ferreira¹; VERSIANI, Emile Maria de Andrade¹; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre²; TORRES, Vânia².

1Discentes das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A Constituição Federal Brasileira de 1988 atribui ao Estado e aos cidadãos a obrigação de informar e conhecê-los, para assim, afirmar os Direitos Humanos e a cidadania. **Objetivo:** O presente trabalho teve como objetivo analisar a importância da educação no processo de solidificação dos direitos humanos e da cidadania. **Método:** Para alcançar o objetivo empregou-se o procedimento qualitativo, exploratório e bibliográfico. **Resultado:** Os princípios éticos de uma sociedade devem orientar a educação acerca dos direitos humanos, para que os mesmos sejam cumpridos. A consolidação da cidadania plena deve ser embasada na cultura desses direitos, sua inadimplência coloca em risco a positividade em diversos instrumentos internacionais de proteção e acaba o princípio ético. A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que a educação deve desenvolver a personalidade humana e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e direitos fundamentais. Nesse sentido, a CF/88 prevê que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, apoiando-se na promoção e incentivo da sociedade, visando o desenvolvimento e preparo da pessoa para o exercício da cidadania e sua qualificação para trabalhar. A Constituição conjugou que não há direitos humanos sem o exercício

pleno da cidadania, e que não há cidadania sem uma adequada educação para o seu exercício. Consequentemente harmoniza a população, para o mínimo senso político e espírito crítico. **Conclusão:** Concluiu-se que a educação com base nos direitos humanos, contribui para orientar as ações da sociedade, busca a reconstrução dos direitos humanos e a cidadania.

Palavras-chave: Educação. Direitos Humanos. Cidadania.

REFERÊNCIAS:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

<http://www.dudh.org.br/declaracao/>

A IMPORTÂNCIA DA NORMALIZAÇÃO DOS DESENHOS TÉCNICOS NAS INDÚSTRIAS METAL MECÂNICA

FERNANDES, Victor Lucas ¹; VELOSO, Douglas Emanuel¹; CANDIDO, Pedro²

¹Discente do curso de Engenharia Mecânica das FIPMOC. ²Docente do curso de Engenharia Mecânica das FIPMOC

O desenho técnico vem se mostrando uma ferramenta muito importante para engenheiros e projetistas do meio industrial, visto que através dele pode se ter todas as informações necessárias para a construção e/ou aprimoramento de uma peça, tornando possível a padronização em uma linha de montagem. Este projeto visa mostrar a importância do desenho na indústria, com foco na área metal mecânica, bem como abordar algumas das várias possibilidades que este oferece. Para tal, foram realizadas pesquisas a campo na empresa Usinorte, e em alguns setores da faculdade, como o setor de prática industrial, e o setor de impressão 3D, onde tivemos acesso a peças produzidas por estes setores e fizemos a devida representação das mesmas em desenho manual, e também digital utilizando o *software Solid Works* para os arquivos da instituição, conferindo suas vantagens na prática para as indústrias. Concluiu-se que o estudo do tema é pertinente pois apesar da importância do papel exercido pelo desenho técnico nas indústrias, este vem sendo muitas vezes negligenciado, dificultando alguns processos na área de produção. Embasado nas pesquisas a campo, a normalização junto com a representação digital dos desenhos, proporcionou uma redução de até 67% no tempo de espera no entendimento do desenho até o início de sua produção e ainda proporciona maior competitividade de mercado às peças fabricadas. Ademais, constatou-se que a normalização dos desenhos técnicos nas indústrias garante um sistema de produção mais seguro e eficiente.

Palavras-chave: Normalização. Desenho técnico. Indústria metal mecânica. Produtividade.

A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO MUSEU DE CORAÇÃO DE JESUS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO NORTE MINEIRO

CARVALHO, Daniela Lobato de¹, CARVALHO JR, Álvaro Barbosa de²

¹Discente do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc. ²Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc

Introdução: Criado no ano de 2015, o Núcleo de Preservação do Patrimônio Arquitetônico do Norte Mineiro (NPPNM), tem trabalhado com o intuito de promover extensão e pesquisa, que contribuem com a formação profissional dos acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc. No decorrer dos trabalhos realizados pelo NPPNM foi possível constatar a falta de conscientização da população, no que se refere à conservação dos casarões antigos, documentos e artefatos históricos, entre outras riquezas culturais da região. Nesse sentido, acredita-se que a

prestação de serviços voluntários especializados e ações ligadas a educação patrimonial, podem reduzir de forma significativa o distanciamento entre a população e a prática patrimonial, preservando assim objetos e fatos da nossa história. Um levantamento de dados sobre os casarões antigos da região, apontou não só para os casarões situados no corredor cultural da cidade de Montes Claros, mas também para os casarões da cidade de Coração de Jesus. Entre eles, destaca-se um casarão de 1870, onde funciona atualmente o museu da cidade. **Objetivo:** Esse estudo tem como objetivo divulgar o estado de preservação do museu situado na cidade de Coração de Jesus, bem como destacar a importância cultural dos artefatos e documentos históricos que se encontram em exposição no local. **Método:** Os dados coletados nesse estudo foram obtidos por meio de visita técnica ao museu da cidade de Coração de Jesus. Na oportunidade, acadêmicos do 3º período do curso de Arquitetura e Urbanismo, realizaram um levantamento sobre a história da cidade, documentos antigos, artefatos históricos e dados relacionados com a conservação do museu. **Resultados:** Como resultado foi possível constatar a presença de vários artefatos históricos e arqueológicos, tais como grilhões da época da escravidão, documentos da câmara municipal de inconfidência do século passado, esqueletos de animais pré-históricos e também restos mortais do homem primitivo. Além disso, também foram observados registros fotográficos que contam a história da fundação da cidade em 1912. O levantamento realizado sobre o estado arquitetônico do casarão mostrou um péssimo estado de conservação, com extrema necessidade de restauro da fachada e substituição de vigas e pilares de madeira. **Conclusão:** Os dados coletados nesse estudo permitiram concluir que o museu da cidade de Coração de Jesus abriga uma grande riqueza cultural, a qual corre o risco de desaparecer pelo descaso da população e pela falta de empenho dos órgãos competentes ligados a preservação do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Museu. Preservação. Patrimônio.

A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DE LIVROS DIGITAIS

RIBEIRO, Natan Carlos Fernandes¹; SOUZA, Victor Barbosa²
1Discente da Unimontes; 2Discente da Unimontes

Introdução A Constituição Federal, em seu artigo 150, VI, d, proíbe a instituição de quaisquer impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão. Com a evolução da tecnologia, debate-se atualmente a possibilidade da extensão dessa imunidade a livros, jornais e periódicos publicados em meio eletrônico/digital. **Objetivo:** Analisar as correntes teóricas favoráveis e desfavoráveis à extensão da imunidade tributária que gozam livros, jornais e periódicos a suas versões eletrônicas. **Método:** No que tange ao método de procedimento, destacou-se o comparativo, haja vista que a presente pesquisa aborda diferentes discussões, argumentos doutrinários e também jurisprudenciais acerca do tema em estudo. Quanto às técnicas de pesquisa, empregou-se a bibliográfica, a partir da leitura de artigos, *papers*, livros, dentre outras obras doutrinárias e legislativas publicadas por especialistas no assunto. **Resultados:** Quanto aos posicionamentos doutrinários, a maior parte entende como cabível a imunidade tributária de livros, jornais e periódicos publicados em meio eletrônico, haja vista que atuam como difusores de cultura da mesma forma que aqueles reproduzidos em papel. Em meio aos tribunais, apesar de haver decisões em sentidos opostos, o entendimento dominante aduz que não ocorrerá a imunidade quando tais meios difusores de cultura forem publicados por meio digital, pois, em tal caso, como a mídia que dá suporte ao livro eletrônico (*CD-ROM*, *e-reader* etc) não se confunde com papel, a imunidade não se configura. **Conclusão:** Conclui-se, através deste estudo, que nada obstante os livros e publicações por meio eletrônico tenham se tornado cada vez mais difundidos com o passar dos anos, os tribunais continuam a não acobertá-los como imunes a tributos. Apesar disso, conforme argumenta a doutrina, existe uma tendência futura no sentido de que com a ainda maior difusão de tais meios modernos de publicação, estes venham a ser alcançados e contemplados pela imunidade tributária.

Palavras-chave. Imunidade tributária. Livros digitais.

A INJÚRIA RACIAL E CRIME DE RACISMO NO MEIO VIRTUAL

DOMINGOS, Adriana Santos¹; SILVA, Laura Costa²; QUEIROZ, Caroline Gabriel Trindade².
Graduanda em Direito da UNIMONTES¹; Graduanda em Direito da UNIMONTES²;
Graduanda em Direito da UNIMONTES³.

Introdução: A discussão sobre a ocorrência do preconceito e discriminação racial ocorrido na internet ainda é pouco desenvolvida; mesmo sendo fato corriqueiro, dada a popularização da internet, ainda não possui destaque no campo do Direito, principalmente no âmbito penal. O presente trabalho trata acerca dos crimes de ódio praticados no meio virtual com motivações de raça, cor ou etnia, com enfoque nas diferenças entre o crime de racismo e a injúria racial. **Objetivo:** Objetiva-se compreender a legislação vigente a respeito do crime de racismo e injúria racial, a fim de entender suas diferenças e conexões dentro do ordenamento jurídico, e reconhecer o princípio da dignidade humana. **Método:** Para tal análise foi utilizada a pesquisa bibliográfica em publicações no ramo do Direito Penal e Constitucional e em obras sobre a legislação vigente. **Resultados:** Conceitualmente, racismo é o preconceito e a discriminação baseada em percepções sociais fundadas em diferenças biológicas entre os povos. Já a injúria consiste em ofender verbalmente, por escrito ou até fisicamente (injúria real), a dignidade ou o decoro de alguém, ofendendo a moral, com a intenção de abater o ânimo da vítima. A partir dos conceitos de raça, cor, etnia, racismo, preconceito e discriminação, são tipificados os crimes de preconceito e discriminação por raça, cor e etnia na Lei n. 7.716/89, e a injúria racial, prevista no art. 140, §3º do Código Penal. Apesar da proximidade das condutas descritas nesses dois tipos penais, há diferenças que devem ser consideradas na classificação. Santos (2010) aborda a Lei n. 7.716/89, que trata da discriminação e do preconceito de raça, cor, etnia, religião e procedência nacional, com foco paralelo às questões correlatas a esta norma especial, como as regras de imprescritibilidade e inafiançabilidade previstas no art. 5o, XLII, da Constituição Federal. O avanço tecnológico que surgiu nesse início de século torna necessárias a identificação e punição desses crimes ocorridos no espaço virtual. A Constituição Federal de 1988, demonstra grande avanço na oposição ao racismo, uma vez que reconhece a realidade da discriminação racial tanto no campo real como no virtual e a regulariza, estabelecendo normas para sua identificação e punição. Observa-se, a partir da literatura analisada, que o preconceito e a discriminação racial que existem no Brasil são resquícios da escravidão aqui e no mundo nos séculos passados. Pode-se inferir que no combater essas práticas, a criminalização do racismo se mostra como uma necessidade social que merece enfoque. Por parecer um terreno em que prevalece a impunidade, através do anonimato, as redes sociais virtuais apresentam grande presença do discurso racista e injurioso. **Conclusão:** Conclui-se que, por sua abrangência mundial, a internet possibilita que os crimes de ódio se espalhem rapidamente, fazendo dessa forma, com que a ofensa sofrida seja de conhecimento público e que possa ainda incitar outros indivíduos a agirem da mesma forma. Assim sendo, a internet se mostra como mais um espaço para que ocorram os crimes de ódio com base na raça, cor ou etnia e essas condutas podem e devem ser configuradas como injúria racial ou crime de racismo.

Palavras-chave: Injúria Racial. Racismo. Internet.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 05 abr. 2016

BRASIL. Lei n. **2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 05 abr. 2016

BRASIL. **Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 05 abr. 2016

SANTOS, Christiano Jorge. **Crimes de preconceito e discriminação**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

A INTERPRETAÇÃO DA DELAÇÃO PREMIADA SOB A CONCEPÇÃO UTILITARISTA

GOMES, Fernando Soares¹; BARROSO, Ian Bernar Santos²; SILVA, Leandro Luciano³

1 Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/FAPEMIG – Discente do Curso de Direito da UNIMONTES; 2 Bolsista de Iniciação Científica ICV/UNIMONTES - Discente do Curso de Direito da UNIMONTES; 3 Docente do Curso de Direito da UNIMONTES/FIPMoc.

Introdução: A delação premiada é um instituto presente no ordenamento jurídico brasileiro que gera amplos debates acerca da sua utilização. **Objetivo:** O objetivo do presente estudo é analisar o instituto da delação premiada sob a concepção utilitarista. **Método:** Para atender ao propósito deste trabalho optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, tendo como método de abordagem o dedutivo. **Resultados:** A concepção utilitarista da delação premiada é aquela que se apóia sobre uma abordagem pragmática, ou seja, o entendimento de que esse instituto torna mais prática e realista as perscrutações criminais, dando ênfase aos seus aspectos positivos. Essa nomenclatura pode ser encontrada em (TASSE, 2006) no “verdadeiro afastamento de alguns setores do Poder Judiciário da pregação dogmática do direito penal e dos aspectos garantistas que esta traz em seu bojo, optando-se por uma **racionalização utilitarista do direito penal**” (*grifo nosso*). Essa concepção afasta, de certa forma, questões constitucionais intrínsecas à delação premiada, aspecto bastante frisado por aqueles que criticam o instituto, visto que a sua utilização, de acordo com a concepção constitucionalista, estaria na contramão de garantias constitucionais, em especial da presunção de inocência, do contraditório e da ampla defesa. A partir da concepção utilitarista entende-se a delação premiada como uma importante arma no combate e repressão à criminalidade, sobretudo a organizada, visto que ela pode aproximar o Estado da verdade real, princípio inerente ao processo criminal que, segundo (JESUS, 2009), “norteia-se pela busca da verdade real, alicerçando-se em regras como a do artigo 156, 2.º parte, do CPP, que retira o Juiz da posição de expectador inerte da produção da prova para conferir-lhe o ônus de determinar diligências *ex officio*, sempre que necessário para esclarecer ponto relevante do processo”. Assim, afastam-se critérios de ordem ética e moral para se primar pela busca da verdade real e pela eficiência do sistema. A concepção utilitarista defende, também, que quando se trata de um crime, não se pode falar em ética ou valores moralmente elevados, dada a própria natureza da prática delituosa e que a delação premiada pode contribuir, em análise posterior, ao arrependimento sincero. Vale ressaltar que a defesa da concepção utilitarista não significa a concordância com a falsa delação, aquela gerada com o intuito de causar confusão nas investigações, mas sim o entendimento de que essa faceta da delação existe e que deve ser reprimida (sem descaracterizar o instituto). **Conclusão:** Observa-se que, em última análise, a concepção utilitarista configura-se como forma pragmática de entender a delação premiada, afirmando que seria utopia imaginar o sistema jurídico brasileiro sem esse instrumento e que, por isso, a realidade deve ser levada em consideração, logo a sua admissão deve ser operacionalizada de forma integral, buscando-se formas de aprimorar esse instituto. Essa concepção tem grande espaço no entendimento desse mecanismo, visto que legitima a utilização da delação a partir da ênfase nos seus aspectos positivos. Neste horizonte, a compreensão do instituto da delação premiada deve partir da análise da sua natureza e de seus fundamentos tendo como referência a concepção utilitarista e suas dimensões.

Palavras-chave: Delação premiada. Utilitarismo. Investigação criminal.

REFERÊNCIAS:

JESUS, Damásio de. **Direito penal: parte geral**. 30 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

TASSE, Adel El. **Delação premiada: novo passo para um procedimento medieval**.

Disponível em:

<http://www.esmal.tjal.jus.br/arquivosCursos/2015_05_11_14_08_46_Artigo.dela+%BA+%FAo.premiada.Adel.Tasse.pdf>. Acesso em 14 abr; 2016.

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E OS DIREITOS HUMANOS INDIVIDUAIS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO PENAL

MELO, Joana Pereira de¹; VELLOSO, Mário Augusto Lafetá¹; SOUZA, Robson Alexandre²

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Introdução: O processo penal no Brasil deve perpassar de forma que a persecução dos seus objetivos jurídicos ocorra sem prejudicar as garantias e os direitos humanos fundamentais dos cidadãos brasileiros. Em um Estado Democrático de Direito, os direitos fundamentais devem ser garantidos e preservados para todos os cidadãos, mesmo àqueles que porventura se encontrem na condição de réus em processos penais. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs verificar se, no Brasil, a legislação vigente preserva os direitos humanos individuais fundamentais no trâmite dos processos penais. **Método:** A pesquisa executada é classificada como qualitativa, exploratória e bibliográfica. A pesquisa exploratória tem como objetivo explorar aspectos de uma situação não conhecida. Os dados foram analisados e interpretados à luz da Constituição Federal de 1988, do Código de Processo Penal e da legislação vigente. **Resultados:** Com a presente pesquisa notou-se que diversos dispositivos legais preceituam claramente em seus textos que os direitos humanos fundamentais devem ser resguardados. Dentre os direitos humanos presentes na legislação vigente, ressaltamos: o direito penal, quando define como crime todo ato doloso ou culposos (art. 18, I e II, CP), na forma tentada ou consumada (art. 14, I e II, CP), com responsabilidade penal para todas as pessoas maiores de 18 anos de idade (art. 26, CP e art. 228, CF), sem nenhuma discriminação ou distinção de direitos e deveres, para homens e para mulheres, brasileiros e estrangeiros residentes ou não no país (art. 5º, *caput*, CF), estabelecendo as sanções devidas; no processo penal, à luz do direito constitucional, a regra máxima da presunção da inocência (art. 5º, LVII, CF), da anterioridade da lei penal (art. 1º, CP e art 5º, XXXIX, CF), da interpretação restritiva e extensiva (somente quando favorável ao acusado), da analogia in *bonam partem* e nunca in *malam partem* (art. 3º, CPP), do princípio do *bis in idem*, da ampla defesa e do contraditório (art. 5º, LV, CF) da individualização e da congruência da acusação com a sentença condenatória, da intranscendência ou individualização da pena (art. 5º, XLVI, CF), da transparência e publicidade dos atos policiais-judiciais (art. 93, IX, CF), com limite na proteção e respeito às partes litigantes dos processos; e, as cláusulas sobre as garantias judiciais para o devido processo legal contidas nos instrumentos internacionais de Direitos Humanos, dos quais o Brasil é signatário. **Conclusão:** Através deste estudo, conclui-se, de forma inequívoca, que a previsão de dispositivos legais que visam resguardar os direitos humanos individuais fundamentais no processo penal estão realmente presentes na legislação brasileira. Uma vez constatado que os institutos legais estão presentes, a pesquisa inspira investigar se estas garantias previstas na legislação vigente continuam realmente resguardadas e preservadas, tanto na execução dos processos quanto após o trânsito em julgado dos mesmos.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Legislação brasileira. Processo Penal.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Vademecum**. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Vademecum**. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Código de Processo Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em: 12 jun 2015.

A MANIPULAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO AFETA AS DECISÕES DOS AGENTES ECONÔMICOS

MELO, Joana Pereira de¹; VELLOSO, Mário Augusto Lafetá¹;
SILVA, Lindon Johnson Dias²

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Introdução: O país que se orgulha de estar entre as dez maiores economias do mundo, é uma das democracias em que os meios de comunicação agem sem controle, sendo inacessível à maior parte da população e atuando apenas segundo os interesses de quem os controla. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs verificar como a liberdade de expressão e informação afeta as decisões dos agentes econômicos. **Método:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. A pesquisa exploratória tem como objetivo explorar aspectos de uma situação não conhecida. Os dados obtidos foram analisados e interpretados à luz da literatura de textos, doutrinas e da Constituição Federal de 1988, bem como de artigos científicos. **Resultados:** Com a presente pesquisa, notou-se que os meios de informação no Brasil, agem de acordo com interesses de classes privilegiadas. Boa parte das informações que são socializadas com a população brasileira, antes de chegar à estes sofrem alterações e distorções. Essas informações tendenciosas por sua vez, não podem ser consideradas contribuintes à liberdade de expressão, pois não a promovem, uma vez que não há segurança quanto à veracidade das informações circuladas. **Conclusão:** Conclui-se através deste estudo que mesmo o Brasil sendo um Estado Democrático de Direito, vige uma intensa manipulação de informações para que estas não cheguem fidedignas à massa populacional. Para enfrentar esse problema é necessária uma regulação salutar da mídia, para que não haja manipulação de informações bem como ampliar o número de pessoas que têm o privilégio de falar com a sociedade.

Palavras-chave: Liberdade de Expressão. Limites. Estado Democrático de Direito. Agentes Econômicos.

A MATRIZ ENERGÉTICA MAIS ADEQUADA PARA CADA REGIÃO DO BRASIL

SOUZA, Pedro Henrique Batista de
Discente das FIPMoc

Introdução: Uma matriz energética é o conjunto de fontes de energia que um país ou região utiliza para sustentar suas atividades. As principais fontes utilizadas no Brasil para a produção de energia são o petróleo e as hidrelétricas. O Brasil possui uma grande extensão territorial, o que leva a regiões com diferenças ambientais, como clima, relevo, vegetação entre outras. Com isso, a exploração dos recursos naturais brasileiros também deve ser particionada aproveitando o potencial de cada região separadamente. **Objetivos:** Identificar a partir das características de cada

região geoeconômica brasileira, a matriz mais apropriada para a geração de energia. **Método:** Foi realizada uma pesquisa qualitativa exploratória bibliográfica baseando-se em dados recentes sobre as fontes energéticas brasileiras. **Resultados:** Visando um menor impacto ambiental e a exploração do potencial de cada região, as fontes de energia mais adequadas ao Nordeste são a solar e a eólica, pela grande incidência de radiação solar e grande velocidade dos ventos. A região Centro-Sul não possui uma fonte potencial que se destaque, podendo ser considerado uma diversificação da matriz entre energia solar, eólica, hidrelétrica e biomassa, devido à presença de grandes bacias hidrográficas, relevo de planaltos e depressões e atividades econômicas que geram grandes quantidades de matérias orgânicas. Com chuvas mais frequentes e uma vasta rede fluvial, a região da Amazônia possui um alto potencial para a geração de energia hidrelétrica, entretanto, é necessário se atentar aos impactos ambientais causados pela construção das usinas. **Conclusão:** O Brasil possui um alto potencial em diversas fontes de energia limpa e renovável, e se explorado, sua matriz energética será diversificada e o país causará menos impactos ao meio ambiente e não passará a depender em sua maioria, de uma só forma de geração de energia.

Palavras-chave: Energia. Matriz energética. Regiões. Brasil.

A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DAS FIPMOC

ROCHA, Dalton Caldeira¹; CARVALHO, Anne Marielle Castro de²; SANTOS, Daniel Ferreira dos³; PERES, Anne Marie Rohlf⁴; REZENDE, Anderson Martins de Souza⁵; GUEDES, Igor Rafael de Matos Teixeira⁶; SOUZA, Andrezza Cecília Procópio⁷;

1 Docente das FIPMOC e da UNIMONTES, 2 Docente das FIPMOC, 3 Docente das FIPMOC, 4 Docente das FIPMOC, 5 Docente das FIPMOC, 6 Docente das FIPMOC, 7 Docente das FIPMOC

Introdução: A mediação, nos últimos anos, tem sido muito utilizada na sociedade brasileira, inclusive no âmbito do Poder Judiciário que, apesar de possuir o monopólio da jurisdição, tem incentivado e valorizado o uso deste e de outros métodos consensuais de resolução de conflitos, em atendimento à Resolução 125/2010, do CNJ e, mais recentemente, ao Código de Processo Civil e à Lei de Mediação. **Objetivos:** Diante desse cenário, a presente pesquisa se propôs a analisar a importância da utilização da mediação no Núcleo de Prática Jurídica das FIPMOC. **Método:** Utilizou-se o método indutivo, a partir da pesquisa bibliográfica, documental e de caso. **Resultados:** A partir da bibliografia estudada, verifica-se que a mediação é um método consensual de resolução de conflitos, através do qual um terceiro imparcial auxilia as partes a reestabelecerem a comunicação entre si, o que favorece a obtenção de soluções consensuais geradas por elas próprias, gerando a satisfação de todos os envolvidos. Infere-se, também, a partir das obras estudadas, que a prática da mediação é indicada para a resolução de conflitos complexos, como os de família, haja vista tratar-se de um procedimento que fortalece o senso de colaboração, de respeito e de responsabilidade entre as pessoas, garantindo a qualidade dos relacionamentos, além de exercer um papel educativo na vida dos participantes, porquanto os prepara para resolver problemas futuros de forma colaborativa e pacífica. Da análise dos documentos obtidos junto à Secretaria do NPJ, constatou-se que 79,87% dos casos atendidos na instituição, desde sua implantação, envolvem questões familiares. Além disso, tomando-se por base alguns casos finalizados com acordo após serem submetidos ao procedimento da mediação no NPJ, verificou-se a satisfação de ambas as partes envolvidas no conflito, tendo em vista que reestabeleceram o diálogo entre si, e chegaram a uma solução favorável a ambas. **Conclusões:** Conclui-se a partir do presente estudo que a mediação, por ser um procedimento indicado para resolução de conflitos familiares, deve continuar sendo viabilizada e aperfeiçoada no NPJ das FIPMOC, cuja maior parte da demanda envolve conflitos de natureza familiar, a fim de promover, de forma eficaz, a pacificação social dos casos atendidos, bem como disseminar a cultura da paz e estimular a utilização dos métodos consensuais de solução de litígios por parte dos acadêmicos do curso de Direito.

Palavras-chave: Prática Jurídica. Mediação. Conflitos familiares. Pacificação Social

A PENSÃO ALIMENTÍCIA AVOENGA COMO FORMA DE GARANTIR O DIREITO A ALIMENTOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SILVA, Allef Gallthiere Barbosa Magalhães¹. TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes². MELO FRANCO, Raíssa Neiva de³.

1 Discente do Curso de Direito das FIPMoc. 2 Docente do Curso de Direito das FIPMoc.

Introdução: A análise dos alimentos no contexto da pensão alimentícia avoenga é importante, já que o homem necessita dos alimentos desde o seu nascimento, a fim de garantir a sua sobrevivência. Portanto, o tema a ser abordado refere-se à pensão alimentícia avoenga como forma de garantir o direito a alimentos da criança e do adolescente, tendo como critério a subsidiariedade e a complementariedade da obrigação, visto que o alimentando não pode ser alvo do desamparo econômico. **Objetivo:** O presente trabalho tem por objetivo investigar a pensão alimentícia avoenga como forma de garantir o direito a alimentos da criança e do adolescente. **Método:** para alcançar o objetivo deste trabalho, adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental, tendo como método de abordagem o dedutivo. **Resultado:** A obrigação alimentar deriva do caráter da solidariedade familiar. Sendo assim, a obrigação avoenga de prestar alimentos representa um dever de assistência cabível aos avós na ausência ou insuficiência financeira dos pais em relação aos filhos. Nesse contexto, o desenvolvimento do instituto de alimentos em sua plenitude, insere no meio jurídico a ideia de preservação dos interesses da criança e do adolescente e da dignidade da pessoa humana. Dessa maneira, o alimentando não pode sofrer desamparo legal, portanto, na ausência dos pais ou condições econômicas, o avô, sendo o parente de grau mais próximo, será alcançado pelo dever legal e moral entre ascendentes e descendentes. Acerca dos critérios para a fixação dos alimentos, parte-se também do dever recíproco de sustento entre descendentes e ascendentes, devendo a obrigação alimentícia obedecer ao binômio da necessidade-possibilidade, pois a prestação alimentícia é devida a quem realmente necessita, dentro da possibilidade de quem paga. Além do mais, a obrigação avoenga tem caráter complementar e não solidário, tendo lugar somente nos casos em que os devedores principais não puderem arcar com a obrigação. Ademais, percebe-se que o direito aos alimentos integra os direitos da personalidade, sendo direitos fundamentais, pois visam assegurar a integridade física e moral do ser humano. Assim, crianças e adolescentes não podem sofrer com o desamparo alimentar, o que justifica o pedido de alimentos aos avós. **Conclusão:** Conclui-se que a responsabilidade dos avós não pode sobrepôr à responsabilidade incumbida originariamente aos pais, mas, restando provada, a ausência e incapacidade financeira deles, o avô é chamado subsidiariamente, visto que a prole não pode sofrer negativamente por faltas de recursos econômicos, motivo que levou o legislador a prever a responsabilidade avoenga como forma de solucionar o desamparo do alimentando.

Palavras-chave: Alimentos. Solidariedade. Subsidiariedade. Obrigação avoenga.

A REGULAÇÃO ESTATAL DE PREÇOS À LUZ DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

ALVES, Naiara Rodrigues¹; BRITO, Pablo Ruan Camargo¹; SOUZA, Vitória Cândida Oliveira de¹

1 Discentes do curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES

A análise econômica do direito é uma linha de pensamento que visa estudar legislações e interpretações legais à égide de postulados econômicos com a finalidade de se obter uma maior previsibilidade e eficiência na aplicação das normas jurídicas. O presente trabalho possui como objetivo constatar e explicitar as contribuições práticas que a Análise Econômica do Direito pode

trazer ao ordenamento jurídico nacional. Dando maior enfoque às regulações estatais de preços, investigou-se desde a possibilidade jurídica no ordenamento nacional até considerações econômicas referentes às consequências de sua aplicação. Neste sentido, analisando as obras de juristas consagrados nacional e internacionalmente, como Luís Roberto Barroso e Eric Posner, e as relacionando com obras de economistas reconhecidos mundialmente como Ludwig Von Mises e Henry Hazlitt, concluiu-se que, por vezes, o controle de preços realizado pelo estado não atinge o fim social almejado justamente por não observar princípios microeconômicos e obedecer às leis de mercado – o que diminui o incentivo para novas ofertas do produto regulado e, conseqüentemente, gera a sua escassez.

Palavras-chave: Direito e Economia. Análise Econômica do Direito. Controle de preços.

A RELIGIOSIDADE DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO: ESTUDO PRELIMINAR DO CAMPO RELIGIOSO

LONDE, Mariângela Gonçalves Mota¹; LOPES, Marcelo Vieira²; LOPES, Vânia Silva Vilas Boas³; RODRIGUES, Janice Machado Ribeiro⁴; QUADROS, Cláudia Simone Pereira Sarmiento⁵

1 Docente das FIPMoc; 2 Docente da Unimontes; 3 Docente das FIPMoc; 4 Docente da Unimontes; 5 Docente Unimontes

Introdução: O propósito desta pesquisa é fazer uma exploração preliminar do campo religioso da região, considerando Montes Claros no norte de Minas Gerais. As inquietações do tema procuram através do significado amplo do termo “religiosidade” verificar atitudes e percepções comportamentais dos universitários. Nesse sentido, procuram-se subsídios para outras incursões no ambiente universitário como analisar se o comportamento e experiência religiosa dos jovens acontece baseado em que contexto: fatores históricos, sociológicos, econômicos, políticos e culturais. **Objetivo:** A pesquisa procurou identificar atitudes relacionadas ao comportamento relativo à religiosidade do estudante universitário. **Método:** pesquisa predominantemente, do tipo exploratória. Os dados primários foram obtidos através da aplicação de questionários semi-estruturados na cidade de Montes Claros. As unidades de análise compreenderam as instituições de ensino a saber: a Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES e Faculdades Integradas Pitágoras e a unidade de observação os acadêmicos dessas instituições. Buscou-se conhecer a experiência religiosa, desenvolvida nos contextos: histórico; social; político; econômico e cultural. O referencial teórico, o qual subsidiou essa pesquisa encontra-se ancorado nos paradigmas construídos por RIBEIRO (2009). **Resultados:** Sendo assim, verificou-se que 80% dos universitários entrevistados pertencem às classes D e E. Verificou-se um baixo grau de escolaridade dos pais dos universitários, o que configura um baixo capital cultural. A renda familiar dos entrevistados ficou no patamar de dois a cinco salários mínimos, o que abrangeu uma soma de 46% deles, justificando à maioria ter estudado em escolas públicas. Constatou-se que a maioria ainda mora com os pais e pertencem à religião Católica. Isso justifica, ser a família posicionada como a questão mais importante para eles, seguido pela religião e em terceiro lugar ficou o trabalho. Significativo também o resultado, o qual aponta que eles são indecisos em relação à definição política. Percebeu-se que a espiritualidade é um item importante e significativo para os jovens e que está ligado às suas emoções. Os mesmos acreditam que as religiões são capazes de ajudar o homem a ser mais humano e ainda os ajudam a responder as questões de cunho existencialista. As atividades prediletas dos universitários é viajar e estudar. **Conclusão:** Os entrevistados percebem Deus na existência de um ser transcendente, como uma forma de energia e uma aproximação maior a ele, através da emoção, e ao mesmo tempo questionam sobre a verdade de uma dada religião. Para eles é mais importante a fé e conhecer outras religiões, do que se ater em apenas uma religião, praticar rituais ou se submeter a ela, pois gostam de ter liberdade, principalmente no que se refere às questões sexuais. A grande maioria acredita que os rumos das suas vidas estão em suas mãos e que a vida tem sentido. Muitos dizem que se sentem felizes e concordam que a música conduz a uma dimensão superior. A maioria deles

experimentaram uma dimensão maior quando começaram a amar alguém e se disseram dispostos a engajarem numa causa social, humanitária ou política.

Palavras-chave: Percepções comportamentais. Religiosidade. Experiência religiosa.

REFERÊNCIA:

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Religiosidade Jovem:** pesquisa entre universitários. São Paulo: Loyola: Olhos d'Água, 2009.

A VIABILIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS- MG

PIRES, Milena Colombo de Souza¹; VELOSO, CynaraSilde Mesquita².
¹Discente da UNIMONTES. ²Docente das FIPMoc, UNIMONTES e FAVAG.

Introdução: De acordo com o Art. 228 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, estando estes sujeitos a normas de legislação especial, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/90). A inimputabilidade destes jovens para responder penalmente pelos atos infracionais não os deixam livres, ou impunes da coerção estatal. Contudo, buscando uma maior amplitude do alcance das normas penais, o Congresso propôs a PEC para redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, que restringe-se aos casos de crimes hediondos, homicídio e lesão corporal seguida de morte. O projeto de emenda foi aprovado na Câmara dos Deputados e segue para aprovação no Senado Federal. **Objetivos:** Verificar os fatores favoráveis e desfavoráveis, no que diz respeito a implementação da redução da maioridade penal, no Município de Montes Claros, bem como analisar a sua eficiência em caso de aprovação. **Método:** Trata-se de pesquisa qualitativa e exploratória. Utilizou-se da pesquisa preliminar bibliográfica e será utilizada ainda a pesquisa de campo que terá como amostra os menores que praticaram o crime de homicídio em Montes Claros, e para isso, a pesquisa se submeterá à apreciação do Comitê de Ética. **Resultados:** A implementação da redução da maioridade penal no Município de Montes Claros inicialmente se mostra inviável, haja vista que diversos estudos comprovam que as prisões além de não diminuir as taxas de criminalidade, contribuem para a reincidência. Ademais, isto alteraria gravemente as relações sociais, onde jovens totalmente desprovidos de educação ou condições mínimas para buscar uma ascensão social, muitas vezes fruto de uma má distribuição de renda e planejamento urbanístico/administrativo do Estado, estariam fadados a virarem as verdadeiras vítimas do sistema. Por isso é importante a conclusão deste estudo prévio à decisão sobre a redução da maioridade, para que se saiba ao certo se os fatores favoráveis que advirão com esta são superiores às consequências negativas para esses menores. **Conclusão:** A partir de revisão de literatura preliminar é inviável a redução da maioridade penal no município de Montes Claros.

Palavras-chave: Viabilidade. Redução da maioridade penal. Montes Claros.

AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A LEI 10.639/03

LAIO, Marques Silva¹; RIBEIRO, Diego Coelho Antunes²

¹ Mestre em Educação e Políticas Públicas pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Professor Universitário. Discente das FIPMoc em Direito;

² Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Gama Filho. Professor Universitário

Introdução: A Lei Federal 10.639/03 é uma política pública de ação afirmativa que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/96) em seus artigos 26-A e 79-B onde torna obrigatório o estudo sobre a cultura e história afro-brasileira e africana nas instituições públicas e privadas de ensino do nosso país. **Objetivo:** Este estudo teve como objetivo principal

buscar identificar os avanços e desafios da implementação da Lei 10.639/03 no cenário educacional. **Método:** Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa. **Resultados:** Os estudos e pesquisas sobre a implementação da Lei 10.639/03 em várias escolas públicas dos estados brasileiros apresentam alguns pontos em comum, como o desconhecimento pelos professores do conteúdo Lei 10.639/03, sua não aplicabilidade, falta de interesse dos professores, gestores municipais, em buscar novos conhecimentos e a formação inicial e continuada nas escolas para produzir novas práticas a respeito de questões étnico-raciais. **Conclusão:** Apesar de alguns desafios encontrados em relação à efetividade da implementação da Lei 10.639/03, é relevante considerar sua importância em nosso ordenamento jurídico para a redução do preconceito racial na sociedade brasileira e no espaço escolar. Tornou-se um instrumento legal, capaz de orientar as instituições educacionais quanto à responsabilidade de inserir em seus currículos as questões étnico-raciais.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Lei 10.639/03. Educação.

REFERÊNCIAS:

GOMES, N. L. (Org.). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da lei 10.639/03**. Brasília, 2008.

ROCHAL, S; SILVA, J. A. N. À luz da lei 10.639/03, avanços e desafios: movimentos sociais negros, legislação educacional e experiências pedagógicas. **Revista da ABPN**. v. 5, n. 11 jul.–out. 2013. p. 55-82 (78).

SILVA, R. A afrodescendência nas investigações: uma década da implementação da lei da 10.639/2003 (2003-2013). **Espaço do currículo**, v.7, n.3, p.522-536, Setembro a Dezembro de 2014.

ANÁLISE DAS ETAPAS DO PROCESSAMENTO DO MINÉRIO DE FERRO

BRITO, Alana Campos ¹; CARNEIRO, Andrezza Marinho da Silva¹; NASCIMENTO, Pedro Cândido ²
Discente das FIPMoc¹; Docente das FIPMoc²

Introdução: O minério de ferro é uma rocha onde pode-se obter o ferro que está presente no dia a dia através da mineração, sendo ele matéria prima essencial na produção do aço. Para chegar até o setor siderúrgico, o ferro passa pelo processo de beneficiamento do minério, sem contudo modificar a identidade química ou física dos minerais. **Objetivo:** O estudo foi realizado com o objetivo de expor de forma genérica, o processo de beneficiamento de minério de ferro, apresentando as etapas de fragmentação, classificação, concentração e disposição de rejeitos desse minério, com destino ao setor siderúrgico. **Método:** Essa pesquisa enquadra-se no tipo qualitativo-exploratório e bibliográfico uma vez que foram pesquisados textos que ajudaram na identificação dos processos. Para a etapa de fragmentação adota-se procedimentos de britagem e moagem, para a classificação verifica-se procedimentos de separação, utilizando peneiras, classificadores mecânicos e ciclones, na concentração os aspectos gravimétricos, magnéticos e físico-químicas são adotados, e os processos relacionadas à produção mineral geram um volume de massa do minério que é rejeitada nos processos de lavra e beneficiamento. **Resultados:** Com o presente estudo obteve-se os seguintes resultados nas análises dos procedimentos: na fragmentação cerca de 87% de energia é consumida nessa etapa, onde visa liberar os minerais valiosos dos minerais ganga; na classificação, o minério de ferro é separado em *granulado*, *sinter-feed*, e *pallet-feed*, a concentração é uma etapa complexa, onde a separação dos minerais exige que haja uma diferença física ou físico-química entre o mineral de interesse e os demais, utiliza-

se o minério em forma de polpa, e pôr fim à disposição dos rejeitos, que geralmente é feita em barragens com rejeito em forma de lama, o que muitas vezes é nocivo ao meio ambiente. **Conclusão:** Concluiu-se através da pesquisa que a fase de disposição de rejeitos deve ser reavaliada, estudando melhores alternativas sustentáveis para que haja maior segurança ambiental e social nessa disposição, juntamente com uma maior fiscalização dos órgãos responsáveis a essa etapa.

Palavras-chave: Minério de Ferro. Beneficiamento. Processos.

ANÁLISE DAS MODIFICAÇÕES DO SUPORTE BÁSICO DE VIDA EM PEDIATRIA E QUALIDADE DA RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR

LEÃO, João Victor Nobre¹; ARRUDA, Felipe Santos²; LOPES, Matheus Vilas Boas Vieira³; JUNIOR, Altair Reis dos Santos⁴

1-4. Discentes do 3º período do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras

Introdução: O suporte básico de vida (SBV) são as medidas mais simples que devem ser tomadas de imediato em caso de necessidade de ressuscitação. Na pediatria, existem peculiaridades no SBV que devem ser seguidas. No ano de 2015 a American Heart Association (AHA) realizou alterações na forma com que se realizava o SBV pediátrico. **Objetivo:** Objetivou-se realizar uma análise crítica das modificações feitas pela AHA com relação ao SBV feitos em crianças. **Método:** Trata-se de um estudo bibliográfico baseado no manual de destaques da *American Heart Association* publicado no ano de 2015. Este manual está disponível no endereço eletrônico <https://eccguidelines.heart.org> acessado em 10 de abril de 2016. **Resultados:** O suporte básico de vida consiste em compressão torácica externa, verificar vias aéreas e realização da ventilação. Com relação à sequência de realização desses procedimentos não houve alterações, isto é, a sequência continua como as indicações do manual do ano de 2010. A indicação é iniciar a ressuscitação cardiopulmonar (RCP) pelas compressões torácicas seguidas das ventilações, sendo 30 compressões para 2 ventilações quando houver apenas um socorrista e 15 compressões e 2 ventilações quando forem dois socorristas. Com relação à profundidade das compressões torácicas a orientação é a mesma de 2010 para bebês e crianças, respectivamente 4 e 5 centímetros. A mudança está na orientação para a profundidade de compressão em crianças na fase precoce da adolescência. Estes devem ter a profundidade da compressão de cerca de 5 centímetros mas jamais superior a 6 centímetros. A mudança está nessa limitação estipulada para a massagem cardíaca, e ocorreu em função de estudos que comprovaram que compressões superiores a seis centímetros são prejudiciais. Com relação à frequência de movimentos por minuto, antes eram preconizados cerca de 100 movimentos por minuto, agora, a indicação são 100 a 120 movimentos por minuto. Segundo o manual de 2010, a aplicação de compressão é preferível a nenhuma RCP, já segundo o manual de 2015 é dado maior importância para a ventilação, a compressão ainda é o procedimento mais preconizado, entretanto deve-se haver maior empenho com relação a ventilação, visto que a ausência de ventilações podem levar a óbito por asfixia. **Conclusão:** Várias medidas foram tomadas e atualizadas em relação ao último manual, que foi publicado no ano de 2010. Essas novas medidas se basearam em estudos e resultados de análises clínicas. Foram modificadas a frequência de realização de compressões torácicas, bem como a sua profundidade e maior valorização das ventilações. Já a sequência de realização do RCP permanece como o preconizado no manual.

Palavras-chave: Pediatria. Ressuscitação. Modificações. Compressão Torácica.

ANÁLISE DO AUMENTO DA INCIDÊNCIA DE INTERNAÇÃO POR DOENÇA DE ALZHEIMER NO BRASIL DE 2008 A 2015

ALCÂNTARA, João Pedro Barbosa¹; DIAS, Caroline Sousa¹; GONÇALVES, Fernando de Azevedo¹; DE OLIVEIRA, Rafael Leite¹; VIANNA, Yuri Cardoso¹ PRINCE, Karina²
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A doença de Alzheimer é uma patologia neurodegenerativa que atinge principalmente idosos acima dos 60 anos, com prevalência de 1% nessa idade, que dobra a cada 5 anos, até atingir 30% a 50% aos 85 anos. É a demência mais comum nos idosos, e tem como característica uma progressão lenta e contínua, com sobrevida de 2 a 15 anos. Dados do IBGE mostram o crescimento contínuo da população de idosos no Brasil, aliado ao aumento progressivo da expectativa de vida, que geram alerta em relação a doenças crônicas e que são comuns em idosos. **Objetivo:** Avaliar o aumento do número de internações devido à Doença de Alzheimer, relacionada com a mudança demográfica no Brasil. **Método:** Trata-se de um estudo de investigação, retrospectivo, transversal, de caráter descritivo e quantitativo. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS) referente aos dados de morbidade hospitalar do SUS por doença de Alzheimer no Brasil entre os anos de 2008 e 2015. **Resultados:** Foram encontrados no Brasil um total de 7.643 casos entre 2008 e 2015. Do total de casos notificados, 7.216 acometem indivíduos com mais de 60 anos, sendo que foram encontrados 440 casos em 2008, 658 casos em 2009, 791 casos em 2010, 841 casos em 2011, 879 casos em 2012, 953 casos em 2013, 1.151 casos em 2014, 1.530 casos em 2015. A análise de dados evidenciou um crescimento progressivo do número de casos de internações por doença de Alzheimer, representando um aumento de 247,7% entre o período analisado. Nesse mesmo período, a população com mais de 60 anos teve um aumento de aproximadamente 31%. A doença de Alzheimer gera comprometimento cognitivo, que se traduz em perda da autonomia e capacidade decisória, além de afetar o funcionamento ocupacional e social do indivíduo. A população idosa, em expansão no Brasil, representa um crescimento do número de casos de Alzheimer, que, por gerar queda da qualidade de vida, desgaste emocional e gastos para os familiares deve ser sempre motivo de pesquisa clínica nos pacientes com mais de 60 anos. Apesar de ser uma doença progressiva e atualmente incurável, a detecção precoce do Alzheimer possibilita um tratamento precoce, que objetiva retardar a evolução e preservar por mais tempo possível as funções intelectuais, sendo mais efetivo e aumentando a sobrevida. **Conclusão:** Em vista do número crescente de casos da doença, deve-se estimular nos centros de saúde uma abordagem mais completa do idoso, com a finalidade de diagnóstico precoce, sendo esse presuntivo e difícil, e o diagnóstico definitivo só é possível por análise histológica pós-morte. Esse crescimento pode se relacionar com uma melhoria na atenção básica, mas outras causas devem ser melhor investigadas, visto o grande aumento de casos.

Palavras-chave: Alzheimer. Demência. Idosos.

ANÁLISE DO SOLO DA REGIÃO DE BOCAIUVA PARA FINS NA CONSTRUÇÃO CIVIL COMO SOLO CIMENTO

SILVA, Sheilla Maria Junqueira¹; SILVA, Pablo Max Moreira²; CASTRO, Lara Malheiros Spinola³; FRANÇA, Larissa Grielle Oliveira⁴; FREIRE, Thais Aparecida Soares⁵; MOTA, Pedro Henrique Chagas⁶; SILVA, Layrton Ferreira da¹

Introdução: O presente resumo explanará sobre o solo-cimento na região de Bocaiúva, Minas Gerais. O solo-cimento é um aperfeiçoamento das antigas técnicas de construções, como por exemplo, o adobe. Esta tecnologia permite abrir um leque com variadas maneiras de utilização do mesmo, com o uso do solo-cimento, torna-se mais ecológico e sustentável fazer-se elementos construtivos (em tijolos ou blocos, nos pisos e contra pisos, em paredes maciças etc), até mesmo componentes estruturais (blocos estruturais). **Objetivo:** Contribuir para uma maior compreensão desse assunto, demonstrando que ele é capaz de ser uma alternativa de baixo custo, alta resistência, consistência, segurança, proporcionar boa trabalhabilidade e ainda por ser uma matéria prima abundante no nosso planeta. **Método:** Procurou-se analisar os tipos de solos e determinar as suas características presentes para a utilização como materiais de construção, através de procedimentos exigidos por suas respectivas Normas Técnicas, para realização dos ensaios de: Granulometria, Teor de Umidade, Teste de Plasticidade, Limite de Liquidez, Teste de Abatimento do Cone e o método do Ensaio de Compressão de Corpos-de-Provas cilíndricos os quais foram moldados a partir do solo extraído, e acrescido de água e cimento. **Resultados/ Conclusão:** Os resultados obtidos demonstram a baixa competência desde solo analisado para tornar-se um solo-cimento de qualidade aceitável, ou compensatória, isto devido ser considerado um solo muito plástico e moldável por ter baixa quantidade de areia e considerável teor de argila, não tendo assim, um bom desempenho de resistência á tensões axiais e baixas deformações, aos quais serão requisitados em sua utilização como tal.

Palavras-chave: Solo-cimento. Características. Ensaios. Resultados.

ANÁLISE SOCIOEPIDEMIOLÓGICA DA SEPTICEMIA EM MONTES CLAROS

ARRUDA, Felipe Santos¹; LEÃO, João Victor Nobre²; LOPES, Matheus Vilas Boas Vieira³; JUNIOR, Altair Reis dos Santos⁴

1-4. Discentes do 3º período do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras

Introdução: A sepse pode ser definida como uma síndrome em que a resposta inflamatória sistêmica desencadeada por infecção e está relacionada à febre, taquicardia, taquipnéia, baixa PCO₂, já a sepse grave foi definida como aquela em que há hipoperfusão, alteração no nível de consciência, oligúria, aumento do lactato sanguíneo e hipotensão. **Objetivo:** Objetivou-se realizar uma análise crítica dos dados do DATASUS sobre a patologia septicemia no município de Montes Claros, comparando a doença nos diferentes sexos e faixas etárias. **Método:** Trata-se de um estudo de investigação retrospectivo, transversal, descritivo e quantitativo. O universo de pesquisa foi a base de dados Informações de Saúde (TABNET), disponibilizados pelo Sistema de Informação do SUS (Datasus), no endereço eletrônico <http://www2.datasus.gov.br> acessado em 30 de Janeiro de 2016, referente a sepse e sua epidemiologia em Montes Claros, no período de 2007-2013. As variáveis foram analisadas nos seguintes aspectos: dados sociodemográficos, determinação por faixa etária, valores médios de internação e taxa de óbito, em pacientes atendidos pelo SUS. Utilizou-se o software Excel 12.0 (Office 2007) para gerenciamento e análise de dados. Realizou-se uma revisão bibliográfica com busca de artigos dos últimos 5 anos às bases de dados SCIELO, MEDLINE e LILACS. **Resultados:** Em Montes Claros foram relatados 708

casos de sepse entre janeiro de 2008 e junho de 2015, sendo 379 em homens e 329 em mulheres. Desses casos houve maior prevalência em neonatos (220 casos) e em idosos (252 casos). O valor médio de internação por sepse na cidade, no mesmo período, é R\$ 2437,93, tendo maior custo de tratamento em homens (R\$ 2734,49) que para mulheres (R\$ 2096,31). O valor médio de internação para neonatos é de R\$ 2574, já para idosos o valor médio é de R\$ 2488,78. A taxa de óbito para essa patologia nessas mesmas condições foi de 37,85%, tendo maior incidência no sexo feminino (40,12%) que no masculino (35,88%). No caso dos neonatos a taxa de óbito foi de 6,82%, sendo de 8,82% para o sexo masculino e de 3,57% no feminino. Já para os idosos a média é de 66,38%, sendo 64,57% para os homens, e de 68,06% para as mulheres. **Conclusão:** Percebeu-se que o município de Montes Claros apresentou problemas em relação à doença, relatando alto índice de mortalidade –principalmente na sepse em idosos. Paralelo a isso, foi percebido a maior predisposição do sexo masculino pela patologia – apesar de nesse aspecto a cidade estar atrás da média nacional. Além de demonstrar o maior custo de tratamento dessa patologia na cidade, apesar de apresentar menor tempo de internação quando comparada com outros municípios do mesmo estado.

Palavras-chave: Sepse. Septicemia. Sepse Clínica. Sepse Cirúrgica.

APLICAÇÃO DE PLANEJAMENTO DE EXPERIMENTO: UM CASO NA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA.

BATISTA, João Cláudio Pinheiro
Docente das FIPMoc

Os métodos de filtração que utilizam membranas de fluxo tangencial consistem na separação dos sólidos dissolvidos ou em suspensão, em função do seu peso molecular e a sua dimensão. Criando um gradiente de pressão entre a retenção e a permeabilidade, a membrana atua como filtro. O tempo total da filtração tangencial depende basicamente dos fatores: temperatura do filtrado, velocidade do bombeamento do fluxo no interior da membrana, pressão de entrada do filtrado e pressão de saída do filtrado. O planejamento experimental é uma destas técnicas, que atualmente vem sendo usadas em grande escala. Por meio dele, pesquisadores determinam as variáveis que exercem maior influência no desempenho de um determinado processo. Esse é um dos objetivos do planejamento de experimento que em inglês é denominado Design Of Experiments (DOE). O presente estudo verificou a ocorrência de tempos de filtração superiores ao tempo de filtração estimado para o processo sob condições de controle, além de propor uma otimização dos principais parâmetros visando a redução de 25% do tempo médio calculado com base nos resultados históricos do processo em questão. Através da análise de dados históricos do processo de filtração tangencial foi verificado que a média histórica do tempo de processamento da filtração tangencial era de 35 horas com amplitude de 21 a 46 horas. De acordo com o fabricante do sistema de filtração tangencial, o sistema foi concebido para processar o volume de trabalho em até 24 horas. Após a análise estatística dos dados, foi decidido realizar um planejamento de experimento para avaliar quais fatores críticos ao processo de filtração poderiam influenciar na resposta tempo de processamento da filtração tangencial. As variáveis temperatura do filtrado, pressão de entrada e saída e velocidade de bombeamento do material filtrado foram no planejamento de experimento, obedecendo os critérios de aceitação máximo e mínimo de valores que o sistema foi projetado para trabalhar. Após a realização do planejamento de experimento, a média alcançada com a melhor configuração entre velocidade de bombeamento do filtrado e pressão de entrada e saída do filtrado foi de 22 horas com redução significativa da amplitude da variabilidade do tempo. Houve uma redução de 63% no tempo médio de processamento da filtração tangencial. A redução de cerca de 63% no tempo médio de processamento da etapa de filtração tangencial através da aplicação

da técnica estatística de planejamento de experimento mostrou que as ferramentas estatísticas são importantes métodos científicos utilizados na otimização de processos produtivos.

Palavras-chave: Planejamento de experimento. Filtração tangencial. Estatística. Otimização de processos.

APLICAÇÃO PRÁTICA DO LASER DE BAIXA INTENSIDADE NA ÁREA DA FISIOTERAPIA

MARTINS, Éder Ribeiro¹; MARQUES, Felipe Murta¹; SILVA, Luis Gustavo Almeida¹;
ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²
¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Introdução: O laser de baixa intensidade (LBI) é uma forma de fototerapia que envolve a aplicação de luz monocromática e coerente de baixa energia em vários tipos de lesões. Tem como principal efeito nos tecidos a natureza estimulatória, causando aumento do metabolismo celular, quimiotaxia e vascularização. Essas respostas possibilitam hoje a sua utilização em várias atividades de reparo tecidual. **Objetivo:** Examinar as publicações encontradas relativas à aplicação prática do laser de baixa intensidade na área da fisioterapia. **Método:** O presente trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva, no qual foram utilizados onze artigos científicos correspondentes ao intervalo do ano de 2000 a 2015, nos idiomas português e inglês. **Resultado:** Os artigos analisados evidenciam os benefícios da laserterapia em diferentes situações de aplicação. Foram encontrados quatro estudos que mostraram, por meio de ratos com Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica tratados com o LBI, uma diminuição do número de neutrófilos, da inflamação e uma regressão da doença; três pesquisas evidenciam uma melhora significativa da cicatrização de úlceras de pressão após tratadas com a laserterapia; e quatro trabalhos que comprovaram a eficiência do uso do LBI em reparo tecidual muscular, tendíneo e cutâneo em lesões, bem como os benefícios na recuperação muscular de atletas após atividade física. **Conclusão:** A laserterapia se mostra um recurso de grande utilidade na fisioterapia. Pode ser usada dentro da área respiratória, esportiva e dermatológica, uma vez que estudos comprovaram seu efeito antiinflamatório, cicatrizante e analgésico.

Palavras-chave: Laserterapia. Fisioterapia. LBI. Tratamento.

ARBITRAGEM INTERNACIONAL COMO FORMA ALTERNATIVA DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

MELO, Joana Pereira de¹; VELLOSO, Mário Augusto Lafetá¹
AMARAL, Rodrigo Santos²
¹Discente das FIPMOC; ²Docente das FIPMOC

Introdução: Os litígios internacionais não se restringem apenas a guerras e a conflitos que envolvem a violência e o uso da força: eles expandem-se para a análise de soluções pacíficas para eventuais contendas e disputas. Quando tratamos de conflitos internacionais, devemos considerar que cada Estado possui sua soberania e autonomia perante a comunidade internacional, o que inviabiliza qualquer imposição de leis locais para sanar conflitos de ordem internacional, pois as leis locais de um Estado só possuem vigência dentro dos limites territoriais do Estado que a produziu. Nesse sentido, o instituto do Direito Romano denominado arbitragem é reconhecido internacionalmente, assim, por meio deste as partes litigantes elegem um árbitro para solucionar a lide. O árbitro atua como juiz para sanar o embate e sua decisão torna-se obrigatória. A solução arbitral veio preencher o espaço decorrente da inexistência de tribunal e mesmo de regras únicas

para dirimir conflitos internacionais. Uma vez prolatada a decisão, o tribunal é desfeito e as partes litigantes se submetem à sentença exarada. **Objetivo:** Este estudo objetivou compreender e avaliar a viabilidade, a eficiência e a eficácia do método de solução de conflitos denominado arbitragem, no âmbito internacional. **Método:** A pesquisa empreendida para a produção deste relatório foi de natureza exploratória, ancorando-se em uma abordagem qualitativa. A pesquisa exploratória tem como objetivo explorar aspectos de uma situação não conhecida. Para a coleta de dados utilizou-se pesquisa bibliográfica a partir da análise de artigo publicado na rede mundial de computadores, a Internet. Foram utilizadas duas áreas do conhecimento humano: o Direito e a Sociologia. A análise e interpretação dos dados foram feitas à luz da literatura acerca do tema. **Resultados:** A presente pesquisa revelou que é mister a busca por meios de solução de conflitos, priorizando as medidas pacíficas. No âmbito internacional, cada Estado possui sua soberania e autonomia frente à comunidade internacional. Por este motivo é difícil – e talvez impossível – estabelecer um tribunal único que julgue todas as contendas internacionais, a partir de um ordenamento jurídico único. Diante desse cenário, o instituto da arbitragem internacional é reconhecido como um promissor instituto para saneamento das lides. **Conclusão:** A arbitragem tem se mostrado como um mecanismo hábil para a solução de conflitos no âmbito internacional. Ao escolherem o profissional que atuará como árbitro, as partes litigantes contarão com a certeza de conhecimento técnico adequado do profissional escolhido, de procedimento satisfatório que regerá a solução do conflito e de imparcialidade na sentença arbitral. Portanto, esta pesquisa nos permitiu concluir que as sentenças exaradas a partir dessa forma de solução de conflitos, além de legítimas, têm-se demonstrado céleres, seguras e sigilosas.

Palavras-chave: Arbitragem internacional. Solução pacífica. Conflitos internacionais.

AS COMPLICAÇÕES DA NEUROPATIA DIABÉTICA E A ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA

ALVES, Naiara Ferreira¹; ANTUNES, Bruna Laiane¹; CORDEIRO, Elaine Oliveira¹; QUEIROZ, Karine Gomes¹; SILVA, Isadora Karolyne Silva¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira².

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: As complicações clínicas decorrentes do diabetes *mellitus* emergem como uma das maiores ameaças à saúde, elevando os custos econômicos e sociais. As principais causas de morbi-mortalidade dos diabéticos são as complicações crônicas, que podem ser decorrentes de alterações na microcirculação. Entre as causas mais comuns de complicações está o pé diabético, caracterizado como infecção, ulceração e/ou destruição de tecidos profundos associados a alterações neurológicas (neuropatias periféricas), graus diferenciados de doença vascular periférica, deformidades osteoarticulares e alterações biomecânicas pela hipotrofia da musculatura intrínseca do pé. O método mais fidedigno de avaliação da neuropatia diabética é o uso do Estesiômetro ou Monofilamentos de *Semmes-Weinstein*, que quantifica o limiar de pressão nos respectivos dermatômos da pele, sendo de grande importância no diagnóstico e monitoramento das lesões nervosas. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo examinar as publicações encontradas relativas à atuação fisioterapêutica no tratamento de complicações da neuropatia diabética. **Método:** O presente trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva, no qual foram utilizados quinze artigos científicos correspondentes ao intervalo do ano de 2000 a 2015, no idioma português. A busca informatizada para localização dos artigos foi feita através de bancos de dados como *Bireme e Scielo*, empregando termos como “Fisioterapia” e “Diabetes”. Todo material colhido foi analisado e serviu como base para elaboração do artigo. **Resultados:** Dentre os estudos analisados, a neuropatia do pé diabético é uma complicação frequente de fato, principalmente em portadores de DM tipo 2. É consenso dentre os estudos a avaliação da sensibilidade no diabético ser realizada através do Estesiômetro.

Os diabéticos neuropatas apresentam força muscular alterada, diminuição das amplitudes de movimento do tornozelo e redução da sensibilidade tátil e térmica. O fisioterapeuta pode atuar não só na fase reabilitadora, mas precocemente, com uma intervenção voltada ao incentivo ao autocuidado pelo indivíduo, orientações e exercícios preventivos, propiciando uma melhor qualidade de vida ao indivíduo diabético. **Conclusão:** A atuação fisioterapêutica é importante tanto no tratamento de complicações da neuropatia diabética, quanto na prevenção destas. A conduta fisioterapêutica será baseada nas necessidades do paciente, sendo constituída principalmente por avaliações, programas de reeducação sensorial e orientações. O fisioterapeuta deve atuar juntamente com a equipe multiprofissional, promovendo melhora na qualidade de vida dos portadores.

Palavras-chave: Diabetes. Neuropatia. Fisioterapia. Estesiômetro. Sensibilidade.

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO (APAC): UMA ALTERNATIVA AO ATUAL MÉTODO PRISIONAL BRASILEIRO (?)

GOMES, Daniel Ferreira¹. TEIXEIRA. Ana Paula Fernandes². QUEIROZ, Carlos Frederico Bastos³.

1 Discente do Curso de Direito das FIPMoc. 2 Docente do Curso de Direito das FIPMoc. 3 Docente do Curso de Direito das FIPMoc

Introdução: A segregação social por motivo de cometimento de crimes é uma prática há muitos séculos presente nos meios em que vive o homem. No Brasil, em decorrência da criminalidade, a outro cenário não se poderia chegar senão ao de altos índices de encarceramento. **Objetivo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar, de forma panorâmica, a realidade dos apenados no Brasil, sobretudo, focando-se na ressocialização dos mesmos, operada pelo método aplicado pela Associação de Proteção e Assistência ao Condenado – APAC. E, ao final, identificar se referido método de cumprimento de pena é, ou não, alternativa ao sistema comum. **Método:** Para atender ao propósito deste trabalho, optou-se pela pesquisa bibliográfica, tendo como método de abordagem o dedutivo. **Resultado:** Observou-se, pois, que o sistema tradicional de cumprimento de pena no Brasil, embora tenha evoluído bem no que diz respeito ao ideal de tratamento humanizado que deve ser ofertado aos condenados, especialmente pela edição de leis que preconizam a observância da dignidade humana, a situação do preso custodiado pelo Estado brasileiro ainda é bastante precária. É dizer, em que pese a existência de previsão legal que vincula a atuação estatal a ações que devam ser voltadas à retribuição e prevenção a novos crimes, bem como à ressocialização do preso, o que se apura é que o egresso do sistema prisional não tem expectativa de vida digna. A ociosidade, violência e o desrespeito aos direitos fundamentais é o que, de modo geral, vigora dentro dos estabelecimentos penais pátrios. Contudo, pôde-se observar que exatamente neste cenário desfavorável à ressocialização do apenado foi que surgiu um método de execução penal absolutamente voltado à valorização da pessoa humana, o Método APAC. Através do qual, o condenado, ali chamado de reeducando, tem assegurado o direito de acesso à saúde, à educação e ao trabalho. **Conclusão:** Concluiu-se que o método aplicado pela APAC, por meio de uma abordagem humanizada junto aos apenados mantidos sob sua responsabilidade, apresenta-se como alternativa ao método tradicional de cumprimento de pena, atualmente operante no Brasil.

Palavras-chave: Cumprimento de pena. Sistema prisional brasileiro. Método APAC.

ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NA DOENÇA DE ALZHEIMER

SANTOS, Lorryne Alkmim¹; MEINBERG, Wander Luiz¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²

1Discentes das FIPMOC; 2Docente das FIPMOC.

Introdução: o envelhecimento é caracterizado como a fase final do ciclo da vida. Esta fase apresenta algumas características físicas, psicológicas, sociais e debilitantes, dos quais se destaca a diminuição da capacidade funcional, trabalho e resistência, aparecimento da solidão, calvície, perda dos papéis sociais, prejuízos psicológicos, motores e afetivos. Muitos problemas refletem diretamente à saúde dos idosos no processo de envelhecimento, como por exemplo, a doença de Alzheimer. A doença de Alzheimer é caracterizada como uma forma de demência que afeta o idoso e compromete progressivamente sua integridade física, mental e social, acarretando uma situação de dependência total com cuidados cada vez mais complexos, quase sempre realizados no próprio domicílio. **Objetivo:** o objetivo do estudo foi examinar as publicações encontradas em relação à atuação da fisioterapia na doença de Alzheimer, bem como seus recursos e benefícios. **Método:** o presente trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva, realizada através de bancos de dados como *bireme e scielo*, na qual foram utilizados 20 artigos científicos correspondentes ao intervalo de 2005 a 2013, no idioma português. **Resultado:** os artigos analisados evidenciam que tratamento fisioterapêutico teve papel fundamental na estimulação do paciente, fazendo uso de técnicas como cinesioterapia, hidroterapia, método kabat, estimulação do padrão diafragmático, movimentação passiva e movimentos finos, alongamentos e caminhadas, que trazem resultados benéficos para os pacientes portadores da doença. Além disso, foi verificado que o fisioterapeuta ainda orienta em relação às atividades de vida diária, aos cuidados com os pacientes acamados e as formas de manuseios e transferências. **Conclusão:** a fisioterapia tem papel fundamental na reabilitação do paciente com doença de Alzheimer, uma vez que os principais aspectos da assistência são preventivos e elaborados para manter o indivíduo mais ativo e independente possível.

Palavras-chave: Fisioterapia. Doença de Alzheimer. Demência. Reabilitação. Envelhecimento.

ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NAS COMPLICAÇÕES CAUSADAS PELA ASMA

MARQUES, Felipe Murta¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira².

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A asma é uma doença inflamatória que se caracteriza por uma resposta exacerbada das vias aéreas inferiores, de caráter crônico. A médio e longo prazo, o paciente pode apresentar alterações que envolvem principalmente a mecânica respiratória, o que gera desvios de postura, dores e fadiga muscular, deformidades, além de comprometer a qualidade de vida dos mesmos. **Objetivo:** Examinar as publicações encontradas relativa à atuação da fisioterapia nas complicações causadas pela asma. **Método:** O presente trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva, no qual foram utilizados nove artigos científicos correspondentes ao intervalo do ano de 2002 a 2012, no idioma português. **Resultados:** Os artigos analisados evidenciam os benefícios da fisioterapia nas complicações causadas pela asma. Houve uma melhora significativa dos parâmetros cardiorrespiratórios e um aumento nos valores do PFE (Pico de Fluxo Expiratório), da PImáx (Pressão inspiratória máxima) e da PEmáx (Pressão expiratória máxima). Além disso, durante a aplicação dos protocolos de tratamentos fisioterapêutico foi identificada uma melhora na qualidade de vida dos pacientes asmáticos e uma diminuição da

necessidade do uso de medicamentos e do número de internações. **Conclusão:** A fisioterapia é de grande importância, uma vez que auxilia os pacientes asmáticos a lidarem, de maneira eficiente, com a doença, melhorando assim padrões e alterações que a mesma pode ocasionar no indivíduo.

Palavras-chave: Asma. Fisioterapia. Complicações. Tratamento.

ATUAÇÃO DA FISIOTERAPIA NOS PORTADORES DE SÍNDROME DE DOWN

SILVA, Mariana Desalira¹; LADEIA, Verlane Cardoso¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso
Ferreira²

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A Síndrome de Down é uma doença caracterizada por trissomia do cromossomo 21, podendo apresentar alterações neuromusculares e osteoarticulares, além das alterações no Sistema Nervoso levando a criança a apresentar atraso do desenvolvimento motor e consequentemente a necessidade da inserção do portador desta síndrome em programa de estimulação precoce, com uma equipe multidisciplinar, principalmente a fisioterapia. A fisioterapia deve atuar de maneira precoce nos indivíduos com Síndrome de Down auxiliando na aquisição dos marcos motores e estimulando o potencial de desenvolvimento sensorial, motor e cognitivo da criança. **Objetivo:** o objetivo deste estudo foi examinar as publicações encontradas relativas a atuação da Fisioterapia nos portadores de Síndrome de Down. **Método:** O presente trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva, no qual foram utilizados 22 artigos científicos correspondentes ao intervalo do ano de 2000 a 2015, no idioma português. A busca informatizada para localização dos artigos foi feita através de bancos de dados como *Scielo*, *Acta Fisiátrica Lilacs*. **Resultado:** Os artigos analisados evidenciam que o tratamento fisioterapêutico está voltado para a elaboração de propostas que estejam de acordo com as necessidades do paciente e com problemas referentes aos ajustes posturais frequentes na síndrome de Down. Foi verificado que a estimulação precoce, a cinesioterapia e a equoterapia são essenciais no tratamento dessas crianças visando aperfeiçoar o desenvolvimento neuropsicomotor. **Conclusão:** A intervenção fisioterapêutica nos portadores de síndrome de Down é de fundamental importância, uma vez que, aos serem estimulados, apresentam potencial para se tornarem adultos independentes em suas atividades de vida diária e se integrem na sociedade.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Fisioterapia. Estimulação. Tratamento. Criança.

ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NO TRATAMENTO DE PACIENTES PORTADORES DE HIPERTENSÃO ARTERIAL

SANTOS, Mariely Nunes dos¹; AQUINO, Victor Matheus Gomes de¹; ESCOBAR, Érika
Goulart Veloso Ferreira².

1Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

Introdução: A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma síndrome multifuncional cuja prevalência é preocupante devido a sua alta incidência em especial na população urbana adulta. A partir da identificação dos fatores de risco, o diagnóstico de HAS e a classificação da mesma é realizada a intervenção fisioterapêutica. **Objetivo:** Investigar a atuação do fisioterapeuta no tratamento dos pacientes portadores da Hipertensão Arterial. **Método:** Essa revisão foi criada a partir de uma pesquisa e leitura de artigos que abordavam o tema proposto, a Hipertensão Arterial sob tratamento fisioterapêutico. Para encontrarmos, foi realizada uma busca de artigos científicos que abordavam este assunto em sites conhecidos de buscas onde encontramos artigos relevantes em todas as línguas. **Resultados:** A atividade física praticada por um portador de hipertensão

arterial (HAS) exige cuidados especiais. O tipo de exercício físico a ser recomendado merece consideração. Estudos mostram que os efeitos benéficos são devido à utilização de exercícios do tipo aeróbico durante períodos de 2 a 3 horas por semana. O efeito efetivo da atividade aeróbica será sentido após 3 a 4 meses de atividade regular. **Conclusão:** A intervenção fisioterapêutica provoca importantes adaptações autonômicas e hemodinâmicas, importante no tratamento de grau leve a moderado, sendo possível diminuir dosagem de medicamentos anti-hipertensivos ou mesmo controle da pressão arterial sem adoção de medidas farmacológicas.

Palavras-chave: Hipertensão arterial. Tratamento não farmacológico. Fisioterapia. Prevenção. Fatores de risco.

ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NO PÓS OPERATÓRIO DE LIPOASPIRAÇÃO

ALVES, Naiara Ferreira¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira².
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

Introdução: Dentre os diversos tipos de intervenções cirúrgicas na área da estética, a lipoaspiração vem sendo a cirurgia plástica mais utilizada por indivíduos que apresentam gordura localizada, flacidez, diástase abdominal, abaulamentos e hérnias. A eficácia da cirurgia plástica não depende apenas do ato cirúrgico, mas envolve também os cuidados no pré e pós-operatório, que previnem possíveis complicações e proporcionam um resultado estético mais satisfatório. O tratamento fisioterapêutico proporciona melhora do quadro geral do paciente sob o aspecto físico e funcional, prevenindo seromas, aderências cicatriciais, parestesias nos locais lipoaspirados, cicatriz hipertrófica, queloides e fibroses de difícil resolução. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo examinar as publicações encontradas relativas à atuação fisioterapêutica no pós-operatório de lipoaspiração. **Método:** O presente trabalho foi desenvolvido através de uma revisão bibliográfica descritiva, no qual foram utilizados dez artigos científicos correspondentes ao intervalo do ano de 2003 a 2013, no idioma português. A busca informatizada para localização dos artigos foi feita através de bancos de dados como *Bireme e Scielo*, empregando termos como “Fisioterapia” e “Lipoaspiração”. Todo material colhido foi analisado e serviu como base para elaboração do artigo. **Resultados:** Os artigos analisados evidenciam que a principal técnica fisioterapêutica utilizada no pós-operatório de lipoaspiração é a drenagem linfática manual, seguida pelo ultrassom. Estas técnicas apresentam bons resultados na prevenção e no tratamento de complicações pós-cirúrgicas. **Conclusão:** A fisioterapia apresenta papel importante no tratamento e na prevenção de complicações advindas da lipoaspiração, uma vez que os recursos terapêuticos utilizados na fisioterapia dermatofuncional são importantes para prevenir e/ou atenuar as complicações pós-operatórias.

Palavras-chave: Lipoaspiração. Cirurgia Plástica. Fisioterapia. Tratamento. Pós-operatório.

AVALIAÇÃO DA SENSIBILIDADE EM PACIENTES DIABÉTICOS NEUROPATAS ATRAVÉS DO ESTESIÔMETRO

AQUINO, Victor Matheus Gomes; COSTA, Maurício Silva da¹; LOPES, Ana Luiza Pires¹; MARCATO, Ana Carolina Souza¹; SILVA, Ana Tereza Mota¹; ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira²
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

Introdução: O *Diabetes Mellitus* (DM) constitui um dos maiores problemas de saúde no mundo devido a sua elevada taxa de morbidade e mortalidade. Existem essencialmente dois tipos de diabetes: tipo I e o tipo II. Não havendo um controle correto da doença podem surgir algumas complicações, como problemas de visão (retinopatia), problemas nos rins (nefropatia) e problemas neurológicos (neuropatias). A neuropatia diabética periférica é uma das complicações mais importantes que afetam o sistema nervoso periférico em decorrência da desmielinização

segmentar dos nervos, retardando a velocidade de condução dos estímulos sensitivos e levando à diminuição ou perda de sensibilidade protetora nos pés. O portador da doença está propenso ao trauma mecânico e ao surgimento de úlceras, que conseqüentemente, pode acarretar a perda segmentar dos membros inferiores. A sensibilidade do diabético neuropata pode ser avaliada através dos testes de sensibilidade térmica, vibratória e tátil. Para avaliar a sensibilidade tátil é utilizado o Estesiômetro. O Estesiômetro ou Monofilamento de Semmes-Weinstein é um estojo contendo seis filamentos de náilon coloridos, onde cada cor (0,05g, 0,2g, 2,0g, 4,0g, 10,0g e 300,0g) indica a força axial necessária para envergar o filamento, a fim de avaliar e monitorar o grau de sensibilidade cutânea à percepção de força. **Objetivo:** O objetivo desse estudo foi examinar as publicações encontradas relativas à avaliação da sensibilidade em pacientes diabéticos neuropatas com o uso do Estesiômetro ou Monofilamento de Semmes-Weinstein e demais instrumentos de avaliação. **Método:** Trata-se de uma revisão bibliográfica descritiva, realizada através de bancos de dados como *Bireme, Lilacs e Scielo*, no qual foram utilizados 21 artigos científicos correspondentes ao intervalo de 1999 a 2016, no idioma português. **Resultados:** Os artigos analisados evidenciam que o uso do Estesiômetro ou Monofilamento de Semmes-Weinstein e de outros instrumentos de avaliação detectaram alterações de sensibilidade nos pés dos diabéticos neuropatas. Além disso, essas avaliações são importantes, pois norteiam o fisioterapeuta a respeito do procedimento mais adequado que se deve realizar frente ao indivíduo diabético neuropata. **Conclusão:** Conclui-se que o Estesiômetro ou Monofilamento de Semmes-Weinstein e demais instrumentos são essenciais para detectar níveis de sensibilidade em pacientes diabéticos neuropatas.

Palavras-chave: Diabetes. Avaliação. Sensibilidade. Estesiômetro. Fisioterapia.

AValiação DAS PROPRIEDADES MECâNICAS DO POLILACTATO (PLA)

XAVIER ROCHA, Túlio Brandão¹, CARVALHO JR, Álvaro Barbosa de²

¹Discente do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc. ²Docente do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc

Introdução: Nos últimos anos tem sido observado um aumento no uso de materiais poliméricos, sendo necessário cada vez mais estudos com o intuito de reciclar e/ou reaproveitar esses materiais. Atualmente, estima-se que mais 30 mil tipos de polímeros estão disponíveis comercialmente como utensílios em diversas áreas de aplicação. Entretanto, o descarte inadequado dos resíduos provenientes desses materiais tem provocado diversos danos ao meio ambiente. Nesse sentido, os polímeros biodegradáveis ocupam um lugar de destaque por contribuir com a diminuição dos impactos ambientais. Polímeros biodegradáveis, como por exemplo o Polilactato (PLA), são geralmente constituídos por uma matriz vegetal, podendo ser uma alternativa ao uso dos polímeros derivados de petróleo. Assim, é de fundamental importância a caracterização de suas propriedades mecânicas para análise comparativa com os demais tipos de polímeros. **Objetivo:** Caracterizar as propriedades mecânicas dos rejeitos de PLA procedentes de uma impressora 3D e comparar com as propriedades mecânicas dos polímeros comerciais derivados de petróleo. **Método:** Três corpos-de-prova prismáticos com dimensões aproximadas de 30 mm x 30 mm x 10 mm foram produzidos em PLA utilizando uma impressora 3D. Em seguida, as amostras foram polidas em meio aquoso com lixas nº 100 e nº 1200. A fratura frágil das amostras foi avaliada pelo critério de Griffith e as tensões normal e de cisalhamento foram medidas utilizando uma máquina de ensaios universal. Para as medidas de dureza, um indetador Brinell com diâmetro de 10 mm foi acoplado à máquina de ensaios universal. Os resultados foram comparados e discutidos em relação aos dados tabelados dos polímeros derivados de petróleo. **Resultados:** Os valores calculados para fratura frágil, dureza, tensões normal e de cisalhamento são compatíveis com os valores encontrados para vários polímeros derivados de petróleo, tais como a PET.

Conclusão: Os resultados desse estudo mostraram a possibilidade de aplicação dos rejeitos de PLA nas áreas da engenharia mecânica, engenharia civil e arquitetura.

Palavras-chave: Impressora 3D. PLA. Propriedades Mecânicas

BAIXO PESO AO NASCER E FATORES ASSOCIADOS EM NEONATOS

MATOS, Rafael Rocha Lima¹; FERREIRA, Tiago Vinicius dos Santo²; SEGUNDO, Edimilson Castro Teixeira³; XAVIER, Yuri Carvalho⁴; SOUZA, Rafael Artur Lopes⁵; MAIA, Isabel Aragão⁶

¹ Discentes do 4º período de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros.

² Fisioterapeuta das Unidades de Terapia Intensiva do Hospital Aroldo Tourinho e Senhora Santana. Mestre em Ciências –FMUSP

Introdução: O baixo peso ao nascer é um dos fatores determinantes da mortalidade neonatal, da propensão do retardo de crescimento e de déficit neuropsicológico pós-natal, podendo repercutir na saúde do adulto. Outro aspecto preocupante quanto às consequências da prematuridade ou do baixo peso ao nascer no longo prazo é que o inadequado crescimento fetal e nos primeiros anos de vida aumenta o risco de doenças crônicas como hipertensão arterial, infarto do miocárdio e diabetes na vida adulta. **Objetivo:** Analisar os fatores maternos, da gestação e do parto que influenciam no baixo peso ao nascer. **Método:** Estudo retrospectivo, descritivo com o intuito de analisar a associação entre o peso ao nascer e as variáveis maternas, do recém-nascido, da gestação e parto, presentes no SINASC referente ao ano de 2013, na cidade de Montes Claros-MG. Os dados foram analisados em forma de tabelas editadas em um programa de texto com suas variáveis em função do tempo. **Resultados:** A variável “idade da mãe” apresentou maior associação com baixo peso na faixa etária de 10-19 anos, com porcentagem equivalente a 11,5%. Em relação ao “sexo do RN”, foi verificada maior prevalência de baixo peso em recém-nascidos do sexo feminino, representando 9,95% dos casos. Constatou-se maior percentual (30,2%) de baixo peso em RNs cujas mães não realizaram pré-natal. Na “instrução materna”, verificou-se maior percentual de RN com baixo peso em mulheres com instrução entre 1-7 anos, com 11,25%. Em gestações com duração <37 semanas, o número de RNs com baixo peso representa 56,45%, já em gestações >37 semanas houve 4,49 % de RNs com baixo peso. Contudo, ao se analisar a variável “tipo de parto”, verificou-se maior prevalência de RN com baixo peso em bebês nascidos de parto cesáreo com porcentagem de 10,9%, e percentual inferior em bebês nascidos de parto vaginal, representado por 7,9%. **Conclusão:** Dentre os dados analisados, o de maior destaque é o número de consultas pré-natais realizadas tendo influência direta na saúde materno-infantil. Portanto, verifica-se a necessidade de se expandir e melhorar a acessibilidade ao pré-natal tendo como objetivo principal a promoção da educação em saúde materna, prevenindo assim possíveis doenças e complicações ao neonato.

Palavras-chave: Baixo peso ao nascer. Consulta pré-natal. Saúde materna

BOTULISMO: INCIDÊNCIA EM ÂMBITO NACIONAL

GUIMARÃES, Ana Luisa¹, DANTAS, Fernanda¹, FADIGAS, Ludmila¹, ALVES, Thauan¹, PRINCE, Karina Andrade².

¹ Discente das FIPMoc; ² Docente das FIPMoc

Introdução: O Botulismo é uma emergência médica que cursa com paralisia descendente, atingindo o sistema nervoso periférico, resultando em comprometimento da vida. É causada pelas toxinas produzidas pela bactéria *Clostridium botulinum*, apresentando-se nas modalidades alimentar, intestinal, indeterminada e de botulismo de feridas. **Objetivo:** Analisar a incidência do botulismo em âmbito nacional entre os anos de 2008 a 2014. **Métodos:** A base de dados utilizada

foi proveniente do Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN), com escolha dos dados que se relacionam com variáveis sociodemográficas indicativas de maior acometimento individual e mortalidade. Tais variáveis foram: sexo, faixa etária, raça, escolaridade e região habitada. Utilizou-se o software Excel (Office 2010) para gerenciamento e análise dos dados. **Resultados:** 2009 foi o ano com maior número de notificações (27, 66%), com predomínio da forma alimentar (93,6% dos casos). Totalizou-se 47 acometimentos notificados de 2008 a 2014, com nove destes evoluindo á óbito. Quanto ao sexo verificou-se a prevalência masculina em número de casos (53,3%), e faixa etária predominante 20-39 anos figurando com 48,9 % das notificações. A raça branca portou maior número de casos 59,7%. Quanto ao grau de escolaridade, os declarados como possuidores do ensino fundamental completo contabilizaram 39,1% dos acometimentos. Por fim, a região sudeste foi a detentora do maior número de casos (38,3%) do total. **Conclusão:** A apresentação do botulismo em âmbito nacional se da em forma de surto, não caracterizando uma patologia de grande acometimento epidemiológico. Entretanto, devido a sua letalidade se faz necessário uma melhor caracterização de sua incidência, bem como melhor manejo dos recursos públicos e capacitação profissional na sua abordagem hospitalar.

Palavras-chave: Botulismo. Incidência. Letalidade.

CALÇADAS IRREGULARES

COSTA, Ellen Cristine Machado Costa¹; QUEIROZ, Érica Karine Ramos²
1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

Introdução: A cidade de Montes Claros possui calçadas com problemas quanto à construção e sua manutenção, apresentando o dimensionamento incorreto e um péssimo estado de conservação. **Objetivo:** Esse estudo seguiu as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e a LEI Nº 3.745 do município que regulamenta a construção e a manutenção das calçadas, com o objetivo de analisar a adequação das calçadas e debater sobre o impacto na vida dos pedestres, principalmente, dos deficientes. **Método:** Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, que propõe uma análise, a partir das perspectivas da população, com base em entrevista com cadeirantes, pesquisa de campo e pesquisa documental em normas e leis. **Resultados:** Preocupados com o bem estar da população e a adequação das vias públicas à necessidade principalmente dos pedestres idosos e portadores de deficiência motiva, esse estudo aponta a necessidade de as prefeituras proporem melhorias, adequações nos seus passeios públicos. Os passeios apresentam principalmente elevações acima de 15 mm e sem sinalização com piso tátil, além dos buracos, placas e cestas de lixo impossibilitando o trânsito seguro dos pedestres. Porém foram feitas obras de padronização das calçadas apenas no centro da cidade. Dessa forma, pôde-se observar que é muito frequente o descaso ao transeunte, principalmente com aqueles que sofrem algum tipo de dificuldade de locomoção, que se arriscam nas vias em meio aos automóveis. **Conclusão:** Portanto, é de extrema importância que o poder público apresente projetos de intervenção com ações que certifiquem que o direito de ir e vir seja cumprido.

Palavras-chave: Calçada. Acessibilidade. Fiscalização.

CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E SUA EFETIVAÇÃO

RIBEIRO, Igor Coelho Antunes
Mestrando em Desenvolvimento Social pela UNIMONTES

Introdução: A concretização do princípio da capacidade contributiva tem se tornado tarefa das mais importantes no direito tributário. **Objetivo:** O presente trabalho tem por objetivo demonstrar a importância das técnicas de tributação que procuram efetivar a capacidade contributiva. **Método:** Utilizar-se-á o método dedutivo de análise na apreciação dos elementos indissociáveis da capacidade contributiva como pressupostos mínimos à sua efetivação. **Resultados:** No sistema jurídico brasileiro, é possível encontrar alguns elementos que possibilitam a tributação levando-se em conta o princípio da capacidade contributiva. As técnicas da progressividade, proporcionalidade e seletividade, nesse sentido, expressam o cumprimento da tributação contributiva segundo a capacidade econômica do contribuinte. A progressividade constitui a técnica pela qual, a partir do momento em que ocorre o aumento da base de cálculo, aumenta-se também a alíquota, fazendo com que o contribuinte possa ser mais tributado se ele possui uma maior capacidade econômica. Nesses casos, tanto sua alíquota quanto sua base de cálculo pode ser alterada, sendo, ambas, variáveis. A proporcionalidade, por sua vez, pressupõe apenas uma base de cálculo variável, enquanto sua alíquota é sempre invariável. A seletividade, por fim, é a técnica de incidência dos tributos indiretos onde suas alíquotas variam na razão inversa da essencialidade do bem, ou seja, quanto maior sua essencialidade, menor o valor a ser pago mediante tributo. **Conclusão:** Conclui-se, pois, que ao consagrar o princípio da capacidade contributiva, o sistema jurídico consagra também os meios pelos quais referido princípio será alcançado, assumindo a progressividade, proporcionalidade e seletividade importante função na sua concretização.

Palavras-chave: Progressividade. Proporcionalidade. Seletividade.

CARACTERIZAÇÃO MOLECULAR *Guazuma ulmifolia* Lam. USANDO MARCADORES FITOGENÉTICOS

FRANÇA, Adillio Luiz¹; NUNES, Marta Rodrigues Barbosa²; SILVA, Fernanda Afonso Oliveira³; FONSECA, Andre Luiz⁴; SOUZA, Adson Leonardo Mendes⁵; SILVA, Jéssica Nayara Basilio⁶; GUIMARÃES, Victor Hugo Dantas⁷.

¹Graduando em Ciências Biológicas Bacharelado; ²Mestranda em Ciências Agrárias, UFMG; ⁴Engenheiro Ambiental

Introdução: A mutamba (*Guazuma ulmifolia* Lam.) é uma planta com usos medicinais, pertence à família Malvaceae, conhecida como caulote (México), coco-coquillo (Bolívia), guazimo (Equador), xuyuy pixoy (Guatemala) e mutamba, araticum bravo, Chico magro (Brasil). É uma árvore de porte médio, ocorre em toda a América Latina. No Brasil esta espécie se estende desde a região amazônica até o Estado do Paraná. É pantropical, semidecídua, heliófita, é calcífila, é nativa, mas não endêmica do Brasil. Na medicina popular, é tradicionalmente utilizada em vários países, incluindo o Brasil, Guatemala, Haiti, México e Belize para tratar a bronquite, queimaduras, diarreia, asma, inflamações, e alopecia. **Objetivo:** A caracterização molecular da *Guazuma ulmifolia*, descobertas de novos marcadores e aplicação biotecnológica da espécie. **Método:** Neste estudo foram caracterizados 6 genótipos de *Guazuma ulmifolia* provenientes da zona rural localizada no município de Montes Claros, MG. Foram coletadas folhas jovens, expandidas e sadias de cada um dos genótipos selecionados. Cada folha, isoladamente, foi envolta em papel alumínio e congelada para o transporte Universidade Estadual de Montes Claros, Laboratório de Genética, até uso posterior. No Laboratório, o DNA genômico foi extraído de aproximadamente 100 mg de folhas segundo o método CTAB descrito por Doyle e Doyle (1990), modificado com base em (ALCÂNTARA *et al.* 2008). Os produtos de amplificação foram separados por eletroforese em gel de agarose 1,5% em tampão de corrida TBE 1X, com voltagem constante de 85 V por aproximadamente quatro horas. Os tamanhos dos fragmentos amplificados

foram estimados, por comparação, com o marcador molecular de 100 pb DNA Ladder. A coloração do gel foi realizada com brometo de etídeo ($0,6 \text{ ng mL}^{-1}$). Em seguida os géis foram visualizados em transiluminador UV e foto documentado com câmera digital. **Resultados:** Segundo a classificação de (BOTSTEIN et al. 1980), marcadores com valores de PIC superiores a 0,5 são considerados muito informativos, valores entre 0,25 e 0,50 mediamente informativos, e valores inferiores a 0,25, pouco informativos. O PIC representa a existência de variabilidade, a qual será maior com valores mais altos de PIC. Assim, marcadores ISSR que apresentam essa característica são os mais indicados para estudos de variabilidade (Ribeiro, 2011). Dos 8 marcadores utilizados, 3 apresentaram o PIC acima de 0,25 [UBC 807 (PIC= 0,303), UBC 847(PIC= 0,329) e UBC 810 (PIC= 0,275, sendo, portanto os mais recomendados para análise da diversidade em *Guazuma ulmifolia*. **Conclusão:** As análises com base nos marcadores ISSR proporcionaram baixos valores de bandas por primer, além dos primers utilizados serem pouco informativos em relação aos valores de PIC. De forma geral, os genótipos avaliados apresentaram baixa diversidade genética entre si e visando o aumento da variabilidade genética sugere-se o acréscimo de novos genótipos de diferentes populações naturais.

Palavras-chave: Cerrado. Marcadores Moleculares. *Guazuma ulmifolia*.

REFERÊNCIAS:

ALCÂNTARA, B. K; SIQUEIRA, M. V. B. M; VEASEY, E. A. Comparação de métodos de extração de DNA de teca (*Tectona grandis* L. f.) para estudos de caracterização genética usando SSR. In: 54º Congresso Brasileiro de Genética, 16 a 19 de setembro de 2008, p.35.

DOYLE, J.J.; DOYLE, J.L. Isolation of plant DNA from fresh tissue. Focus, v.12, p.13-15, 1990.

CENTRO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG.

SANTIAGO, Bruna Cristina¹; RODRIGUES, Camila Cunha¹; QUEIROZ, Maria Fernanda M.¹; SILVEIRA, Letícia Gabrielle B.¹; FREIRE, Mayra R.da C.¹; MESQUITA, Cynara Silde²
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O centro de resolução de conflitos e cidadania de Montes Claros tem o intuito de solucionar conflitos entre os litígios e consegue oferecer amplo acesso à justiça, sem custos, sem demora, sem grandes formalidades, trazendo proveitos para todos os envolvidos. **Objetivo:** Foi verificado Funcionamento do centro de resolução de conflitos e suas vantagens para cidade Montes Claros-MG. **Método:** Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagens qualitativa, que se iniciaram em uma entrevista com o Juiz de direito Dr. Richardson Xavier e dessa forma, foi possível proporcionar um conhecimento maior acerca do tema. Após a entrevista foi feito um relatório esclarecendo o funcionamento e utilidades do centro de resolução de conflitos para a cidade de Montes Claros. **Resultados:** Foi possível analisar que o centro de resolução de conflitos da cidade de Montes Claros é de suma importância para o fim dos litígios em função de facilitar para o judiciário nas demandas. **Conclusão:** Conclui-se que os métodos extrajudiciais são em benefícios a sociedade, uma vez que, contribuem para resolver os conflitos de maneira eficaz, rápida e com um custo menor, ou seja, oferecendo a todos o acesso à justiça, bem como garantir a dignidade humana, sem muita burocracia.

Palavras-chave: Conflitos. Benefícios. Demanda. Judiciário.

CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE MONTES CLAROS*

Trabalho vinculado ao Projeto de iniciação científica “Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUS): benefícios em prol da celeridade processual” desenvolvido nas FIPMoc com apoio da FAPEMIG.

AGUIAR, Isabela Mesquita Veloso de¹; VELOSO, Cynara Silde Mesquita².

¹Discente das FIPMoc e Bolsista da FAPEMIG; ² Docente das FIPMoc, UNIMONTES e FAVAG. Coordenadora do Curso de Direito das FIPMoc.

Introdução: A maior reclamação dos cidadãos no que tange ao acesso à justiça decorre da morosidade na prestação da tutela jurisdicional. Em virtude disso, a Comarca de Montes Claros – MG instalou um Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) para que o processo tenha uma duração razoável. O Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução n. 125, de 29 de novembro de 2010, que determinou a Política Judiciária Nacional de tratamento de conflitos de interesse. Por sua vez, a Resolução n. 661/201 instituiu em todas as comarcas os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. Essa unidade do Poder Judiciário atua como alternativa à resolução consensual de conflitos por meio de audiências e sessões de conciliação e mediação processuais e pré-processuais, almejando alcançar a pacificação social. Além disso, os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania têm por escopo disseminar a cultura da paz ao invés da cultura da sentença e dar efetividade na solução de conflitos e prevenir demandas judiciais. **Objetivo:** O presente estudo busca investigar os benefícios do Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania de Montes Claros, que foi instalado em 15 de janeiro de 2015, em prol da celeridade processual. **Método:** Será realizada uma pesquisa exploratória de natureza quantitativa. Quanto ao instrumento de coleta de dados será realizada pesquisa documental baseada nos dados do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Montes Claros, além disso. Quanto à técnica de pesquisa será realizada a pesquisa bibliográfica e pesquisa da legislação que disciplina os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania em Minas Gerais, bem como será realizado estudo do Novo Código de Processo Civil que regulamenta o funcionamento dos CEJUSC, bem como os princípios norteadores da mediação e arbitragem. **Resultados.** Analisando-se os resultados parciais obtidos pelos CEJUSCs já em funcionamento no Brasil, contata-se a eficácia dos Centros na resolução de conflitos. Em relação à fase pré-processual de audiências cíveis e de família, o índice de conciliações atingiu 70% (de um total de 20.203 audiências) em 2012, 74% (de um total de 59.312 audiências) em 2013 e 68% (de um total de 86.104 audiências). Na fase processual, verifica-se que em 2012 foram realizadas 18.632 audiências cíveis e de família, das quais o percentual de conciliação atingiu 54%, em 2013 foram realizadas 58.677 audiências e o percentual de conciliação foi de 68% e em 2014 foram realizadas 92.825 audiências e o percentual de conciliação foi de 52%. **Conclusão:** O método proposto pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania demonstra um índice satisfatório de eficácia no Brasil, conseqüentemente também pode apresentar benefícios na Comarca de Montes Claros em prol da celeridade processual.

Palavras-chave: Poder Judiciário. Celeridade. Mediação.

COMPOSIÇÃO E UTILIZAÇÃO COMO REPELENTE DO ÓLEO ESSENCIAL DE CITRONELA

RAMOS, Stephanie Emanuely Muniz¹; BERALDO, Bárbara Oliveira¹;
MARTINS, Cindy Evelyn Oliveira¹; CATRINCK, Tereza Cristina Pimenta
Gonçalves.

¹Discente de Engenharia Mecatrônica, FIPMoc. ²Docente das FIPMoc

Introdução: A citronela (*Cymbopogon winterianus* e *Cymbopogon nardus*) pertence à família *Poaceae* e é originada do Ceilão e da Índia. Possui em sua composição um óleo essencial que tem como componentes majoritários os monoterpenos acíclicos, citronelal, geraniol, e citronelol. Uma das utilizações do óleo essencial de citronela é na fabricação de perfumes, cosméticos e repelentes contra insetos, fungos e bactérias. **Objetivo geral:** Esse estudo tem como finalidade conhecer os componentes da citronela e seus benefícios como repelente. **Método:** Realizou-se nesse estudo em levantamento bibliográfico através de pesquisas na base SciELO. Foram selecionados 13 textos de 27 artigos, considerando os que apresentavam como palavra-chave “citronela” e “óleos essenciais”, com publicação no período de 2009 a 2013. A partir da leitura dos textos foram retiradas as principais informações apresentadas por cada um nos itens resultados, discussões e conclusão. **Resultados:** Apurou-se que quanto aos constituintes, são comuns vários fatores interferirem em sua composição como a origem da planta, parte da planta utilizada, condições climáticas, solo entre outros. Na China é muito usada para dores reumáticas e repelente de insetos. O órgão americano *United States Environmental Protection Agency* considera o óleo essencial de citronela um tipo de Biopesticida que não agride a saúde humana, os compostos *monoterpênicos limoneno, citronelal, geraniol e neral*, atuando na defesa química da planta contra a ação de predadores. A utilização do óleo essencial como inseticida é uma prática antiga, mas ainda eficaz. O óleo essencial de citronela tem características de ter atividade inseticida sobre vários mosquitos sendo um deles o *Aedes Aegypti*, vetor da Dengue, *Zika* e *Chikungunya*. Pelo fato desse óleo ser extremamente volátil sua proteção será de pouca duração, menos de 20 minutos a até duas horas em concentrações de 5 a 100%, mas em comparação com outros repelentes não naturais ele possui a vantagem de não ser prejudicial à saúde e ter menor custo. **Conclusão:** Concluímos que, com a averiguação e a sistematização das informações, a citronela tem variações no que diz respeito a sua composição em virtude de vários fatores. O óleo essencial de citronela é um excelente repelente, pois além de não ser prejudicial à saúde, também tem custo módico, porém deve-se ter diligência com o tempo de proteção devido sua volatilidade.

Palavras-chave: Citronela. Repelente. Benefícios.

COMPROMETIMENTOS NEUROMOTORES EM CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL

AQUINO, Victor Matheus Gomes de¹; SANTOS, Mariely Nunes dos¹;
ESCOBAR, Érika Goulart Veloso Ferreira².

¹Discentes das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Introdução: O comprometimento neuromotor da Paralisia Cerebral (PC) pode envolver várias partes do corpo, mantendo classificações topográficas específicas (quadriplegia, hemiplegia e diplegia) ou relacionadas com a lesão encefálica, baseado nas alterações clínicas do tônus muscular e no tipo de desordem do movimento, podendo ser espástico, hipotônico coréia e atetose, atáxico ou misto. **Objetivo:** Identificar os membros comprometidos, o tipo de paralisia e o tônus muscular apresentado pelo paciente com PC. **Método:** Trata-se de um estudo quantitativo e transversal constituído de 35 crianças portadoras de Paralisia Cerebral que fazem tratamento em clínicas de Fisioterapia da cidade de Montes Claros. O instrumento utilizado para ser feita a pesquisa foi um questionário composto por duas perguntas uma quanto a topografia: membros

comprometidos e tipo de paralisia, e outra sobre o tônus muscular. **Resultados:** Dos 35 avaliados, 24 crianças possuem os quatro membros comprometidos, dentre essas, 15 apresentam perda completa da força muscular e 9 perda parcial da força muscular, 6 crianças possuem um dos lados acometidos, dessas, 4 com perda grave ou total da força muscular e 2 com perda parcial da força. Quanto ao tônus muscular, 15 são espásticas, 8 são hipotônicas, 10 possuem tônus misto, sendo que 5 são espásticas e hipotônicas, 3 são espásticas e atáxicas, 2 crianças possuem tônus do tipo espástico associado a coréia/atetose e 2 crianças possuem tônus muscular normal. **Conclusão:** Foi identificado que a maioria das crianças apresentava comprometimento dos quatro membros e quanto ao tônus muscular, o tipo espástico foi o que mais prevaleceu na maioria das crianças avaliadas.

Palavras-chave: Paralisia Cerebral. Comprometimento Neuromotor. Fisioterapia. Crianças. Tônus Muscular.

CONCEITOS E PRÁTICAS DE MARKETING: UM ESTUDO DA SUA ADOÇÃO POR EMPRESAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM MONTES CLAROS-MG

LONDE, Mariângela Gonçalves Mota¹
1 Docente das FIPMoc

Introdução: O setor de serviços no Brasil vem crescendo desde a década de 80 e nos países desenvolvidos mostra-se o principal setor gerador de empregos. Na Europa e nos Estados Unidos os estudos do marketing de serviços são respectivamente proporcionais à importância dos serviços na economia. Apesar do crescimento nacional, estudos realizados por acadêmicos brasileiros ainda são escassos. Para melhor trabalhar os serviços é preciso compreender as suas peculiaridades e características. A intangibilidade, heterogeneidade, perecibilidade e inseparabilidade são características determinantes que diferem bens de serviços. O composto de marketing deste setor também possui especificidades. Aos chamados 4 Ps foram acrescentados mais três elementos, totalizando 7 Ps. **Objetivo:** Este estudo se propôs a verificar o nível de adoção do composto de marketing de serviços e o entendimento do conceito de marketing em clínicas e policlínicas de Montes Claros – MG. **Método:** A pesquisa de natureza exploratória utilizou uma abordagem qualitativa, envolveu entrevistas semi-estruturadas com gerentes e administradores das clínicas e policlínicas. **Resultados:** Observou-se que o conhecimento do conceito de marketing está relacionado à formação acadêmica. Quanto ao uso do ferramental do *mix* de marketing, percebeu-se que clínicas e policlínicas, em geral, devido à natureza dos serviços médicos, se assemelham na aplicação das ferramentas. As divergências entre os dois grupos analisados se deram por questões estruturais, preço, capacidade de atendimento em consequência do perfil dos pacientes. **Conclusão:** O entendimento do conceito de marketing dos gerentes e administradores entrevistados na pesquisa foi destacado baseando-se nos conceitos de Kotler (2000) e Levitt (1960). Constatou-se a existência de relação entre as organizações que estão mais próximas ao conceito de marketing, com a escolaridade dos seus gerentes e/ou administradores. A influência de profissionais com formação gerencial na intensidade de utilização dos instrumentos mercadológicos foi percebida, apesar de não excluir os outros profissionais formados em outras áreas. A formação na área gerencial pôde ser percebida como um fator de destaque nas respostas. Estes profissionais demonstraram ter uma visão mais ampla que os outros com graduação não gerencial. As sete ferramentas do composto, em geral, são aplicadas de forma sistematizada (compreensão prévia do problema ou da necessidade, elaboração das ações ou serviços, implementação e avaliação) e as ações são planejadas mais no âmbito estratégico do que

operacional. Concluiu-se que as seis organizações aplicam as ferramentas do composto de marketing. Os 7 Ps: serviços, preço, promoção, distribuição, pessoas, processos e evidências físicas são utilizados pelas clínicas e policlínicas ora de forma semelhante, ora de forma diferenciada. Percebeu-se relação entre o tamanho da empresa e a intensidade da utilização dos instrumentos do marketing. O serviço de saúde ofertado pelas organizações foi compreendido por todos os entrevistados. O nível essencial do serviço foi facilmente destacado, mas os níveis percebido e ampliado foram confundidos. Alguns entrevistados não distinguiram ou confundiram o que é um serviço. Os entrevistados demonstraram-se preocupar com o alto contato que a natureza dos serviços possui entre pessoal da linha de frente e pacientes. O atendimento foi considerado, o elemento de índice de satisfação dos pacientes.

Palavras-chave: Composto de Marketing. Serviços. Serviços médicos. Marketing.

REFERÊNCIA:

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000

LEVITT, Theodore. **Miopia em Marketing**. Harvard Business Review, v.1, n.1, p. 25-55, 1960. Nova Cultural, 1986.

CONFLITO DE DIREITOS NOS CASOS DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO

GUEDES, Igor Rafael de Matos Teixeira¹; REZENDE, Anderson Martins de Souza²; PERES, Anne Marie Rohlf³; Anne Marielle Castro de Carvalho⁴; SANTOS, Daniel Ferreira⁵; Andrezza Cecília Procópio Souza⁶;

¹Docente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc; ³Docente das FIPMoc; ⁴Docente das FIPMoc; ⁵Docente das FIPMoc; ⁶Docente das FIPMoc.

Introdução: Sabe-se que ultimamente está em voga a chamada “judicialização da saúde”, fazendo com que temas que antes eram apenas discutidos em campos restritos a área médica, venham a discussão no âmbito jurídico, sobretudo com a propositura de demandas judiciais para resguardar ou buscar direitos voltados a saúde individual e/ou coletiva. **Objetivos:** Nesse sentido, o presente trabalho analisa como a justiça vem se posicionando com esta “judicialização da saúde”, e se o sentido tem sido sempre o de se preservar o bem comum ou, sacrificar o comum em prol da coletividade. **Método:** O método de procedimento utilizado foi o dedutivo, através da análise de casos práticos e da consulta a bibliografia e jurisprudência. Quanto às técnicas de pesquisa foram utilizadas a bibliográfica, jurisprudencial e documental. **Resultado:** A saúde, direito descrito na Constituição Federal de 1988, e assegurado como direito fundamental, apresenta-se como cerne da questão quando conflitada entre a necessidade individual e o benefício coletivo. Diretamente falando sobre o fornecimento de medicamentos, sabido é que o Sistema Único de Saúde – SUS, disponibiliza vasta lista com medicamentos fornecidos de forma gratuita a população. Entretanto, por diversas vezes, o indivíduo, que tem respaldado no direito fundamental a saúde o alicerce para buscar a justiça, quando da necessidade de aquisição de medicamento fora desta lista, procura o judiciário para que determine a garantia deste direito

fundamental. Nesse diapasão, o conflito surge quando há uma necessidade de medicamento de alto custo financeiro, para um único indivíduo, quando que com aquela quantia, poderia viabilizar o tratamento de uma coletividade. Ainda que haja prejuízo a coletividade, os tribunais tem sustentado que o direito a saúde deve ser respeitado, não o tratando como superior a outros direitos e princípios fundamentais mas, quando analisado em conflito, deve-se, caso a caso, viabilizar a saúde individual. Portanto, a “judicialização da saúde” no que tange ao conflito do direito coletivo e individual sobre o fornecimento de medicamentos, tem-se sedimentado pelo benefício ao indivíduo, como resguardo do que preconiza o direito fundamental instituído pela Constituição Federal. **Conclusão:** Após análise do arcabouço jurisprudencial e o conflito de direitos, tem-se que os magistrados tem, na maioria das vezes, decido por preservar a saúde, mesmo que em detrimento da coletividade, haja visto que as decisões em contrário, podem acarretar prejuízos irreversíveis, como o óbito dos postulantes.

Palavras-chave: Direito Médico. Saúde. Indivíduo. Coletividade. Medicamentos.

CORRELAÇÃO ENTRE O COEFICIENTE DE POISSON E A DUREZA DOS MATERIAIS METÁLICOS

CAMPOS, PabloDanielMendes¹, CARVALHO JR, Álvaro Barbosa de²

¹Discente do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc. ²Docente do curso de Engenharia Mecânica das FIPMoc

Introdução: O coeficiente de Poisson é uma propriedade mecânica que está diretamente relacionada com as características elásticas do materiais. Esse coeficiente pode ser obtido pela razão entre a deformação transversal e a deformação longitudinal. Os valores do coeficiente de Poisson, obtidos para muitos metais por meio do ensaio de tração, podem variar entre 0,25 e 0,35. Para materiais isotrópicos, esses valores podem ser relacionados com os módulos de elasticidade e cisalhamento. Na maioria dos metais o módulo de cisalhamento possui um valor de aproximadamente 40% do módulo de elasticidade. Contudo, muitos materiais são elasticamente anisotrópicos, sendo o comportamento elástico diferenciado em função da direção cristalográficas. Com os avanços tecnológicos, muitas técnicas que utilizam ondas ultrassônicas têm sido empregadas para a caracterização das propriedades mecânicas dos materiais de forma rápida e precisa. Esse fato está associado a correlação das propriedades elásticas dos materiais com medidas de ondas ultrassônicas e valores de densidade. Nesse caso, propriedades mecânicas tais como os módulos de elasticidade, cisalhamento, compressibilidade, microdureza e o coeficiente de Poisson, podem ser estimados com a realização de um único ensaio, dispensando os ensaios convencionais de tração, compressão cisalhamento e dureza. Assim, muitos estudos têm sido realizados com o intuito de correlacionar propriedades mecânicas, permitindo a caracterização de materiais com mais rapidez e menor custo. **Objetivo:** Correlacionar o coeficiente de Poisson de materiais metálicos tracionados com medidas de dureza Brinell, visando desenvolver um procedimento para a caracterização de materiais isotrópicos por meio de um único ensaio. **Método:** Para a realização do ensaio de tração foi utilizada uma máquina de tração universal, sendo rompidos corpos-de-prova em cobre, latão, aço e alumínio, com comprimento de 30 mm e diâmetro igual a 6 mm. Nesse estudo, foram utilizados seis corpos-de-prova de cada material, sendo as variações dimensionais no comprimento e no diâmetro obtidas por meio de micrômetro e parquímetro digital. As medias de dureza foram obtidas com um indentador Brinell, com ponta esférica de 5 mm e carga igual a 10 kN. Em seguida, os valores calculados do coeficiente de Poisson para cada material foram tabulados e comparados com os valores de dureza

Brinell. **Resultados:** Os valores calculados para os coeficientes de Poisson foram muito próximos dos valores encontrados na literatura para os metais investigados. No que se refere a correlação desses valores com a dureza Brinell foi constatado uma tendência de aumento do coeficiente de Poisson com a diminuição da dureza. **Conclusão:** Os resultados preliminares desse estudo mostraram a possibilidade de correlacionar os valores do coeficiente de Poisson com a dureza de materiais metálicos. Contudo, se faz necessário a realização de tabulações de dados com um número mais expressivo de amostras.

Palavras-chave: Dureza. Propriedades Mecânicas. Metais

CPC/2015: INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA EXECUÇÃO FISCAL

CARVALHO, Méli da Mayara de Souza¹; RIBEIRO, Natan Carlos Fernandes²
1Discente da Unimontes; 2Discente da Unimontes

Introdução: O Novo Código de Processo Civil (CPC/2015) prevê, em seus artigos 133 a 137, a instauração de um incidente objetivando a desconsideração da personalidade jurídica. Ante a aplicação subsidiária do CPC/2015 em relação à Lei nº 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal/LEF), questiona-se a aplicabilidade de tal instituto jurídico no que toca ao redirecionamento da responsabilidade tributária na execução fiscal. **Objetivo:** O presente estudo propôs analisar as vertentes teóricas favoráveis e desfavoráveis à introdução do incidente de desconsideração da personalidade jurídica no âmbito das execuções fiscais. **Método:** Trata-se de pesquisa comparativa que aborda as distinções entre os regramentos previstos no CPC/1973, no CPC/2015, na LEF, e no Código Tributário Nacional (CTN), juntamente com a análise da praxe jurídica na esfera de atuação da Fazenda Pública Federal em Montes Claros/MG. O estudo se deu por meio de ponderações feitas a partir da leitura de livros, artigos, *papers*, dentre outras obras doutrinárias e legislativas, além da análise de autos processuais. **Resultados:** O CPC/1973 e a LEF não trazem disposições legais acerca de como deve ser o procedimento de redirecionamento. A prática hodierna é a de inclusão do corresponsável no pólo passivo do feito sem a prévia manifestação daquele. O CPC/2015 preleciona, expressamente, acerca da instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica em toda execução fundada em título executivo extrajudicial. O incidente oportunizaria ampla defesa e contraditório prévios, além de vasta instrução probatória. Uma primeira corrente de pensamento defende a não aplicação do incidente às execuções fiscais, em razão da incompatibilidade do instituto com os artigos 111, I e 151 do CTN; o artigo 146, III, *b* da CRFB/88; e os artigos 16, §1º, e 3º da LEF. Em contrapartida, insurgem teses de que a aplicação subsidiária é possível, em decorrência da omissão da LEF e da previsão expressa da legislação processual civil como subsidiária no art. 1º da própria LEF. **Conclusão:** Conclui-se através deste estudo que, nada obstante o incidente em tela proporcione a efetivação do devido processo legal (art. 5º, LV, CRFB/88), a proliferação de incidentes pode prejudicar o andamento regular da execução fiscal e intensificar o congestionamento do Judiciário, afetando a celeridade processual (art. 5º, LXXVIII, CRFB/88) e as garantias do crédito inscrito em dívida ativa.

Palavras-chave: Execução Fiscal. Redirecionamento. CPC/2015. Incidente.

CREME DENTAL

MOTA, Bruno¹; MORAIS, Gabriel¹; COUTINHO, Gabriela¹; NASCIMENTO, Pedro Candido².
1 Discentes do curso de Engenharia de Minas das FIPMoc; 2 Docentes das FIPMoc

O creme dental é de fundamental importância para a saúde bucal, ele além de ajudar na prevenção de doenças, auxilia na limpeza dos dentes, mas o que muitos não sabem é que a mineração é de fundamental importância para que o creme dental seja efetivo. O trabalho tem como objetivo o estudo do creme dental. Com esse trabalho podemos ficar mais próximos ao nosso produto de pesquisa, nos familiarizando com fatos antes desconhecidos pelo grupo. Através de pesquisas e conhecimentos adquiridos na aula, o grupo conseguiu elaborar e levantar dúvidas, que foram sanadas com o desenvolvimento desse artigo. Foram estudados aspectos como a origem do creme dental, seus benefícios e malefícios a saúde, seus componentes (minerais ou não). O estudo foi realizado com o objetivo de apresentar e explicar alguns componentes do creme dental, e sua relação com a mineração. A pesquisa enquadra-se no tipo qualitativa exploratória e bibliográfica. Foram feitas pesquisas em sites corporativos empresariais e artigos para possibilitar o entendimento de todos os componentes do creme dental e os processos envolvidos na extração dos minerais presentes no nosso objeto de estudo. Os componentes do creme dental, suas funções e características, foram apresentados e explicados. Visando o lado da mineração foram apresentadas as impressas responsáveis pela extração dos componentes presentes no creme dental, seu tipo de extração, os equipamentos mais usados, a infra-estrutura, e os métodos de beneficiamento. Após os estudos apresentados nesse artigo, ficou evidente a fundamental importância da mineração na fabricação do creme dental; pois, somente foi possível a utilização dos componentes minerais no creme dental após terem sido extraídos do solo. Portanto, sem a mineração não seria possível utilizar esses componentes.

Palavras-chave: Creme dental. Componentes. Mineração. Engenharia de Minas.

CRIMES CIBERNÉTICOS: ANONIMATO E RESPONSABILIDADE

ABREU, Beatriz Reis¹; SENA, Hans Barbosa²;
SOUZA, Ionete de Magalhães³.

¹ Discente da Unimontes: 7º Período – Direito. 1º semestre/2016; ² Discente da Unimontes. 8º Período – Direito. 1º semestre/2016; ³ Professora da Unimontes. Mestre e Doutora em Direito. Coordenadora do Programa S.A.J. Itinerante (Direito/Unimontes).

Introdução: Atualmente, a sociedade brasileira vem passando por uma espécie de “revolução informática”, já que a vida das pessoas está cada vez mais interligada à internet. É ela quem aproxima, une informações, armazena dados e cria uma comunicação rápida e barata. Contudo, com o crescente número de usuários da *web*, há cada vez mais indivíduos tentando tirar proveito do anonimato virtual para cometer crimes. Segundo informações do Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil, em 2006 foram reportados 197.892 incidentes relacionados a crimes cibernéticos. Já em 2011, houve um aumento significativo, tendo sido registrado um total de 318.720 ocorrências. **Objetivos:** Analisar quais os motivos que levaram ao crescente número de crimes praticados no bojo da *internet*, de modo que se possa estabelecer uma linha de prevenção, bem como um maior esclarecimento à população vítima dos *cybercrimes*. **Método:** Para tanto, utiliza-se de método de abordagem dedutivo e método de procedimento monográfico, sendo a técnica de pesquisa bibliográfica, por meio de estudo de artigos, revistas científicas, entre outros textos relacionados à temática. **Resultados:** O número de incidências de crimes cibernéticos vem crescendo exponencialmente, mormente em virtude do anonimato existente na *internet*. Qualquer usuário pode se atribuir identidade falsa em qualquer *website*, ou, ainda, se declarar anônimo, não existindo nenhuma forma de controle quanto a isso. Esta

facilidade de burlar a identificação na *internet* é um dificultador quanto à investigação e apuração dos responsáveis por *cibercrimes*. Aliada à dificuldade de identificação dos autores, tem-se também a carência de legislação específica eficaz sobre o assunto. O ordenamento jurídico nacional não conseguiu acompanhar o crescimento do uso da tecnologia para o cometimento de infrações penais, o que resulta em uma disparidade entre o número de lesados por crimes dessa natureza e os indivíduos devidamente responsabilizados. Este aspecto – da impunidade – contribui efetivamente para o aumento do número de ocorrências dos crimes cibernéticos, vez que os infratores, diante da omissão do legislador, acreditam estar resguardados de qualquer possibilidade de responsabilização. **Conclusão:** Constata-se que as pessoas vivem cada vez mais conectadas através da rede mundial de computadores, sendo que esta proporciona aos seus usuários diversos benefícios, seja de entretenimento, educação e/ou profissional. Contudo, a *Web* mostra-se também um ambiente propício à prática de diversos delitos, que vão desde crimes “comuns”, como sendo aqueles presentes fora da realidade virtual, como difamação, calúnia, estelionato, extorsão, até àqueles tipicamente virtuais, como invasão de dispositivos informáticos, com consequente divulgação de material particular. Diante deste quadro, necessário se faz adotar medidas de prevenção, bem como denunciar toda e qualquer conduta suspeita que for observada nas atividades desenvolvidas pela *Web*, tendo em vista a fragilidade do sistema brasileiro em detectar os infratores e os responsabilizá-los.

Palavras-chave: Crimes cibernéticos. Anonimato. Responsabilidade.

REFERÊNCIAS:

CRIMES praticados pela internet são cada vez mais comuns na região. Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2012/03/crimes-praticados-pela-internet-sao-cada-vez-mais-comuns-na-regiao.html>>, acesso em 08 de março de 2016, às 19h25.

GOMES, Luiz Flávio; SOUSA, Áurea Maria Ferraz de. **Crime contra a honra pela internet: competência do local onde se deu a ações**. Disponível em <http://www.lfg.com.br>- 22 de junho de 2010.

OLIVEIRA, Luiz Gustavo Caratti de; DANI, Marília Gabriela Silva. **Os crimes virtuais e a impunidade real**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9963>, acesso em 13 de março de 2016, às 10h50.

CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA E TRANSFOBIA

AFONSO, Alana de Freitas¹; SOARES, Anne Caroline Nascimento¹;
COSTA, Eduarda Vieira¹; ROCHA, Leticia Souza¹; CARDOSO, Marcela Leal¹;
MOTA, Patrícia Beata Rocha Silva¹¹; SOUSA, Robson Alexandre².

1 Discentes do Curso de Direito das Faculdades Integradas Pitágoras – FIPMOC. 2 Docente das Faculdades Integradas Pitágoras

Introdução: A constante busca pela implementação de novas leis protetivas aos transexuais e homossexuais, vêm como meio de ampará-los perante a sociedade, uma vez que o preconceito e a violência são constantes à esse grupo, e isto impõe ao legislativo a necessidade de criar novas leis, com o fim de criminalizar todos aqueles que os discriminam e os ofendem, seja pela sua orientação sexual, identidade de gênero ou qualquer outra forma de racismo, todos aqueles que privá-los de sua liberdade, que é apenas um dos direitos fundamentais que estão sendo violados. **Objetivo:** Analisar a criminalização da homofobia e transfobia. **Método:** Utilizou-se uma pesquisa bibliográfica a partir de artigos de revistas e sítios jurídicos. **Resultados:** Analisou-se

que os vários projetos de lei e Emendas Constitucionais relacionados a este tema, não foram analisados com êxito pelo Congresso Nacional, uma vez que eles não se posicionam formalmente nem a favor nem contra, e por outro lado houve um aumento desmedido da violência homofóbica e transfóbica. Analisou-se também a resistência pelo STF de reconhecer tais crimes como crimes de racismo, uma vez que a Constituição considera crime todo e qualquer ato atentatório às liberdades fundamentais. **Conclusão:** Conclui-se que é uma determinação constitucional, que é crime toda e qualquer forma de “pré-conceito”, que é um mandamento constitucional de criminalização que os atos de violência por motivo de desprezo pelas minorias pela orientação sexual e de gênero distinta da maioria.

Palavras-chave: Leis protetivas. Homofobia. Transfobia. Criminalização.

DA NATUREZA JURÍDICA DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS

RIBEIRO, Igor Coelho Antunes
Mestrando em Desenvolvimento Social pela UNIMONTES

Introdução: No sistema jurídico brasileiro, as leis orçamentárias assumem a função de estabelecer as diretrizes, metas e prioridades do plano de governo. **Objetivo:** Este trabalho tem o objetivo de verificar a natureza jurídica das leis orçamentárias. **Método:** Utilizar-se-á o método dedutivo de análise na apreciação dos efeitos decorrentes das leis orçamentárias. **Resultados:** Os orçamentos públicos no Brasil são materializados, por força da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), através de lei. Disso sucede que seus efeitos são genéricos e abstratos na sua perspectiva formal. Por via reflexa, porém, é inequívoco que as leis orçamentárias possuem o caráter apenas de autorizar e prever a aplicação dos recursos públicos, inexistente qualquer tipo de abstração normativa e, portanto, surtindo efeitos concretos. A necessidade de transmutação das propostas orçamentárias em lei é apenas do ponto de vista formal, fruto de uma perspicácia legislativa que possibilita maior transparência e gestão dos recursos públicos. Quanto ao critério formal, o sistema jurídico confere ao orçamento a natureza jurídica de lei para vigorar por prazo determinado. Em relação ao critério material, todavia, o orçamento não é lei, eis que sua previsão legal não obriga a execução, não criando direitos subjetivos, o que evidencia ser, quanto ao conteúdo, um ato administrativo. **Conclusão:** Conclui-se, pois, que os dois critérios assumem acentuada importância na definição das leis orçamentárias, deles se extraindo premissas relevantes quanto à sua natureza jurídica, sendo, portanto, lei em sentido formal e, quanto ao seu conteúdo, ato administrativo.

Palavras-chave: Orçamento. Ato administrativo. Leis orçamentárias.

DEFORMAÇÃO DE VIGA

COSTA, Ellen Cristine Machado Costa¹; SILVA, Alessandro Rosa².
1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

Introdução: A viga é um elemento estrutural e linear, que está sujeita a flexão e a esforços. É muito importante como elemento estrutural na construção civil, é utilizada para suportar o piso de um edifício ou a plataforma de uma ponte, porém pode haver deformações impostas por características do próprio material ou do meio ambiente. Essa deformação deve ser prevista através de cálculos para que a estrutura continue segura, sem a possibilidade de rupturas. **Objetivo:** Nesse contexto, esse estudo objetivou apresentar uma forma prática de visualizar o uso

da matéria de cálculo na engenharia civil, de uma forma simples e de grande aplicação. **Método:** Trata-se de um estudo bibliográfico e de campo, de cunho qualitativo, que busca comprovar a fórmula de deformação de um viga apoiada através da comprovação prática. **Resultados:** Nessa pesquisa, foi construído um protótipo de uma viga, em que foi utilizado um vergalhão de aço com 5 mm de diâmetro e 0,42 m de comprimento, em que tem uma extremidade engastada e a outra livre, que foi colocado um carregamento de massa de 1,508 Kg. A força causou uma deformação, ou seja, a força aplicada implicou na mudança temporária de forma do vergalhão. A partir de uma equação que é integrada algumas vezes, foi encontrado a inclinação e o deslocamento vertical da viga. Foi utilizado o módulo de elasticidade - que tem o valor pré-estabelecido em norma, e o momento de inércia - que o valor é calculado a partir de fórmula pré estabelecida. **Conclusão:** Dessa forma, foi comprovado por cálculos e na aplicação que a deformação é de 5,67 mm, comprovando a veracidade da equação encontrando a mesma deformação na teoria e no experimento. Conclui-se que o cálculo é de extrema importância para uma construção segura e que pode ser comprovada a teoria através da prática de uma forma simples.

Palavras-chave: Deformação. Viga. Cálculo.

DEMOCRACIA E LIBERDADE DE EXPRESSÃO

FREITAS, Anne Jamila Andrade¹; TORRES, Vânia²
¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Introdução: A liberdade de expressão é um direito fundamental garantido na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, incisos IV, V, VI, IX, XIV, bem como em seu artigo 220 onde qualquer indivíduo pode manifestar seu pensamento, opinião, atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, sem censura. É direito da personalidade, inalienável, irrenunciável, intransmissível e irrevogável, que é considerada como pressuposto da dignidade humana. Para tanto, esta deve ter um limite para que não agrida ou entre em choque com outros direitos fundamentais, dessa maneira, deve ser enfatizado que a todo direito corresponde uma obrigação, ambas segundo limites razoáveis e proporcionais. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs assimilar os limites da liberdade de expressão. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e bibliográfica, sendo utilizado para coleta das informações artigos bem como doutrinas e revistas que abordavam o tema. **Resultados:** Liberdade de expressão é elemento básico de qualquer sociedade democrática, sendo assim, democracia é elemento característico de povos livres. A democracia e a liberdade estão situadas em uma sociedade pluralista, o que advinda dessa pluralidade podem ocorrer colisões. **Conclusão:** Conclui-se que a liberdade de expressão é um direito inerente ao indivíduo em uma sociedade democrática. No entanto, é necessário que haja um limite desse direito, tendo em vista que nenhum direito é absoluto e a coexistência da Democracia com a liberdade de expressão só é possível apenas quando a liberdade concedida não interfira e nem afete o direito das pessoas.

Palavras-chave: Democracia. Liberdade de Expressão. Limites.

REFERÊNCIA:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constit-Artigos14-16>

DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL

MIRANDA, Giulia Marques de Lima¹; SILVA, Melissa Alves Maia²; SOUZA, Bianca Guimarães Teixeira³; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes⁴; TORRES, Vânia⁵
1, 2, 3Discentes das FIPMoc; 4, 5Docentes das FIPMoc

Introdução: A democracia racial no Brasil ganha ampla discussão política a partir dos primeiros movimentos do Governo brasileiro no sentido da institucionalização de políticas públicas de ação afirmativa (KERN, 2014). **Objetivo:** O estudo propôs apresentar o debate acerca da democracia racial no Brasil a partir das idéias de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. **Método:** Realizou-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados foram coletados em artigos de internet, doutrinas e revistas jurídicas. **Resultados:** Freyre defendia a existência da democracia racial, e apesar de ser conhecido incorretamente como o criador da expressão, ele só foi usa-la após ter escrito alguns livros que deixaram implícito esse ideal por conta de seu conteúdo. Apesar de não ter criado a expressão, Freyre afirmava a “inexistência de preconceitos e discriminações raciais no Brasil” (GUIMARÃES, 2001, p. 153 citado por KERN, 2014), alegando que a miscigenação do Brasil teria provocado um “complexo amálgama”. Fernandes, por outro lado, afirma que a democracia racial é um mito, constatando que há equívoco entre os conceitos de igualdade e tolerância racial, sendo o segundo existente no país. **Conclusão:** Concluiu-se que inexiste uma democracia racial no Brasil. O que há na verdade é uma tolerância ao invés de igualdade propriamente dita como afirma Fernandes. Entretanto, isso não exclui a possibilidade de a democracia racial no Brasil tornar-se realidade no futuro.

Palavras-chave: Democracia racial. Gilberto Freyre. Florestan Fernandes. Democracia no Brasil.

REFERÊNCIAS:

KERN, Gustavo da Silva. Gilberto Freyre e Florestan Fernandes: O debate em torno da democracia racial no Brasil. Revista Historiador, ano 06, n. 06, janeiro de 2014. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

DESAFIOS DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO PARA OS ORIENTADORES E ESTAGIÁRIOS DO NPJ DAS FIPMOC

VELOSO, Cynara Silde Mesquita¹; SANTOS, Daniel Ferreira dos²; SOUZA, Andrezza Cecília Procópio³; CARVALHO, Anne Marielle Castro de⁴; PERES, Anne Marie Rohlfs⁵; REZENDE, Anderson Martins de Souza⁶; GUEDES, Igor Rafael de Matos Teixeira⁷.

¹Docente das FIPMoc e da UNIMONTES; ²Docente das FIPMoc; ³Docente das FIPMoc; ⁴Docente das FIPMOC, ⁵Docente das FIPMOC, ⁶Docente das FIPMOC, ⁷Docente das FIPMOC

Introdução: O Processo Judicial eletrônico (PJe) é um sistema desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para a virtualização dos processos no Judiciário, proporcionando celeridade e busca de integração virtual entre todos os envolvidos. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs verificar os desafios para os orientadores e estagiários das FIPMoc na implantação do PJe na prática do Estágio Orientado. **Método:** Trata-se de uma pesquisa parcial com base na literatura, cuja abordagem quantitativa, será coletada através de questionário a ser aplicado, após apreciação do Comitê de Ética, cuja amostra será composta por 08 orientadores e 42 estagiários do 7º ao 10º período do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), como critério de apontar os desafios vivenciados durante o estágio para acesso ao PJe. Após a coleta, os dados serão analisados e interpretados, estabelecendo-se uma análise entre os dados obtidos e a literatura. **Resultados:** A maior parte da

literatura aponta como maior desafio do PJe conjugar a teoria com a prática, no dia-a-dia das práticas jurídicas no estágio. **Conclusão:** Conclui-se através deste estudo que faz-se necessário ferramentas que propiciem a concretude de aprendizado dos estagiários com o PJe, para a conjugação da teoria com a prática.

Palavras-chave: Processo eletrônico. Estágio. Orientadores. Estagiários.

REFERÊNCIAS:

ABRÃO, Carlos Henrique. **Processo Eletrônico - Processo Digital**. 3. ed. rev. atual ampl. São Paulo: Atlas, 2011..

CAMPILONGO, Celso Fernando. **Assistência jurídica e realidade social: apontamentos para uma tipologia dos serviços legais**. In: Discutindo a assessoria popular. Rio de Janeiro AJUP/FASE, 1991.

DESENVOLVIMENTO DE UM SOFTWARE GRÁFICO INTERATIVO PARA ANÁLISE DE ESTRUTURAS ESPACIAIS RETICULADAS

FRAGA, Salmo de Souza¹; HACHEM, Jaber Ismail¹;
1 Engenheiros Civis e Docentes do curso de Engenharia Civil das FIPMOC

Introdução: O aumento da complexidade das estruturas de engenharia é crescente e não há sinais de que irá cessar. Para atender esta demanda, desenvolvem-se novos modelos matemáticos de análise que exigem um aumento considerável na quantidade de cálculos. A utilização destes modelos para realização de cálculos manuais é impraticável e desnecessária. A utilização dos mais modernos modelos de cálculo é possível graças aos avanços da informática. Diversos softwares comerciais têm, em suas implementações, sofisticados modelos de análise. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo o desenvolvimento do porticum3D. Este software realiza a análise de estruturas reticuladas espaciais através da entrada gráfica da geometria e carregamentos semelhante aos softwares comerciais. **Resultados:** Os resultados obtidos são: reações de apoio, deslocamentos nodais, esforços e diagramas de barra de pórtico espacial - esforço normal segundo o eixo x da barra (N), esforço cortante segundo o eixo y da barra (V_y), esforço cortante segundo o eixo z da barra (V_z), momento torsor segundo o eixo x da barra (T), momento fletor y segundo o eixo y da barra (M_y) e momento fletor z segundo o eixo z da barra (M_z). Espera-se contribuir para o ensino de estruturas bem como ser uma interface entre a teoria da sala de aula e os softwares comerciais. Para sua implementação, fez-se uso da linguagem de programação Java. A API Java3D foi utilizada para a representação e interação dos gráficos 3D. A análise da estrutura é realizada através do Método dos Deslocamentos com abordagem matricial. A técnica de Zeros e Uns foi utilizada para definição das condições de contorno. O método de Cholesky foi utilizado para decomposição e resolução do sistema de equações lineares. Para validação do porticum3D, foram analisadas uma estrutura plana e uma espacial utilizando softwares educacionais e comerciais. Os resultados obtidos a partir destes softwares foram comparados aos resultados obtidos do porticum3D. No 1º exemplo, foi realizada análise estrutural de um pórtico plano entre o porticum3D e o Ftool v3.00 e os deslocamentos nodais foram comparados. Os deslocamentos nodais obtidos com o porticum3D foram os mesmos obtidos com o Ftool. No 2º exemplo, analisou-se um pórtico espacial utilizando os softwares porticum3D e SAP2000 v15.0.1. Os esforços nalgumas barras do pórtico foram comparados e obtiveram-se resultados bastante semelhantes e satisfatórios. Uma observação é feita quanto aos sinais contrários obtidos para alguns esforços de barra neste comparativo. Diferentes softwares utilizam diferentes sistemas de coordenadas locais para as barras. Esta diferença implica em sentidos positivos diferentes para os esforços nas barras. **Conclusão:** Diante dos resultados obtidos e comparados, validou-se o

porticum3D quanto a análise de estruturas reticuladas espaciais. Sugere-se para pesquisas futuras: obtenção do diagrama de deformações da estrutura, inclusão do efeito de deformação por cortante, implementação de barras com extremidades articuladas, análise não linear física e geométrica e dimensionamento das barras de acordo as normas técnicas vigentes em aço e/ou concreto.

Palavras-chave: porticum3D. Análise matricial de estruturas. Pórtico espacial.

DIMENSÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA NO BRASIL

MELO, Joana Pereira de¹; VELLOSO, Mário Augusto Lafeté¹; SOUZA, Robson Alexandre²

¹Discente das Faculdades Integradas Pitágoras -FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Introdução: O Brasil caracteriza-se por ser um Estado Democrático de Direito, onde em tese, todas as liberdades e direitos fundamentais são respeitados, bem como os componentes da sociedade.

Objetivo: A presente pesquisa propôs verificar os meios que viabilizam a efetivação da democracia, bem como se esta é socializada com a população. **Método:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. A pesquisa exploratória tem como objetivo explorar aspectos de uma situação não conhecida. Os dados foram analisados e interpretados à luz da literatura de textos e da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88).

Resultados: Com a presente pesquisa, observou-se que os cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil são julgados pela legislação vigente sem nenhuma discriminação ou distinção, de direitos e deveres, tanto homens quanto mulheres assim como preconiza o caput do artigo 5º da CRFB/88. Observou-se também que assim como é assegurado na CRFB/88, o princípio da dignidade da pessoa humana é efetivado com sucesso no decorrer do processo, porém após a condenação, na maior parte dos casos tal princípio é inobservado e ferido uma vez que as prisões não cumprem seu papel de ressocialização e apenas oprimem ainda mais o indivíduo condenado. **Conclusão:** Através deste estudo adverte-se que o governo brasileiro não investe o necessário em políticas públicas voltadas para os sistemas prisionais. Os condenados apenas são instalados em celas insalubres e superlotadas para cumprirem as respectivas penas, e ao saírem estão piores e mais perigosos, pois, além do sentimento de amargura que o local nutre, a prisão, nos termos apresentados, torna-se a escola do crime. Esta negligência alimenta o ódio e o rancor dos condenados para com a sociedade promovendo, indiretamente, a violência. Nota-se de extrema importância a intervenção estatal nos sistemas prisionais para que estes passem a desenvolver seu respectivo papel, qual seja a ressocialização de indivíduo marginalizado.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana. Direitos Humanos. Sistemas Prisionais. Políticas Públicas.

REFERENCIAS:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA ELÉTRICOS E ELETRO-ÓPTICOS PARA ADEQUAÇÃO À NORMA REGULAMENTADORA Nº 12

¹SANTOS, Guilherme Batista; ² ALCÂNTRA, Gustavo; ² REGO, Thais C. Figueiredo

¹Discente das FIPMoc; ²Docentes das FIPMoc

Introdução: O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), visando melhorar as condições de segurança e preservar a saúde dos operadores de máquinas e equipamentos, vem atualizando a Norma Regulamentadora nº 12 (NR-12), e assim visa evitar acidentes de trabalho. Segundo MENDES (2013), “25% dos acidentes do trabalho graves e incapacitantes registrados no país são causados por máquinas e equipamentos obsoletos”. A NR-12 vem sofrendo atualizações desde a sua criação. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo verificar se há dispositivos no mercado que viabilizem a adequação de máquinas e equipamentos às exigências da NR-12, e definir os dispositivos elétricos e eletro-ópticos necessários para atender a norma, além de listar modelos de dispositivos elétricos e eletro-ópticos no mercado. **Método:** Este estudo caracteriza-se como qualitativo exploratório. Segundo FACHIN (2003), “pesquisa qualitativa é aquela que não é traduzida em números, na qual pretende verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações de uma análise indutiva por parte do pesquisador.” O método qualitativo tem como objetivo reduzir a distância entre teoria e dados, os resultados são mais detalhados. **Resultados:** A NR – 12, no item 12.38, traz exigências de proteções para as áreas de riscos das máquinas e equipamentos. Para isso é preciso entender o que são proteções fixas, móveis e enclausuramento. A NR-12 considera como dispositivos de segurança os comandos elétricos ou interfaces de segurança, os dispositivos responsáveis por realizar o monitoramento, que verificam a interligação, posição e funcionamento de outros dispositivos do sistema e impedem a ocorrência de falha que provoque a perda de função de segurança. São considerados dispositivos de segurança: Controlador lógico programável (CLP) de segurança; os Relés de Segurança; a Chave de Segurança; o Dispositivo de Parada de Emergência; o Pedal de Acionamento; e o comando Bimanual. Ainda na categoria dispositivos, existem os sensores de segurança, que são os dispositivos que detectam a presença, alguns estão elencados a seguir: o Sistema cortina de luz; o Tapete de Segurança; e o Scanner. **Conclusões:** Pode-se concluir que todas as exigências da NR 12 podem ser tecnicamente cumpridas com adoção dos dispositivos elétricos e eletro-óptico que estão disponíveis no mercado, sendo que, para cada situação há um ou mais dispositivos de segurança adequados, e que, com a diversidade de dispositivos elétricos, é de suma importância que os sistemas de segurança sejam projetados por profissionais habilitados, com vasto conhecimento dos componentes para a correta especificação dos dispositivos que compõem um sistema de segurança.

Palavras-chave: NR-12. Segurança. Máquinas. Equipamentos.

REFERÊNCIAS:

FACHIN, Odila. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria MET nº857, de 25 de dezembro de 2015. NR-12, **Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos**. Diário Oficial União. 25 de junho 2015.

ECONOMIA E INTERVENÇÃO ESTATAL NA ORDEM JURÍDICA

RIBEIRO, Igor Coelho Antunes
Mestrando em Desenvolvimento Social pela UNIMONTES

Introdução: Não é de hoje que a intervenção do Estado na economia tem gerado intensos debates. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho é identificar se o sistema jurídico brasileiro contempla a possibilidade de atuação estatal no domínio econômico. **Método:** Utilizar-se-á o método dedutivo de análise na apreciação do tratamento da ordem econômica no sistema jurídico interno. **Resultados:** Analisando a Constituição de República Federativa do Brasil 1988 (CRFB/88), observa-se em seus artigos 170 a 181 que prevalece o sistema do Estado regulador, sendo sua atuação no domínio econômico, via de regra, subsidiária à iniciativa privada. Fala-se em intervenção direta quando o Estado atua como verdadeiro agente econômico. Essa intervenção direta dar-se-á por absorção (também chamada de monopolística), em que o Estado faz uma opção de política econômica e passa a entender que num determinado segmento econômico haverá a necessidade de que essa atividade seja prestada por um único agente, por participação (também chamada de concorrencial ou por competição), onde atuam em condições concorrenciais assimétricas em relação à iniciativa privada e, por fim, por assunção de gestão de empresa privada (ou assunção empresarial), pela qual o Estado passa a dirigir uma empresa privada, em razão de interesses de ordem social. Além da direta, porém, há, ainda, a intervenção indireta, em que o Estado atua como agente normativo e regulador da atividade econômica, exercendo as funções de fiscalização, incentivo e planejamento. **Conclusão:** Conclui-se, pois, que no sistema jurídico interno brasileiro é possível a intervenção do Estado no domínio econômico, tendo a Constituição Federal consagrado expressamente essa possibilidade.

Palavras-chave: Intervenção. Economia. Iniciativa privada.

EFETIVAÇÃO DA DEMOCRACIA RACIAL BRASILEIRA

VERSIANI, Emile Maria de Andrade¹; COSTA, Gabriel Silva da¹; RAMOS, Jordany Mariah Carneiro¹; OLIVEIRA, Lucas Figueiredo de¹; SANTOS, Skarlathy Lorrany Adriano dos¹; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes²; TORRES, Vânia².
1 Discentes das FIPMoc; 2 Docentes das FIPMoc

Introdução: A **democracia racial** é um termo usado por algumas pessoas para descrever as relações raciais no Brasil. O termo denota a crença de alguns estudiosos de que o Brasil escapou do racismo e da discriminação racial. (KERN, 2014). **Objetivo:** O presente estudo buscou analisar a efetivação da democracia racial no Brasil à luz dos estudos de Florestan Fernandes. **Método:** Nesse estudo, empregou-se o procedimento qualitativo, exploratório e bibliográfico. Os dados foram coletados em artigos de internet, com base em doutrinas de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes como embasamento da pesquisa, bem como textos complementares de Gustavo da Silva Kern. **Resultado:** Conforme Florestan Fernandes são dois os componentes que impedem a efetivação da igualdade de raças na democracia racial brasileira: a economia e a cultura. Embora geneticamente a sociedade brasileira seja constituída pela miscigenação, a estrutura social não corresponde à mesma. As políticas públicas brasileiras induzem a aceitação social, sem incluir os negros na esfera cultural e econômica. O único aspecto democratizado foi o biológico e, ainda assim, ocorreu de forma forçada em um processo de política de branqueamento no final do século XIX. **Conclusão:** Conclui-se que, a democracia racial continua viva enquanto mito, não sendo efetivada na estrutura social, uma vez que majoritariamente e historicamente apenas os brancos detêm do poder econômico, além de serem sinônimos de evolução e progresso.

Palavras-chave: Democracia racial brasileira. Florestan Fernandes. Efetivação da democracia.

REFERÊNCIA:

KERN, Gustavo da Silva. Gilberto Freyre e Florestan Fernandes: o debate em torno da democracia racial no Brasil. **Revista Historiador**, ano 06, janeiro de 2014. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

EFICÁCIA DAS LEIS NO TEMPO E ESPAÇO

SOUZA, Raphael Teixeira de¹; SUZANO, Yan Gonçalves Pessanha²
¹Discente do Curso de Direito das FIPMoc; ²Discente do Curso de Direito das FIPMoc

Introdução: Eficácia é a produção dos efeitos jurídicos, ou seja, a aptidão para produzir fatos jurídicos. Toda norma jurídica tem eficácia limitada no espaço e no tempo, isto é, aplica-se apenas dentro de dado território e por certo período de tempo. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é analisar a noção de eficácia das leis jurídicas, principalmente no âmbito brasileiro, evidenciando a sua vigência no tempo e no espaço. **Método:** Para que este objetivo fosse atingido foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais acerca do tema. **Resultados:** A eficácia das leis depende do caráter coercivo e da validade das mesmas, pois, em uma sociedade complexa, a validade não é suficiente para garanti-las, uma vez que indivíduos podem optar por agir estrategicamente sem consideração ao interesse geral, sendo necessário aplicar sanções para dissuadir comportamentos transgressores. Ao espaço, a lei é regulada pela territorialidade. A lei tem eficácia em território nacional, pois a norma tem como objetivo regular a atividade do Estado, que é a jurisdição, e essa atividade tem o princípio de manifestar o poder soberano do Estado, portanto, não pode ser regido por leis estrangeiras. Em relação ao tempo, a lei tem a sua vigência, que equivale ao seu período de vida, desde a sua obrigatoriedade e observância até o momento da sua revogação, que expressa a perda da vigência, que pode ocorrer pelo desuso de tempo, além da revogação imposta por outra lei. **Conclusão:** Conclui-se que a eficácia das leis depende diretamente da sua relação com o tempo e espaço, assim como as ações dos indivíduos. As leis tornam-se eficazes a partir do momento em que as mesmas se encontram dentro de suas jurisdições e estão em vigência, sendo seguidas pela coercitividade, que visa inibir atitudes transgressoras dos indivíduos, as leis também devem ter um objetivo real e claro, que propicia a relação harmônica da sociedade.

Palavras-chave: Eficácia. Espaço. Tempo. Jurisdição. Vigência.

ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E MANIFESTAÇÕES POPULARES

SAMPAIO, Cristiane Grangeiro¹; LIMA, Vânia Vieira Ereni²
¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as divergências entre o estado democrático de direito e as manifestações populares e compreender o probó destes através de necessidades individuais uma vez que estão na esfera contemporânea. Será adotado o método de pesquisa dedutivo através de pesquisa bibliográfica e documental. Serão abordados os principais institutos que garantem tais direitos mesmo em contraponto com as manifestações populares, cessando ou violando tais. É notória essas considerações visto que é de interesse jurisdicional, público e social uma vez que desassossega juristas, doutrinadores e a sociedade. Será desenvolvida abordagem conceitual e considerações gerais acerca de medidas que possibilitaria a diminuição de tais conflitos. Por fim, procede-se a análise minuciosa do direito garantido pelo estado democrático de direito assim como o das manifestações populares e através da sua aplicação tornam em alguns

casos eficientes e em outros inadequadas, sendo indispensável à criação de medidas públicas que acolham tais políticas, valorizando seu caráter em prol da sociedade e de cada cidadão, fazendo com que os coadjuvantes do Estado se tornem sujeitos de direitos e deveres.

Palavras-chave: Estado Democrático de Direito; Manifestações Populares; Direitos Fundamentais.

ESTRATÉGIAS E MÉTODO PARA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS: UM ESTUDO DE CASO COM UMA MAQUINA ROTULADORA

RIBEIRO, Alane P. F.¹; SILVA, Wesley Bruno Barbosa.²; SOUZA, Lorena Nunes de.²,
SOUZA, Galvina Maria²

1 Docente das FIPMOC; 2 Discente do curso de Engenharia de Produção das FIPMOC

Após o surgimento da globalização a competitividade tem afetado diretamente as organizações. Por esse motivo, esse fator tem exigido das empresas a busca pela melhoria continua dos seus serviços e/ou produtos. Assim, torna-se necessário compreender que um produto que seja cada vez mais desejado é também um produto que se venda apenas pelo olhar, mas para isso é necessário um rótulo efetivamente atrativo e perfeito. Portanto, para ter-se um processo de rotulagem realmente funcional e de acordo com as especificações do mercado é necessário possuir um sistema de gestão de qualidade que, além de tratar dos defeitos, previna os seus potenciais defeitos. Deste modo, essa pesquisa foi desenvolvida com objetivo de apresentar um método de resolução de problemas em máquinas rotuladoras, oferecendo assim, além da resolução de problemas, uma melhoria continua no seu processo de rotulagem. O trabalho foi desenvolvido pelo método de pesquisa bibliográfica consistente no exame de revistas, livros, sites e artigos escritos sobre o assunto. Nesse sentido, após uma análise mais técnica sobre o assunto, definiu-se que o problema pode ser associado a vinte e três possíveis causas. Essas causas então são listadas e, dependendo do problema a ser estudado, são pontuadas numa escala de um a cinco, sendo um - fraca relação com a causa raiz - e cinco - forte relação com a causa raiz-. Por diante, são relacionadas às causas que tiveram maior relação, ou seja, com pontuação acima de três. A partir dessa etapa o método se direciona para a seguinte, onde é criado um gráfico de Pareto com as causas mais pontuadas, priorizadas. E, na terceira e última etapa são traçadas as prováveis soluções que devem ser aplicadas para a resolução do problema. Conclui-se, portanto, que baseado no ciclo PDCA este método deve, inicialmente, analisar a situação atual. Com isso, deve-se montar o plano baseado nos passos do método desenvolvido, aplicar conforme o plano projetado, checar se todas as ações foram efetivas, e, caso contrário, rever os passos do plano, controlando e analisando para que não volte a ocorrer novas falhas.

Palavras-chave: Rotuladoras. Problemas. Estratégias. Métodos.

ESTRUTURA E ESPÉCIES DE SENTENÇAS

MARQUES, Cássio Matos¹; OLIVEIRA, James de¹; OLIVEIRA, Juliany Gracy Moreira¹;
ABREU, Livia Veloso¹; LOPES, Marizete Margarida¹; PINHEIRO, Andressa Mendes de
Freitas².

¹ Discente das FIPMoc. ² Docente das FIPMoc

Introdução: A sentença é o ponto mais alto de um processo, pois é onde o juiz cumpre a obrigação jurisdicional do Estado, sendo um ato decisório por excelência. A sentença é o ato pelo qual o juiz decide o pedido do autor, podendo acolhê-lo ou recusá-lo. **Objetivo:** Conhecer a estrutura de uma sentença e analisar as sentenças que contemplem **direitos relativos aos menores**. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. Utilizou-se para coleta de

dados obras que tratam sobre o tema. Para tal foram feitas buscas nos sites de pesquisa Google Acadêmico e Âmbito Jurídico. Após a coleta, os dados foram analisados e interpretados através da literatura. **Resultados:** Existem duas espécies de sentença, sendo elas: sentença definitiva e sentença terminativa. A sentença definitiva é também conhecida como sentença de mérito e sentença de fundo, visto que decide o mérito da causa, põem termo ao processo, acolhe ou rejeita o pedido do autor. A sentença terminativa chamada também de sentença formal ou sentença processual coloca termo ao processo, mas não resolve o mérito da causa. A sentença para ser válida tem uma estrutura a ser seguida, sob pena de nulidade, deve ser composta por três partes: o relatório, a motivação e o dispositivo. O relatório sendo a parte inicial deve conter de forma resumida o que se passou pelo processo desde o início, deve estar presente os nomes das partes, a suma do pedido e a resposta do réu, assim como o registro das principais ocorrências durante o processo, deve expor a história relevante do processo. A motivação são os fundamentos sobre os quais o juiz apoia a sua decisão, dará as suas razões do seu convencimento que mesmo sendo livre não pode deixar de ser motivado. O dispositivo é a parte final a sentença, o juiz resolve as questões em que as partes se submeteram, é a conclusão das operações lógicas desenvolvidas pelo juiz. O dispositivo pode ser direto que é aquele que o juiz exprime com suas palavras a decisão e a indireta é a que o juiz se limita a referir ao pedido, declarando-o procedente ou improcedente. **Conclusão:** Conclui-se através deste estudo que a sentença deve ser clara, devendo ser inteligível e de fácil interpretação, sem ambiguidades e equívocos, devendo conter o relatório, a motivação e o dispositivo que são requisitos indispensáveis para uma sentença ser válida.

Palavras-chave: Sentença. Requisitos. Espécies.

EVOLUÇÃO DO PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS COAGULOPATIAS HEREDITÁRIAS RARAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

VIANNA, Yuri Cardoso¹; ALCÂNTARA, João Pedro Barbosa¹; GONÇALVES, Fernando de
Azevedo¹; DE OLIVEIRA, Rafael Leite; DIAS, Caroline Sousa¹
¹Discentes das FIPMoc

Introdução: Define-se coagulopatia hereditária como a deficiência quantitativa e/ou qualitativa de proteínas plasmáticas que atuam no processo de coagulação. Devido ao distúrbio que gera na hemostasia são também chamadas de doenças hemorrágicas, sendo as hemofilias (A e B) e a doença de Von Willebrand (DVW) as mais comuns, sendo as outras deficiências (principalmente a deficiência de Fator VII) mais raras. **Objetivos:** Analisar a evolução do perfil epidemiológico das coagulopatias hereditárias raras em Minas Gerais. **Método:** Foi realizado um estudo epidemiológico dos boletins: Perfil das coagulopatias hereditárias no Brasil dos anos de 2007, 2009/2010 e 2011/2012, lançados pelo Ministério da saúde a partir da hemovida web – coagulopatias, e revisões na literatura nos bancos de dados do scielo no período de 2010 a 2013. **Resultados:** No Brasil, no ano de 2007, 315 pessoas possuíam alguma coagulopatia hereditária rara (2,9%), sendo a maioria do sexo feminino (n=180; 57%), tendo a maioria da faixa etária entre 10 a 49 anos (n=224; 70,9%). Desse total, o estado de Minas Gerais possui 146 casos (46,3%), sendo 88 do sexo feminino (48,8%) e 58 do masculino (43%), sendo 82 casos entre 10 e 50 anos e diminuindo nos extremos de idade. Já nos anos de 2011/2012, o número nacional de casos foi de 2184 casos (11,7%), tendo o predomínio feminino (n=1229; 56,27%) nas faixas de 10-49 anos (n=1485; 75,6%). Em MG, o valor total foi de 416 (19,05%), ainda tendo domínio do sexo feminino e das idades entre 10 e 50 anos. Apesar de corresponder a apenas uma pequena porcentagem de todas as coagulopatias, as mais raras possuem uma taxa de crescimento consideravelmente alto no período de tempo dos boletins publicados. O aumento da participação feminina nessa patologia em relação ao aumento de indivíduos corrobora para um processo de feminização que ocorre no país, já em relação a idade, apesar da faixa prevalente ainda ser entre

os 40-50 anos, há expressivo aumento no número de pacientes idosos, que somado a baixa mortalidade específica desse tipo de coagulopatia, indica a diminuição da natalidade e mortalidade no Brasil. MG antes era o país que mais continham casos de coagulopatias raras no país, entretanto possuiu uma baixa taxa de crescimento, ocupando atualmente a terceira colocação. **Conclusão:** A evolução das coagulopatias raras se caracteriza pela feminização e envelhecimento dos pacientes. Apesar da alta taxa de crescimento no Brasil, Minas Gerais, que antes era o estado mais prevalente dessas patologias, possui uma desaceleração no aumento de casos.

Palavras-chaves: Coagulopatias Hereditárias. Coagulopatias raras. Deficiência de fator VII3. Epidemiologia.

EXPRESSÃO IMUNOHISTOQUÍMICA DE SIRT2 EM NEVOS MELANOCÍTICOS E MELANOMAS CUTÂNEOS

BARROSO, Marcos Vinícius Mendes¹; NUNES, Melriden Elyam²; FERREIRA, Emillyo César Neves³; OLIVEIRA, Marcos Vinícius Macedo de⁴;

¹ Discente de Medicina da Faculdades Integradas Pitágoras - Montes Claros – MG – Bolsista FAPEMIGI.

²Graduação em Biomedicina. Faculdades Unidas Do Norte de Minas. Instituto de Ciências da Saúde. Montes Claros – MG, Brasil.

³ Discente de Medicina da Faculdades Integradas Pitágoras - Montes Claros – MG – Bolsista Voluntário da Iniciação Científica.

⁴ Docente e Orientador da Iniciação Científica das Faculdades Integradas Pitágoras da Medicina. Centro de Pesquisa. Montes Claros – MG, Brasil.

Introdução: Ao longo dos anos, a família das sirtuínas tem sido alvo de estudos, visto que essas proteínas têm suas atividades relacionadas com a tumorigênese. A sirtuína 2 (SIRT2), membro dessa família, está envolvida na estrutura da cromatina, no reparo do DNA e regulação do ciclo celular. Entretanto, sua atividade varia em diferentes tecidos neoplásicos. **Objetivo:** O presente estudo avaliou a expressão imunohistoquímica de SIRT2 em lesões neoplásicas primárias de pele. **Métodos:** Para análise da expressão imunohistoquímica utilizou-se software ImageJ®, considerando marcações nucleares e citoplasmática. Os resultados foram submetidos a *software* de estatística a fim de estabelecer os pontos de associação entre a expressão proteica e as características clinico-patológicas. **Resultados:** Foi estabelecido o melhor ponto de corte para definir a expressão da proteína como positiva ou negativa, segundo o tipo da lesão e a localização dessa expressão. Isso posto, observou-se altíssima significância estatística quanto à expressão de SIRT2 em pele normal, exclusivamente no núcleo. **Conclusão:** Este estudo além de mostrar um padrão de progressão das lesões, também engloba todo um contexto clínico do paciente (tamanho de lesão, sítio anatômico, nível de invasão, entre outros), que direciona a um raciocínio clínico quanto aos fatores de risco envolvidos.

Palavras-chave: SIRT2. Imunohistoquímica. Melanoma. Melanócitos. Câncer de pele.

FATORES DE RISCO PARA DOENÇA PERINATAL POR ESTREPTOCOCOS DO GRUPO B

FERREIRA, Tércio Silva¹; PRINCE, Karina Andrade de².
1Discente de Medicina nas FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: *Streptococcus agalactiae*, descrita inicialmente em 1887 como causa de mastite bovina é uma bactéria gram-positiva classificada como grupo B de Lancefield. Esse microorganismo se mostra um importante agente etiológico de infecções em gestantes, como endometrites e corioamniotites, e em neonatos, meningites e pneumonias que podem evoluir com sepse. **Objetivo:** Rever os fatores de risco para a doença perinatal por estreptococo do grupo B. **Método:** foi realizada buscas na base de dados PubMed com os descritores *streptococcus agalactiae*, estreptococos do grupo B e infecção perinatal. Foram filtrados artigos publicados de 2013 a 2015 e cujos textos completos estivessem disponíveis gratuitamente, resultando em 1482 artigos. **Resultados:** Como pré-requisito obrigatório para a infecção, a prevalência da colonização por estreptococos do grupo B (EGB) em gestantes varia de local para local e entre os fatores de risco para tal positividade se destacam história de parto prematuro, positividade para HIV e história de infecção do trato urinário durante gestação. Estudo de 2015 demonstrou que mulheres obesas são 35% mais propensas a serem colonizadas por EGB que mulheres não obesas, após ajustados raça, paridade e presença diabetes. O risco se mostrou diretamente relacionado ao IMC. Foi também demonstrada a presença *Streptococcus salivarium* como limitante da colonização por EGB e propuseram o uso desse probiótico em associação com vacina ou antibioticoterapia intra-parto para prevenção de infecções neonatais. Estudo de casos levou também em conta outros fatores de risco para a infecção neonatal em si, como tempo prolongado de ruptura das membranas, trabalho de parto pré-termo e hipertermia no momento do parto. Em países economicamente desenvolvidos como Inglaterra e Estados Unidos, o perfil epidemiológico da colonização e infecções por EGB já foi traçado desde os anos 90 e vem sendo atualizado, permitindo o estabelecimento de protocolos de rastreamento e aplicação de medidas profiláticas. No Brasil, a publicação oficial que orienta o pré-natal baseia-se nesses estudos para não recomendar o rastreamento de rotina de EGB. Contudo, reconhece a necessidade da realização de estudos locais estabelecendo esse perfil. A Sociedade Brasileira de Pediatria oferece diretrizes similares às internacionais, preconizando a realização de cultura ano-vaginal em todas as gestantes com idade gestacional entre 35 e 37 semanas, excetuadas aquelas com história prévia de criança com doença por EGB ou bacteriúria durante a gestação, para as quais a antibioticoterapia está indicada independente do rastreamento. Cita também a antisepsia do canal de parto como medicação profilática. **Conclusão:** O conhecimento dos fatores de risco é indispensável para a realização de prevenção efetiva da doença por EGB. Se mostra também relevante a execução de estudos para melhor caracterização da situação epidemiológica brasileira.

Palavras-chave: Estreptococos do grupo B. *Streptococcus agalactiae*. Infecção perinatal.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (**Cadernos de Atenção Básica**, 32).

COSTA, H. P. F. Prevenção da doença perinatal por estreptococos do grupo B. 2011. Disponível em: <<http://www.sbp.com.br/src/uploads/2015/02/SBPEGBCDC2011-2.pdf>>. Acesso em 15/04/2016.

EASTWOOD, K. A.; CRAIG, S.; SIDHU, H; BOYLE, M; GANNON, C.; ONG, G.; LUPARI, M.; CRAVEN, A.; MAGOWAN, S.; ASHE, R. G. Prevention of early-onset Group B Streptococcal disease—the Northern Ireland experience. **BJOG: An International Journal of**

Obstetrics & Gynaecology, v. 122, n. 3, p. 361-367, 2015. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1471-0528.12841/epdf>>. Acesso em 12/04/2016.

KLEWEIS, S. M.; CAHILL, G. A.; ODIBO, A. O.; TUULI, M. G. Maternal obesity and rectovaginal group B streptococcus colonization at term. **Infectious diseases in obstetrics and gynecology**, v. 2015, 2015. Disponível em: <<http://www.hindawi.com/journals/idog/2015/586767/>>. Acesso em 12/04/2016.

LE DOARE, K.; HEATH, P. T. An overview of global GBS epidemiology. **Vaccine**, v. 31, p. D7-D12, 2013. Disponível em: <http://www.pfizerpro.com.co/sites/g/files/g10013506/f/publicaciones/2013_31,-Supplement-4_0_An-overview-of-global-GBS-epidemiology_D7_D12.pdf>. Acesso em 12/04/2016.

MITIMA, K. T.; NTAKAMO, S.; BIRINDWA, A. M.; MUKANIRE, N.; KIVUTUKI, J.M.; TSONGO, K.; MUBAGWA, K. Prevalence of colonization by Streptococcus agalactiae among pregnant women in Bukavu, Democratic Republic of the Congo. **Journal of infection in developing countries**, v. 8, n. 9, p. 1195-200, 2014. Disponível em: <<https://lirias.kuleuven.be/bitstream/123456789/468991/1/J+Infect+Dev+Ctries+2014%3B+8%289%29%2C1195-1200-Mitima.pdf>>. Acesso em 12/04/2016.

PATRAS, K. A.; WESCOMBE, P. A.; ROSLER, B.; HALE, J.D.; TAGG, J. R.; DORAN, K. S. Streptococcus salivarius K12 Limits Group B Streptococcus Vaginal Colonization. **Infection and immunity**, v. 83, n. 9, p. 3438-3444, 2015. Disponível em: <<http://iai.asm.org/content/83/9/3438.short>>. Acesso em 12/04/2016.

WOLDU, Z. L.; TEKLEHAIMANOT, T. G.; WAJI, T. T.; GEBREMARIAM, M. Y. The prevalence of Group B Streptococcus recto-vaginal colonization and antimicrobial susceptibility pattern in pregnant mothers at two hospitals of Addis Ababa, Ethiopia. **Reproductive health**, v. 11, n. 1, p. 80, 2014. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25476269>>. Acesso em 12/04/2016.

FENOMENOLOGIA, GÊNERO E MASCULINIDADES CONTEMPORÂNEAS

MEDEIROS, Gabriel Silva¹; COELHO-JÚNIOR, Achilles Gonçalves²
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc e doutorando na FFCLRP-USP

Introdução: Este estudo faz parte do projeto de pesquisa “Psicologia e masculinidades: análise fenomenológica da experiência de profissionais psicólogos” vinculado ao PROIC-FIPMoc e comunica os resultados parciais da revisão de literatura. A contemporaneidade disponibiliza diversos modelos culturais que têm sido apropriados pelas pessoas em seu processo de subjetivação, interferindo diretamente nas vivências relacionadas ao gênero masculino, gerando várias formas de expressão da masculinidade. A Fenomenologia, destacando aqui as contribuições de Edith Stein, disponibiliza uma análise dos aspectos essenciais do fenômeno humano, inclusive sobre as vivências relacionadas à corporeidade e à cultura. **Objetivo:** Identificar e compreender como o tema da masculinidade vem sendo discutido na literatura contemporânea, explicitando as contribuições da Fenomenologia de Edith Stein para esse debate. **Método:** Trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica, onde utilizou-se da revisão de literatura narrativa como metodologia de pesquisa. O procedimento de coleta de dados ocorreu em três fases: a) busca pelos termos “masculinidade” e “masculinidade e saúde” nas plataformas Periódicos CAPES e SciELO, incluindo na amostra artigos com texto completo disponibilizados que foram posteriormente analisados; b) identificação e análise dos textos nas obras completas de Edith Stein, em sua tradução espanhola, que discutem diretamente o tema do masculino e feminino; c) identificação das principais contribuições da Fenomenologia de Edith Stein para o

debate do tema das masculinidades na contemporaneidade. **Resultados:** Alguns autores definem o gênero como experiência simbólica da diferença sexual; outros, criticam tal conceito, sob a justificativa de ser cristalizador e sustentador de definições que não captam as singularidades. Descrita as características de uma crise da masculinidade, verifica-se que os homens buscam por outros modelos externos de subjetividades e de sua expressão, que não as impostas por paradigmas arcaicos e hegemônicos. Aqui, a Fenomenologia emerge como possibilidade de se evitar o risco do relativismo e do enrijecimento epistemológico, devido às características de seu método de estudo no que se refere ao processo de descrição e identificação da masculinidade contemporânea. Edith Stein, em sua antropologia dual, analisa os aspectos essenciais da espécie humana, caracterizando-a em sua expressão de espécie masculina, marcada pela potencialização de forças isoladas, e espécie feminina, onde o desenvolvimento harmonioso de forças ocorre. Não obstante, o percurso vital não é predeterminado, uma vez que essas dinâmicas típicas de cada espécie podem manifestar-se nos diferentes sexos. **Conclusão:** Em meio aos debates de gênero, a Fenomenologia steiniana emergiu como possibilidade de trazer à luz as expressões singulares do ser homem na contemporaneidade, bem como a possibilidade de identificação de aspectos típicos da masculinidade, sem perder a identificação de como esses a cultura é vivenciada através dos processos sociais e comunitários.

Palavras-chave: Gênero. Masculinidades. Edith Stein.

FERRO: UMA ABORDAGEM GEOLÓGICA, CARTOGRÁFICA, PESQUISA MINERAL E MÉTODOS DE LAVRA

SOARES, Andréia¹; AFONSO, Bruno¹; MORAIS, Gabriel¹; VELOSO, Kamilla¹; FONSECA, Vinícius¹; AGUIAR, Yasmin¹; CANDIDO, Pedro².

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

O Ferro, é um metal cinza ou preto, dúctil, maleável, muito reativo, facilmente oxidável e magnético. Muito usado na construção civil, por ser um material resistente. Antes da lavra é necessário a realização dos trabalhos de Pesquisa Mineral, para que diminua os riscos de prejuízos e maus investimentos e aumente as chances de encontrar anomalias do minério. Para que isso ocorra, existem três fases da pesquisa: regional, semi-detralhe e detalhe. Foram feitas pesquisas qualitativas bibliográficas em sites corporativos empresariais, artigos e mapas para possibilitar o entendimento de todos os processos envolvidos na Pesquisa Mineral. Observamos que dentre todas as fases da Pesquisa Mineral o uso de tecnologias de todos os tipos são de extrema importância no auxílio de obtenção de informações. As tecnologias auxiliaadoras observadas que podem ser utilizadas no estudo do Ferro são a magnetometria (é uma técnica que utiliza a informação do campo magnético terrestre para a investigação das estruturas em subsuperfície), sensoriamento remoto (é uma tecnologia de obtenção de imagens e dados da superfície terrestre através da captação e registro da energia refletida/emitida pela superfície sem que haja contato físico entre o sensor e a superfície estudada), sondagens, etc. Com os resultados obtidos nos possibilitaram enxergar os melhores métodos de pesquisa e de lavra do minério de ferro, devido suas fontes de obtenção e característica. A partir dos estudos e análise realizada foi possível, ainda, identificar a importância da pesquisa mineral para o melhor aproveitamento da mina no presente e no futuro. Como resultado desse trabalho, foi possível obter uma visão dos pontos que demandavam uma maior atenção no processo de pesquisa e lavra.

Palavras-chave: Pesquisa Mineral. Minério de Ferro. Tecnologias. Cartografia. Engenharia de Minas.

FONTE DE ALIMENTAÇÃO USB PORTÁTIL A ENERGIA SOLAR

DIAS, João Victor Aguiar¹; SILVA, Neidson Fabricio¹; SANTOS, Marcone Felipe Teixeira¹; FERREIRA, Marcos Felipe Dias¹; SILVA, Jose Nelson Lopes Junior¹; LACERDA, Frederico Melo² Discentes do curso de Engenharia Elétrica das FIPMOC; ² Docente das FIPMOC

Introdução: A energia solar vem sendo utilizada como meio alternativo para a geração de energia elétrica, pois pode ser gerada na maior parte do mundo, portanto suas aplicações são inúmeras e está em constante transformação. Atualmente boa parte da população mundial utiliza componentes eletroeletrônicos, como celulares, rádios ou até mesmo microcontroladores como o arduino, para várias aplicações, na forma de comunicação, lazer, trabalho entre outros objetivos. Devido a isso surgiu a necessidade de buscar soluções para manter esses componentes sempre alimentados, um exemplo seria os celulares que necessitam estar sempre carregados por serem essenciais no dia a dia. Independente do local onde o usuário se encontrar, seja em centros urbanos, zonas rurais, parques, florestas ou até mesmo em áreas remotas, pretendemos fornecer energia para equipamentos de pequeno porte até 5V. **Objetivo:** elaborar um protótipo de uma fonte de alimentação a energia solar de 1W de potencia com a utilização de lentes de Fresnel para uma melhor eficiência. **Método:** A metodologia utilizada para a elaboração do artigo foi a pesquisa bibliográfica e aplicação de dados provenientes de softwares para a realização do esquema de circuito elétrico. Foi realizado o uso do software chamado “PROTEUS” para a o diagrama do circuito elétrico na qual o software é capaz de realizar também a simulação de funcionamento. Foram utilizadas também ferramentas como: Alicates, Multímetro, Ferro de solda e Protoboard. Componentes eletrônicos como: Fios, Painéis solares Fotovoltaicos (5v; 0,1A), Bateria (5V), Capacitores, Resistor, Diodo, Indutor, led, USB fema e Integrado ht4921, para a realização do circuito e protótipo. **Resultados e Conclusão:** Concluímos que a Fonte de alimentação USB portátil obteve um resultado esperado, possibilitando recargas para baterias de celulares com máxima eficiência. Por depender da intensidade de radiação, a geração de energia elétrica da fonte necessita, do emprego de baterias para o armazenamento. A medida tomada não diminui a eficiência do sistema; ao contrário, com a grande evolução do armazenamento em termos de capacidade e portabilidade, com a utilização de baterias há uma garantia de funcionamento sem que a praticidade seja prejudicada. Com a utilização da lente de Fresnel foi possível atingir melhores resultados, aumentando a eficiência do painel fotovoltaico, pois com o uso da lente é possível manter a tensão (potência) estável sem variações bruscas ao longo do dia. A única dificuldade encontrada para a elaboração deste trabalho foi a ausência de recursos, como um laboratório com equipamentos sofisticados para a realização das práticas, mesmo assim com poucos recursos os resultados previstos foram satisfatórios.

Palavras-chave: Engenharia Elétrica. Engenharia de energias renováveis. Fonte de alimentação USB portátil. Energia solar.

FORMAS ALTERNATIVAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: A ATUAÇÃO DO CEJUS EM MONTES CLAROS/MG

MELO, Joana Pereira de¹; VELLOSO, Mário Augusto Lafetá¹
AGUIAR, Cynara Silde Mesquita Veloso²
¹ Discente das FIPMOC; ² Docente das FIPMOC

Introdução: A sociedade brasileira e a própria Justiça caminham, atualmente, ao encontro de formas alternativas de resolução das demandas, por meio de instrumentos de ação social participativa. E dentro desse raciocínio, insere-se toda filosofia e o próprio idealismo daqueles que estão empenhados em mudanças razoáveis e factíveis para que outras perspectivas se abram para o povo em geral, graças à facilitação do acesso pleno à Justiça, com a utilização de meios e instrumentos alternativos como a conciliação, a mediação e a arbitragem, com todos os

desdobramentos deles derivados. **Objetivo:** Este estudo objetivou compreender as modalidades alternativas de solução de conflitos e analisar a importância do Centro Judiciário de Resolução de Conflitos e Cidadania (CEJUS) no tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário. **Método:** A pesquisa empreendida para a produção deste relatório foi de natureza exploratória, ancorando-se em uma abordagem qualitativa, bem como em uma pesquisa de campo. A pesquisa exploratória tem como objetivo explorar aspectos de uma situação não conhecida. O procedimento técnico de coleta de dados utilizado foi a pesquisa de campo, ocorrida no CEJUS, vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), situado no Fórum Gonçalves Chaves, Rua Raimundo Penalva, 70, 3º andar, sala 315, Montes Claros/MG. Para a coleta de dados utilizou-se uma entrevista aberta acerca do tema, com a analista judiciária daquele Centro. As perguntas não foram gravadas, mas anotadas literalmente. O Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido (TCLE) não foi apresentado ao entrevistado, mas foi apresentada uma carta de apresentação. A análise e interpretação dos dados foram feitas à luz da literatura acerca do tema. **Resultados:** A entrevista trouxe elementos que explicitam a colaboração dos CEJUS com a sociedade brasileira, uma vez que oferecem ao cidadão um amplo acesso à Justiça, sem custos, sem demora, sem grandes formalidades. O Setor pré-processual atua no conflito já em seu nascedouro. Um espaço que acolhe as diferenças e revela a possibilidade de coexistência de iguais liberdades individuais. No setor processual ocorre a busca da composição de uma solução adequada para o litígio, desde os primeiros atos processuais. No setor de cidadania, o CEJUS busca orientar o cidadão com encaminhamentos a órgãos públicos e orientações jurídicas. **Conclusão:** As formas alternativas de solução de conflitos e os órgãos que as promovem trazem reais benefícios para todos os envolvidos. Os motivos são vários: no CEJUS, o Setor pré-processual cumpre um papel preventivo, procurando dirimir o conflito em seu início. Os acordos firmados com autonomia das partes enaltecem as possibilidades e as capacidades dos envolvidos, levando a um maior cumprimento do que é pactuado. O setor processual visa tornar o processo mais célere, pois busca compor uma solução adequada desde o início. O setor de cidadania realiza o importante papel de educação e orientação aos cidadãos.

Palavras-chave: Formas Alternativas de Solução de Conflitos. CEJUS. Conciliação. Mediação. Arbitragem.

FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

DIAS, Patrícia Aparecida Medeiros¹; TORRES, Vânia².

¹Discente das Faculdades Integradas Pitágoras-FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Introdução: A vida em sociedade acarreta conflitos, visto que insatisfações pessoais podem prejudicar a coexistência social, uma vez que causam desarmonia entre os indivíduos que a compõem. O Direito possui importante papel no estabelecimento da paz social, vez que atua como orientador de condutas e instrumento para a solução dessas lides. **Objetivo:** O presente trabalho buscou explicar as principais formas extrajudiciais de solução de conflitos existentes no ordenamento jurídico. **Método:** Tratou-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. Para a coleta de dados utilizou-se pesquisa bibliográfica a partir de análises de textos científicos publicados em periódicos, localizados nas bases de dados: Consultor Jurídico, Revistas de Tribunais. Foram utilizadas as Palavras-chave: jurisdição, processo, formas extrajudiciais de solução de conflitos. Utilizou-se também de doutrinas acerca do tema. **Resultados:** Observou-se que as principais formas de solução de conflitos são: Autodefesa (Autotutela), Autocomposição e Heterocomposição. A Autocomposição apresenta três espécies: Renúncia, Aceitação e Transação e a Heterocomposição apresenta duas: Arbitragem e Jurisdição. A Autotutela ocorre quando a própria parte busca afirmar seu interesse impondo-o à parte contrária. Ocorre o sacrifício

integral do interesse de uma das partes, pelo uso da força da outra. A Autocomposição, por sua vez, consiste no acordo entre as partes envolvidas no conflito para chegar a uma solução, sem a intervenção de agentes externos no processo de pacificação da lide. Na Renúncia o titular do direito, unilateralmente, priva-se desse direito em favor de outrem. Na Aceitação um dos sujeitos reconhece o direito do outro, passando a guiar-se em consonância com este reconhecimento. Já a Transação ocorre quando os sujeitos solucionam a lide por meio de concessões recíprocas. A Heterocomposição é derivada da atuação de um terceiro que fixa a regra solucionadora do conflito a ser cumprida pelo vencido. Na Arbitragem a fixação da solução da lide entre as partes é entregue a um terceiro, denominado árbitro, em geral escolhido pelas partes. À luz da lei 9.307/96, no direito brasileiro a Arbitragem somente pode se dirigir a acertamento de direitos patrimoniais disponíveis. A Jurisdição é o poder-dever do Estado de dizer o direito por uma sequência de atos processuais, podendo ser contenciosa ou voluntária. **Conclusão:** O ordenamento jurídico elenca a Autotutela, a Autocomposição e a Heterocomposição (Arbitragem) como as principais formas de solução de conflitos extrajudiciais. Assim, frente a uma insatisfação, o indivíduo encontra respaldo e procedimentos legítimos para satisfazer sua pretensão e restabelecer a ordem e a paz social, como alternativas à solução judicial.

Palavras-chave: Processo. Formas extrajudiciais de solução de conflitos. Conflitos. Jurisdição. Lide.

FORMAS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E O ACESSO À JUSTIÇA

BATISTA, Thomaz V. S. C.¹; FAGUNDES, Francine S. M.¹; FREIRE, Bruna L. V.¹;
OLIVEIRA, Nathália S. A. de; SILVA, Bruna L. T.¹; VELOSO, Cynara S. M.².
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A mediação, a conciliação e a arbitragem são formas extrajudiciais de resolução de conflito. Entre os benefícios de utilizar essas formas estão o descongestionamento do Judiciário, a celeridade na resolução do conflito e a pacificação social. De acordo com o Justiça em Números (2014), em cinco anos, o número de processos pendentes passou de 58,9 milhões em 2009 para 66,8 milhões em 2013 e para 99,7 milhões em 2016. O Conselho Nacional de Justiça e o Código de Processo Civil de 2015 com o intuito de viabilizar o amplo acesso à justiça e desafogar o Judiciário têm estimulado a desjudicialização dos conflitos por meio do incentivo da utilização dessas formas alternativas de resolução. **Objetivo:** A pesquisa teve como objetivo geral analisar as formas extrajudiciais de resolução de conflitos como meio de acesso à justiça e descongestionamento do Judiciário. **Método:** Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa. Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca na base de dados do Google Acadêmico, bem como na base de dados da biblioteca das FIPMoc. As principais ideias dos autores foram organizadas em forma de resumo. Posteriormente, realizou-se uma pesquisa de campo observacional no PROCON de Montes Claros, no Núcleo de Prática Jurídica das FIPMoc e no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Montes Claros (CEJUS) com o escopo de examinar quais as formas extrajudiciais utilizadas por eles na resolução dos conflitos. Além de serem analisados os relatórios desses órgãos. **Resultado:** Após a pesquisa foi possível verificar que o PROCON utiliza-se da conciliação para resolver os conflitos nas relações de consumo; o Núcleo de Prática Jurídica das FIPMoc utiliza-se da mediação pré-processual nas áreas cível, de família e de violência contra a mulher. Além de atuar na mediação judicial. Por fim, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Montes Claros são utilizadas a mediação e a conciliação. Apesar de o Novo CPC também estabelecer a arbitragem como meio de resolução de conflito, essa ainda não tem sido utilizada em Montes Claros. **Conclusão:** Conclui-se que as formas de resolução de conflito (conciliação, mediação e arbitragem) colaboram para que o processo tenha uma duração razoável, já que ajudam no descongestionamento do Judiciário e funcionam como facilitadoras no acesso à justiça.

Palavras-chave: Formas Extrajudiciais. Demanda. Judiciário.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório Justiça em Números 2014: ano-base 2013**. Brasília: CNJ, 2014. Disponível em: < ftp://ftp.cnj.jus.br/Justica_em_Numeros/relatorio_jn2014.pdf >. Acesso em: 15 abr. 2016.

GIST (GASTROINTESTINAL STROMAL TUMOR): REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

OLIVEIRA, Scárllety Karenn Mendes¹; MENEZES, Gustavo Freitas Souza¹; SOUZA, Cristiano Alves de¹; CORREIA, Tércio Cirqueira¹; LOPES, Cecília Freire¹; MOURA, Paula Maria Silveira Soares².

1 Discentes do curso de Medicina das FIPMoc. 2 Docente do curso de Medicina das FIPMoc

As neoplasias estromais do trato gastrointestinal correspondem a 80 % dos tumores mesenquimais do trato gastrointestinal, 5 % dos sarcomas e 3% de todos tumores do trato digestivo. Anteriormente o GIST era classificado como leiomioma, leiomiossarcoma, leiomioblastoma ou tumor do plexo autonômico, no entanto mais recentemente foi estabelecido esse tumor com etiologia estabelecida sendo originadas nas células intersticiais de Cajal e presença da expressão da proteína Kit. O diagnóstico de GIST é feito quando existem características morfológicas celulares típicas associadas à imunistoquímica positiva para Kit. Historicamente a ressecção cirúrgica do tumor constituía a única modalidade terapêutica efetiva, porém apenas 30 a 40% dos pacientes estariam curados após o tratamento. A descoberta do STI571 (mesilato de imatinib [Glivec®]; Novartis, Basel, Switzerland) revolucionou o tratamento por agir como alvo molecular que interfere na atividade tirosina quinase dos receptores Kit. O presente estudo objetiva descrever de forma geral aspectos da etiologia do GIST bem como seu tratamento e os avanços alcançados. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos publicados entre 2006 e 2015, encontrados nas bases Scielo e Google Acadêmico. A Sociedade Americana de Oncologia Clínica (ASCO) continua realizando pesquisas e avaliando os resultados do uso de terapia-alvo para o tratamento de GIST. A partir do desenvolvimento dessa terapia com o uso de imatinib houve uma significativa melhora nos casos de doença irresssecável e metastática aumentando muito a sobrevida trazendo também melhores perspectivas no tratamento de pacientes através do uso como terapia adjuvante e neoadjuvante. Os avanços nas descobertas do tratamento de GIST apresentam grande importância não apenas no tratamento desses tumores como também atuam como incentivo de buscas de outras entidades definidas responsáveis por etiologia tumoral que do mesmo modo possam ser sensíveis a terapia-alvo e melhorar o prognóstico de pacientes com outros tipos de câncer.

Palavras-chave: Tumor. Maligno. GIST. Revisão.

HERMENÊUTICA JURÍDICA NA DIMENSÃO NORMATIVA, AXIOLÓGICA E SÓCIO-HISTÓRICA

BARBALHO, Vitor Alves Pinto de Magalhães¹; BRITO, Clovis Dias de¹; CAMPOS, Sandd Lopes Oliveira¹; PEREIRA, Roberto César¹; REGO, Mariana Fernandes Brito¹; MOEBUS, Marcelo².

1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

Introdução: O Direito é uma Ciência Cultural Normativa Objetiva, e assim, a norma jurídica, obrigatoriamente, deve perpassar pela Teoria Tridimensional do Direito, neste caso estudada na ótica de Miguel Reale. Então, para alcançar a sua finalidade axiológica, pois a aplicação da Lei de forma insolada, por mais que o magistrado entenda que está cumprindo o seu papel de ciência, distante está da equidade. **Objetivo:** Explicar como o Direito é uma ciência jurídica autônoma e independente. **Método:** Interpretação das explicações esquemáticas em sala de aula pelo professor docente desse trabalho. **Resultados:** A partir do fundamento axiológico da Teoria Tridimensional, temos a dimensão valorativa, que é um preceito indispensável para alcançar o “justo”. No entanto, a interpretação da realidade jurídica apenas em sua dimensão lógica positivista, vislumbra uma questão problema, uma vez que quando o magistrado exara uma sentença injusta em algum aspecto, a sociedade o acolhe devido a visão teleológica contida na norma. O elemento sócio-cultural, desde dos tempos outrora, é que rege o direito, de forma que o legislador já percebendo lacunas na lei, prevê que o magistrado não deve eximir de decidir um litígio, permitindo-o, fundamentar sua decisão, como na analogia ou princípio e costume. Estes pilares importantes que determinam a origem da Experiência Jurídica, só são recorridos quando à norma não atende a realidade fática. **Conclusão:** A Hermenêutica Jurídica que permeia as sentenças judiciais, cuja finalidade é alcançar o “Justo”, presente está o sentimento do magistrado a interpretação da lei, que é subjetiva, caso não fosse, necessariamente, não passa pela interpretação, pois o julgamento das condutas desviantes que a experiência jurídica apresenta, em certos casos, será para cumprir as exigências impostas pelo estado. Portanto, para fins de direito, interpretação e justiça, nada mais justo do que, ao se criar as normas, deve-se sempre lembrar de seu valor, no sentido axiológico, para legitimar sua finalidade para sociedade e relevar as questões históricas e sociais dos que vão cumprir tal norma, para que ela seja sempre eficaz e não caia no esquecimento, tanto da população quanto do estado.

Palavras-chave: Teoria tridimensional. Hermenêutica. Direito. Jurídica. Justiça.

REFERÊNCIAS:

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. Ed. 19. São Paulo – SP: Saraiva, 1999.

HOVER MINERADOR

ANTUNES, João Victor Porfírio¹; BRITO, João Gorayeb¹; NASCIMENTO, Matheus Gomes¹; SALES, Alfredo Afonso¹; GUEDES, José Eduardo Souza¹; JUNIOR, José Osmane Lopes²; FILHO, Pedro Candido de Nascimento²;

¹-Discentes do 1º Período de Engenharia Mecatrônica – FIPMoc. ²-Docentes do 1º Período de Engenharia Mecatrônica – FIPMoc

O desenvolvimento da pesquisa surgiu à partir do interesse em realizar a montagem do protótipo objetivando o reconhecimento e monitoramento de ambientes desfavoráveis à entrada do ser humano. Acidentes em minas e cavernas, tais como: Em 2010, relatou-se um acidente de grande porte em que 33 exploradores ficaram presos na mina de San José, no norte do Chile, durante 2 meses, este acontecimento teve como princípio após a saída da mina ser bloqueada e a rota de

emergência teoricamente conhecida não existir na prática. O objetivo do presente estudo é a obtenção de um sistema autônomo capaz de viabilizar o acesso à locais de difícil acesso do ser humano por limitações físicas. Utilizando a plataforma arduino (plataforma de controle). Tem-se como principais componentes do sistema, o arduino mega 2560 R3+, sensores ultrassônicos (responsáveis por determinar a distância entre objetos), sensor de umidade e pressão atmosférica (DHT-11), sensor LM-35 (leitura em tempo real da temperatura externa) e sensor de gás butano (atuará na leitura de gases inflamáveis). O robô contará com um controle remoto RF 27Mhz para testes, bem como monitoramento via Bluetooth sincronizados com 4 relés de acionamento e alimentação provida de uma bateria de 12 VDC 6Ah. Com este sistema, os engenheiros provarão-se de maior confiabilidade na análise prévia do ambiente à ser explorado e assim promover maior segurança ao indivíduo antes deste adentrar-se ao ambiente. O protótipo já está concluído e o mesmo apresentou funcionamento satisfatório nos testes de simulação em laboratório.

Palavras-chave: Arduino. Exploração. Cavernas.Hover.

IMPACTO DA CONDRICALCINOSE NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO HUMANO

BLANK, Michely Dias¹; GONÇALVES, Thaís Alves¹; VIEIRA, Débora Ribeiro¹; MÁRCICO, Mateus Mendes¹; PINHEIRO, Mayra Rodrigues¹; CASTRO, Malena Carla Oliveira de¹; OLIVEIRA, Lanuza Borges²

¹Discente do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras – FIPMoc

²Docente do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras – FIPMoc

Introdução: A condrocalcinosose é uma doença causada por depósitos de cristais de pirofosfato de cálcio em cartilagens, em especial nas articulações. É uma afecção pouco diagnosticada que atinge sobretudo os idosos e sua prevalência aumenta com a idade, sendo 15% nos pacientes entre 65 e 74 anos e 44% nos pacientes acima de 84 anos. O quadro clínico pode ser desde assintomático a uma artrite aguda recorrente ou, raramente, crônica que usualmente envolve grandes articulações, principalmente de joelhos, punho, ombro e tornozelos. Pode acometer uma articulação ou várias pelo corpo simultaneamente, semelhante ao quadro clínico da gota úrica, com sinais inflamatórios exuberantes e em pacientes idosos, podem estar presentes manifestações sistêmicas como febre, indisposição e confusão mental. A condrocalcinosose é uma doença extremamente incapacitante e que leva a grande morbidade no paciente idoso, devido à dor intensa que ela provoca. No entanto, não existe tratamento eficaz profilático para a ocorrência de novas crises, sendo o tratamento feito nas fases agudas com punção articular evacuadora seguida de injeção de glicocorticóides, ou uso de antiinflamatórios não hormonais (AINE) por via oral. **Objetivo:** Analisar o impacto das morbidades associadas à condrocalcinosose no processo de envelhecimento humano. **Método:** Realizou-se uma pesquisa bibliográfica por meios das bases de dados PubMed, Lilacs e Scielo no período de 2010 a 2014. **Resultados:** As doenças articulares são consideradas as doenças crônicas mais prevalentes entre os idosos e são importante fator preditor relacionado ao declínio da funcionalidade promovendo repercussões negativas na qualidade de vida e independência funcional. Neste contexto a condrocalcinosose, sendo uma das afecções mais prevalente nos idosos, configura importante causa de morbidade e incapacidade nessa faixa etária. Os ataques de condrocalcinosose causam dor intensa que limita a realização das atividades habituais, muitas vezes levando o doente, a permanecer acamado durante as crises. Nos idosos as alterações nas articulações causadas pelo depósito dos cristais de pirofosfato de cálcio são muito acentuadas e causam lesões degenerativas importantes, principalmente nos joelhos e nas articulações coxofemorais. Nesses casos, contraturas em flexão, anquilose, bloqueio articular e invalidez são muito frequentes. Quanto ao tratamento, o uso frequente de AINEs para alívio das crises, mesmo por curto período de tempo, requer atenção especial frente à possibilidade de sangramento digestivo, por vezes grave e fatal nos idosos. **Conclusão:** A condrocalcinosose, apesar de ser sub-

diagnosticada é muito frequente nos idosos e sua prevalência aumenta muito conforme a idade. Dessa forma, é muito importante que o profissional de saúde esteja atento aos sinais e sintomas característicos da doença, para que seja realizado um diagnóstico precoce, e um acompanhamento com equipe multidisciplinar a fim de retardar as complicações decorrentes das lesões nas articulações e promover uma melhor qualidade de vida nesses indivíduos.

Palavras-chave: Condrocalcinose. Morbidades. Envelhecimento.

IMPLICAÇÕES JURÍDICAS DA OPERAÇÃO LAVA JATO: PROPORCIONALIDADE DAS PENAS E DELAÇÃO PREMIADA

CHAVES, Pollyana Ruas de Aquino¹; LEÃO, Saullo Gulith Neves de Souza¹; LIMA, Izabela Aiesca Alves¹; OLIVEIRA, Guilherme Pereira de¹; SILVA JÚNIOR, Leonardo Jaias; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes².

¹Discente das Faculdades Integradas Pitágoras – FIPMoc. ²Docente das Faculdades Integradas Pitágoras – FIPMoc

Introdução: A Operação Lava Jato investiga um esquema bilionário de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras, no qual foi estimado um prejuízo de dezenove bilhões de reais para a estatal (ENTENDA..., 2014). **Objetivo geral:** O presente estudo se propõe a analisar as implicações éticas e jurídicas da Operação Lava Jato. **Objetivo específico:** Analisar a proporcionalidade das penas dos crimes contra a Administração Pública (Título XI do Código Penal), abstratamente previstas, bem como os aspectos jurídicos da delação premiada. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. Para a coleta de dados, utilizou-se pesquisa bibliográfica a partir de análises de textos científicos. **Resultados:** Os crimes contra a administração pública, no caso a Operação Lava Jato, influenciam a sociedade como um todo, no entanto sua pena é significativamente pequena, além do fato de que a Delação Premiada, utilizada para uma solução mais rápida do crime supracitado pode diminuir em até um terço as penas privativas de liberdade ou fazer com que com essas sejam cumpridas em liberdade. **Conclusão:** Através deste estudo, pode-se concluir que não há proporcionalidade com relação à pena dos crimes contra a Administração Pública (reclusão de dois a doze anos e multa), crime o qual lesa a sociedade como um todo, enquanto crimes, como por exemplo, de furto que lesam apenas uma pessoa possui pena de um a quatro anos. Além disso, a Delação premiada possui aparato legal, através das leis 12.850 e 8.74 do Código Civil, o que, mesmo assim, não torna essa ação justa, visto que diminui de forma considerável a pena privativa de liberdade, acentuando ainda mais a desproporção da sanção penal.

Palavras-chave: Operação Lava Jato. Proporcionalidade das penas. Delação Premiada.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm>. Acesso em: 14 ago. 2015.

BRASIL. **Lei 8.074, de 25 de julho de 1990.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L8072.htm>. Acesso em: 14 ago. 2015.

ENTENDA a Operação Lava Jato. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/entenda-operacao-lava-jato-da-policia-federal.html>>. Acesso em: 31 out. 2015.

IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO METABÓLICA DO CÁLCIO EM PACIENTES HIPERTENSOS COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO DA PERDA DA FUNÇÃO RENAL

VIEIRA, Débora Ribeiro¹; FRANÇA, Dorothea Schmidt²

¹ Discente do curso de Medicina e Bolsista do Programa de Iniciação Científica das FIPMoc

² Docente e orientadora do Programa de Iniciação Científica das FIPMoc

As doenças renais acometem milhares de pessoas em faixa etária economicamente ativa em todo o mundo, gerando danos à economia e tornando-se um grande problema de saúde pública, devido à elevada recorrência e alto índice de complicações, o que gera custos altíssimos ao sistema de saúde. Independente da etiologia da doença de base, a perda da função renal acarreta desfechos indesejados que podem ser prevenidos ou retardados. Nefrolitíase ou litíase urinária ocupa o terceiro lugar entre as afecções mais frequentes do trato urinário, sendo ultrapassada apenas pelas infecções urinárias e doenças da próstata; é definida como a presença de um ou mais cálculos no interior de órgãos ou canais do sistema urinário, desde os cálices renais até a bexiga. Essa patologia acomete cerca de 5 a 15% da população. Ocorre três vezes mais entre homens, tendo maior incidência entre os 30 e os 50 anos. Alterações metabólicas como hipercalcúria, hiperucosúria, hipocitratúria, hiperossalúria, cistinúria e infecção urinária são as principais causas da formação dos cálculos e por isso é importante identifica-las precocemente para não realizar um diagnóstico tardio. A litíase cálcica representa 85% do total de casos e ocorre devido ao aumento do cálcio, ácido úrico ou oxalato urinário e/ou diminuição do citrato urinário. A combinação do aumento do filtrado de cálcio e a diminuição da reabsorção tubular desse íon conduz inevitavelmente a hipercalcúria. Estudos mostram um aumento crescente da associação de litíase renal com a hipertensão arterial sistêmica (HAS), uma vez que a doença está relacionada à alterações no metabolismo do cálcio, como o aumento da excreção renal do mesmo. A hipertensão isoladamente já contribui com danos e perdas da função renal. Associada à nefrolitíase, esses danos são exacerbados o que acaba acarretando uma insuficiência funcional precoce. Avaliar a função renal em pacientes hipertensos é importante para associar ou descartar nefropatias causadas pela hipertensão, identificar a natureza e sua atividade. Como a hipercalcúria é o principal fator de risco para a litíase renal, a investigação metabólica desse íon auxilia no estabelecimento de estratégias para tratamentos clínicos mais eficazes, além da implantação de medidas direcionadas à prevenção de litíases e perda da função renal nesses pacientes.

Palavras-chave: Nefrolitíase. Hipertensão. Hipercalcúria.

IMPORTÂNCIA DA IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE LESÕES MUSCULOESQUELÉTICAS EM PRATICANTES DE BASQUETE

VIEIRA, Débora Ribeiro¹; PAIVA, Anderson Araújo²; SCARPA, André Campos³; MENDES, Romero Iago Freitas⁴

¹ Graduanda no curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros, Minas Gerais, membro da Liga Acadêmica de Ortopedia e Traumatologia – LOT FIPMoc

² Médico Ortopedista, especialista em ombro e cotovelo, chefe do serviço de Ortopedia e Traumatologia do Hospital Dilson Godinho - Montes Claros, MG. ³ Médico Ortopedista,

especialista em artroscopia e joelho, coordenador da residência médica de Ortopedia e Traumatologia do Hospital Universitário Clemente de Faria - Montes Claros, Minas Gerais. ⁴

Médico Ortopedista, especialista em artroscopia e joelho, chefe do serviço de Ortopedia e Traumatologia do Hospital Universitário Clemente de Faria - Montes Claros, MG

O basquete é uma modalidade esportiva muito popular e praticada por todos os sexos e faixas etárias. Atualmente, possui mais de trezentos milhões de praticantes em todo o mundo e lidera, juntamente com o futebol e o vôlei, o ranking de esportes que mais causam procura à assistência de saúde. Apesar de ser uma modalidade com redução de contato físico, é uma atividade de alto

impacto, o que favorece o aparecimento de lesões musculares e osteoarticulares. Dessas afecções, são os membros inferiores os que normalmente são mais acometidos, o que gera um grande número de afastamento dos atletas do meio esportivo e até de suas atividades diárias. As lesões mais comuns são classificadas como traumáticas e por uso excessivo do membro. Elas são definidas como aquelas que limitam o praticante pelo menos um dia após o início da lesão e podem ocorrer devido a quantidade excessiva de exercícios e a alta competitividade no meio esportivo. Além de traumáticas e por uso excessivo, podem ser definidas como aguda, consequência de um acidente decorrente de um trauma direto ou movimento brusco, e, lesão crônica, por estímulos repetitivos, que podem melhorar e piorar ao longo do tempo. Para classificar uma lesão, é necessário definir fatores causais, sua duração e tipo de tratamento realizado, o tempo de afastamento da atividade, tempo de afastamento do trabalho, dano permanente e custo, facilitando assim o entendimento de sua gravidade. Como o basquete requer grande explosão e potência muscular para realizar arremessos, bandejas, dribles, rebotes enquanto os jogadores correm por uma quadra que mede 28 m de comprimento e 15 m de largura, lesões musculoesqueléticas são muito comuns, principalmente, devido à lesões que são causadas por contato entre os jogadores ou mesmo pelo próprio fator de impacto contra o solo ou com a bola. A maior incidência de lesões no basquete está em membros inferiores (60%), sendo que do total 32,9% são de joelho, 18,4% de tornozelo e 15,8% de coluna e as principais dos membros superiores são nas mãos, que totalizam 10,6% do total. Nesse contexto, identificar e caracterizar os padrões dessas lesões musculoesqueléticas facilita a elaboração de medidas profiláticas e o estabelecimento de possíveis intervenções que reabilitem os praticantes do basquete e previna que novas lesões possam acontecer, diminuindo assim o comprometimento dos movimentos e o possível afastamento de suas atividades.

Palavras-chave: Lesões musculoesqueléticas. Lesões esportivas. Basquete

IMPORTÂNCIA DA OUVIDORIA UNIVERSITÁRIA

FONSECA, Kelly Patrícia Rodrigues; REIS, Vitória Teixeira; XAVIER, Kariny Dias.
Discente das Faculdades Integradas Pitágoras – FIPMoc

Introdução: A Ouvidoria universitária é um instrumento efetivo na busca da qualidade e de transparência, a qual constitui uma via democrática e ágil para a solução de problemas e correção de injustiças, além de importante canal de comunicação entre a comunidade universitária e a administração, salientando que os discentes e docentes na tutela dos seus direitos diligência a reivindicarem os serviços educacionais por meio deste órgão. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar a Ouvidoria, demonstrando como os estudantes podem exigir seus direitos e cumprir os seus deveres na comunidade acadêmica, uma vez que a Ouvidoria por meio de críticas, reclamações e elogios permite que a instituição analise quais áreas necessita de melhorias para aperfeiçoar o seu funcionamento. Tendo a vantagem de seus usuários, contarem com a tranquilidade, pois o processo é transparente, sigiloso e não burocrático, facilitando desta forma o diálogo. **Método:** Para elaboração do trabalho foi realizada uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, por meio de pesquisas bibliográficas e virtuais, utilizando-se artigos e o site Google acadêmico, no qual os dados foram analisados a luz da literatura. **Resultado:** A averiguação em tela propiciou adquirir conhecimento sobre o assunto e permitiu a utilização deste na sociedade e maior publicidade na instituição educacional. **Conclusão:** Conclui-se através do estudo que a Ouvidoria é um meio de exercício da cidadania, em que consiste no ato de reivindicar seus direitos, no qual são criadas condições propícias para resolução de conflitos por meio do Ouvidor, que age como um mediador na comunidade acadêmica buscando uma melhor interação entre as partes envolvidas, revelando desta forma uma relação de confiança mútua.

Palavras-chave: Ouvidoria. Direito. Universidade. Cidadania.

IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NO MEIO POLÍTICO PARA A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

MARQUES, Cássio Matos¹; OLIVEIRA, James de¹; OLIVEIRA, Juliany Gracy Moreira¹; ABREU, Livia Veloso¹; LOPES, Marizete Margarida¹; FERNANDES, Regina Célia².

¹ Discente das FIPMoc. ² Docente das FIPMoc

Introdução: A participação dos cidadãos e a deliberação constituída em espaços públicos, sendo a democracia, um sistema articulado de instâncias de intenção dos cidadãos nas decisões que lhes respeitam na fiscalização do exercício do governo, ou seja, os cidadãos possuem o poder de escolher os seus representantes políticos e podendo assim cobrar por melhorias em diversas áreas. **Objetivo:** Analisar a importância da participação política para a construção da democracia. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. Utilizou-se para coleta de dados obras que tratam sobre o tema. Para tal foram feitas buscas no servidor de pesquisa das FIPMoc e nos sites de busca Google Acadêmico e Âmbito Jurídico. Após a coleta, os dados foram analisados e interpretados através da literatura. **Resultados:** A política é muito mais do que votar, é a principal ação social nas democracias contemporâneas. Numa sociedade democrática, todos devem participar das questões políticas e sociais mesmo depois de elegerem seus representantes. A democracia proporciona aos cidadãos um maior envolvimento político, uma vez que, todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. **Conclusão:** Conclui-se que a democracia tem como um dos objetivos controlar o poder do Estado, sem menosprezar sua importância e para que isso ocorra é necessário à conscientização da população sobre a relevância do voto, pois é o futuro de toda nação que está sendo decidido nas urnas. O poder judicial se mostra de maneira considerável em meios aos cidadãos brasileiros, pois o exercício de sua atividade deve obedecer às leis que estão em vigor na sociedade e por preservar a democracia respalda-se sob o princípio do Brasil ser um Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Democracia. Estado. Participação Política.

IMPORTÂNCIA DAS PROVAS PARA O PODER JUDICIÁRIO

MARQUES, Cássio Matos¹; OLIVEIRA, James de¹; OLIVEIRA, Juliany Gracy Moreira¹; ABREU, Livia Veloso¹; LOPES, Marizete Margarida¹; QUARESMA, Daniel Arthur².

¹ Discente das FIPMoc. ² Docente das FIPMoc

Introdução: O juiz deve agir sempre em busca da verdade. Ainda que não seja absoluta e límpida, o magistrado não pode se recusar a conhecer a realidade dos fatos sob seu julgamento. O juiz não deve agir em substituição à atividade das partes, mas deve ser imparcial, no sentido de dar razão a quem efetivamente a tem, mas para isso não deve se manter neutro e desinteressado. **Objetivo:** Analisar a importância das provas para o poder judiciário. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. Utilizou-se para coleta de dados obras que tratam sobre o tema. Para tal foram feitas buscas no servidor de pesquisa das FIPMoc e nos sites de busca Google Acadêmico e Âmbito Jurídico. Após a coleta, os dados foram analisados e interpretados através da literatura. **Resultados:** É de grande importância o estudo sobre a produção de provas por parte do juiz, tendo em vista que são vários os meios de provas utilizados no processo, quais sejam: depoimento pessoal, confissão, exibição de documento ou coisa, prova documental, prova testemunhal, prova pericial e inspeção judicial. Neste viés há divergências e posicionamentos na doutrina quanto à atividade instrutória do juiz, podendo-se verificar desde posicionamentos mais liberais, que conferem ampla iniciativa probatória ao magistrado, passando pelos posicionamentos moderados, que legitimam a iniciativa instrutória oficial, desde que seja necessário para esclarecimento dos fatos, resguardados o contraditório, a igualdade processual e a imparcialidade; até os posicionamentos que conferem mínimas hipóteses ou simplesmente negam a possibilidade de o juiz produzir provas. A participação ativa do juiz na instrução do processo, determinando a realização das provas que entender necessárias ao esclarecimento dos

fatos contidos na causa de pedir, não ofende a sua imparcialidade. Antes a evidência, pois, o seu objetivo é atingir a verdade real, dando a quem merecer o direito disputado. É por meio do processo, que o juiz, procura solucionar os conflitos, mas para isto, é fundamental saber qual das partes está com a razão, ou seja, qual realmente deve ser vencedora na pretensão discutida, e é por intermédio de provas, que o juiz irá fundamentar sua decisão, para dizer ao final quem é o vencedor da lide. **Conclusão:** Conclui-se que o juiz deve buscar por todos os meios possíveis, provas que fundamentem sua decisão, o magistrado não pode permitir, que dúvidas comprometam o seu julgamento, é grande a responsabilidade do juiz, pois, este tem em suas mãos a decisão de muitas vidas, que decorrente de sua decisão judicial estabelecerá consequências para toda a sociedade.

Palavras-chave: Juiz. Produção. Provas.

IMPORTÂNCIA DO ADVOGADO QUANTO AOS DEVERES E DIREITOS E SUA ATUAÇÃO JUNTO AO PODER JUDICIÁRIO

MARQUES, Cássio Matos¹; OLIVEIRA, James de¹; OLIVEIRA, Juliany Gracy Moreira¹; ABREU, Lívia Veloso¹; LOPES, Marizete Margarida¹; BALEEIRO, Ana Cristina Nobre ².

¹ Discente das FIPMoc. ² Docente das FIPMoc

Introdução: A advocacia é uma profissão considerada de suma importância, uma vez que o advogado exerce um importante papel na sociedade, detendo a capacidade de postular os interesses das pessoas junto aos órgãos competentes, sendo mister à administração da justiça. **Objetivo:** Analisar a importância do advogado quanto aos deveres e direitos e sua atuação junto ao Poder Judiciário. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. Utilizou-se para coleta de dados obras que tratam sobre o tema. Para tal foram feitas buscas no servidor de pesquisa das FIPMoc e nos sites de busca Google Acadêmico e Âmbito Jurídico. Após a coleta, os dados foram analisados e interpretados através da literatura. **Resultados:** Sendo uma profissão prevista em nossa Carta Magna, a atividade de advocacia está ligada à paz social, onde o advogado deverá exercer a função de aconselhar, ajudar, defender, interceder junto a diversos segmentos sociais com a finalidade de objetivar a consecução da cidadania, baseando-se na ética e na moral, a fim de solucionar conflitos de maneira eficaz e célere, tendo a capacidade de atuar como intermediador junto às partes na tentativa de almejar uma conciliação antes de propor a causa em juízo sendo, portanto uma peça indispensável à administração da Justiça, constituindo instrumento básico para assegurar a defesa das partes interessadas. Tendo também como função social a aceitação de patrocínio de pessoas carentes, que necessitam de acompanhamento para defender seus interesses. A profissão de advocacia tem seus direitos e deveres estabelecidos no Estatuto da Advocacia e regulados no Código de Ética e Disciplina da OAB, seguindo aos princípios moral individual, tanto como social e profissional, assegurando ao advogado o exercício de suas funções sociais com independência, destemor e inviolabilidade. **Conclusão:** Conclui-se que o advogado possui o dever de mitigar no Poder Judiciário soluções entre as lides, utilizando a lei no intuito de conseguir uma igualdade na sociedade que necessita do equilíbrio da justiça, desempenhando um importante papel na busca pelo aperfeiçoamento da sociedade e das instituições democráticas, sendo seus atos e manifestações invioláveis desde que no exercício da profissão, e nos limites da lei conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), que constitui prerrogativas profissionais para assegurar o pleno exercício da advocacia.

Palavras-chave: Advocacia. Dever. Direito.

INCIDÊNCIA DE INTERNAÇÕES POR QUEDAS EM IDOSOS EM MINAS GERAIS NO PERÍODO DE 2010 A 2015

DIAS, Caroline Sousa Dias¹; ALCÂNTARA, João Pedro Barbosa¹; DE OLIVEIRA, Rafael Leite¹; GONÇALVES, Fernando de Azevedo¹; VIANNA, Yuri Cardoso¹; PRINCE, Karina²
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: O aumento da população idosa vem ganhando importância em todo o mundo e essa questão gera mudanças estruturais profundas no perfil populacional em nosso país. Esse crescimento traz várias consequências, entre elas a maior possibilidade de ocorrência de quedas, que se tornam mais frequentes com o aumento da idade. As quedas podem apresentar impactos na vida de um idoso, que podem incluir morbidade importante, mortalidade, deterioração funcional, hospitalização, institucionalização e consumo de serviços sociais e de saúde. Cerca de 28% a 35% dos idosos com mais de 65 anos sofrem quedas a cada ano e essa porcentagem é ainda maior em idoso com mais de 70 anos. Como esse risco aumenta de modo significativo, as quedas podem gerar problemas de saúde pública. Além disso a sociedade deve se preocupar com a segurança de seus idosos, uma vez que as quedas podem ter repercussões negativas na vida deles, podem perder a autonomia e a independência, gerando estresse para ele, para seu cuidador e familiares. **Objetivo:** Avaliar a incidência de internações por quedas em idosos em Minas Gerais entre 2010 e 2015. **Método:** Trata-se de um estudo de investigação, retrospectivo, transversal, de caráter descritivo e quantitativo. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS) referente aos dados de morbidade hospitalar do SUS por quedas no estado de Minas Gerais no período de 2010 a 2015. **Resultados:** Foram contabilizados em Minas Gerais um total de 38 casos entre 2010 e 2015 entre indivíduos com mais de 60 anos, sendo que 16 acontecerem em idosos de 60 a 69 anos, 14 em idosos de 70 a 79 anos e 8 em idosos com mais de 80 anos. Foi observado um total de 4 casos em 2010, 8 casos em 2011, 8 casos em 2012, 10 casos em 2013, 6 casos em 2014 e apenas 2 casos em 2015. O número de internações por quedas em idosos em proporção com a população total de idosos em Minas Gerais mostrou aumento do número de casos com o aumento da idade, como já era esperado. Em comparação com o número de internações entre indivíduos não idosos de 50 a 59 anos (18 casos) houve aumento de 46% no número de quedas em idosos com 60 a 69 anos, sendo esse aumento ainda maior em idosos de 70 a 79 anos (130%) e acima de 80 anos (172%). Foi observado uma diminuição de casos apesar do aumento da população a partir de 2013, o que sugere uma maior atenção à saúde do idoso. **Conclusão:** Dá-se importância à Estratégia da Saúde da Família, que a partir de 2012 cobria mais de 76% da população mineira. A ESF é um importante espaço assistencial que possibilita identificar riscos aumentados e possibilidade de intervenção para evitar as quedas, proporciona maior qualidade de vida para o idoso diminuindo sofrimento e aumentando satisfação.

Palavras-chave: Quedas. Internações. Idosos. Minas Gerais.

ÍNDICE DE PROLIFERAÇÃO CELULAR EM MELANOMA CUTÂNEO HUMANO E NEVO MELANOCÍTICO

Ferreira, Emillyo César Neves¹; Barroso, Marcos Vinícius Mendes¹; De Souza, Andreia Brito²; De Paula, Alfredo Maurício Batista³; De Oliveira, Marcos Vinícius Macedo⁴
¹ Graduação em medicina. FIPMoc. ² Biomédica; Departamento de Biomedicina. Instituto de Ciências da Saúde. Faculdades Unidas do Norte de Minas. ³ Dentista; Doutorado em Patologia. Departamento de Odontologia. Professor da UNIMONTES. Faculdades Unidas do Norte de Minas. ⁴ Biólogo; Doutorado em Ciências da Saúde. FIPMoc.

Introdução: O melanoma cutâneo apesar de ter baixa incidência é altamente letal, fazendo-se necessário avanços que aprimorem seu conhecimento, principalmente no diagnóstico precoce e de fácil distinção das demais lesões melanocíticas. O índice de proliferação celular pode ser uma

importante ferramenta na mensuração da atividade mitótica das lesões neoplásicas melanocíticas. **Objetivos:** Avaliar o índice de proliferação celular em lesões de melanoma cutâneo, nevo melanocítico e tecido epitelial cutâneo normal (controle). **Métodos:** O estudo foi realizado com 17 amostras de pacientes com melanoma cutâneo, 20 pacientes com nevo melanocíticos e 16 amostras de tecido cutâneo. Foram feitas a avaliação histopatológica da classificação de Clark, e a análise imunohistoquímica com o anticorpo anti-Ki67 para mensuração do índice de proliferação celular. **Resultados:** O estudo identificou diferença significativa do índice de proliferação celular entre os grupos melanoma e nevo ($p < 0.001$), e melanoma e controle ($p < 0.001$). **Conclusão:** Sugere-se que o índice de proliferação celular mensurado pelo Ki67 possa contribuir para o diagnóstico diferencial entre as lesões neoplásicas melanocíticas malignas e benignas.

Palavras-chave: Melanócitos. Câncer de pele. Ki67. Imunohistoquímica.

INFLUÊNCIA DOS FATORES BIOPSISSOCIAIS NAS COMORBIDADES ASSOCIADAS ÀS DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM POPULAÇÕES ACADÊMICAS

ARRUDA, Felipe Santos¹; JUNIOR, Altair Reis dos Santos²; GUEDES, Cybele Guedes³; AGUIAR, Fernanda Nunes⁴; LEÃO, João Victor Nobre⁵; TRINDADE, Felipe Ferraz⁶.
1-6. Discentes do 3º período do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras

Introdução: As doenças cardiovasculares representam a principal causa de morbimortalidade no Brasil e em todo o mundo. Os riscos cardiovasculares tem, na atualidade, se mostrado muito frequentes em jovens. A ideia equivocada de que os fatores de riscos cardiovasculares e as CVD só acometem indivíduos em fases da vida mais avançadas só contribui para existência desses em etapas precoces da vida, com evidências de aterosclerose já em idade adulta jovem, entre 20 a 40 anos. Dos vários fatores que se relacionam com o risco cardiovascular, três são muito importantes: o estresse, a HAS e a atividade física. A hipertensão arterial é um importante fator de risco para morbidade e mortalidade cerebrocardiovascular. No desenvolvimento das doenças cardiovasculares, o estresse pode atuar indiretamente, induzindo estilos de vida não saudáveis como o tabagismo, o sedentarismo e a ingestão de alimentos calóricos; ou diretamente, por meio de uma disfunção do eixo hipotálamo-hipofisário-adrenal e hiperatividade do sistema nervoso autônomo (SNA), levando à liberação anormal de catecolaminas, que prejudica o desempenho vascular e causam atividades simpáticas elevadas ou inapropriadas. Com relação à atividade física, a prática de exercícios tem sido recomendada para prevenir várias doenças crônicas, como as DVC, sendo assim altamente recomendadas como métodos preventivos. Contrário a isso, a inatividade física tem demonstrado interferência direta na presença de múltiplos fatores de risco encontrados em doenças cardiovasculares, trazendo riscos tão elevados quanto a dislipidemia, tabagismo e obesidade. **Objetivo:** Objetivou-se analisar a relação entre o curso de graduação e o risco cardiovascular, entre os cursos de Medicina, Direito e Engenharia Civil, nas Faculdades Integradas Pitágoras. **Método:** Foram selecionados 150 acadêmicos do curso de Medicina, Engenharia Civil e Direito das FIPMOC, de períodos aleatórios, que responderam a um questionário com quatro itens que investigam aspectos da vida que podem ser precipitantes no desenvolvimento de doenças cardiovasculares. **Resultados:** Houve variação dos cursos com maior risco cardiovascular entre os critérios analisados, sendo o curso de medicina o descrito como o mais estressante, e os demais apresentando melhor desempenho quanto a prática de exercícios físicos e de fatores não modificáveis. **Conclusão:** Assim, percebe-se a necessidade de maior aprofundamento no estudo, levando em conta outras variáveis para chegar a conclusões mais específicas.

Palavras-chave: Risco cardiovascular. Hipertensão Arterial Sistêmica. Estresse. Atividade Física.

INTERRELAÇÃO ENTRE FATORES BIO-PSICO-SOCIAL E INCIDÊNCIA DO PAPILOMA VÍRUS HUMANO

VIANA, Lais Mendes¹; ARRUDA, Felipe Santos²
1-2. Discentes do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras

Introdução: O papiloma vírus humano (HPV) é uma doença infecciosa e a mais frequente patologia transmitida sexualmente. Por se caracterizar como o principal agente causador do câncer de colo de útero, esse vírus constitui um sério problema de saúde pública mundial. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) mais de 630 milhões de homens e mulheres estavam infectados por HPV em 2011, incluindo de 9 a 10 milhões de casos no Brasil. A presença e persistência dessa patologia se associa diretamente com fatores biopsicossociais, que contribuem para uma maior incidência dos números de casos. **Objetivo:** Objetivou-se conhecer a relação entre fatores bio-psico-sociais e o papiloma vírus humano e avaliar as ocorrências relativas a essa combinação. **Método:** Trata-se de um estudo secundário, descritivo e qualitativo realizado através da revisão de periódicos disponíveis na íntegra, publicados nos últimos nove anos e disponíveis nos bancos de dados do SciELO. **Resultados:** Foi percebido que o número de parceiros ao longo a vida, a idade e hábitos do parceiro sexual e o período de começo da atividade sexual, são uns dos principais fatores de risco para infecções por HPV. O estudo demonstrou que esses fatores se conectam com as taxas de ocorrência da patologia e refletem na suscetibilidade biológica do indivíduo. Além disso, a faixa etária se caracteriza como um elemento social que se correlaciona diretamente com as pessoas acometidas por esse vírus, sendo comum no estágio de 16 a 25 anos, período de grande incidência do câncer de colo de útero. Outros marcadores, como renda familiar e escolaridade do pai e da mãe também influenciam para a ocorrência do HPV, uma vez que foi constatado que famílias com renda entre 1 a 2 salários mínimos e de baixa escolaridade apresentam maiores vulnerabilidade à doença. A higienização corporal e uso de preservativos, são variáveis que se associam a prevenção e a medidas profiláticas ao papiloma vírus humano. **Conclusão:** Assim, conclui-se que os fatores bio-psico-sociais são de grande relevância no controle da incidência do HPV, abrangendo diversos âmbitos dessa patologia.

Palavras-chave: HPV. Fatores bio-psico-social. Câncer de colo de útero.

INTERRELAÇÃO ENTRE OBESIDADE E SINTOMAS CLIMATÉRICOS

ARRUDA, Felipe Santos; VIANA, Lais Mendes
Discentes do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras

Introdução: A obesidade constitui um sério problema de saúde pública mundial devida a sua alta prevalência, alta mortalidade e intercorrências associadas. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) atualmente existem mais de 1.4 bilhões de adultos obesos, e estima que esse número cresça em 2.8 milhões ao ano. Apesar da prevalência da obesidade ser similar entre os sexos, mulheres passando pelo declínio hormonal, e pela mudança metabólica causada pelo climatério, podem aumentar significativamente o risco de desenvolverem obesidade. **Objetivo:** Objetivou-se conhecer a relação entre a obesidade e o climatério e avaliar as mudanças relativas a essa combinação. **Método:** Trata-se de um estudo secundário, descritivo e qualitativo realizado através da revisão de periódicos disponíveis na íntegra e em inglês, publicados no último ano, disponíveis nos bancos de dados do PubMed. **Resultados:** Foi percebido que hipertensão arterial sistêmica, estilo de vida sedentária e sintomas severos da menopausa (sintomas vasomotores, depressão, ansiedade e transtornos do sono) estão independentemente associados à obesidade. Sintomas vasomotores (dado importante no climatério) são mais prevalentes em mulheres de maior massa corporal, além disso, a menopausa aumenta em 18% os riscos de obesidade abdominal e de síndrome metabólica. O estudo demonstrou que os sintomas psicológicos do climatério estão relacionados à obesidade independentemente do estado de saúde, dos fatores psicossociais e de estilo de vida da mulher. A perda de motivação para realização de atividades físicas após o

climatério pode gerar sintomas depressivos que podem direcionar a mulher a um estilo de vida sedentário. Também foi percebido que transtornos do sono e sintomas vasomotores estão significativamente associados à obesidade. Aumentos nos sintomas de ondas de calor, insônia, e mudanças de humor foram diretamente conectados com a obesidade. Além disso, mudanças neuroquímicas observadas na transição da menopausa, estão associados não somente aos sintomas climatéricos, mas com a diminuição do gasto calórico, paralelamente, a deficiência de estrogênio aumenta a produção de peptídeos no cérebro (neuropeptídeo Y e grelina) que aumentam o apetite. **Conclusão:** Assim, conclui-se que a obesidade no climatério é consequência de múltiplos fatores, e está associada a hipertensão arterial sistêmica, sintomas depressivos, estilo de vida sedentário, sintomas climatéricos e outros fatores.

Palavras-chave: Climatério. Obesidade. Sintomas Depressivos. Sedentarismo.

INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PRATES, Bárbara de Jesus Alves¹; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes², BORGES, Lucas Santana³

¹Discente do curso de Direito das FIPMoc; ²³Docentes do curso de Direito das FIPMoc

A presente pesquisa tem por objetivo analisar de acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial o momento processual mais oportuno para que o juiz inverta o ônus da prova em uma lide consumerista, de modo que sua aplicabilidade não venha a ferir os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, bem como o do devido processo legal. Dessa forma, para que fosse alcançado tal objetivo, no decorrer deste trabalho foi estudada a evolução histórica da tutela do consumidor, tal como os elementos subjetivos e objetivos que compõe a relação de consumo. Por conseguinte, foi discutido o conceito e objeto da prova, da mesma maneira que se analisou a distribuição do ônus da prova tanto no Direito Processual Civil, quanto no Código de Defesa do Consumidor (CDC). Abordou-se ainda, o fundamento constitucional existente nos princípios da isonomia substancial e do acesso à justiça, bem como os requisitos utilizados pelo juiz para que seja possível a decretação da inversão do ônus da prova, quando esta não for *ope legis*, chegando assim, ao ponto crucial da pesquisa, que é a análise do momento processual adequado para a aplicação deste instituto. Assim, para a produção deste trabalho foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, valendo-se do método dedutivo, empregado a abordagem exploratória. Deste estudo, concluiu-se ao final, que o momento processual mais adequado para a decretação da inversão ônus da prova no CDC, é o saneamento do processo, uma vez que este momento não fere os princípios do contraditório e da ampla defesa, da mesma maneira que efetiva os princípios do acesso à justiça e da isonomia substancial no processo.

Palavras-chave: Relação jurídica de consumo. Prova. Vulnerabilidade. Inversão.

JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO AO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PARA A PESSOA QUE VIVE COM O VÍRUS HIV*

*Trabalho realizado no âmbito do Projeto de Pesquisa “HIV/AIDS sob a perspectiva do Direito: aprendizados e desafios”

SOUZA, Rodolfo Ribeiro ¹; OLIVEIRA, Rodrigo Ailton Lima ²; SOUZA, Fernanda Brant ³; CARDOSO, Carla Graciele ⁴; MENDES, Pedro Jomar Santos ⁵; CERQUEIRA, Marília Borborema Rodrigues ⁶; SILVA, Leandro Luciano da ⁷

¹Discente da Unimontes; ²Discente da Unimontes; ³Discente da Unimontes ; ⁴Discente da Unimontes; ⁵Aluno do Colégio Tiradentes; ⁶Docente da Unimontes; ⁷Docente da Unimontes e da FIPMoc

Introdução: O fato de viver com o vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) não significa que o indivíduo tenha a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS) ou que irá

desenvolvê-la (BRASIL, 2013). O preconceito de parte da sociedade aliado a aspectos socioeconômicos contribuem para a estigmatização social a ponto de impedi-los de exercer suas atividades laborais, mesmo com uma aparente aptidão física (PARKER e AGGLETON, 2001). A partir de 2014, em razão de reiteradas decisões judiciais nos últimos anos, as exigências para a concessão da aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a estas pessoas vêm sendo gradativamente flexibilizadas, para melhor atender às demandas dos indivíduos que convivem com o HIV. **Objetivo:** Inserido no projeto de pesquisa “HIV/AIDS sob a perspectiva do Direito: aprendizados e desafios”, este trabalho busca analisar a contribuição do Poder Judiciário na mudança de paradigma nos procedimentos de concessão do benefício de aposentadoria aos indivíduos que convivem com o vírus HIV. **Método:** A metodologia utilizada foi uma pesquisa descritiva, tomando-se por base a análise de acórdãos dos Tribunais Regionais Federais (TRFs) no período de Janeiro/2008 a Março/2016 – época de aumento no índice de decisões contra o INSS – por meio da inserção dos termos “HIV” e “Aposentadoria” nas plataformas de Jurisprudência *online* dos referidos Tribunais, além do estudo de artigos, livros e teses da base de dados do Sistema Integrado de Bibliotecas (Sibi) da Universidade de São Paulo. **Resultados:** Por mais de uma década o INSS se guiava apenas pelas condições físicas das pessoas que vivem com HIV para decidir sobre a concessão do benefício previdenciário, o que levou a publicação de 1230 acórdãos dos TRFs dispondo sobre o tema durante o período avaliado. Não obstante as disposições normativas afetas à temática, observou-se que há uma tendência em favor da concessão do benefício quando a pessoa que vive com o vírus HIV em certas circunstâncias, tais como nível de escolaridade baixo ou idade avançada, só poderia exercer determinada profissão em que incorreria no risco de agravamento do quadro clínico, ou de sofrer danos psicológicos irreversíveis em função da fragilidade de sua saúde e do preconceito ainda predominante em alguns meios sociais. Assim, com uma ampla discussão no Poder Judiciário, especialmente após o ano de 2008, iniciou-se a formação do entendimento de que os efeitos psicológicos provocados por esse vírus são bastante relevantes porque a doença não tem cura, é transmissível e fatal (BRASIL, 2008). Este posicionamento foi se consolidando com o passar dos anos imputando ao julgador a necessidade de verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais do sujeito (Súmula 78, Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, 2014). **Conclusão:** Estes são resultados parciais do projeto em desenvolvimento, sendo possível notar que, motivado por decisões judiciais desfavoráveis, o INSS tem, ainda que de maneira parcial, incorporado os critérios subjetivos (socioeconômicos e socioculturais) em sua perícia concessiva de aposentadoria. Isso, naturalmente, decorreu da discussão no âmbito Judiciário que motivou um olhar mais amplo sobre os preconceitos e estigmas enfrentados pelas pessoas que vivem com o vírus HIV.

Palavras-chave: Saúde Pública. Síndrome da imunodeficiência Humana. HIV. Aposentadoria. Judiciário.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Manejo da Infecção pelo HIV em Adultos**. Brasília, 2013.

Disponível em:

<http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/55308/protocolo_final_31_7_2015_pdf_30707.pdf>. Acesso em 21 de fevereiro de 2016.

BRASIL. Tribunal Regional Federal-5º Região- AC 414595 RN 0007475-5, Relator: Desembargador Federal Marcelo Navarro, Data de Julgamento: 27/05/2008, Quarta Turma, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça - Data: 16/06/2008 - Página: 397 - Nº: 113 - Ano: 2008.

BRASIL. Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU). Súmula nº 78/2014: Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador

verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=78>>. Acesso em: 12 de Abril de 2016.

GARRIDO, Pedro B. et al. Aids, estigma e desemprego: implicações para os serviços de saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 41, n. suppl.2, p. 72-79, dec. 2007. ISSN 1518-8787. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/32366/34563>>. Acesso em: 12 de Abril de 2016.

PARKER, R.; AGGLETON, P. *Coleção ABIA, Cidadania e Direitos: Estigma, discriminação e AIDS*. Rio de Janeiro. ABIA, 2001. 45p.

JUSTIÇA RESOLUTIVA E AS ASSOCIAÇÕES DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS PRESOS CONDENADOS- APAC

MELO, Joana Pereira de¹; VELLOSO, Mário Augusto Lafetá¹;
SOUZA, Robson Alexandre²

¹Discente das Faculdades Integradas Pitágoras - FIPMoc; ²Docente das Faculdades Integradas Pitágoras - FIPMoc

Introdução: Vige hodiernamente no sistema penal o paradigma de justiça retributiva/punitiva. Contrapondo-se a esta tem-se a Justiça Resolutiva que propõe uma nova forma de intervenção estatal no âmbito penal, visando à reparação dos danos e o reequilíbrio das relações sociais abaladas pelo crime. Esta implica na modificação dos valores que fundamentam as práticas do sistema penal, para que ele não seja movido pela Lei de Talião, pelo anseio de vingança, mas sim pela ânsia de reconciliação e reparação (SILVA, 2007). **Objetivos:** A presente pesquisa propôs verificar se há relação entre a Justiça Resolutiva e as Associações de Proteção e Assistência aos Presos Condenados, as APAC's. **Método:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. A pesquisa exploratória tem como objetivo explorar aspectos de uma situação não conhecida. Os dados foram analisados e interpretados à luz da literatura de textos, doutrinas e de artigos científicos. **Resultados:** Observou-se através da pesquisa elaborada que a Justiça Resolutiva fundamenta-se em procedimentos baseados na alteridade, proporcionando assim o diálogo, a reflexão e o empoderamento, para que os indivíduos envolvidos na contenda, autonomamente, possam vir a resolver seus próprios conflitos. A sociedade atual tem se mostrado receptiva quanto às formas alternativas de composição de litígios, e capaz em articular-se para desenvolver novos programas dessa espécie, exemplo disso, são as APAC's. No método APAC objetiva-se a humanização no cumprimento das penas privativas de liberdade, com dignidade e assistência integral ao preso, atendendo sempre aos direitos fundamentais e ao princípio da dignidade da pessoa humana. Este método visa também, a ressocialização e reintegração do apenado na sociedade após o cumprimento de sua pena no estabelecimento. **Conclusão:** Através desta, conclui-se que as Associações de Proteção e Assistência ao Condenado é uma, dentre tantas outras, das formas de Justiça Restritiva, que além de abrir vagas no Sistema Prisional tradicional atinge um alto grau de eficiência e eficácia.

Palavras-chave: APAC. Justiça Resolutiva. Sistema Penal.

REFERENCIAS:

SILVA, Karina Duarte. **Justiça reparativa e sua aplicação no Brasil**. 2007. 83. – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM REALIZAR ATOS DE INVESTIGAÇÃO NO ÂMBITO CRIMINAL

CUNEGUNDES, Marcelo de Oliveira¹; SANTOS, Andressa Barbosa dos²

¹Discente da Universidade Estadual de Montes Claros; ²Dicente da UNIMONTES

Introdução: O Ministério Público, conforme estabelece o artigo 127 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), é uma instituição permanente, sendo função essencial à justiça, lhe competindo a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos individuais indisponíveis. No decorrer do artigo 129 da CRFB/88 estão elencadas diversas atribuições constitucionais dadas ao órgão ministerial, no entanto, uma que não se encontra expressamente dentre elas se tornou matéria de discussão no meio jurídico: a investigação criminal. **Objetivo:** A presente pesquisa se propõe a analisar se o Ministério Público age com legitimidade ao exercer atos investigativos no âmbito criminal interferindo na competência da polícia investigativa ou se tal atuação é legítima por parte do órgão ministerial, não caracterizando interferência. **Método:** Trata-se de uma pesquisa dedutiva, partir-se-á do geral, sobre uma análise das atribuições do órgão ministerial, para o específico, referente, a atuação do *Parquet* no âmbito criminal e a (i)legitimidade de realização de atos de investigação criminal. **Resultados:** Desse modo, verifica-se, através da análise de todos os fundamentos abordados pela jurisprudência, doutrina, legislação, a legitimidade do órgão ministerial para exercer a função investigativa no âmbito criminal. Apesar de alguns doutrinadores esboçarem entendimentos contrários, percebe-se que a CRFB/88 não atribuiu à polícia judiciária a exclusividade no exercício da investigação criminal, sendo possibilitada a realização da investigação a outros órgãos, inclusive ao Ministério Público. **Conclusão:** Por todo exposto, conclui-se pela legitimidade da atividade persecutória por parte do Ministério Público, tendo em vista a não exclusividade da polícia judiciária no exercício da investigação criminal.

Palavras-chave: Ministério Público. Investigação. Legitimidade.

REFERÊNCIAS:

BARRAL, Welber Oliveira. Metodologia da Pesquisa Jurídica. 4 ed. Editora Del Rey. Belo Horizonte (MG). 2010;

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm;

MORAIS, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 9 ed. Editora Atlas. São Paulo (SP). 2001

LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA CUTÂNEA: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO NORTE DE MINAS

OLIVEIRA, Scárllety Karen Mendes¹; CORREIA, Tércio Cirqueira¹; LAGES, Amanda Lemos¹; DOURADO, Alisson Miranda¹; ANDRADE, Karina de Prince².

¹Discentes do curso de Medicina das FIPMoc. ² Docente do curso de Medicina das FIPMoc

A leishmaniose Cutânea corresponde a uma das formas clínicas da Leishmaniose Tegumentar Americana, sendo subdividida ainda entre as formas cutânea localizada, cutânea difusa e cutânea disseminada, sendo que essas variações interferem ainda mais no prognóstico do paciente infectado. A lesão característica da leishmaniose cutânea é de formato arredondado ou ovalado, com alguns centímetros de diâmetro, ulcerada com bordas elevadas e com o fundo granulomatoso. Apresenta elevados números de casos do Brasil sendo endêmica na região do Norte de Minas. O presente estudo tem como objetivo apresentar os dados epidemiológicos relacionados à Leishmaniose Tegumentar Americana Cutânea na região do norte de Minas Gerais no período de 2001 a 2013. Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo, descritivo de delineamento quantitativo. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informação Notificações e agravos de Saúde - SUS (SINAN), disponibilizados pelos departamentos de

informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), no endereço eletrônico: <http://www.datasus.gov.br>. A população do estudo foi constituída pelos pacientes portadores de Leishmaniose Tegumentar Americana Cutânea residentes que uma das setenta e nove cidades do norte de Minas no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2013. Utilizou-se o Software Excel 12.0 (office 2008) para gerenciamento e análise dos dados. Foram notificados 6192 casos de leishmaniose tegumentar americana cutânea sendo 2454 casos em pacientes do sexo feminino, 3733 do sexo masculino e 5 ignorados. Dentro das raças 1172 não possuíam raça declarada, 1160 possuíam raça branca, 518 raça preta, 84 raça amarela, 2900 raça parda e 358 indígenas. Desses casos 5366 evoluíram para cura (homens: 3241; mulheres: 2121) e 26 para o óbito (homens: 7; mulheres: 19). A análise dos dados epidemiológicos da leishmaniose cutânea permite ao sistema de saúde e os profissionais nele integrados um maior conhecimento sobre a quantidade de pessoas que estão acometidas pela doença e as cidades com maior incidência afim de propor medidas de prevenção e controle da disseminação da doença.

Palavras-chave: Leishmaniose. Cutânea. Epidemiologia. Norte. Minas.

LEISHMANIOSE TEGUMENTAR AMERICANA MUCOSA: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO NORTE DE MINAS

OLIVEIRA, Scárllety Karenn Mendes¹; DOURADO, Alisson Miranda¹; CORREIA, Tércio Cirqueira¹; LAGES, Amanda Lemos¹; ANDRADE, Karina de Prince².
1Discentes do curso de Medicina das FIPMoc. 2 Docente do curso de Medicina das FIPMoc.

A leishmaniose tegumentar americana mucosa (LTAM) se manifesta clinicamente por lesões destrutivas nas mucosas das vias aéreas superiores. Geralmente, a LTAM é secundária a uma leishmaniose cutânea e devido a isso se acredita que pode ocorrer devido a uma disseminação linfática ou hematogênica. A evolução é crônica e as lesões são indolores o que leva muitas vezes à falta de tratamento, manejo inadequado da doença ou abandono do tratamento, o que acaba culminando nas formas mais graves e estereotipadas com mutilações, perda parcial ou total do nariz, lábios, pálpebras. O presente estudo tem como objetivo apresentar os dados epidemiológicos relacionados à Leishmaniose Tegumentar Americana Mucosa na região do norte de Minas Gerais no período de 2001 a 2013. Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo, descritivo de delineamento quantitativo. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informação Notificações e agravos de Saúde - SUS (SINAN), disponibilizados pelos departamentos de informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), no endereço eletrônico: <http://www.datasus.gov.br>. A população do estudo foi constituída pelos pacientes portadores de Leishmaniose Tegumentar Americana Mucosa residentes em uma das setenta e nove cidades do norte de Minas no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2013. Utilizou-se o Software Excel 12.0 (office 2008) para gerenciamento e análise dos dados. Foram notificados 341 casos de leishmaniose tegumentar americana mucosa, sendo 111 casos em pacientes do sexo feminino, 230 do sexo masculino. Dentro das raças 37 não possuíam raça declarada, 87 possuíam raça branca, 35 raça preta, 6 raça amarela, 169 raça parda e 7 indígenas. Desses casos 269 evoluíram para cura (homens: 173; mulheres: 96) e 3 para o óbito sendo todos do sexo masculino. Os dados colhidos através do (SINAN) Datasus permitem observar que embora historicamente a maioria dos casos de leishmaniose mucosa sejam provenientes do sul de Minas Gerais, a região norte também possui muitos casos sendo portanto necessária a intervenção do sistema de saúde para o controle dessa doença.

Palavras-chave: Leishmaniose. Mucosa. Epidemiologia. Norte. Minas.

LEISHMANIOSE VISCERAL: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DO NORTE DE MINAS

OLIVEIRA, Scárllely Karenn Mendes¹; LAGES, Amanda Lemos¹; CORREIA, Tércio Cirqueira¹; DOURADO, Alisson Miranda¹; ANDRADE, Karina de Prince².

¹Discentes do curso de Medicina das FIPMoc. ² Docente do curso de Medicina das FIPMoc.

Introdução: A Leishmaniose Visceral (LV) é uma zoonose de evolução crônica com alta letalidade podendo levar ao óbito 90% dos casos não tratados. Todo paciente com febre e esplenomegalia associada ou não a hepatomegalia deve ser considerado um caso suspeito de LV. Na fase inicial da doença os sintomas incluem febre com duração inferior a quatro semanas, palidez cutaneomucosa e hepatoesplenomegalia podendo ser até mesmo assintomática. Essa fase inicial é seguida pelo período de estado com manutenção dos sintomas com agravamento da hepatoesplenomegalia e emagrecimento progressivo associado a piora do estado geral. Caso não seja feito o diagnóstico o paciente evolui para o período final que o quadro é ainda mais abundante evoluindo para desnutrição, anasarca, icterícia e ascite indo ao óbito na maioria das vezes devido à grave debilidade associada às infecções oportunistas. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo apresentar os dados epidemiológicos relacionados à Leishmaniose Visceral na região norte de Minas Gerais no período de 2001 a 2013. **Método:** Trata-se de um estudo transversal, retrospectivo, descritivo de delineamento quantitativo. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informação Notificações e agravos de Saúde - SUS (SINAN), disponibilizados pelos departamentos de informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), no endereço eletrônico: <http://www.datasus.gov.br>. A população do estudo foi constituída pelos pacientes portadores de LV residentes nas setenta e nove cidades do norte de Minas no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2013. Utilizou-se o Software Excel 12.0 (office 2008) para gerenciamento e análise dos dados. **Resultados:** Foram notificados 1195 casos de leishmaniose visceral, sendo 483 casos em pacientes do sexo feminino, 710 do sexo masculino e 2 ignorados. Dentro das raças 214 não possuíam raça declarada, 200 possuíam raça branca, 85 raça preta, 12 raça amarela, 681 raça parda e 3 indígenas. Desses casos 1056 evoluíram para cura (homens: 617; mulheres: 437; ignorados: 2) e 88 para o óbito (homens 55; mulheres 33). **Conclusão:** A leishmaniose Visceral é uma doença sistêmica com um alto índice morbidade/letalidade, por ser endêmica na região do norte de Minas Gerais fez-se necessário o estudo do perfil epidemiológico para que os dados pudessem auxiliar o sistema de saúde na contabilização dos casos e os grupos de risco para a leishmaniose visceral, assim como medidas de prevenção de novos casos e acompanhamento dos casos diagnosticados.

Palavras-chave: Leishmaniose. Visceral. Epidemiologia. Norte. Minas.

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO NA REGIÃO CENTRAL DE MONTES CLAROS, MG

VELOSO, Tatiane Cristine Meireles¹; RABELO, Larissa Matos²; LOPES, Vinícius Calixto³; AZEVEDO, Pedro Henrique Araújo⁴; BELTRÃO, Luanda Bárbara Bastos⁵; MARTINS, Régis Eduardo.

¹Discente das FIPMoc, graduada em Artes Plásticas, pós-graduada em Didática e Metodologia do Ensino Superior; ²Discente das FIPMoc; ³Discente das FIPMoc; ⁴Discente das FIPMoc; ⁵Discente das FIPMoc; ⁶Docente das FIPMoc

Introdução: Esse resumo tem objetivo de apresentar os resultados parciais de um trabalho integrado proposto, em 2015/1, nas disciplinas “Conservação Restauração Patrimônio Cultural I” e “Arquitetura no Brasil I” do 7º período do curso de Arquitetura e Urbanismo das FIPMoc. Na atividade, o professor Me. Régis Eduardo Martins propôs um levantamento de edificações com valor cultural, situadas no Centro de Montes Claros, que fossem construídas até a década de 40 do séc. XX e que ainda mantivessem características originais referentes aos estilos arquitetônicos: Eclético, Neocolonial e *Art Decó*. **Objetivos:** Promover o reconhecimento e a valorização da

arquitetura do início do séc. XX produzida em Montes Claros, por meio de estudos de campo e da caracterização dos principais estilos arquitetônicos existentes no Centro da cidade. **Método:** A metodologia empregada na pesquisa se consistia na integração dos conteúdos das disciplinas envolvidas, a fim de trabalhar as habilidades de reconhecimento, interpretação e compreensão dos contextos de produção da arquitetura no início do século XX e sua atual composição enquanto patrimônio arquitetônico. Os procedimentos empregados se destinavam à identificação em campo dos imóveis com as características do período e no recolhimento de dados com a utilização da “Ficha M102 – Contexto Imediato” e da “Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa” do “Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG” desenvolvidas pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **Resultados:** O grupo analisou e caracterizou 6 edificações construídas entre os anos de 1920 e 1930, situadas na Rua Rui Barbosa, região central de Montes Claros, observando seus aspectos históricos conservados, na busca de identificar em que estilo arquitetônico se enquadram. **Conclusão:** A análise realizada *in loco* permitiu coletar registros fotográficos e, posteriormente, fazer a verificação das características e os elementos determinantes de cada estilo arquitetônico ligado ao período de sua construção original. Observou-se, no levantamento, predominantemente elementos arquitetônicos característicos do Eclétismo e *Art Decó*. Considerou-se que é de suma importância o conhecimento e valorização da arquitetura histórica de Montes Claros, que reflete o contexto em que se desenvolveu a cidade, sua cultura e seus costumes ligados ao passado, para melhor compreensão do presente. A conservação dos elementos marcantes destes edifícios se torna na atualidade uma atitude a ser alcançada aos olhares dos defensores patrimoniais da sociedade.

Palavras-chave: Arquitetônico. Estilo. Histórico. Eclétismo.

LIBERDADE RELIGIOSA VERSUS IMOLAÇÃO DE ANIMAIS

DINIZ, Máira Vivian Corrêa¹; SOUZA, Ana Flávia Loyola Antunes Pereira²
1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

Introdução: A religião, atualmente e no decurso histórico, influenciou sobremaneira a esfera social, política e econômica das sociedades, apresentando-se, em razão da diversidade de culturas existentes, múltipla. O Brasil, ao se legitimar como um Estado Democrático de Direito, consagra a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício da religiosidade. **Objetivo:** Sob essa égide, o presente estudo monográfico tem como objetivo analisar a imolação de animais em rituais das religiões de matriz africana à luz da liberdade de consciência e de crença e da proteção ambiental à fauna. **Método:** Empregou-se, no desenvolvimento desta análise o método dedutivo, mediante procedimento exploratório bibliográfico e documental. **Resultados:** Verificou-se que a liberdade de consciência e de crença sobrepõe a prática de sacrifício de animais em religiões de matriz africana, desde que não exponha os animais a práticas cruéis ou de maus-tratos e ao abate daqueles em extinção. O sacrifício ressalta-se, representa valor fundamental para essas religiões, sendo a prática sua essência. **Conclusão:** Conclui-se que a liberdade religiosa é de caráter absoluto, porém relativiza-se a expressão da fé, sendo proibida quando colidir com outra tutela jurídica, observando-se os princípios do desenvolvimento sustentável, da proporcionalidade, legalidade, impessoalidade e razoabilidade.

Palavras-chave: Liberdade Religiosa. Liberdade de Culto. Imolação de animais. Proteção à Fauna. Religiões de Matriz Africana.

LOGÍSTICA E TRANSPORTE: MÉTODO SIMPLEX PARA PROBLEMAS DE ROTEIRIZAÇÃO

RABELO, Gilsimara Denise Ribeiro¹; PIMENTA, Orlando Sergio¹; RIBEIRO, Alane P. F.²; BATISTA, Emerson²; SOUZA, Galvina Maria²
1 Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMOC

Um grande problema das empresas no Brasil é a movimentação de matéria prima e produtos dentro do país. Este trabalho visa desenvolver um método que faça a melhor programação logística em coletas de insumos, tendo como objetivo o menor custo. Caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, onde foram realizadas pesquisas bibliográficas que se concretizou a partir da utilização de livros e artigos que tratam dos assuntos: roteirização e logística, foi utilizado o método SIMPLEX, (MOLITERNO, 2008) “se baseia em um procedimento feito em matrizes para resolver o modelo de programação linear na forma normal, a localização sucessiva de soluções acarreta melhores valores para a função objetivo até ser obtida a solução ótima”. A função sempre visa a minimização de custos. Utilizado também o sistema de roteirização (FERREIRA FILHO; MELO, 2001), “a implantação de um sistema de roteirização pode admitir ganhos significativos, tanto financeiros quanto em qualidade de serviço, dando para a empresa a obtenção de grandes vantagens competitivas no mercado”. A partir do levantamento de dados e estudos realizados, foi possível concluir que com a utilização do software em prol da agilidade nos processos se tem uma grande importância na lucratividade, pois reduzem o retrabalho tornando as decisões mais concretas. Pode-se concluir também que é possível reduzir consideravelmente os custos com transporte através dos métodos de roteirização e sem grandes investimentos

Palavras-chave: Logística de Transporte. Roteirização. Simplex.

MANIPULADOR HUMANOIDE PARA MANIPULAÇÃO DE ENSAIOS QUÍMICOS

NETO, Antônio da Silva Gusmão¹; NUNES, Victor Menezes¹; CIRQUEIRA, Caíque Araújo¹; ROCHA, Ericson Ferraz¹; NETO, Geraldo Luiz Souto¹; COSME, Edmar Alves²; JUNIOR, José Osmane Lopes²
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

Visando maior segurança para os pesquisadores, o projeto da mão humanoide, busca, de uma maneira inovadora, evitar acidentes em seres humanos na manipulação de ensaios químicos. Através de uma luva com sensores de posicionamento, o usuário ira manipular um braço humanoide a distância, evitando assim contato direto com as substancias em uso. O projeto se faz possível através do microcontrolador arduino, sensores de posição acoplados a luva e micromotores de passo acoplados a prótese, que, através destes, se torna possível o mesmo. Através de testes, buscamos melhorias, tais como utilização de sensores de contato, para não quebrar os ensaios devido a pressão excessiva, além da utilização consciente dos acelerômetros, para não danificar a prótese com movimentos incompatíveis. Estamos analisando futuramente, a ampliação deste projeto em um Humanoide completo, e suas possíveis utilizações para a sociedade.

Palavras-chave: Arduino. Mão Humanoide. Ensaios Químicos.

MÉTODO APAC E JUSTIÇA RESTAURATIVA

SILVEIRA, Vitória O. G. da¹; SOUZA, João Victor de Oliveira e¹; SOUZA, Robson Alexandre de.²

1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A Justiça Restaurativa é procedimento de consenso, em que a vítima e o infrator, e, quando apropriado, outras pessoas afetadas pelo crime, participam coletivamente e ativamente na construção de soluções dos traumas e perdas causados pelo crime. (BRANDÃO, 2010). As Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC's) se formaram objetivando auxiliar o Estado na tarefa de recuperar os condenados, o que acontece através da efetivação dos comandos da legislação executiva penal, prestando assistência material, à saúde, religiosa, social, jurídica e educacional aos internos. (TEIXEIRA, 2014) **Objetivo:** Analisar a Justiça Restaurativa e o Método APAC como forma de solução de conflitos no Direito Penal. **Método:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagens qualitativa, que iniciou-se no site da biblioteca das Faculdades Integradas Pitágoras – FIPMoc e no Google Acadêmico para fazer um levantamento das doutrinas e revistas que abordavam o tema em questão. Posteriormente, foram selecionados aqueles que apresentaram maior interesse para o estudo, após a coleta de dados, estes foram organizados em forma de revisão de literatura. Resultados: Foi possível analisar que a Justiça Restaurativa busca a reparação do mal causado pelos atos ilícitos; tal fato acontece através do diálogo e do envolvimento emocional das partes. O método APAC age simultaneamente com o Poder Judiciário e Executivo, respectivamente na execução penal e na administração da efetivação das penas privativas de liberdade. **Conclusão:** Pode-se depreender que a Justiça Restaurativa e o Método APAC funcionam efetivamente como forma de solução de conflitos no Direito Penal, pois o primeiro busca a reparação do mal causado pelos atos ilícitos através de mediação e diálogo entre as partes e o segundo enfatiza uma ressocialização do detento e uma execução penal mais humana.

Palavras-chave: APAC. Justiça Restaurativa. Justiça. Direito Penal.

REFERÊNCIAS:

BRANDÃO, Delano Cânciao. **Justiça Restaurativa no Brasil: Conceito, críticas e vantagens de um modelo alternativo de resolução de conflitos.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIII, n. 77, jun 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7946>. Acesso em 07 out. 2015.

TEIXEIRA, Maria Luiza. **Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) como Alternativa para a Ressocialização do Apenado.** Montes Claros, 2014.

METODOLOGIA DO RELATÓRIO A3 PARA SOLUÇÃO DE PROBLEMA LOGÍSTICO: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO NORTE DE MINAS

RIBEIRO, Alane P. F. 1; DURÃES, Mateus Silva 2; NETO, Allysson Charles Silva 3; DIAS, Dionatan 4; ARAÚJO, Jordany 5; DABIAN, Washington 6; SANTOS, Joab Symon C. 7
1 Docente das FIPMOC; 2 Acadêmico das FIPMOC; 3 Acadêmico das FIPMOC; 4 Acadêmico das FIPMOC; 5 Acadêmico das FIPMOC; 6 Acadêmico das FIPMOC; 7 Docente das FIPMOC

A qualidade dos produtos tornou-se estratégia básica para a competitividade atual (FEIGENBAUM, 1994), considerando que diversas empresas estão inseridas no mercado e dispõem de produtos semelhantes. No entanto, gerenciar a qualidade ao longo da cadeia produtiva é algo complexo e abrangente, sendo difícil a identificação de causas raízes de possíveis falhas. No ano de 2015, foi identificada uma não conformidade no processo de transporte em uma

empresa norte-mineira do ramo farmacêutico, direcionada para vacinas animais. Ao receber os frascos pelos fornecedores dentro de caixas de poliondas, detectou-se presença de umidade e desgaste nas embalagens plásticas dos mesmos, sendo necessárias medidas de contenção. Com o objetivo de propor um plano de ação para solucionar o problema da embalagem e evitar a ocorrência no futuro. A pesquisa é, então, caracterizada como exploratória, pois nesta foram levantados dados tanto bibliográficos em livros, artigos, bem como realizadas entrevistas e questionários e observações diretas de documentos dentro da empresa. O estudo ainda se trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois desenvolveu-se relatórios e análises de aspectos relevantes para resolução do problema das não conformidades presente nas embalagens. Instrumentos como o Ciclo PDCA, 5-why, Diagrama de Ishikawa e o Relatório A3 foram utilizados para obtenção de informações precisas sobre a causa raiz do problema. Como resultado foram propostas determinadas ações à título de ajuste de procedimento com o intuito principal de mitigar os prejuízos. Nesse sentido, pode-se mencionar que foi sugerida a orientação dos empregados do setor de carga e descarga a utilizar uma nova logística com o objetivo de propor um método de paletizar e organizar as embalagens de modo a evitar a recorrência do fator ocasionador dos danos à embalagem plástica externa. Como elemento coautor do material plástico que recobre as embalagens, foi orientado a utilização de caixas de papel rígido e resistente com adaptação ergonômica a fim de facilitar o seu manejo. Tendo também como sugestão que esse material provenha de processos de reuso e reciclagem, pois além de versáteis as embalagens de papelão contribuem para minimizar o impacto ambiental com as características físicas de resistência ao empilhamento. Conclui-se que a adaptação da nova embalagem pode oferecer uma maior proteção ao produto final. Com a embalagem de papelão sugerida pretende-se expurgar o atrito que estaria resultando em perdas no processo produtivo e gerando custos extras à empresa, que nas condições atuais necessita da aquisição de materiais que estejam dentro das especificações como forma de suprir a falta que os produtos descartados por não conformidades produzem. No que tange a sustentabilidade, a proposta é que se aplique efetivamente a logística reversa e que as embalagens de papelão sejam, assim como as embalagens de poliondas, retornáveis e reutilizáveis pelo tempo em que possuam todas as qualidades para tal e, no momento em que não estiverem, que sejam reaproveitadas para a fabricação de novas caixas.

Palavras-chave: A3. Embalagens. Logística. Polionda.

REFERÊNCIAS

FEIGENBAUM, Armand V. **Controle da qualidade total: gestão e sistemas.** São Paulo: Markon, 1994.

NÃO UTILIZAÇÃO DO CONTROLE ESTATÍSTICO DE PROCESSOS NAS INDÚSTRIAS DE MONTES CLAROS: INCÚRIA OU DESINFORMAÇÃO?

SANTANA, José Jorge Francisco de¹; VIEIRA, Márcia Ferreira²; DEZAN, Ernani Luiz Namizaki³.

¹Professor especialista em Estatística pela UFMG.

²Engenheira de produção pelas FIPMoc. ³Engenheiro de produção pelas FIPMoc.

A utilização do controle estatístico de processos possibilita às indústrias identificar imperfeições no processo produtivo para que, a partir dessa constatação, sejam implementadas ações corretivas e preventivas que assegurem a redução de falhas e, conseqüentemente, menor perda e maior competitividade. Essa pesquisa teve como objetivo levantar dados junto a uma amostra de dezoito indústrias da cidade de Montes Claros – MG, com vistas a captar e analisar o uso do Controle Estatístico de Processos – CEP –, principalmente em relação à utilização de cartas de controle. Adotou-se um estudo transversal descritivo com levantamento de dados por amostragem probabilística e, para fins de análise, foram utilizados questionários semiestruturados. Os

resultados apontaram precariedade, tanto no conhecimento quanto na aplicação dessa técnica estatística. Em média, 76,4% das indústrias nunca utilizaram ou abandonaram o uso das cartas de controle para variáveis e para atributos, e 61,1% julgaram desnecessária essa ferramenta ou alegam falta de conhecimento sobre sua aplicação. Obtiveram-se altas correlações entre desconhecimento do método de controle e sua não utilização. Em linhas gerais, é possível perceber que na cidade com o maior polo industrial do Norte de Minas, são precários o acompanhamento e o monitoramento dos processos de produção, a despeito das diversas opções de pacotes estatísticos no mercado. Possivelmente, caminhando pela via da divulgação de tais ferramentas e das possibilidades de aperfeiçoamento por meio de cursos de capacitação, ofertados por instituições de ensino superior que disponibilizem cursos de engenharia de produção, esse cenário seja modificado, porquanto, atualmente, é inconcebível que indústrias prescindam dessa metodologia de acompanhamento e monitoramento da produção.

Palavras-chave: Controle estatístico de processo. Cartas de Controle. Processo produtivo.

O “MIRANDA WARNING” NO ORDENAMENTO JURÍDICO ESTADUNIDENSE E SEU EQUIVALENTE NO DIREITO BRASILEIRO

URSINE BRAGA SILVA, Fernando¹; REIS ABREU, Beatriz².

¹Discente da Unimontes: 9º Período – Direito. 1º semestre/2016. ² Discente da Unimontes: 7º Período – Direito. 1º semestre/2016

Introdução: O princípio do “*Miranda rights*” surgiu no precedente *Miranda v. Arizona* (1966) da Suprema Corte dos Estados Unidos, questionando a legalidade da confissão de Ernesto Miranda, mexicano acusado de sequestro e estupro que não recebeu a orientação devida em relação aos seus direitos garantidos pela Quinta e Sexta Emendas da Constituição dos Estados Unidos. Tais direitos incluiriam o direito de manter-se calado, dado que qualquer coisa dita será usada como evidência contra o acusado, o direito à presença de um advogado e, caso não possa contratar um, direito a um advogado dativo. Analisando tais preceitos do direito estrangeiro, constata-se que, no Brasil, a obrigatoriedade de “aviso” das garantias constitucionais aos presos e acusados existem, porém não ocorrem aos moldes do direito norte-americano. **Objetivos:** Analisar os casos de aplicabilidade do precedente no direito estadunidense e a possibilidade de equivalência no ordenamento jurídico pátrio. **Método:** Foram realizadas pesquisas bibliográficas, jurisprudenciais e análise dos fundamentos jurídicos. **Resultados:** No Brasil, existe uma série de dispositivos constitucionais e infralegais que garantem direitos similares ao do Direito norte-americano. Primeiramente, o artigo 5º, LXIII da CF, que garante ao preso o conhecimento de seus direitos. Após, a alteração do Código de Processo Penal trazida pela Lei 10.792/2003, que consolidou o interrogatório como meio de defesa e trouxe a possibilidade do silêncio sem que este fosse considerado em prejuízo da defesa (artigos 185, §5º e 186, *caput* e parágrafo único, CPP). Por último, as disposições relativas ao direito ao silêncio trazidas no artigo 8º, 2, (g) da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, incorporada no sistema jurídico pátrio com força de Emenda Constitucional. **Conclusão:** Conclui-se, então, que, apesar de uma efetiva similaridade do precedente *Miranda v. Arizona* com as disposições do ordenamento pátrio, não há a obrigação da autoridade policial de avisar o acusado de seus direitos nos moldes americanos, acarretando uma falha da aplicação efetiva do direito à ampla defesa e contraditório. Entretanto, percebe-se uma evolução na legislação brasileira no sentido de evitar considerar o silêncio do acusado como forma de prova contra este, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, possibilitando evitar um juízo de valor que, via de regra, era danoso à defesa.

Palavras-chave: Direito comparado. Processo penal.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. A Constituição e o Supremo [recurso eletrônico]. 4. ed. Brasília: Secretaria de Documentação, 2011. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoLegislacaoAnotada/anexo/Completo.pdf>>. Acessado em 06-07-2015.

CADETE, Antonio Henrique de Amorim. Writ *of certiorari*, arguição de relevância e repercussão geral. **Revista Jus Navigandi**. Teresina, ano 16, n. 2975, 24 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.jus.com.br/artigos/19832>>. Acesso em 06-07-2015.

ESTADOS UNIDOS. Congresso. **Constitution of the United States of America: Analysis and Interpretation**. Washington (EUA): Government Printing Office, 2014.

ESTADOS UNIDOS. Suprema Corte. **Miranda versus Arizona (384 U.S. 436)**. Julgado em 13 jun. 1966. Disponível em: <<https://supreme.justia.com/cases/federal/us/384/436/case.html>>. Acessado em 08-11-2014.

GUIORA, Amos N. **Constitutional Limits on Coercive Interrogation**. New York (EUA): Oxford University Press, 2008.

MELLO, Vitor Tadeu Carramão. A repercussão geral e o *writ of certiorari*: Breve diferenciação. In: **Revista da SJRJ**. n. 26. p. 139-146. Rio de Janeiro: Seção Judiciária do Rio de Janeiro, 2009.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

YOKOYAMA, Márcia Cáceres Dias. **O direito ao silêncio no interrogatório**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. (Dissertação de Mestrado em Direito Processual Penal, área de concentração Direito das Relações Sociais)

O ADOLESCENTE INFRATOR

SAPORI, Carla Danielle Azevedo Rabelo

Introdução: Segundo a legislação, adolescente é aquele que a faixa etária é de 12 aos 18 anos de idade (incompletos), portanto inimputáveis aos olhos do código penal brasileiro. Um adolescente não comete crimes, e sim atos infracionais, não são presos, mas apreendidos, a eles não são imputadas penas e sim, medidas sócio educativas. Para proteção integral desses adolescentes, foi consagrado o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que descreve todos os direitos a eles cominados quanto às medidas impostas para reeducação desse adolescente que está em conflito com a lei. **Objetivo:** Obter conhecimento a respeito do procedimento realizado ao adolescente quanto ao cometimento de infrações, quais seus direitos, e como serão aplicadas as medidas sócio-educativas, bem como os responsáveis pela aplicação da mesma. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e bibliográfica. Foram utilizados livros a respeito do tema, inclusive o ECA, para uma melhor interpretação do assunto abordado, proporcionando ao leitor, uma leitura de fácil entendimento. **Resultado:** Nota-se uma diferença em relação ao adolescente e adulto, tanto em sua faixa etária quanto na maneira de avaliar e proceder quanto ao ato infracional. O legislador ao criar a lei pensou no adolescente como alguém que ainda não tem seu psicológico completo e por sua vulnerabilidade dentro da sociedade. O adolescente assim como todos, é sujeito de direitos, designados pela Constituição Brasileira, prevendo a estes todos os direitos de uma proteção integral quanto sua integridade física, psíquica e demais direitos inerentes ao ser humano. Dentre esses direitos o adolescente tem também o direito ao devido processo legal. Quanto às medidas sócio educativas, existem desde a advertência a internação, que ocorre quando o “menor” comete ato infracional mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa, e outros, que estão especificados no ECA. Não podendo ultrapassar 3 (três) anos de internação. Ressaltando que o adolescente tem direito ao contraditório e ampla defesa. Tais medidas são analisadas de acordo com cada caso. **Conclusão:** Conclui-se que, diante a legislação pertinente, os adolescentes são seriamente protegidos quanto aos seus direitos, isso sem dúvida, por serem vulneráveis e possuem conhecimentos diferentes de um adulto, porém

houve uma evolução histórica e a legislação não acompanhou. Esse entendimento a respeito dos adolescentes é um pouco retrógrado, uma vez que a tecnologia avança demasiadamente e os adolescentes possuem informações atuais e deveras, a mais do que os próprios adultos, devido à facilidade com que acessam tais informações. São conhecedores de tais leis que os protegem, portanto não tem “medo” da repressão, e muitas vezes servem como instrumentos para a prática desses atos. Diante de tal cenário as leis que protegem os adolescentes ficam enfraquecidas causando certo temor à sociedade e um sentimento de impunidade, criando assim um desejo urgente de uma nova avaliação de tal legislação quanto à faixa etária desses adolescentes e quanto ao seu conhecimento de mundo atualmente.

Palavras-chave: Adolescentes. Infratores. ECA. Medidas Sócio- educativas.

O DEBATE EM TORNO DA DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL

SILVA, Débora¹; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes ²; TORRES, Vânia².
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A democracia racial brasileira encontra-se no centro das tensões políticas onde sua vigência está sendo colocada em xeque, passando a ser considerada como mito. **Objetivo:** O estudo buscou analisar o debate em torno do mito da democracia racial no Brasil com base no pensamento dos teóricos Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. **Método:** Foi realizada uma pesquisa qualitativa com abordagem exploratória e o procedimento técnico de coleta de dados foi uma pesquisa bibliográfica. Os dados foram obtidos nas bases de dados: *Google Acadêmico* e *SciELO*, bem como em doutrinas que abordam o tema. **Resultados:** verificou-se que a idéia de que no Brasil existia uma democracia racial começou ser difundida após divulgação da obra “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre. Ele foi responsabilizado pela criação desse “mito”, embora não houvesse adotado explicitamente essa terminologia. Freyre argumenta que a miscigenação continuada entre as três raças levaria a uma “meta-raça”. Para Fernandes, a suposição que, no Brasil, o preconceito racial fosse neutro contribuía para a falsa impressão de uma democracia racial, tal suposição estava ligada a dois equívocos. O primeiro seria o fato da miscigenação ser vista como uma forma de integração social auxiliando para uma igualdade racial. Segundo Fernandes, contrastando Freyre, a miscigenação que ocorreu durante a colonização, visava principalmente aumentar em número a população escrava e não promover igualdade racial. O segundo equívoco deu-se na confusão entre a existência de indícios de tolerância com a igualdade racial propriamente dita. **Conclusão:** Concluiu-se que a democracia racial no Brasil é um mito, podendo ser interpretada como uma meta a ser atingida.

Palavras-chave: Democracia racial. Gilberto Freyre. Florestan Fernandes. Mito.

O ESTADO LAICO À LUZ DA LIBERDADE RELIGIOSA E A RELIGIÃO NO MÉTODO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS CONDENADOS*

*Pesquisa vinculada ao Projeto de Pesquisa Execução penal à luz do método APAC: desafios para implantação e consolidação em Montes Claros.

VELOSO, Cynara Silde Mesquita¹; JUNIOR, Elder Maynart Celestino², SOARES, Laila Monique Santos Soares³, VELOSO, Patrícia Fernandes².

¹Docente das FIPMoc; ²Acadêmicos da UNIMONTES; ³ Acadêmica da UNIMONTES, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais- FAPEMIG

Introdução: A APAC é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, na qual, através do método apaqueano, busca-se a humanização da pena e conseqüentemente a proteção de bens jurídicos fundamentais do condenado. **Objetivo:** Analisar os elementos religião e Jornada de

Libertação com Cristo à luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88). **Método:** Utilizou-se o método qualitativo de pesquisa através das técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, no qual, foi possível analisar o elemento religião e a sua influência sobre o condenado, por seguinte a Jornada de Libertação com Cristo, como o elemento primordial para a execução do método apaqueano e por fim o estudo da APAC sob a ótica da Laicidade do Estado e a liberdade religiosa. Resultados: É possível constatar através deste estudo, a importância e adoção do cristianismo pelo método apaqueano, tanto em orações como em palestras da Jornada de Libertação com Cristo. O artigo 24 da LEP assegura a prestação de assistência religiosa nas entidades civis de internação coletiva, além de proibir em seu parágrafo segundo a obrigatoriedade da participação em atividades religiosas, uma vez que, assim como no sistema penitenciário comum, a religião desempenha importante papel junto à ressocialização do preso. Portanto, durante a jornada de libertação com Cristo, e mesmo na utilização do elemento religião durante toda a estadia na APAC, há o respeito à liberdade religiosa do recuperando, tendo em vista que não há a imposição a nenhum credo ou repressão àquele que não é cristão se adequasse em um sistema ecumênico de ressocialização, uma vez que método busca a individualização da pena respeitando a crença ou religião do recuperando. **Conclusão:** Após a realização da pesquisa conclui-se que apesar de o Estado ser laico isso não impede que o método APAC tenha a religião e a Jornada de Libertação com Cristo como elementos, já que não há imposição de uma religião ao recuperando. Mas, sim, a oportunidade de interiorização e reflexão, que se revelam fundamentais à ressocialização.

Palavras-chave: Laicidade. Humanização. Recuperando. Constituição. APAC.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.** Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, **Lei de Execução Penal. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm> Acesso em: 10 de fev. de. 2016.

OTTOBONI, Mário. **Parceiros da ressurreição: jornada de libertação com Cristo e curso intensivo de conhecimento e aperfeiçoamento do método APAC, especialmente para presos/Mário Ottononi, Valdeci Antônio Ferreira.** São Paulo, 2004.

O HIV/AIDS E O DIREITO À SAÚDE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA OS DADOS DO TJMG*

*Trabalho realizado no âmbito do Projeto de Pesquisa “HIV/AIDS sob a perspectiva do Direito: aprendizados e desafios”

CERQUEIRA, Marília Borborema Rodrigues¹; SILVA, Leandro Luciano da²; MENDES, Pedro Jomar Santos³; SOUZA, Rodolfo Ribeiro⁴; OLIVEIRA, Rodrigo Ailton Lima⁵; CARDOSO, Carla Graciele⁶; SOUZA, Fernanda Brant⁷.

¹Docente da Unimontes; ²Docente da Unimontes e da FIPMoc; ³Discente do Colégio Tiradentes e Bolsista de Iniciação Científica Júnior da Fapemig; ⁴Discente da Unimontes e Iniciação Científica Voluntária; ⁵Discente da Unimontes e Bolsista de Iniciação Científica da Fapemig; ⁶Discente da Unimontes; ⁷Discente da Unimontes e Iniciação Científica Voluntária

Introdução: O Direito à Saúde pode ser considerado um daqueles direitos que dependem de uma maior intervenção no Estado no sentido de proporcionar a todos os cidadãos o alcance igualitário e adequado a este direito. O direito à Saúde ganha maior repercussão quando os indivíduos se

encontram em situações que mais demandam a atenção maior de unidades de saúde, é o caso de pessoas portadoras de doenças cancerígenas, hanseníase e pessoas que vivem com HIV/AIDS, neste último em especial, pelo modo de transmissão e pelos prejuízos socioeconômicos dele advindos. **Objetivo:** inserido no projeto de pesquisa “HIV/AIDS sob a perspectiva do Direito: aprendizados e desafios”, este trabalho teve como objetivo identificar as principais ocorrências de judicialização do direito a saúde envolvendo a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). **Metódo:** a metodologia utilizada foi descritiva, por meio da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1979), coletando-se informações dos acórdãos no sítio eletrônico do TJMG, publicados no período de 01 de janeiro de 2014 a 02 de janeiro de 2016, utilizando-se como critério de busca a expressão “HIV”. **Resultados:** A partir do emprego dos critérios de busca, foram identificados 22 acórdãos, que apresentam um perigo da judicialização do direito à saúde de indivíduos que convivem com a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. Os dados indicam 4 grupos de demandas, um grupo com maior incidência 10 (%) está em busca por indenizações por danos morais em decorrência de resultado equivocadamente de soro positivo, também conhecido como “falso positivo”; em um outro grupo 5 (%) estão os acidentes de trabalho e a transfusão de sangue com material contaminado que podem ocorrer ocasionar a contração do vírus; em outro grupo estão as ações envolvendo direitos sociais como o transporte e a saúde propriamente ditos, como atendimento médico e internação representando 3 (%). Por fim, em outro grupo, 4 (%), estão as ações envolvendo Direito Previdenciário, seja no que se refere à concessão de benefícios às pessoas que vivem com HIV/AIDS, seja na inclusão de pessoas que vivem com HIV/AIDS na qualidade de dependente. **Conclusão:** os dados parciais aqui apresentados sugerem que a judicialização da saúde envolvendo o HIV/AIDS tem motivos variados, sendo necessários maiores esforços no sentido de realizar um diagnóstico mais objetivo quanto ao tema, além de estabelecer um lapso temporal mais abrangente possibilitando a compreensão da dimensão do problema, e é justamente esse o propósito do projeto de pesquisa “HIV/AIDS sob a perspectiva do Direito: aprendizados e desafios”, em desenvolvimento pelos departamentos de Economia e Direito Público Substantivo da Unimontes.

Palavras-chave: HIV. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida. Direito à Saúde. Judicialização da Saúde. Execução Penal.

REFERÊNCIAS:

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa.: 70, 1979.

O INFANTICÍDIO COMO HOMICÍDIO PRIVILEGIADO E AS CONSEQUÊNCIAS DA SUA TIPIFICAÇÃO EM ARTIGO AUTÔNOMO PARA O CONCURSO DE PESSOAS.

PIRES, Milena Colombo de Souza¹; VELOSO, Cynara Silde Mesquita².
¹Discente da UNIMONTES. ²Docente das FIPMoc, UNIMONTES e FAVAG.

Introdução: O artigo 123 do Código Penal (CP), que tipifica o crime de Infanticídio, tem como essência o homicídio privilegiado praticado pela mãe em estado puerperal. Todavia, a sistemática na disposição autônoma deste artigo, que não foi incluído com os demais casos de homicídio privilegiado previstos no 1º parágrafo do artigo 121 do CP, faz com que os componentes descritos no caput sejam considerados elementos do tipo. Deste modo, em consonância com o disposto no artigo 30 do CP, todos os elementares do crime se estenderão ao partícipe e/ou coautor, inclusive o estado puerperal que é exclusivo da mãe. **Objetivos:** O objetivo deste estudo é analisar a desproporcionalidade que se verifica quando, na hipótese de concurso de pessoas no crime de Infanticídio, este partícipe e/ou coautor, estando em perfeita consciência sobre a ilicitude recebe o mesmo privilégio concedido à mãe na aplicação da pena. Além disso, o trabalho tem por escopo propor uma solução para este problema. **Método:** Trata-se de pesquisa qualitativa. Na realização

do trabalho utilizaram-se as técnicas de pesquisa documental através da análise dos artigos 30, 121 e 123 do Código Penal e da pesquisa bibliográfica. **Resultados:** Os resultados parciais obtidos são os seguintes, para que seja resolvido este problema quanto a impropriedade que constata-se na aplicação deste “benefício” ao(s) coautor(es) e/ ou partícipe(s), é necessário que o Infanticídio tendo sua essência de crime privilegiado, seja incluído no parágrafo 1º do artigo 121, com o intuito de que, uma vez reconhecidos suas circunstâncias de caráter pessoal, não se apliquem no concurso de pessoas. Desta maneira não restarão prejudicados os Princípios da Proporcionalidade e Individualidade da pena. **Conclusão:** A pesquisa aponta que, por obediência ao Princípio da Legalidade, os elementos descritos no caput do artigo 123 do CP devem se comunicar aos partícipes e coautores, em hipótese de concurso de pessoas. Contudo, na análise das situações fáticas, e observando-se o grau de culpabilidade do agente, verifica-se incoerente e desproporcional a incidência destes sob uma norma que trata de um crime de natureza privilegiada, o Infanticídio.

Palavras-chave: Infanticídio. Estado puerperal. Homicídio privilegiado. Concurso de Pessoas.

O INTERCÂMBIO JURÍDICO INTERNACIONAL NAS RELAÇÕES VIRTUAIS DE CONSUMO

MENDES, Camilla Rielli S. D.¹; MARQUES, Luciana Gomes²; BORGES, Lucas Santana³

¹Discente do curso de Direito das FIPMoc; ²³Docentes do curso de Direito das FIPMoc

Introdução: O presente estudo trata do intercâmbio jurídico para a solução de litígios ocasionados no âmbito da Internet, por meio do diálogo entre as fontes, que enseja a equiparação de normas visando à resolução de conflitos, nacionais ou internacionais. **Objetivo:** Objetivou-se analisar o intercâmbio jurídico entre o direito internacional e o direito nacional e suas aplicações nas relações de consumo no âmbito virtual. **Método:** Desse modo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e exploratória de natureza qualitativa, utilizando doutrinas e revistas jurídicas, entre os anos de 2000 e 2015. **Resultados:** Verificou-se que, em razão do advento da Internet, intensificaram-se as relações de consumo que se estenderam ao âmbito mundial. Desse modo, a legislação nacional que permitia o amparo do consumidor se defronta com as normas internacionais que também regulamentam as transações comerciais. Isso enseja a aplicação das normas mediante a utilização do diálogo de fontes, o qual promove a ponderação entre elas a fim de dirimir divergências originadas das relações consumeristas no âmbito virtual envolvendo os direitos internacionais em confronto com os nacionais. **Conclusão:** Conclui-se que para serem aplicadas as normas nacionais na promoção da segurança e proteção ao consumidor, mister se faz o emprego do diálogo das fontes normativas, cabendo ao Judiciário apreciar e ponderar a utilização das leis internas e externas na resolução de eventuais desacordos decorrentes dos negócios realizados virtualmente entre consumidores e fornecedores nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Internet. Relação de Consumo. Normas Internacionais. Diálogo de Fontes.

O MÉTODO APAC À LUZ DO PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO PENAL

CUNEGUNDES, Marcelo de Oliveira¹; MACIEL, Marcelo Henrique Alencar²; SANTOS, Andressa Barbosa dos³.

¹Discente da UNIMONTES; ²Discente da UNIMONTES; ³Discente da UNIMONTES

Introdução: O sistema penitenciário brasileiro é amplamente conhecido pela sua ineficiência em promover a ressocialização do condenado, o que se deve, principalmente, às más condições estruturais e administrativas em que se encontram os seus estabelecimentos prisionais. Nesse esteio, nota-se que tem se tornado praticamente inalcançável o objetivo da individualização da

pena, uma vez que os próprios mencionados estabelecimentos são capazes de moldar negativamente a personalidade e os interesses dos condenados, mormente por não oferecerem condições dignas de convivência. **Objetivos:** Diante disso, a presente pesquisa propôs estudar os benefícios do método APAC como alternativa para a efetiva aplicação do mencionado princípio e, conseqüentemente, a obtenção de menores taxas de reincidência. **Método:** O método de procedimento utilizado foi o indutivo, uma vez as experiências positivas já demonstradas por diversas unidades espalhadas pelo Brasil revelam que o método é apto a propiciar uma maior humanização da pena, ou seja, um ambiente adequado para a aplicação do princípio mencionado. Quanto às técnicas de pesquisa, foram utilizadas a bibliográfica e a documental. **Resultados:** As Associações de Proteção e Assistência aos Condenados foram criadas no século XX, por voluntários voltados especialmente à atividade religiosa. As APACS se configuram como entidades de direito civil que atuam junto ao Poder Judiciário, com o fim de promover a segurança da sociedade e do próprio condenado. O método, todavia, se distingue do sistema prisional comum, pois visa ao acompanhamento do preso de modo individualizado, percebendo os seus atos dentro e fora da unidade, o que ocorre, por exemplo, nas chamadas saídas temporárias, fixadas no art. 122, da Lei de Execuções Penais (Lei 7210/84). A experiência mostra que os apenados contidos nas APACs possuem índices de reincidência substancialmente menores em relação àqueles que se verificam no sistema prisional comum, o que muito se deve ao êxito na individualização da pena. **Conclusão:** Em razão dos resultados positivos obtidos até então, a implantação de unidades APAC tem se tornado uma alternativa interessante para a diminuição das altas taxas de reincidência, promovendo o objetivo precípua da pena, que é a ressocialização, e a efetiva aplicação da individualização da pena e de outros princípios constitucionais, até então velados pelo sistema tradicional.

Palavras-chave: Execução penal. Individualização da pena. Presídio. APAC. Ressocialização.

O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL NO BRASIL

CRUZ, Lucas Milton Prates¹; PEIXOTO, Letícia Fabianne Rodrigues¹; ROCHA, Víctor Manoel Viana Dutra¹; RAMOS, Fernando Henrique Fagundes¹; TORRES, Vânia²; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes²

¹Discente das FIPMoc; ²Docente das FIPMoc

Introdução: A Democracia Racial pode ser entendida como a ideia de que no Brasil, ao longe de sua existência, predominaram relações raciais harmônicas, onde o preconceito seria praticamente inexistente; isso ocorreria uma vez que a miscigenação cultural da formação brasileira exerceu um efeito democratizante nestas relações. Essa ideia foi defendida, dentre outros autores, por Gilberto Freyre. **Objetivo:** Analisar o debate acerca da Democracia Racial no Brasil, considerando sua existência histórica. **Método:** Estudo qualitativo, exploratório e bibliográfico. **Resultados:** No sentido da discussão acerca da Democracia Racial no Brasil, dois teóricos se destacam: Gilberto Freyre e Florestan Fernandes. Apesar de não usar a expressão, Freyre é o primeiro a criar o debate acerca do tema. Para ele, a Democracia Racial era real, uma vez que o processo de miscigenação cultural sofrido pelo Brasil ao longo de sua história levou à democracia entre os grupos étnicos existentes no Brasil – tese aceita, inclusive, internacionalmente, à época. Anos mais tarde, Fernandes revisa a tese escrita por Freyre e conclui que a teoria da Democracia Racial se tratava de um mito, na medida em que a miscigenação ocorrida no período colonial teve como único objetivo o aumento da população escrava e diferir os estratos dependentes intermediários, do que realmente para promover a igualdade racial. **Conclusão:** Conclui-se que a teoria elaborada por Florestan Fernandes é mais coerente em relação à realidade, visto que a miscigenação étnica ocorrida no Brasil nunca se mostrou como um processo inclusivo, mas como uma situação de exclusão de grupos minoritários.

Palavras-chave: Democracia. Democracia Racial. Ações Afirmativas. Miscigenação Cultural.

O NEOPROCESSUALISMO E SUAS INFLUÊNCIAS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

CARDOSO, Camilla Rafaella Alves¹. TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes²

1 Discente do Curso de Direito das FIPMoc. 2 Docente do Curso de Direito das FIPMoc

Introdução: O neoprocessualismo é um novo modelo de hermenêutica jurídica que serviu de base para a elaboração do Novo Código de Processo Civil (NCPC), buscando construir técnicas processuais voltadas à promoção dos direitos fundamentais e à adequada, efetiva e célere tutela jurisdicional. **Objetivo:** Assim, o presente trabalho tem por objetivo compreender as influências do neoprocessualismo na elaboração do NCPC e verificar quais as mudanças e as inovações trazidas por esse novo modelo de processo, que entrou em vigor no dia 18 de março de 2016. **Método:** Para atender ao propósito deste trabalho, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, tendo com método de abordagem o dedutivo. **Resultados:** Verificou-se que o neoprocessualismo revela a importância da aplicação da Constituição da República Federativa Brasileira de 1998 (CRFB/1988), bem como de alguns princípios constitucionais, como o devido processo legal, a cooperação, o princípio do contraditório e o princípio da boa-fé processual, como normas no processo civil. Por isso é que o NCPC positiva diversos princípios constitucionais, além de regras destinadas à maximização dos direitos e garantias fundamentais, destacando-se o seu artigo 1º, que diz que o processo civil será ordenado, disciplinado e interpretado conforme os valores e as normas constitucionais. Ademais, o princípio da cooperação exige um juiz mais ativo, que se coloca no centro da controvérsia, além da participação acionada das partes. O objetivo do NCPC é harmonizar os procedimentos civis com as normas elencadas na CRFB/88. **Conclusão:** Conclui-se, portanto, que o neoprocessualismo evidenciou um novo modelo de processo, o processo cooperativo, cabendo ao Poder Judiciário se pautar pelos princípios constitucionais e pela efetivação dos direitos fundamentais, de modo a satisfazer as diretrizes da CRFB/1988, concedendo ao jurisdicionado uma prestação jurisdicional através de um processo justo e devido.

Palavras-chave: Neoprocessualismo. Novo Código de Processo Civil. Princípios constitucionais. Processo cooperativo.

O NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DAS FIPMOC E O ACESSO À JUSTIÇA

Trabalho realizado no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ e Escritório Modelo de Assistência Jurídica – EMAJ das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros/MG – FIPMOC

REZENDE, Anderson Martins de Souza¹; PERES, Anne Marie Rohlf²; VELOSO, Cynara Silde Mesquita³; SANTOS, Daniel Ferreira⁴; GUEDES, Igor Rafael de Matos⁵; CARVALHO, Anne Marielle Castro de⁶; SOUZA, Andrezza Cecilia Procópio⁷.

1 Docente das FIPMoc, 2 Docente das FIPMoc, 3 Docente das FIPMoc, da FAVAG e da UNIMONTES, 4 Docente das FIPMoc, 5 Docente das FIPMoc, 6 Docente das FIPMoc, 7 Docente das FIPMoc

Introdução: O Núcleo de Prática Jurídica das Faculdades Integradas Pitágoras – NPJ FIPMoc atende gratuitamente a população carente de Montes Claros e propicia aos estudantes de Direito vivenciar a prática jurídica real e simulada. O estágio de prática jurídica, com enfoque interdisciplinar, realizado na instituição abrange também a prática forense, que possibilita ao acadêmico aplicar o conhecimento construído ao longo do Curso em diversas áreas do Direito. O NPJ Pitágoras localizado em lugar estratégico, possui infraestrutura moderna, composto por gabinetes de atendimento, biblioteca, secretaria, arquivo, salas para o atendimento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos- CEJUS do Tribunal de Justiça de Minas Gerais - TJMG, gabinetes para Orientador de estágio, sala para Coordenação. É um escritório modelo com amplo acesso à internet, possibilitando ao acadêmico a realização de pesquisas junto aos Tribunais, bem

como no acompanhamento das ações ajuizadas. O Escritório Modelo de Assistência Jurídica – EMAJ compõe o Núcleo de Prática Jurídica – NPJ das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros / FIPMoc funciona nos dias úteis de 8h às 20h, é composto por 1 (um) Coordenador e 10 (dez) Advogados Orientadores de Estágio, além dos acadêmicos do 7º ao 10º período do Curso de Direito. De maneira efetiva, o Núcleo de Prática Jurídica prepara o acadêmico para inserção no mercado de trabalho, uma vez que oportuniza o acadêmico a redação de peças processuais, assistência e atuação em audiências, visitas aos órgãos judiciários, prestação de serviços que envolvem técnicas de negociação, mediação e conciliação. **Objetivos:** O Núcleo de Prática Jurídica das Faculdades Integradas Pitágoras – NPJ/FIPMoc viabiliza ao acadêmico do curso de Direito o contato direto com clientes e demandas, proporcionalizando grande interação entre a prática simulada e a real, auxiliando a todos no futuro exercício da profissão. **Método:** Na realização da pesquisa, quanto à forma de abordagem do problema utilizou-se a metodologia quantitativa. Para consecução dos objetivos propostos, a pesquisa foi realizada por meio da análise documental nos relatórios e do estudo de caso no NPJ das FIPMoc. **Resultados:** No decorrer do ano de 2015 foram realizados 6057 atendimentos e ajuizadas 870 ações. Os atendimentos feitos pelos acadêmicos versam principalmente sobre o Direito de Família – 86,09%, Cível – 12,53%, Penal – 0,58% e previdenciário – 0,80%. **Conclusão:** O Núcleo de Prática Jurídica das Faculdades Integradas Pitágoras – NPJ/FIPMoc propicia ao acadêmico a prática real em diversas áreas do Direito, como também proporciona à população carente de Montes Claros, o acesso à justiça, além de ajudar o futuro bacharel no ingresso na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/MG, possibilitando o seu acesso ao mundo jurídico.

Palavras-chave: Acadêmico. Prática. Atendimento. Carente. Justiça.

O PROCEDIMENTO DE REVISTA ÍNTIMA NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS E O PLEITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL ESTATAL

ARANTES, Gabriela Carmona¹; PERES, Anna Paula Lemos Santos²
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Objetivo: O presente estudo destinou-se a promover uma reflexão acerca da (im)possibilidade de pleitear danos morais em face do Estado diante da aplicação do procedimento de revista íntima durante o processo de visitação aos detentos nos presídios brasileiros, destacando a existência de afrontas à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), especificadamente quanto aos princípios da dignidade da pessoa humana, da inocência, da intranscendência da pena bem como aos direitos da personalidade, cominados no Código Civil de 2002 (CC/02). **Metodologia:** Empregou-se o método de abordagem dedutivo, mediante pesquisa bibliográfica, documental e exploratória. **Resultados:** A revista íntima é um procedimento de investigação do corpo humano, utilizado em estabelecimentos prisionais para a prevenção da entrada de objetos ilícitos. Pauta-se no completo desnudamento da pessoa na presença de outras, bem como na universalização de sua aplicação, visto que pode até recair sobre crianças e idosos, e independem do gênero. Diante disto, a revista íntima tem sido compreendida como uma afronta aos direitos da personalidade, aos princípios da dignidade da pessoa humana e também à personalidade e presunção de inocência. **Conclusão:** Concluiu-se que o Estado tem o dever primordial de resguardar a dignidade de cada cidadão e sendo assim, no contexto de utilização do procedimento vexatório, compreende-se não ser razoável a mitigação da dignidade em face de um discurso abstrato de segurança pública, ultimando pela possibilidade de responsabilização civil do Estado por danos morais em face da inobservância à dignidade humana pelo próprio Estado.

Palavras-chave: Revista íntima. Dignidade da Pessoa Humana. Direitos da personalidade. Responsabilidade civil do Estado.

O PROCESSO COLETIVO COMO MEIO DE DEFESA DE DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS

MAIA, Gabriela Siqueira e¹; TEIXEIRA, Ana Paula Fernandes²; BORGES, Lucas Santana³.

¹Discente das FIPMoc. ^{2,3}Docentes do curso de Direito das FIPMoc

Introdução: O Processo Coletivo é o meio mais adequado, no ordenamento jurídico brasileiro, para a defesa de Direitos Transindividuais, em todas as suas espécies, vez que possui princípios que são próprios da tutela coletiva, institutos do *iter* processual que são singulares e de aplicação exclusivamente coletiva e os instrumentos de tutela, consagrados no bojo do Estado Democrático de Direito, legitimam a atuação no Processo Coletivo para defender os direitos de terceira dimensão. **Objetivo:** Verificar se o Processo Coletivo é meio mais adequado de defesa de Direitos Transindividuais. **Método:** Utilizou-se uma pesquisa exploratória e bibliográfica com aplicabilidade do método dedutivo a partir de legislação, doutrinas, jurisprudências, teses, dissertações, revistas e artigos sobre o tema. **Resultados:** Constatou-se que os tribunais brasileiros têm aplicado os princípios norteadores do Processo Coletivo em seus julgados e que este se mostra o meio mais adequado de defesa dos Direitos Transindividuais. Entretanto, há controvérsia quanto à limitação da coisa julgada aplicada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em consonância ao artigo 16 da Lei de Ação Civil Pública. Este posicionamento é rechaçado pela doutrina coletiva majoritária que entende ser inconstitucional por ferir princípios de acesso à justiça, igualdade e universalidade de jurisdição e vai de encontro à essência do Processo Coletivo, que prevê a molecularização de demandas, e não sua atomização. **Conclusão:** Os direitos transindividuais, devido às suas peculiaridades, e por pertencerem à coletividade, devem ser tutelados mediante o Processo Coletivo, pois este é instrumento criado propriamente para a defesa daqueles, que possibilita a efetividade processual, através do atendimento aos mandamentos constitucionais do devido processo legal, ampla defesa, devida representatividade/substituição em juízo, isonomia e paridade de armas, contraditório, livre acesso à justiça, economia processual e instrumentalidade das formas. Ainda, o Processo Coletivo possui *status* de matéria processual autônoma, com princípios e institutos próprios bem delimitados, sendo o Direito Processual Coletivo brasileiro reconhecido, dentre os países de *civil law*, no direito comparado, como o mais completo e o pioneiro na defesa, concretização e efetivação dos Direitos Transindividuais.

Palavras-chave: Processo Coletivo. Direitos Transindividuais. Microssistema de Processos Coletivos.

O TESTE DE DENVER II NA AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR

TORMIN, Lucas Matos¹; BORGES, Pedro Malveira Procópio²; DE BRITO, Sara Gomes³;

SOUSA, Gabriel Pimentel⁴; GONÇALVES, Rômulo Soares⁵

^{1,2,3,4,5}Discentes de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras

Introdução: O desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) é o conjunto de mudanças que ocorrem nos aspectos motores, cognitivos, sociais, comportamentais e afetivos, tendo seu início na vida intrauterina e é resultante da inter-relação de fatores genéticos, biológicos e ambientais. **Objetivo:** Compreender o método mais empregado para avaliação do desenvolvimento neuropsicomotor. **Método:** Foi realizado estudo de revisão bibliográfico por acadêmicos de medicina das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros, em 16 artigos indexados nos bancos de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Lilacs e Bireme. **Resultados:** Os principais métodos de avaliação do desenvolvimento de crianças podem ser agrupados em três categorias, sendo a primeira referente aos exames neurológicos e de neurocomportamento, que avaliam a integridade do sistema nervoso e determinam o comportamento do recém-nascido. A segunda engloba os instrumentos gerais que definem o grau de desenvolvimento de crianças em diversos domínios de função. A terceira integra-se dos instrumentos neuromotores que examinam habilidades motoras amplas ou finas objetivando, principalmente, uma única área funcional.

Dentre os diversos métodos para avaliar o desenvolvimento neuropsicomotor, o que possui maior empregabilidade no Brasil é o teste de Denver II. O teste é um instrumento de avaliação de comportamento social e pessoal, linguagem e habilidades motoras preconizadas como típicas do desenvolvimento. O desenvolvimento cognitivo da criança é avaliado pela capacidade de compreensão de instruções, conceituação de palavras, nomeação de figuras e habilidades pessoal-social. Respalda a escolha do Denver II para este estudo sua alta sensibilidade, maior atributo de um teste de triagem indicado na avaliação de grande número de crianças. Ao final, adverte para a suspeita de atraso, requerendo avaliações adicionais. O teste de Denver II assim auxilia na avaliação do desenvolvimento neuropsicomotor de pré-escolares através do questionário de 125 itens que estão dispostos de acordo com a evolução normal esperada, facilitado a percepção do examinador na detecção de atrasos. O teste é o mais aplicado por ser completo, de fácil aplicação e por fornecer resultados fidedignos. **Conclusão:** O desenvolvimento neuropsicomotor é considerado um fator definitivo para o bem-estar físico, mental e social de um indivíduo. Diante disso, faz-se importante a avaliação do mesmo, sendo que o método mais empregado no Brasil para sua avaliação é o Denver II.

Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil. Avaliação de Programas e Instrumentos de Pesquisa. Avaliação Educacional.

OS BENEFÍCIOS DA MEDIAÇÃO NA BUSCA DA PACIFICAÇÃO DENTRO DA ÓRBITA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

SILVA, Ana Cecília Pimenta, SANTOS, Andressa Barbosa dos; FRAGA, Kátia Beata ¹,
VELOSO, Cynara Silde Mesquita²

¹Dicentes da Unimontes; ²Prof^a. Dra. docente da Unimontes, FIPMoc e Favag

Introdução: A mediação vislumbra, através de um terceiro, a recuperação do diálogo entre as partes a fim de se negociar soluções para o conflito entre elas existente. O novo Código de Processo Civil dá maior visibilidade à conciliação e à mediação como forma de solução de conflitos. **Objetivo:** O presente trabalho se propõe a analisar os benefícios, bem como a eficiência de se utilizar a mediação para a resolução e negociação entre as partes conflituosas. **Método:** Trata-se de uma pesquisa dedutiva, em que se analisou a aplicabilidade da mediação no Código de Processo Civil de 1973, bem como a sua eficiência durante o período em que vigorou, além de uma análise das perspectivas da mediação no atual Código e as possíveis melhorias no relacionamento das partes e no desafogamento do Judiciário. Resultados: Pelas leituras, estudos, pesquisas e análise do que atualmente ocorre na Justiça, além da proposta do Novo Código de Processo Civil, percebeu-se que a mediação propiciará resolução mais célere dos conflitos, sem a necessidade de se demandar judicialmente. **Conclusão:** Conclui-se que a mediação, embora pouquíssimo utilizada, é apta a resolver conflitos e desafogar o Judiciário.

Palavras-chave: mediação. Conflitos. Celeridade processual.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei 13.105/2015.** Novo Código de Processo Civil. (Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm)

_____. **Lei 13.140/2015.** Lei da Mediação. (Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm)

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. **Código de Processo Civil Interpretado:** artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. 9 ed. rev. e atual. Barueri: SP. Manole, 2010.

OS DECRETOS E SEUS MECANISMOS DE CONTROLE

RIBEIRO, Diego Coelho Antunes Ribeiro 1; RIBEIRO, Igor Coelho Antunes Ribeiro 2
1 Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense – UFF; 2 Mestrando
em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES;

Introdução: Alguns atos normativos, por assumirem peculiar condição na ordem jurídica interna, devem se compatibilizar aos mecanismos de controle previstos no ordenamento brasileiro. **Objetivo:** Este trabalho tem o objetivo de verificar se os decretos podem ser objeto de controle de constitucionalidade. **Método:** Utilizar-se-á o método dedutivo de análise na apreciação do tratamento dado aos decretos pelo sistema jurídico brasileiro. **Resultados:** Para ser possível o controle de constitucionalidade, o objeto de questionamento há de ser essencialmente um ato normativo, não bastando a abstração e generalidade, devendo conter também a autonomia. O regulamento, materializado, no sistema jurídico brasileiro, pelos decretos, podem ser autônomos ou executivos. O decreto executivo é ato secundário, visando apenas dar fiel execução à lei, e, portanto, será analisada sua compatibilidade com a lei, não propriamente com o texto constitucional, que não serve, à primeira vista, de suporte para sua criação. O decreto autônomo, por sua vez, diferente dos executivos, é instrumento previsto na Constituição Federal, dotado de autonomia e cuja compatibilidade há de ser verificada de forma direta com o texto constitucional, pois não se subordina a existência de uma lei. **Conclusão:** Conclui-se, pois, que o decreto autônomo pode ser objeto de controle de constitucionalidade pela via direta, mas o decreto executivo, que apenas regulamenta a execução de outra norma, submete-se ao controle de legalidade.

Palavras-chave: Legalidade. Constitucionalidade. Decreto. Regulamento.

OS ELEMENTOS FAMÍLIA, RELIGIÃO, TRABALHO E MÉRITO NA METODOLOGIA APAC¹

BRITO NETO, Wanderley De Oliveira ²; MAIA, Felipe Martins ³; RODRIGUES, Emanuelle
Silva ⁴; SANTOS NETO, Mac Eden ⁵; VELOSO, Cynara Silde Mesquita ⁶

¹Artigo científico apresentado no projeto de pesquisa “Execução penal à luz do método APAC,
coordenado pela professora Doutora Cynara Silde Mesquita Veloso.

² Graduando em Direito da UNIMONTES. ³ Graduando em Direito da UNIMONTES. ⁴
Graduando em Direito da UNIMONTES. ⁵ Graduando em Direito da UNIMONTES. ⁶ Docente
na UNIMONTES, FIPMOC e FAVAG. Mestre Em Direito Pela Universidade Federal De Santa
Catarina (UFSC) e Doutora em Direito Processual pela PUC Minas

Introdução: Em um contexto de ineficácia do sistema carcerário, bem como de alto índice de reincidência uma alternativa se apresenta como meio viável para solução dos problemas, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), uma entidade dedicada à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativa de liberdade. A metodologia APAC fundamenta-se no estabelecimento de uma disciplina rígida, caracterizada por respeito, ordem, trabalho e envolvimento da família do sentenciado. A APAC concentra seus trabalhos na valorização humana, baseada em 12 elementos, com o intuito de recuperar os condenados. **Objetivo:** O presente trabalho buscou analisar 4 destes elementos quais sejam: a família, o trabalho, a religião e o mérito. Os quais, em uma primeira análise, proporcionariam que este método alcançasse resultados tão significantes em seu contexto. **Método:** Tal análise partiu de um estudo bibliográfico, com a leitura de monografias, teses, dissertações e livros correlatos ao tema. **Resultados:** Constatou-se, sobre os referidos elementos, o seguinte: A família é o elo necessário entre o presidiário e a sociedade, de forma que sua melhor interação favorecerá o convívio do recuperando e sua relação com a comunidade. O trabalho revela-se um poderoso meio de reintegração, à medida que o labor combate à ociosidade e promove o resgate da autoestima por meio da produtividade. Este princípio serve para conscientizar o apenado de sua

importância na sociedade, mostrando-o que ele é útil e tem valor. A religião também é imperiosa, visto que promove ao recuperando um conforto espiritual através da experiência com sua crença. Por fim, o mérito em que as condutas praticadas pelos recuperandos são observadas e a reunião de boas condutas os levará a progredir de regime. Percebe-se que há, seguindo a lógica Behaviorista, o condicionamento do apenado para que ele, visando sua recompensa (reforço), busque, por si e não pela coerção, executar determinada conduta. **Conclusão:** Conclui-se que os elementos apresentados e analisados no decorrer do trabalho possuem real e significativo impacto na recuperação do apenado e, conseqüentemente, contribui decisivamente para sua ressocialização.

Palavras-chave: Apac. Família. Mérito. Trabalho. Religião

OS FUNDAMENTOS DA JUSTIÇA NA ANTÍGONA DE SÓFOCLES

SOARES, Elen Batista¹; MOEBUS, Marcelo Nilo Narciso²
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: A tragédia grega Antígona, escrita no século V a.C. por Sófocles, é um dos textos literários mais estudados e discutidos ao longo da tradição ocidental e nela estão contidos inúmeros aspectos sociais e políticos de relevância atemporal. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs a partir da leitura e análise da tragédia grega Antígona, de Sófocles, investigar quais são os fundamentos da justiça (Diké) que emergem da peça e se relacionam como o Direito. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa e bibliográfica utilizando de artigos e obras pertinentes ao assunto. Resultados: A partir de uma leitura estruturada da obra e da interlocução com materiais auxiliares, mostrar-se que, além de diversas questões que levam a inúmeras análises e interpretações, a questão central na peça é a da fundamentação da justiça humana e esses fundamentos são a moralidade, enquanto expressão da “justiça dos deuses” e uma racionalidade coletiva, que só pode ser plenamente expressa e exercida através da democracia. **Conclusão:** Conclui-se através deste estudo que a peça Antígona, é um clássico que traz em si, questões atuais do Direito, como os fundamentos da Justiça, que é o grande objetivo do Direito normativo ao regular o sistema político democrático. Considerando se a organização social da vida em conjunto, da moralidade, o homem não pratica somente o bem, portanto, é preciso que o Estado, por meio do Direito normativo, exerça a Justiça ao regular as relações humanas. O regime político democrático põe em constata discussão a legitimidade do poder e das leis criadas pelos governantes, uma vez que é preciso relacioná-las a partir da representação popular, já que a democracia seria o regime político mais adequado para a realização da justiça, pois se funda na participação, no debate, na discussão e na construção dessa forma de racionalidade pública tão almejada.

Palavras-chave: Antígona. Justiça. Democracia. Direito.

OTIMIZAÇÃO DE UM PROBLEMA DE SCHEDULING DE PONTES ROLANTES UTILIZANDO ALGORITMO DE ESTRATÉGIAS EVOLUTIVAS

VITOR, Martison¹; GOMES, Didan Oliveira¹; FILHO, Pedro Cândido do Nascimento²; MOTA, Emerson Ferreira Batista²
1Discentes das FIPMOC, 2Docentes das FIPMOC

Introdução: O presente trabalho apresenta uma otimização computacional de um problema de *scheduling* de 492 ordens de serviço para pontes rolantes em uma aciaria utilizando algoritmo de estratégias evolutivas. Os processos de produção, especialmente manufaturas complexas como aciarias e demais processos siderúrgicos e metalúrgicos podem apresentar características e complexidades que demandam a utilização de ferramentas de programação inteligentes, para a

otimização desses sistemas. Os problemas de *scheduling* fazem parte de uma classe de problemas que devido à sua escalabilidade e dimensões podem ser complexos e de difícil resolução, e em processos críticos como os da aciaria e siderurgia, o tempo de processamento é crucial para a efetividade dos processos. Metaheurísticas como as estratégias evolutivas são algoritmos capazes de otimizar processos através de métodos estocásticos iterativos, baseados em características inspiradas na evolução natural das espécies. Para o caso de problemas de *scheduling*, podem oferecer bons resultados de otimização por se tratar de um problema combinatorial. **Objetivo:** Elaborar a otimização para minimizar o tempo de *scheduling* em um processo de pontes rolantes de aciaria utilizando estratégias evolutivas. **Método:** Para otimização do problema, foi elaborado um modelo matemático de otimização baseado em programação linear, especificando seus objetivos e modos de solução de um problema mono-objetivo. O algoritmo de otimização baseado em estratégias evolutivas foi utilizado em duas formas, do tipo mi-lambda e mi+lamba e avaliados seus resultados em tempo total de processo, minimização tempo de otimização, e atendimento às restrições e mini. A codificação do algoritmo foi feita em software Matlab versão 2015b em um computador Intel i5, 4 Gb de RAM e 500 Gb de HDD. **Resultados:** O algoritmo de estratégias evolutivas do tipo mi-lamba apresentou o tempo mínimo de 10.000 minutos de *scheduling* de operação, tendo processado o problema por 24 horas com ocupação média de CPU de 50%, enquanto o algoritmo do tipo mi+lamba foi capaz de otimizar o problema para 7.000 minutos, por 24 horas de processamento e também 50% de ocupação. Desta forma, conclui-se que por performance ambos os algoritmos alcançam valores similares mas para a simulação per se, a estratégia mi+lamba alcança um mínimo global melhor.

Palavras-chave: Otimização, *Scheduling*, Estratégias Evolutivas

OURO: PROPRIEDADES E PROCESSOS

MOTA, Bruno¹; MORAIS, Gabriel¹; VELOSO, Kamilla¹; NAYARA Larissa¹; FONSECA, Vinícius¹; AGUIAR, Yasmim¹; NASCIMENTO, Pedro Candido².

1 Discentes do curso de Engenharia de Minas das FIPMoc; 2 Docentes das FIPMoc

Em conformidade com o projeto interdisciplinar, nos foi proposto dissertar sobre o tema ouro. Neste artigo propomos expor os estudos feitos sobre o metal ouro, abordando suas características físicas, químicas e mecânicas, dando ênfase ao seu processo de reutilização e aos processos químicos pelo qual o metal é submetido para que seja separado de demais substâncias que podem estar associadas a ele, como por exemplo: o ouro em veios de quartzo, o ouro de aluvião, ou até mesmo em circuitos eletrônicos. Para o desenvolvimento do tema, foram feitas pesquisas qualitativas bibliográficas em sites e artigos para possibilitar o entendimento de todos os processos envolvendo o ouro. Observamos que há vários processos químicos pelo qual o ouro pode passar por tratamento de separação. Dentre eles podem ser citados o método da cianetação no qual o ouro é dissolvido ao reagir com o cianeto e o oxigênio; o método da amalgamação que baseia-se na utilização de mercúrio; a água-régia, composto por ácido nítrico e ácido clorídrico, ambos concentrados capaz de dissolver metais nobres como o ouro e a platina; dentre outros. Para os métodos de reutilização do metal ouro, vimos que seu uso pela indústria de eletrônicos tem como seu principal propósito conduzir bem a eletricidade e o calor por ser o fio mais maleável e dúctil conhecido, mas, por ser um mineral de alto valor econômico, o torna pouco acessível em relação a outros metais como o cobre, ferro, etc. Utilizando todos os dados de pesquisa e processos de conhecimento que estiveram dispostos a nós alunos sobre o tema submetido, o ouro, podemos concluir que este possui inúmeras formas de ser utilizado e reutilizado, sendo que a recuperação deste metal diminui a demanda de que novos elementos sejam retirados da natureza, como uma “reciclagem econômica”, diminuindo conseqüentemente a contaminação decorrente do descarte inadequado de lixo eletrônico, trazendo ganhos ao colocar de volta o ciclo de produção de recursos que já foram extraídos.

Palavras-chave: Ouro. Propriedades. Processos. Engenharia de Minas. Mineração.

PERFIL DAS HEMOFILIAS E DOENÇA DE VON WILLEBRAND NO BRASIL

VIANNA, Yuri Cardoso¹; DE MENEZES, Alysson Matheus¹; RÊGO, Matheus Mendes¹; DE CARVALHO JÚNIOR, Paulo César¹; PRINCE, Karina Andrade²

¹Discentes das FIPMOC. ²Docente das FIPMOC

Introdução: As coagulopatias hereditárias, popularmente conhecidas como "doenças hemorrágicas", resulta da deficiência quantitativa e/ou qualitativa de proteínas plasmáticas utilizadas no processo de coagulação sanguínea, sendo a hemofilia (A e B), doença de Von Willebrand (DVW), entre outros distúrbios, as principais que acometem a humanidade. A hemostasia é definida como o processo fisiológico dado ao fenômeno de alterar o aspecto sanguíneo com o objetivo de manter a fluidez do sangue dentro dos vasos, iniciando como uma resposta química ou endotelial que estimularia a ativação plaquetária (fase celular) e os fatores tissulares que iniciam a cascata bioquímica para a formação do coágulo de fibrina. **Objetivo:** Compreender as características epidemiológicas dos dois grupos de coagulopatias hereditária mais comuns no Brasil e conhecer as variáveis da evolução do seu perfil no país **Método:** Foi realizado um estudo epidemiológico e comparativo a partir dos dados da boletins: Perfil das coagulopatias hereditárias no Brasil dos anos de 2007, 2009/2010 e 2011/2012, lançados pelo Ministério da saúde a partir da hemovida web – coagulopatias, assim como artigos presentes na literatura do Scielo e LILACS entre os anos de 2010 e 2013. **Resultados:** A Doença de Von Willebrand (DVW) no Brasil apresenta uma distribuição crescente, variando de 2333 a 5445 casos em meia década (aumento de 57,5%), sendo que a Hemofilia A também demonstra um aumento efetivo de 32,4% se comparado ao mesmo período. Enquanto a Hemofilia B demonstrou um menor aumento de 28,3% de novos casos no mesmo período. De acordo com a distribuição das coagulopatias hereditárias no Brasil, em relação às regiões brasileiras percebe-se que a região Sul apresenta o maior número de casos (10,75 / 100.000 habitantes) e a região Nordeste o menor número de casos (6,43 / 100.000 habitantes). Os dados das coagulopatias hereditárias(hemofilia A e B) no Brasil durante o ano de 2012 ressaltam que, existe uma prevalência do sexo masculino, sendo que a quantidade de casos na hemofilia A é cerca de quatro vezes maior quando comparada com a B, já na DVW, a predominância de casos está presente no sexo feminino. Observa-se também que a faixa etária economicamente ativa do país (20 a 49 anos) é a mais afetada pela Hemofilia A e B. **Conclusão:** O Brasil sofre três processos distintos: enriquecimento (aumento diagnostico), feminização e envelhecimento, o que explica o mesmo padrão epidemiológico nas principais coagulopatias hereditárias no país, excetuando as hemofilias que por serem doenças ligadas ao sexo, ainda possuem quase totalidade dos casos ligados ao gênero masculino.

Palavras-chave: Coagulopatias hereditárias. Hemofilias. Doença de Von Willebrand. Perfil epidemiológico.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SÍFILIS CONGÊNITA NO BRASIL NO PERÍODO DE 2010 – 2015

SILVEIRA, Nathaly Silva¹; DIAS, Caroline Sousa¹; GRIPP, Hannah Geórgia¹; LIDÓRIO, Victória Silva¹; MOREIRA, Renata Maria de Lucena¹; MELO, Joaquim Neto¹; PRINCE, Karina Andrade de²

¹ Discentes do curso de Medicina FIPMOC. ² Docente FIPMOC

Introdução: A sífilis congênita é uma doença de simples diagnóstico e fácil manejo clínico/terapêutico. A ocorrência de um caso na localidade sinaliza falta de efetividade na assistência pré-natal. A OMS estima que 2 milhões de mulheres grávidas sejam infectadas com

Sífilis a cada ano e 1 milhão de bebês nasçam com sífilis congênita. Assim faz se necessário conhecer o perfil epidemiológico da doença no país para que políticas públicas possam ser desenvolvidas, a fim de melhorar a qualidade da assistência materno fetal. **Objetivo:** O presente estudo visa analisar o perfil clínico e epidemiológico da sífilis congênita no Brasil, no período de 2010 a 2015, a fim de avaliar a efetividade da assistência pré natal. **Método:** Trata-se de um estudo de investigação, retrospectivo, transversal, de caráter descritivo e quantitativo. Teve como universo de pesquisa a base de dados do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS) referente aos dados de morbimortalidade hospitalar do SUS por Sífilis Congênita no Brasil no período de 2010 a 2015. **Resultados:** Foram contabilizados no Brasil 32.144 internações, com 91 óbitos considerando menores de 1 ano, sendo o Nordeste a região com maior número de óbitos (37 casos). Dos casos notificados, 8.087 não realizaram pré-natal, e houve prevalência da patologia no sexo feminino (15.435 casos). Apesar de ter mais nascimentos do sexo feminino, o estudo mostrou que houve mais óbitos no sexo masculino, com 81 casos, considerando todas as faixas etárias. O ano de 2012, foi o ano de maior aumento, com mais de 11.000 casos confirmados. A região Sudeste demonstrou ser a mais prevalente em todos os anos considerados, e foi também a região com maior número de pré-natais não realizados, 3.013 casos. **Conclusão:** O que se percebe é que a Sífilis Congênita ainda é uma doença prevalente, e apesar das políticas de pré-natal, se apresenta em crescimento para o próximo ano gerando perspectivas desagradáveis e preocupação em relação à necessidade de melhorias na atenção às gestantes, principalmente em relação à conscientização da necessidade de realização do pré-natal.

Palavras-chave: Sífilis congênita. Epidemiologia. Cuidado pré-natal.

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DE PORTADORAS DE ENDOMETRIOSE NO ESTADO DE MINAS GERAIS

BRITO, Daniel Oliva¹; RODRIGUES, Daniela Silveira¹; BALDUÍNO, José Charles¹; GUIMARÃES, Rafaela¹; LACERDA, Sthéfane Alves¹; PRINCE, Karina Andrade de²

1 Discente do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros. 2 Docente do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros

Introdução: A endometriose é uma condição inflamatória crônica, que afeta 10 a 15% das mulheres em idade reprodutiva. É caracterizada pela presença de epitélio glandular endometrial funcionante em localização extrauterina, que pode acometer diversos órgãos e estruturas anatômicas, como ovários, ligamentos útero-sacros, bexiga, entre outros. No que tange à sintomatologia, pode ser assintomática ou apresentar leucorreia, dor pélvica crônica, dispareunia, dismenorreia, podendo resultar em infertilidade. Ainda ocorrem dificuldades para se instituir um diagnóstico, havendo necessidade de busca de técnicas de baixo custo, para instituição de métodos de rastreamento para toda população que seja rápido e pouco invasivo. Assim, a relação do perfil epidemiológico com os achados clínicos é de extrema importância para um diagnóstico precoce e tentativa de retardar a evolução da doença para melhoria na qualidade de vida das pacientes. **Objetivo:** Descrever o perfil epidemiológico das mulheres com endometriose atendidas no sistema público de saúde no Estado de Minas Gerais, no período de 2010 a 2015. **Método:** Trata-se de um estudo de investigação, retrospectivo, transversal, de caráter quantitativo e descritivo com procedimento comparativo-estatístico. Os dados foram obtidos a partir do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), disponibilizados pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS). As variáveis estudadas foram as sociodemográficas (faixa etária, cor/raça) e clínicas (óbitos, número de internações). Utilizou-se o software Excel 12.0 (Office 2007) para gerenciamento e análise de dados. **Resultados:** O número de internações por endometriose em Minas Gerais, no período de 2010 a 2015 foi de 14.473 casos. Os dados registrados revelam que houve pouca variação no intervalo analisado, com destaques para os anos de 2014 e 2015, com o maior (2613) e o menor (2153) nº de internações, respectivamente. A endometriose possui uma alta incidência, especialmente no período do climatério, pois a faixa

etária mais acometida no período analisado foi de 40 a 49 anos, totalizando 6.397 casos. Analisando por macrorregiões, observa-se a região Sul com o maior índice, 3.514, enquanto o Vale do Jequitinhonha apresentou o menor número de casos, 182. O estado apresentou a soma de 16 óbitos, sendo a região Sudeste possuidora dos maiores índices, um total de 5, e o Norte com o menor número, apenas 1 caso. Diante dos resultados obtidos, percebeu-se que 2014 foi o ano com maior número de internações, sendo, portanto, também o ano que apresentou o gasto mais elevado (R\$1.130.220,98). Além disso, evidenciou-se uma discrepância entre os gastos dos regimes público e privado, uma vez que o dispêndio total deste, no período analisado, chega a ser cerca de oito vezes superior ao daquele. **Conclusão:** A endometriose ainda é uma doença de difícil diagnóstico em fase inicial, necessitando estudos no intuito de reduzir cada vez mais os casos de infertilidade e diagnóstico tardio desta patologia. Neste sentido, a análise e a busca contínua por métodos cada vez mais acessíveis dentro da realidade do orçamento público se tornam necessários.

Palavras-chave: Endometriose. Mulheres. Minas Gerais.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS QUE VIVEM COM HIV/AIDS – PVHA: REFLEXÕES SOBRE DEMANDAS JUDICIAIS SEMELHANTES*

*Trabalho realizado no âmbito do Projeto de Pesquisa “HIV/AIDS sob a perspectiva do Direito: aprendizados e desafios”

OLIVEIRA, Rodrigo Ailton Lima¹; SOUZA, Rodolfo Ribeiro²; SOUZA, Fernanda Brant³; CARDOSO, Carla Graciele⁴; MENDES, Pedro Jomar Santos⁵; CERQUEIRA, Marília Borborema Rodrigues⁶; SILVA, Leandro Luciano da⁷.

¹Discente da Unimontes; ²Discente da Unimontes; ³Discente da Unimontes; ⁴Discente da Unimontes; ⁵Aluno do Colégio Tiradentes; ⁶Docente da Unimontes; ⁷Docente da Unimontes e da FIPMoc

Introdução: Estar vivendo com o vírus HIV não significa ter a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA/AIDS). Apesar de apresentarem características que os equiparam com aquelas que convivem com algum tipo de deficiência, as pessoas que vivem com o vírus HIV/Aids – PVHA - não possuem, ainda, de forma ampla e fática os mesmos direitos sociais designados àqueles. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo identificar nas decisões do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG, a extensão de direitos sociais originalmente conferidos às pessoas com deficiência àquela que vivem com o vírus HIV – PVHA. **Método:** O método empregado foi o descritivo, analisando-se informações dos acórdãos disponíveis no sítio eletrônico do TJMG e publicados no período de 2004 a 2015, utilizando-se as expressões “Aids e Políticas Públicas” e “Aids e Deficiência”. **Resultados:** A partir da busca no sítio oficial do TJMG, acórdãos publicados no período de 2004 a 2015, foram encontrados três decisões. Observou-se que das decisões encontradas uma referia-se ao direito à saúde, tendo por objeto a busca por tratamento médico para indivíduos que convivem com o vírus HIV/Aids (MINAS GERAIS, 2005). Os outros dois acórdãos encontrados fazem referência à concessão do passe livre no transporte público. Em especial no que se refere à gratuidade do transporte público (MINAS GERAIS, 2013 e 2015), destaca-se que este benefício é, via de regra, concedido a determinadas categorias, dentre elas os idosos acima de 65 anos de idade bem como os deficientes físicos. Mesmo não havendo legislação específica conferindo o referido direito para os indivíduos que vivem com o vírus HIV/Aids, o Poder Judiciário o faz, com fundamento no Decreto de Lei nº 3.298/99, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, bem como no Decreto nº 3.956/2001, que promulgou a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Conclusão:** Pode-se observar que o TJMG tem sido favorável à extensão de determinados benefícios inerentes aos deficientes físicos, aos indivíduos que vivem com o vírus HIV/Aids. Não obstante, é necessário pontuar que estes dados são parciais, sendo que o aprofundamento na pesquisa será realizado no âmbito do projeto de pesquisa “HIV/AIDS sob a

perspectiva do Direito: aprendizados e desafios” em desenvolvimento pelos Departamentos de Direito e Economia da Universidade Estadual de Montes Claros.

Palavras-chave: Síndrome de Imunodeficiência Adquirida. Políticas Públicas. Igualdade. Judicialização.

REFERÊNCIAS:

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Reexame Necessário-Cv 1.0145.03.117411-6/001.

Relator(a) Des.(a) Nepomuceno Silva. Publicado em: 03/02/2005.

Disponível:<<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordao.do?&numeroRegistro=>> Acesso em: 06 abr. 2016.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Ação Direta Inconst 1.0000.11.011481-6/000. Relator (a) Des.(a) Leite Praça. Publicado em: 22/03/2013. Disponível em:

<<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordao.do?&numeroRegistro=>> Acesso em: 06 abr. 2016.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Apelação Cível 1.0024.12.171277-2/002. Relator(a)

Des.(a) José Antonino Baía Borges. Publicado em: 15/07/2015. Disponível

em:<<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordao.do?&numeroRegistro=>> Acesso em: 06 abr. 2016.

PLANEJAMENTO DE EDIFICAÇÕES DE ALTA DENSIDADE POPULACIONAL

FRANCA, Kelle Daiane Rosa¹; MARTINS, Thiago¹; PERRUCHIO, Carla Mariane Silva¹; SANTOS, Vanessa Oliveira Teixeira¹; SOUSA, Amanda Mendes de¹; SOUZA, Arley Fagner Pereira¹; NOGUEIRA, Christiana de Castro².
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc.

O presente trabalho teve como objetivo o planejamento de edificações de alta densidade populacional na cidade de Montes Claros, com ênfase na identificação das deficiências e potencialidades de área escolhida na zona leste da cidade, de modo a propiciar um maior conhecimento acerca da integração dos projetos de arquitetura e de paisagismo dentro de uma escala maior, que é o projeto de urbanismo. Utilizou-se como metodologia a revisão de literatura, além da pesquisa de campo, a qual consistiu no levantamento fotográfico e na aplicação de questionários aos moradores da área escolhida que engloba bairros como Vila Oliveira, Panorama I e II e Barcelona Park. A princípio acreditava-se que a área não seria muito impactada com a criação de um projeto de loteamento no local, mas a partir da análise dos dados, da visita de campo e do desenvolvimento das etapas projetuais foi constatado que ao se planejar um loteamento, é possível perceber o quão complexo consiste o desenvolvimento deste projeto e como ele exige inúmeros conhecimentos de quem o idealiza. Condicionado por vários fatores, o Urbanismo vai delineando as visões das cidades que queremos habitar. Foi observada também a integração dos projetos de Arquitetura, Paisagismo e Urbanismo, onde a relação harmônica entre eles exige que sejam entendidos como um todo, para a execução de um bom projeto.

Palavras-chave: Urbanismo. Loteamento. Impactos. Integração. Montes Claros.

POLIFARMÁCIA COMO FATOR DE RISCO PARA INTOXICAÇÃO EM IDOSOS

GONÇALVES, Thaís Alves¹; VIEIRA, Débora Ribeiro¹; MÁRCICO, Mateus Mendes¹; PINHEIRO, Mayra Rodrigues¹; CASTRO, Malena Carla Oliveira de¹; BLANK, Michely Dias¹; OLIVEIRA, Lanuza Borges²

¹Discente do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras – FIPMoc

²Docente do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras – FIPMoc

Introdução: O uso de medicamentos constitui-se hoje uma epidemia entre idosos, cuja ocorrência tem como cenário o aumento exponencial da prevalência de doenças crônicas e das seqüelas que acompanham o avançar da idade, o poder da indústria farmacêutica e do marketing dos medicamentos e a medicalização presente na formação de parte expressiva dos profissionais da saúde. Polifarmácia é definida como o uso concomitante de dois ou mais medicamentos ou o uso desnecessário de pelo menos um medicamento. Alguns autores consideram também polifarmácia como o tempo de consumo exagerado, pelo menos 60 a 90 dias. Ela está relacionada ao aumento do risco de interações medicamentosas, de reações adversas, de ocasionar toxicidade cumulativa, de reduzir a adesão ao tratamento farmacológico, de causar erros de medicação e aumentar a morbimortalidade. A elevada incidência da polifarmácia na velhice expõe o idoso a uma terapêutica farmacológica mais complexa, exigindo maior cautela, memória e organização perante os horários de administração dos fármacos. **Objetivo:** Avaliar a polifarmácia e os seus riscos de intoxicação no idoso. **Método:** Realizou-se uma pesquisa bibliográfica por meios das bases de dados PubMed, Lilacs e Scielo no período de 2012 a 2014. **Resultados:** Os idosos são mais susceptíveis aos efeitos colaterais dos medicamentos, pois as funções de diversos órgãos tornam-se deficientes, modificando a atividade dos fármacos. As trocas fisiológicas pela idade alteram a distribuição, metabolismo e excreção de fármacos porque modificam a ação destes e afetam sua concentração no sítio receptor. Desde a ingestão já podem apresentar problemas, a diminuição da saliva e as alterações no peristaltismo do estômago podem ocasionar que o fármaco fique aderido à mucosa, causando uma alteração local. O pH do estômago dos idosos é menos ácido e seus sucos gástricos menos abundantes, por isso, a absorção de medicamentos sofre alterações. Em relação aos medicamentos mais comumente utilizados pelos idosos, destacam-se os fármacos cardiovasculares, sendo as doenças cardiovasculares a principal causa de morbidade e mortalidade nessa faixa etária. **Conclusão:** É essencial que o profissional de saúde deva estar atento ao problema que é a polifarmácia e os riscos que esta acarreta. Diversas estratégias podem contribuir para a sua prevenção ou correção precoce de erros, promovendo, deste modo, uma terapêutica mais adequada e segura à população idosa.

Palavras-chave: Polifarmácia. Idosos. Intoxicação.

PREVALÊNCIA DA LEISHMANIOSE TEGUMENTAR NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS, MINAS GERAIS

SANTANA DA SILVA, Fernanda¹; OLIVEIRA SILVA, Jefferson²; VIEIRA MATRANGOLO, Fabiana³

¹Discente da UNIMONTES; ²Discente da UNIMONTES; ³docente da UNIMONTES

Introdução: A leishmaniose tegumentar americana (LTA) também conhecida como leishmaniose mucocutânea, úlcera de Bauru e ferida brava, é uma doença infecciosa e não contagiosa causada por diferentes espécies de protozoários do gênero *Leishmania*, que acomete pele e mucosas (MICKALSKI, 2011). Dentre os reservatórios, são encontradas espécies animais silvestres e domésticas, e o cão é considerado o principal reservatório natural relacionado com casos humanos. Com mortalidade global em 59.000 óbitos por ano, a leishmaniose tegumentar constitui um grupo de doenças que permanecem como problema de saúde pública em pelo menos

88 países (ALVARENGA, 2010). A terapêutica está na dependência de drogas de reconhecida toxicidade e de eficácia nem sempre completa (LIMA, 2007). Sendo a primeira droga de escolha o antimonial pentavalente (GONTIJO, 2003) **Objetivo:** Avaliar a prevalência epidemiológica da doença no município de Montes Claros, Minas Gerais. **Método:** Para a realização do estudo foram coletados dados dos casos de LTA no SINAN/SMS de Montes Claros, tais dados auxiliam a secretária municipal de saúde no controle da doença. Esses dados foram tabulados e foi realizada a análise estatística dos mesmos. **Resultados:** Os dados coletados foram do período de janeiro de 2010 a dezembro de 2015, onde foram notificados 286 casos de LTA no SINAN/SMS do município de Montes Claros, estado de Minas Gerais. Dos anos pesquisados, o ano de 2010 foi o que apresentou o maior índice de LT, 76 casos. Tendo uma baixa significativa nos anos seguintes. Em todos os anos houve casos com má evolução da doença, porém óbito foram apenas 2 no ano de 2012. **Conclusão:** Durante décadas, a literatura vem caracterizando a cidade norte-mineira de Montes Claros como uma área endêmica de leishmaniose tegumentar americana e com os dados coletados dos últimos cinco anos verificou-se que ainda não há o controle da doença no local, mas houve uma baixa significativa no número de casos a partir do ano de 2010. Isso pode estar relacionado às campanhas de conscientizações promovidas pela prefeitura da cidade de Montes Claros. No entanto, os dados apontam para o fato de que o uso efetivo de medidas preventivas e as campanhas de conscientização da população podem levar à diminuição do número de casos e uma possível erradicação da doença na região.

Palavras-chave: Leishmaniose tegumentar. Prevalência. Saúde Pública. Quimioterápico.

REFERÊNCIAS:

ALVARENGA, D. G. D. Leishmaniose visceral: estudo retrospectivo de fatores associados à letalidade. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, v. 43, n. 2, p194-197, 2010.

GONTIJO, B. leishmaniose tegumentar americana. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, v. 36, n. 1, p. 71-80, 2003.

LIMA, M.V. Leishmaniose cutânea com desfecho fatal durante o tratamento com antimonial pentavalente. Anais Brasileiro de Dermatologia, v. 82, n.3, p. 269-271, 2007.

MICKALSKY, E. M. Infecção natural de *Lutzomyia* (*Lutzomyia*) *longipalpis* (Diptera:Psychodidae) por *Leishmania infantum chagasi* em flebotômíneos capturados no município de Janaúba, Estado de Minas Gerais, Brasil. Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, v. 44, n.1, p. 58-62, 2011.

PREVALÊNCIA DE ACIDENTES POR ANIMAIS PEÇONHENTOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DORNELLAS, Marcella Cecília Silva¹; FERREIRA, Janyne Brito Dias¹; PRINCE, Karina Andrade de²; REZENDE, Mariany Lima¹; SANTOS, Nathália Fabrini Gringo¹; SARAIVA, Luana Karollyne Vieira¹.

¹ Acadêmicos do Curso de Graduação em Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (MG), Brasil. ² Doutora em Biociências e Biotecnologia Aplicadas à Farmácia pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas UNESP/ Araraquara (SP) e docente das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (MG), Brasil.

Introdução: Os animais peçonhentos são aqueles que produzem substância tóxica e podem inocular este veneno em outros animais e seres humanos. Os acidentes causados por eles constituem uma preocupação à saúde pública em virtude do envenenamento. No Brasil, representa a segunda maior causa de notificação epidemiológica. **Objetivo:** Avaliar a prevalência de acidentes por animais peçonhentos no Estado de Minas Gerais no período de 2011 a 2015. **Método:** Foi realizado um estudo de caráter descritivo, retrospectivo e de delineamento

quantitativo. Utilizou como universo de pesquisa a base de dados do DATASUS, referente à prevalência destes acidentes em Minas Gerais, no período de 2011 a 2015. Utilizou-se o software Excel (Office 2007) para gerenciamento e análise dos dados. As variáveis estudadas foram tipo de acidente segundo mês e ano de notificação, prevalência segundo região, sociodemográficas (faixa etária e sexo) e clínicas (classificação quanto à gravidade e evolução do caso). **Resultados:** Foram notificados 118.156 casos no período estudado. A região Norte do estado teve maior número de casos por 100.000 habitantes (7.000). O acidente provocado por escorpiões foi o mais prevalente (60,06%), acometendo mais os homens na faixa etária de 20 a 39 anos (9,96%). A classificação final dos acidentes quanto à gravidade mostrou que a maioria (80,1%) foi considerada como leve e a maior parte dos casos evoluiu para a cura (96,36%). **Conclusão:** Ressalta-se com o estudo a necessidade de ações voltadas para a prevenção desses acidentes, como o controle do desmatamento e desequilíbrio, uso de equipamentos de proteção para profissionais de risco, reduzindo ainda mais os óbitos.

Palavras-chave: Acidentes. Animais peçonhentos. Minas Gerais.

PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL EM MULHERES CLIMATÉRICAS

AGUIAR, Ingrid¹; CARDOSO, Matheus¹; SANTOS, Luiz Gustavo¹; VELOSO, Tarcísio¹;
VERSIANI, Rodrigo¹; VIEIRA, João Henrique¹; FRANÇA, Dorothea Schmidt²
1Discente das FIPMoc, 2Docente das FIPMoc

Introdução: segundo o Ministério da Saúde (2008) o climatério se estende dos 40 aos 65 anos e pode ser subdividido em períodos. A pré-menopausa é o primeiro período do climatério e inicia, em geral, após os 40 anos, com diminuição da fertilidade em mulheres com ciclos menstruais regulares ou com padrão menstrual similar ao ocorrido durante a vida reprodutiva. A perimenopausa, segundo período na divisão do Ministério da Saúde, inicia dois anos antes da última menstruação e vai até um ano após (com ciclos menstruais irregulares e alterações endócrinas). E a pós-menopausa, último período do climatério, começa um ano após o último período menstrual. Sabe-se que todo esse período de alterações está profundamente ligado com o surgimento de hipertensão arterial, como relatam Barbosa, Guimarães e Saraiva (2008). Segundo esse estudo, as mulheres são consideradas hemodinamicamente mais jovens quando comparadas a homens de mesma faixa etária, porém isso começa a mudar no climatério e as mulheres começam a ser mais sensíveis ao aparecimento de doenças de ordem vascular, como a hipertensão arterial. **Objetivo:** investigar a prevalência de hipertensão arterial em mulheres climatéricas do estado de Minas Gerais de acordo com dados disponibilizados pela plataforma DATASUS nos anos de 2002 a 2012. **Método:** Estudo epidemiológico descritivo e transversal com base em dados do DATASUS disponibilizados nos anos de 2002 a 2012. **Resultado:** Foi possível identificar que as mulheres climatéricas representam 58,22% das mulheres hipertensas e que o número de mulheres climatéricas hipertensas é 1,90 vezes maior que mulheres fora desse período acometidas pela hipertensão. **Conclusão:** A prevalência de hipertensão arterial em mulheres climatéricas está ligada a diminuição da produção de estrogênio e de peptídeo natriurético atrial.

Palavras-chave: Hipertensão arterial. Climatério. Datasus.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual de Atenção à Mulher no Climatério/Menopausa/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasil, 2008.

BARBOSA, Eduardo; GUIMARÃES, Jorge Ilha; SARAIVA, Renato. Hipertensão Arterial Sistêmica e a Mulher. Revista da Sociedade de Cardiologia do Rio Grande do Sul, v. 16, n. 6, p. 1-5, 2008.

PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE UMA REDE DE DISTRIBUIÇÃO AÉREA POR UMA REDE DE DISTRIBUIÇÃO SUBTERRÂNEA: RADIAL COM DUPLA ALIMENTAÇÃO

¹SANTOS, Guilherme Batista; ¹FIGUEIREDO, Gustavo; ² ALCÂNTRA, GUSTAVO; ² REGO, Thais C. Figueiredo

¹Discente das FIPMoc; ²Docentes das FIPMoc

Introdução: A rede de distribuição subterrânea radial com dupla alimentação vem sendo cada vez mais aplicada e se tornando mais extensa e complexa, fatores esses que elevam a possibilidade de ocorrência de falhas e dificultam a localização do ponto de ocorrência das mesmas. Algumas redes possuem mais de quarenta anos de uso, o que demonstra a longa vida útil e alta confiabilidade da rede, gerando um interesse ainda maior de todos para utilização deste tipo de sistema. Porém essa alta confiabilidade, estética e segurança têm seu lado negativo, o custo desta rede é muito maior do que o das redes de distribuição aérea. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo verificar se a viabilidade da substituição e instalação de uma Rede de Distribuição Aérea por uma Rede de Distribuição Subterrânea. **Método:** Para realização desse projeto foi feita a análise em fontes bibliográficas de diferentes autores onde foram realizados procedimentos como a obtenção e entendimento de dados a partir de publicações, livros, artigos técnicos, sites, periódicos, entre outros. Este estudo caracteriza-se como qualitativo exploratório. Este trabalho foi desenvolvido em uma derivação de uma rede de distribuição de uma indústria metalúrgica localizada no norte de Minas Gerais, devido a necessidade da substituição da antiga rede de distribuição aérea por uma rede de distribuição subterrânea. **Resultados:** Com base no conhecimento adquirido, foram levantadas informações técnicas e econômicas a fim de determinar parâmetros relacionados a substituição da Rede de Distribuição Aérea para uma Rede de Distribuição Subterrânea (neste caso apenas uma derivação da rede dentro de uma indústria), para que sejam atingidos todos os objetivos deste trabalho, foram observadas várias etapas, que estão elencadas a seguir: o Orçamento e lista de materiais para instalação da RDS; a Manutenção da RDS, os Valores estimados de perdas com manutenção, e o cálculo *Payback*. **Conclusões:** Pode-se concluir que atendendo as especificações da norma NBR-5460 e suas Normas de Distribuição (ND), realizando a substituição da derivação da rede atual por uma Rede de Distribuição Subterrânea as instalações nesta fábrica ficarão mais seguras e confiáveis, pois a mesma atende a três setores de alta produção industrial no fornecimento de energia para os equipamentos auxiliares, além de ser de extrema importância para a continuidade do processo produtivo geral da fábrica.

Palavras-chave: Distribuição. Subterrânea. Topologia. Configurações.

REFERÊNCIAS:

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5460:** Sistemas Elétricos de Potência. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

PROJETO ARQUITETÔNICO DE IMPLANTAÇÃO DE CONDOMÍNIO RURAL

BRITO, Josué Ferreira de¹; FELIPE, João Carlos Chagas¹; GUIMARÃES, Jane Cléa Brito¹; PRATES, Ana Paula Oliveira¹; SILVA, Sheila Fernandes da¹; SIMOES, Gabriel Sampaio¹; QUEIROZ, Érica Karine Ramos².

1 Discente das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

Esse artigo apresenta um breve estudo sobre o processo de implantação de condomínio em área rural, tendo como objetivo geral representar e analisar desde a elaboração do memorial de cálculo, que compreende desde a demarcação do terreno até a implantação do projeto arquitetônico do condomínio, incluindo a representação em 2D das plantas de implantação e de situação

desenvolvidas para o tema proposto. Para desenvolver os objetivos foram utilizados os métodos documental, caracterizado pelo uso das normas técnicas, dentre as quais destacamos a NBR 13133 que versa sobre a execução de levantamento topográfico; a pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em livros, artigos de periódicos científicos e materiais atualizados disponibilizados pela internet; e o estudo laboratorial, caracterizado pela visita ao laboratório de informática das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros - FIPMoc, com a finalidade de processar em software específico os dados e informações obtidas. A elaboração de um projeto de condomínio fechado e seu fluxograma de concepção leva em conta diversos fatores, e vale ressaltar que a demanda para a criação desses espaços vem da falta de infraestrutura urbana dos municípios, insegurança, demora na resolução dos problemas públicos, etc. Muitas famílias buscam dentro dos condomínios, além da segurança, recursos como, por exemplo, a urbanização adequada, e serviços que, por não dependerem do poder público ocorrem com maior agilidade, já que os mesmos são contratados de forma particular e não sofrem interferências por parte do município. O levantamento topográfico visa gerar um modelo da porção de terra, subterrânea ou superficial que se tornará planta do local onde será realizada a obra. O processo é dividido em fase de coleta, processamento e tratamento dos dados, disposição e gerenciamento das informações coletadas, que irá compor relatório e planta da área. O desenho do projeto arquitetônico é uma especialização do desenho técnico normatizado, voltado à execução e a representação de projetos de arquitetura. Pode ser compreendido como todo o conjunto de registros gráficos produzidos durante o processo de projeto arquitetônico. Com os resultados parciais deste estudo, conclui-se que o parcelamento do solo urbano é instrumento posto à mão do Poder Público para melhor dispor acerca do espaço urbano, através de divisão em partes destinadas ao exercício das funções urbanísticas. Ainda, com a eficiência comprovada dos inúmeros softwares disponíveis no mercado, os programas computacionais são ferramentas importantes e imprescindíveis no cálculo estrutural, mas nunca irão substituir as mentes pensantes dos engenheiros. A utilização de um aplicativo automatizado, seja ele qual for, exige grande conhecimento de projeto estrutural, das normas de projeto, das hipóteses consideradas pelos aplicativos e um grande espírito crítico do engenheiro quanto aos resultados obtidos.

Palavras-chave: Condomínio rural. Levantamento topográfico. Projeto arquitetônico.

QUALIFICAÇÃO NO RURAL? INFLUÊNCIA NAS COMPETÊNCIAS DE JOVENS RURAIS DO CURSO RESIDENCIA JOVEM ICA/UFMG

PINHEIRO, Cristh Ellen Ferreira¹; AUGUSTO, Helder dos Anjos²; PINHEIRO, Luana Grazielle Ferreira³; MACHADO, Marcelo Gonçalves⁴; PAULA, Maria Teresa de Almeida⁴; CARDOSO, Wesley José⁴; LIMA, Luciano Vieira⁵

¹Docente das FIPMoc; ²Docente do ICA/UFMG; ³Discente das FIPMoc; ⁴Discente do ICA/UFMG; ⁵Servidor do ICA/UFMG

Introdução: O curso Técnico em Gestão de Organizações Rurais e Cooperativismo (Residência Jovem), realizado pelo Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais, tem o objetivo de fortalecer a juventude rural e também a finalidade de assegurar a permanência destes no campo. As principais vertentes metodológicas do curso compreendem a Pedagogia da Alternância e a Cooperação. Atualmente o Residência Jovem do ICA/UFMG conta com a participação de jovens rurais provenientes de 15 municípios dos estados de Goiás, Minas Gerais e do Distrito Federal. Até o momento, foram realizadas três etapas de Tempo Escola (período em que contempla os aspectos conceituais) e dois Tempos Comunidade (período das atividades práticas). Considerando as vertentes metodológicas, o objetivo desta pesquisa consistiu em analisar a contribuição do curso Residência Jovem para o avanço das competências técnicas (conhecimento e habilidade) e competência comportamental (atitude) dos estudantes matriculados. **Método:** Para o alcance dos objetivos, foi realizada uma pesquisa descritiva de caráter quantitativo e qualitativo, realizada através de pesquisa documental, por meio de registros

da secretaria do curso; e pesquisa de campo, compreendendo entrevistas semiestruturadas e diários de campo. **Resultados:** Quanto ao perfil dos estudantes, estes possuem faixa etária que varia de 15 a 29 anos, sendo o sexo feminino predominante e a maioria de nível médio de educação. Observou-se que 25% dos estudantes matriculados já se inseriram em cooperativas rurais ou organizações produtivas em cargos de supervisão ou gerência, onde antes da inserção no curso, conforme afirmam os estudantes, não tinham interesse ou não se sentiam seguros para exercer as funções atuais. A competência comportamental é observada na maior participação destes jovens nas atividades produtivas e culturais, como é exposto por eles e também pelas lideranças entrevistadas. Observou-se que as disciplinas voltadas para a área de constituição e gestão de cooperativas e também as que contemplam matemática foram imprescindíveis para o avanço dos estudantes nas funções desempenhadas. As disciplinas voltadas para o conhecimento histórico e político da questão agrária no Brasil foram importantes na formação política dos mesmos e contribuíram também com os aspectos comportamentais. Sobretudo, observou-se que as atividades desempenhadas nos Tempos Comunidade contribuíram para que os jovens conhecessem a sua localidade, bem como a produção local e visualizassem as potencialidades locais. Além destes aspectos, os avanços das competências técnicas ainda foram observados pelos líderes ao confirmarem a evolução dos jovens no que tange às habilidades nas funções desempenhadas com a oportunidade de vivenciar na prática os aspectos conceituais por meio dos trabalhos de Tempo Comunidade. **Conclusão:** Contudo, pode-se inferir que há uma relação direta entre a vertente metodológica do curso Residência Jovem e o progresso das competências técnicas e comportamentais de seus estudantes, onde o curso tem contribuído para a inserção dos jovens nas atividades produtivas de suas comunidades, bem como para a melhoria nas atividades desempenhadas pelos mesmos, fato que vai de encontro com o objetivo do curso em fortalecer a juventude rural com vistas para o desenvolvimento local de suas comunidades.

Palavras-chave: Pedagogia da Alternância. Juventude Rural. Desenvolvimento Local.

RECICLAGEM: MEIO DE CONTRIBUIÇÃO AMBIENTAL

QUEIROZ, Neucy Teixeira

Graduada em Ciências Biológicas pela UNIMONTES.

Introdução: A reciclagem tem importância enorme para o meio ambiente, pois contribui para a redução do lixo que polui o solo; o que auxilia na melhoria do planeta. Além dessa contribuição, o processo de reciclagem está relacionado com a geração de empregos. Segundo o Portal do Meio Ambiente, muitos desempregados encontram neste setor uma forma de sustentar suas famílias e que no Brasil, existe um grande número de cooperativas de catadores de alumínio e de papel. O Portal do meio ambiente evidencia ainda que as cidades estão crescendo cada vez mais e, com isso, a população não tem locais para instalar seus depósitos de lixo. Assim, a reciclagem é uma solução economicamente viável. Por essa razão, foi feito o estudo da reciclagem com alunos do ensino fundamental da Escola Estadual José Fernandes de Souza, no Município de Varzelândia, Minas Gerais. **Objetivo:** conscientizar a comunidade escolar como podemos contribuir com o meio ambiente através da reciclagem. **Método:** foi utilizada a pesquisa participante que trata de um tipo de pesquisa por meio da qual se busca a plena participação da comunidade na análise da sua própria realidade, com objetivo de promover a participação social para o benefício coletivo. Dessa forma, foi trabalhado o projeto: “Reciclagem: meio de contribuição ambiental”; com duração de 2 meses. Realizado na Escola Estadual José Fernandes de Souza com os alunos do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano. **Conclusão:** a pesquisa contribuiu para maior conscientização da comunidade escolar, com maior reciclagem no ambiente educacional e fora dele. Os alunos se tornaram mais criativos, mostrando seu talento através da exposição de objetos confeccionados por eles, puderam compreender que a decomposição de alguns materiais, como alumínio, é demorada e acumula lixo no meio ambiente, o que polui as águas e o solo. Por isso a pesquisa participante obteve resultados satisfatórios.

Palavras-chave: Meio ambiente. Reciclagem. Comunidade escolar

REFERÊNCIA:

PORTAL DO MEIO AMBIENTE. Disponível em <<http://portal.rebia.org.br/ecologia-humana/5953-a-importancia-da-reciclagem>> Acesso em: 17 abr. 2016

RECUSA A FORNECIMENTO DE TRATAMENTO EM DOENÇA COBERTA PELO PLANO DE SAÚDE FRENTE AO DIREITO DO CONSUMIDOR

ALKIMIM, Clara Ferreira¹; TEIXEIRA, Aurenice da Mota²; LADEIA, Letícia Ferreira Alkimim³

¹Discente da UNIMONTES, bolsista de Iniciação Científica Voluntária pela UNIMONTES;
²Docente da UNIMONTES, orientadora de Iniciação Científica Voluntária pela UNIMONTES;
³ Discente da Unimontes.

Introdução: O direito à saúde é assegurado a todos pela Constituição Federal de 1988 (CRFB/88), sendo dever de o Estado praticar os meios de efetivá-lo. Esse direito é essencial à qualidade de vida do cidadão, por conseguinte, o desrespeito a ele caracteriza violação da dignidade da pessoa humana, que é fundamento da república. Consoante com a súmula nº 469 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), os planos de saúde devem observância aos Direitos do Consumidor, logo, a restrição ou recusa de algum tipo de tratamento de doença que se encontra no rol de proteção do contrato é prática abusiva. **Objetivo:** Esta pesquisa almeja elucidar a recusa a fornecimento de tratamento, em doença coberta pelo plano de saúde, como forma de cerceamento dos direitos do consumidor e também como desrespeito às normas contidas na CRFB/88. **Método:** A presente pesquisa foi realizada pelo método de abordagem dedutivo e do método de procedimento monográfico. No que tange às técnicas de pesquisa, foram realizadas análises em jurisprudências do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e do STJ, bem como o estudo do Código de Defesa do Consumidor, da CRFB/88 e de doutrinas pertinentes ao assunto. **Resultados:** Nos casos em que os planos de saúde restringem as formas de tratamento, privando de algum medicamento ou procedimento essencial à cura do paciente, o Direito do Consumidor atua a fim de proteger tanto o bem jurídico vida, quanto a questão da vulnerabilidade do consumidor. Rizzato Nunes (2012) aduz que um dos aspectos de que decorre a fragilidade consumerista é o de ordem técnica. Nesse ínterim, embora seja o fornecedor que determine o que vai ser produzido para o mercado e de que forma, nos planos de saúde, quando estes se propõem a tratar alguma doença não pode haver no contrato cláusulas que tendem a suprimir os meios de cura, caso contrário tem-se uma prática abusiva. O STJ entende que os planos de saúde tem autonomia para estabelecer as doenças que terão cobertura, sendo vedada a escusa de fornecimento de fármaco com fundamento de que é dever do Estado a assistência à saúde, notadamente quando a obrigação, no caso, decorre de cláusula contratual (BRASIL, 2013). Ademais, considerando que os planos de saúde adquirem um dever de cuidado, caso ocorra a morte do paciente que foi privado dos medicamentos e/ou tratamentos, o plano poderá responder por crime omissivo impróprio, pois há o dever de agir e impedir o resultado. **Conclusão:** Percebe-se, portanto, uma clara infração das normas supracitadas pelos planos de saúde que, por quaisquer motivos, se neguem à efetiva tutela da vida de seus consumidores. As práticas abusivas são ilegais, haja vista que suprimem a dignidade da pessoa humana. Por consequência, devem ser expurgadas dos contratos com efeitos *ex tunc* visando sempre à proteção do lado vulnerável: o consumidor.

Palavras-chave: Plano de Saúde. Direito do Consumidor. Recusa Abusiva.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Agravo Regimental em Recurso Especial nº. 300.648/RS**. 3ª Turma. Relator: Ministro Sidnei Beneti, DJe 07/05/2013.

NUNES, Luis Antônio Rizzatto. **Curso de direito do Consumidor**. 7. ed. revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2012.

Vade Mecum compacto. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Luiz Roberto Cunha, Livia Céspedes e Juliana Nocoletti. 11. ed. atual. e ampl. São Paulo (SP): Saraiva, 2014.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

SOARES, Elen Batista¹; FIGUEIREDO, Igor Batista¹; FERREIRA, Karoline de Paula¹; SILVA, Loren Rodrigues¹. SILVA, Leandro Luciano da². Discente das FIPMoc; 2. Docente das FIPMoc

Introdução: Sempre que um crime cometido por um menor atrai a atenção da população, a sociedade exige mudanças no sistema que possam resultar em melhorias, como a redução da maioridade penal. Existe hoje, uma Proposta de Emenda Constitucional que prevê a redução, contando com uma corrente a favor e uma corrente majoritária contra. **Objetivos:** Conhecer os argumentos das correntes que são contra e a favor da redução da maioridade penal como solução da criminalidade infanto-juvenil. **Métodos:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa com abordagem exploratória, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, e utilizadas doutrinas e artigos acerca do tema. **Resultados:** O entendimento sobre imputabilidade mudou com o passar do tempo, até que o Código Penal de 1940 estabeleceu os 18 anos de idade. Somente serão imputáveis aqueles indivíduos capazes de discernir suas ações e inimputáveis aqueles que não possuem completo discernimento do que fazem ou não conhecem a ilicitude do ato. Ao classificar o menor de 18 anos como inimputável, a legislação compreende que ele não é completamente ciente das consequências de suas ações e não possui maturidade necessária para ser punido como um adulto. Porém, o jovem, ao completar 16 anos, além de votar, pode trabalhar legalmente e ser emancipado civilmente. Isso demonstra que o legislador atentou para o fato de que a maturidade já está quase completa nessa idade. **Conclusão:** Percebe-se que foi desenvolvido o Estatuto da Criança e do Adolescente com o intuito de proteger as crianças e educar os jovens infratores, prevendo medidas socioeducativas e protetivas para os jovens, focando no desenvolvimento positivo da sua personalidade. Aqueles que se posicionam a favor da PEC, afirmam que na atual sociedade, moderna e globalizada, um jovem maior de 16 anos já possui pleno entendimento de suas atitudes, inclusive as ilícitas. Aqueles que se posicionam de forma contrária a PEC, defendem que os jovens infratores precisam ser educados e afastados de adultos perigosos, o que não ocorreria na cadeia. Existem divergências fortíssimas entre as correntes, mas percebe-se que ambas estão empenhadas a resolver o problema da criminalidade infanto-juvenil.

Palavras-chave: Redução. Maioridade. Penal. ECA. PEC.

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

PINA, Pedro Afonso Lauton¹; SOUZA, Paulo Cesar Ferreira de¹; ROCHA, Bruno Ferreira¹;
LACERDA, Frederico Melo²

1 Discentes da FIPMoc; 2 Docente da FIPMoc

Introdução: Muito discutido pela sociedade brasileira a redução da maioridade penal fez com que o governo voltasse os olhos para esse assunto, criando e remediando leis e direitos. As leis brasileiras que reconhecem a prioridade e a proteção especial à crianças e adolescentes, vão contra a redução da maioridade penal, indo também contra a constituição brasileira. A autorregulamentação do conteúdo midiático exposto pelos meios de comunicação de massa, potencializa uma solução mágica em reduzir a maioridade penal, não pensando nas consequências pós redução, como as cadeias super lotadas e o reino do tráfico organizado no país e nas cadeias. **Objetivo:** O artigo tem por objetivo colocar em discussão a questão da redução da maioridade penal, colocando os diversos pontos de vista, as normas que impedem que esta questão seja solucionada sem que haja um debate perante toda a sociedade. Analisando os pontos a favor e contra a redução da maioridade penal. **Métodos:** Este trabalho baseou-se em pesquisas bibliográficas, realizada em livros, legislações e artigos on-line. **Resultados:** Reduzir a maioridade penal é tratar o efeito, e não a causa. Ninguém nasce delinquente ou criminoso. Um jovem ingressa no crime devido à falta de escolaridade, de afeto familiar, e por pressão consumista que o convence de que só terá seu valor reconhecido socialmente se portar determinados produtos de grife. Enfim, o menor infrator é resultado do descaso do Estado, que não garante a tantas crianças creches e educação de qualidade; áreas de esporte, arte e lazer; e a seus pais trabalho decente ou uma renda mínima para que possam subsistir com dignidade em caso de desemprego. **Conclusão:** Portanto, visto que a maioria dos outros países mundiais possui responsabilidade penal de 18 anos, uma redução no Brasil não seria viável. Assim o Brasil deve criar e melhorar as nossas leis para que o índice de violência reduza, conseguindo eliminar os menores do crime.

Palavra-chave: Maioridade Penal. Adolescente. Criança.

REDUÇÃO DO CONSUMO ENERGÉTICO EM EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS RESIDENCIAIS ATRAVÉS DO ARDUÍNO

CRUZ, Cleyton Avelino Fagundes da¹; LIMA, Lucas Freire²
1Discente das FIPMoc; 2Discente das FIPMoc

Introdução: Discussões acerca do tema eficiência energética são comuns atualmente, reduzir o consumo de equipamentos é cada vez mais necessário, uma vez que estamos em tempos de crise energética, uma medida que pode ser adotada é a redução do *stand by* dos aparelhos eletroeletrônicos. O modo *stand by* indica que o equipamento está fora de uso momentaneamente, durante este modo a energia consumida é muito menor que o consumido durante operação, entretanto, aparelhos como DVD, televisores e micro-ondas apresentam um longo período em *stand by* se comparado ao período em operação o que pode levar a um consumo energético significativo em longo prazo. **Objetivo:** Visando a redução do consumo energético residencial, será realizado o desligamento automático dos equipamentos em *stand by* através do seccionamento da fonte de energia. **Métodos:** Após a pesquisa bibliográfica em artigos publicados em congressos nacionais de energia e tecnologia, foi decidido que será realizada a verificação do estado de *stand by* do equipamento através de medições da corrente elétrica, visto que neste estado sua corrente possuirá baixo valor, para a análise de dados foi escolhida a plataforma de prototipagem arduíno, devido sua facilidade de emprego e seu baixo custo, a verificação da corrente será realizada com sensor de corrente modelo ACS 712, este sensor enviará o valor de corrente ao arduíno através de uma entrada analógica, o arduíno então irá verificar as informações do sensor e comparar com os parâmetros estipulados pelo projetista, caso

o valor de corrente medida esteja abaixo do valor de projeto o arduíno enviara um sinal a um relé de seccionamento que irá desconectar o equipamento da rede elétrica. **Resultados:** Redução do consumo energético residencial em longo prazo e aumento da eficiência energética residencial. **Conclusão:** A partir do uso de técnicas de automação e equipamentos de baixo custo é possível realizar medidas para redução de gastos energéticos desnecessários que normalmente passam despercebidos, porém apresentam grande significado em longo prazo.

Palavras-chave: Arduíno. Automação. Eficiência energética. *Stand by*.

RELAÇÃO ENTRE ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO, CIDADANIA E OUVIDORIA

FONSECA, Kelly Patrícia Rodrigues¹; REIS, Vitória Teixeira¹; XAVIER, Kariny Dias¹.

¹Discente da Faculdade Integradas Pitágoras - FIPMoc

Introdução: Para se ter um Estado Democrático de direito é necessário uma aliança ente povo e governo, em que a Ouvidoria passa a ter sua importância na sociedade, uma vez que esta é a ligação entre o Estado Democrático de Direito e a cidadania, ou seja, é a consolidação da democracia legitimada por intermédio da Ouvidoria, no qual é um canal de comunicação direto entre o cidadão e a instituição por meio de críticas, reclamações, elogios e sugestões, em que facilita a circulação de informações, aumentando a conscientização da população em relação ao exercício de seus direitos. Desta forma, estimula a participação das pessoas através das soluções de conflitos. **Objetivo:** A presente pesquisa propôs analisar a relação entre Ouvidoria, cidadania e o Estado Democrático de Direito, em que este possibilita a legitimação da democracia e visa assegurar a cidadania através da participação efetiva da sociedade com uma determinada instituição por meio da Ouvidoria, que atua no processo de participação popular através do diálogo e da disponibilização de informações, tornando possível o exercício da cidadania. **Método:** Para elaboração do trabalho foi realizada uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa, por meio de pesquisas bibliográficas e virtuais, utilizando-se artigos, revisão literária e o site Google acadêmico, no qual os dados foram analisados a luz da literatura. **Resultado:** A averiguação em tela propiciou adquirir conhecimento sobre o assunto e permitiu uma melhor utilização destes instrumentos na sociedade. Colaborando assim, para uma melhor concepção dos conceitos e funcionamento da Ouvidoria e sua correlação com a cidadania, visto que a Ouvidoria assegura o Estado Democrático de Direito, uma vez que este Estado visa garantir o exercício de seus direitos e deveres. **Conclusão:** Conclui-se através do estudo a importância da Ouvidoria para a vida coletiva e individual, demonstrando-se assim sua capacidade de promover a cidadania através da participação do cidadão.

Palavras-chave: Ouvidoria. Cidadania. Participação popular. Estado Democrático de Direito.

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE LABORAL

LOPES, Karolina¹; QUEIROZ, Carlos Frederico Bastos²

¹ Discente das FIPMoc; ² Docente das FIPMoc

Introdução: A presente pesquisa vem tratar da reparação de danos causados pela violência psicológica no ambiente de trabalho, a que se denomina de assédio moral no ambiente laboral. **Objetivo:** Teve como objetivo geral, analisar a proteção oferecida pelo ordenamento jurídico brasileiro ao trabalhador vítima de assédio moral, diante da ausência de lei específica que o tutele. **Método:** A metodologia de pesquisa adotada é bibliográfica e documental, com abordagem dedutiva e procedimento monográfico. **Resultados:** Como resultados obtidos, tem-se que esse instituto acompanha as transformações da sociedade ao longo dos tempos, e deriva da necessidade do homem de empregar solução adequada na resolução de seus conflitos. Surgiu como forma de

reparação de danos, que podem ser morais ou materiais, através de reparação pecuniária, buscando-se compensar a vítima e punir o agressor. Tem caráter punitivo, compensatório e educativo. O assédio moral ocorrido no ambiente laboral, por sua vez, é uma espécie de violência psicológica que pode ocorrer no sentido horizontal ou vertical, degrada o ambiente de trabalho e que pode causar danos morais e materiais ao trabalhador vitimado. **Conclusão:** Enquanto conduta que lesa direito alheio e causa dano a outrem, o assédio moral ocorrido no ambiente laboral é objeto de alcance da responsabilidade civil. Através dela, pôde-se perceber que os tribunais brasileiros, em face da ausência de legislação específica que tutele o assédio moral, o têm entendido como ato ilícito passível de indenização, e que a prevenção e a fiscalização, são as formas mais eficazes de combate ao mesmo.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Assédio Moral. Relações Trabalhistas.

RODA DE CONVERSA NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA E UM OLHAR PARA AS DIFERENÇAS

RODRIGUES, Mariana Ruas¹; SANTIAGO, Érika Freitas¹; DRUMOND, Patrícia Queiroz²
1Discente das FIPMoc; 2Docente as FIPMoc

Introdução: No cenário da educação, têm sido constantes as discussões e debates acerca das possibilidades de atuação da psicologia, uma vez que os psicólogos estão sendo desafiados a superar a visão técnica clínica que sempre embasou sua práxis. Neste sentido, há um convite para uma atuação ética e política, que vá ao encontro da complexidade do processo educativo, considerando a escola como lugar de transmissão de cultura e de desenvolvimento da subjetividade. Diante disso, o trabalho com grupos de adolescentes no contexto escolar se apresenta como uma dessas possibilidades de uma atuação diferenciada por oportunizar espaços de escuta, discussão, reflexão, interação, construção e fortalecimento de vínculos, no qual os sujeitos adolescentes podem expressar, através do grupo, suas vivências, seus anseios, interesses, seus impasses, suas demandas individuais e coletivas, considerando as peculiaridades do adolecer. **Objetivo:** Oportunizar aos alunos do Ensino Médio um espaço de discussão e reflexão sobre temáticas que representem o interesse da juventude. **Método:** A metodologia utilizada foi a pesquisa participante, com abordagem qualitativa. Participaram da prática alunos que cursam o Ensino Médio de uma escola pública da cidade Montes Claros e acadêmicos do 8º período de psicologia das FIPMOC que utilizaram a Roda de Conversa como instrumento de coleta de dados e como espaço privilegiado para interação, reflexão e intervenção clínica. Foram realizados 14 encontros que aconteceram semanalmente nas segundas-feiras. **Resultados:** Ficou evidente a importância de planejar cada encontro considerando a demanda dos adolescentes, bem como utilizar recursos atrativos, interessantes e criativos (folhas, charges, músicas, balões, gravuras, objetos, entre outros) que possam ser incentivadores da fala e da expressão, ou seja, da emergência da dimensão subjetiva. Ademais, a proposta da roda de conversa e os recursos utilizados possibilitaram a discussão de várias temáticas, considerando o desejo dos participantes, tais como: sexualidade, gênero, *bullying*, redes sociais, convivência com a diferença, entre outras, contribuindo para que os adolescentes construam saídas diante dessas vivências. **Conclusão:** A roda de conversa, denominada pelos adolescentes como “Segunda da Diferença” (relacionada à segunda-feira, dia de realização da prática) conseguiu dar lugar às diferenças, demonstrando a possibilidade de o psicólogo contribuir para que no contexto escolar sejam realizadas práticas inovadoras, criativas, diversificadas, que questionem o caráter pedagógico homogeneizador e normatizador, que predomina e marca a história do sistema educacional.

Palavras-chave: Adolescência. Psicologia Escolar. Roda de Conversa.

SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE E A INCIDÊNCIA DE IST'S E AIDS NESSA POPULAÇÃO

GONÇALVES, Rômulo Soares¹; ARRUDA, Felipe Santos ²
¹Discentes de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras

Introdução: As infecções sexualmente transmissíveis (IST's), atualmente, apresentam índices notórios, principalmente entre os idosos, em que se observa nos últimos anos um aumento crescente desse tipo de infecção. Apesar de observar-se uma estabilização na incidência de AIDS em outras faixas etárias, a população acima de 50 anos apresenta-se com índices 103% maiores do que no ano 2000 referentes aos novos casos de HIV. Ademais, na terceira idade registra-se também o maior número de óbitos de portadores do vírus HIV. **Objetivos:** Compreender o aumento da incidência de IST's e AIDS na terceira idade. **Método:** Foi realizada uma revisão de literatura, pelos acadêmicos de Medicina membros da *International Federation of Medical Students Association* (IFMSA Brazil) do Comitê Local FIPMOC, em 10 artigos indexados no banco de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Lilacs e Bireme, e análise dos resultados do projeto Sexualidade na Terceira Idade (STI) realizado pelos *Standing Committee on Reproductive Health Including AIDS* (SCORA) da IFMSA FIPMOC e Pontifícia Universidade Católica do Paraná Campus Londrina PUCPR nos anos de 2014 e 2015. **Resultados:** O crescente número de casos de HIV entre a população da terceira idade nos revela que por fatores sociais, essa parcela da população aparece como excluída das campanhas de conscientização sobre os riscos e métodos de prevenção. Através do projeto STI, com 138 idosos e 51 acadêmicos envolvidos, compreendeu-se que em virtude da estigmatização da terceira idade, tanto os familiares como os profissionais de saúde parecem ignorar que nessa fase a pessoa é ativa sexualmente e está exposta a riscos de infecções por IST's. Esta falha traz graves consequências, sobretudo, quanto à prevenção. Há um preconceito social relacionado ao sexo nessa idade. Essa imagem que a sociedade faz de que sexo é algo da juventude, contribui para manter fora das prioridades à prevenção de IST's e AIDS na população de 50 anos ou mais. **Conclusões:** Nesse sentido, é importante levar esse tema a população, a fim de reduzir os índices de infecções, através da desmistificação da velhice assexuada, ressaltando-se assim a importância da prevenção de IST's aos idosos.

Palavras-chave: Serviços de Saúde para Idosos. HIV. Doenças Sexualmente Transmissíveis.

SÍFILIS CONGÊNITA PRECOCE E TARDIA – ANÁLISE DA PREVALÊNCIA DE INTERNAÇÕES E ÓBITOS EM MINAS GERAIS

ALCÂNTARA, João Pedro Barbosa¹; GONÇALVES, Fernando de Azevedo¹; HEYDEN, Lara Ataíde¹; SILVA, Andrey Alves¹; SOUSA, Mariana Brandão¹; PRINCE, Karina Andrade de².
1 Discentes das FIPMoc; 2 Docente das FIPMoc

Introdução: A sífilis congênita é uma doença infecciosa causada pela contaminação do feto, via placentária, pelo *Treponema pallidum*. Seu diagnóstico é simples e seu tratamento é eficaz; entretanto, ainda apresenta prevalência significativa, sendo caracterizada como importante causa de óbitos infantis. **Objetivo:** Identificar a ocorrência dos casos de sífilis congênita em Minas Gerais. **Método:** Estudo descritivo, retrospectivo e de delineamento quantitativo. A população do estudo foi constituída por pacientes com diagnóstico de sífilis, internados em regime público ou privado no estado de Minas Gerais no período de 2008 a 2015. Os dados foram obtidos a partir do DATASUS. **Resultados:** Nota-se aumento de 372,97% no número de casos de 2008 a 2014. A região central de Minas Gerais apresenta a maior prevalência da doença (1,84 casos a cada 100 mil habitantes). Foi observada maior prevalência no sexo masculino (55,58%) e em crianças com idade inferior a um ano (99,01%). A taxa de mortalidade variou de 0,9 em 2008 a 0,26 em 2015, com a notificação de quatro casos nesse período. **Conclusão:** A taxa de incidência da sífilis

congênita oscilou para mais e para menos durante o período de janeiro de 2008 a julho de 2015. Em comparação ao ano de 2008, o aumento no número de internações em 2015 foi superior a 50%, o que é um dado preocupante, visto que existe a possibilidade de prevenção e tratamento de sífilis, ambos amplamente disponibilizados, e mesmo assim notou-se um aumento extremamente significativo de sua incidência na população infantil do estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: Sífilis. Minas Gerais. Prevalência.

SÍNDROME DO X FRÁGIL COMO CAUSA DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OUTROS DISTÚRBIOS COGNITIVOS: UMA ABORDAGEM FISIOPATOLÓGICA

ANDRADE, Ingrid Aguiar Carvalho¹; BOTELHO, Matheus Cardoso Murta¹; RABELO, Tarcísio Veloso¹; RIBEIRO, Ana Clara Mendes¹; VERSIANI, Rodrigo Santos¹; FRANÇA, Dorothea Schmidt²

1Discentes das FIPMoc, 2Docente das FIPMoc

Introdução: A Síndrome do X Frágil (SXF) é uma perturbação do neurodesenvolvimento de origem genética, rara e subdiagnosticada.¹ Constitui a principal causa de deficiência intelectual herdada e a segunda mais prevalente após a Síndrome de Down², afetando 1 a cada 2500 homens e 1 a cada 4000 mulheres a nível mundial.³ Essa síndrome foi descrita pela primeira vez em 1943 como uma forma ligada ao X de deficiência intelectual por J. Purdon Martin e Julia Bell.⁴ Foram analisadas seis gerações de uma família, mostrando que a doença passava de mães saudáveis, porém portadoras, para filhos, mas não para filhas.⁵ **Objetivo:** Aprofundar a compreensão dos mecanismos neuro-anátomo-fisiológicos de problemas cognitivo-comportamentais, subjacentes em indivíduos acometidos pela Síndrome do X Frágil, visando facilitar a detecção dos sintomas e diagnóstico. **Metodologia:** Revisão bibliográfica utilizando-se das bases de dados SciELO, PubMed e Lilacs de acordo com os descritores “Fragile-X syndrome”, “Fragile-X syndrome and autism”, “Fragile-X syndrome and cognitive disorder” e “FXS and therapeutics”. **Resultado:** A Síndrome do X Frágil constitui uma doença monogênica dominante, de herança ligada ao X, na qual há redução da plasticidade sináptica, que está diretamente ligada ao aprendizado, à memória e à cognição. Além disso, a modulação em todo o cérebro é alterada, principalmente do sistema límbico, incluindo o hipocampo, a amígdala, o núcleo caudado e o córtex pré-frontal. Constitui a principal causa de deficiência intelectual (DI) herdada e a segunda mais prevalente após a Síndrome de Down, afetando 1 a cada 2500 homens e 1 a cada 4000 mulheres a nível mundial. **Conclusão:** O déficit intelectual presente na Síndrome do X Frágil ocorre pela perda da plasticidade sináptica decorrente da diminuição dos níveis da proteína FMRP, acarretada pelo silenciamento do gene FMR1. Os sinais e sintomas vão desde alterações físicas e motoras a distúrbios cognitivos importantes. Trata-se de um quadro, atualmente, irreversível, no qual o paciente necessita de acompanhamento multiprofissional e tratamento sintomático com uso de psicofármacos.

Palavras-chave: Síndrome do Cromossomo X Frágil, Deficiência Intelectual, Cognição, Mutação.

REFERÊNCIAS:

COOK D; NURO E; MURAI KK. Increasing our understanding of human cognition through the study of Fragile X Syndrome. *Dev Neurobiol*. 2014 Feb; 74(2): 147-77.

FRANCO V; APOLÓNIO AM; FERREIRA MF; ALBUQUERQUE C. A perspectiva das famílias quanto às respostas do sistema de saúde e seus profissionais às crianças com síndrome de X frágil. *Millenium*. 2014 Jun-Dez; 47: 7-20.

MARTIN J; BELL J. A pedigree of mental defect showing sex-linkage. *J Neurol Psychiatry*. 1943 Jul-Oct. 6(3-4): 154-7.

PROTTENGEIER J; MÜNSTER T; POHMER S; SCHMIDT J. Anaesthesia and orphan disease: fragile X syndrome (Martin–Bell syndrome). *European Journal of Anaesthesiology*. 2015 Mar; 32(3): 215-7.

SALDARRIAGA W; TASSONE F; GONZÁLEZ-TESHIMA L; FORERO-FORERO J; AYALA-ZAPATA S; HAGERMAN R. Fragile X Syndrome. *Colombia Médica*. 2014; 45(4): 190-8.

SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS E CELERIDADE PROCESSUAL: “UM CAMINHO ABERTO PARA DECISÕES MAIS DIGNAS”*

*Trabalho em curso no âmbito do Projeto de Pesquisa “Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Montes Claros (CEJUSC): eficácia na pacificação social”, em desenvolvimento pelo Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

GUIMARÃES, Maria Karoline Fonseca¹; OLIVEIRA, Monique Araújo Lopes ²; SOUZA, Ionete de Magalhães³.

¹Discente da Unimontes - 5º Período de Direito – 1º sem/2016; ²Discente da Unimontes - 5º Período de Direito – 1º sem/2016; ³Professora da Unimontes. Mestre e Doutora em Direito. Coordenadora do Programa S.A.J. Itinerante (Direito/Unimontes).

Introdução: Segundo o Conselho Nacional de Justiça – CNJ (2015), com base no relatório “Justiça em números do Conselho Nacional de Justiça”, a cada ano, para cada dez novas demandas propostas no Poder Judiciário brasileiro, somente três demandas antigas são solucionadas. Trata-se de um dado preocupante e que se agrava diante de cerca de 93 milhões de feitos que se encontram pendentes, demarcando e/ou refletindo num sério problema de déficit operacional. Nesse contexto, surge a necessidade de busca de soluções que venham sanar esta delicada situação, cuja preocupação essencial é o uso racional, eficaz e eficiente da máquina estatal. É interessante perceber que a busca pela solução de conflitos é bem mais ampla, envolvendo não só fatores objetivos, mas, sobretudo, de ordem subjetiva. Está-se diante de uma gama de demandas às quais vinculam seres humanos portadores de dignidade humana, que lhes é garantida como princípio basilar e fundamental desse Estado Democrático de Direito, porém, que esbarra em algumas complicações, como a própria ausência de celeridade processual. Conforme aponta o próprio CNJ, é frequente a existência de situações nas quais as partes, após longos períodos de litígio, “recebem integralmente o pedido posto na inicial, mas ainda assim não sentem que ‘venceram o conflito’” (CNJ, 2015). Sobretudo, quando a vitória é parcial. Isso demonstra que há algo no uso da máquina estatal a ser questionado, a ser indagado. **Objetivo:** Analisar se as formas utilizadas para solução pacífica de conflitos, de fato, favorecem a celeridade processual, suscitando, assim, decisões/acordos que corroborem para garantia do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana. **Método:** Para atender ao propósito da pesquisa, optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, tendo como método de abordagem o dedutivo. **Resultados:** Observa-se que as formas de solução pacífica de conflitos (conciliação, mediação e arbitragem) ganham fortalecimento no cenário atual, como propostas para o alcance de melhorias para atividade judicial do país, tais como, avanço operacional, redução de demandas litigiosas que por muito perduram e se acumulam nas várias Varas Judiciais do país, dentre outras. E, para além disso, observa-se a busca por resoluções que contribuam para o fim do conflito, de forma a

respeitar e preservar a dignidade da pessoa humana, traduzida por decisões/acordos que venham suprir os anseios das partes envolvidas no litígio. **Considerações Finais:** Acredita-se que as formas de solução pacífica de conflitos vêm propor ao Judiciário e ao próprio Direito, como ciência, um novo olhar acerca do acesso à justiça no país. Naturalmente, esse processo é um processo histórico, que requer, sobretudo, a desconstrução ideológica da ideia de conflito, indicando uma mudança de mentalidade da própria sociedade como um todo. Além de suscitar a necessidade de redefinição por parte do poder judiciário, desconstruindo seu histórico caráter judicatório e reconstruindo uma nova face: como um verdadeiro centro de harmonização social.

Palavras-chave: Solução pacífica de conflitos. Celeridade processual. Dignidade da Pessoa Humana.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Azevedo, André Gomma de (Org.). **Manual de Mediação Judicial**. 5. ed. – Brasília/DF, 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/06/c276d2f56a76b701ca94df1ae0693f5b.pdf> Acessado em: 16/03/2016.

NUNES, Antônio Carlos Ozório. **Manual de mediação: guia prático para conciliadores**. São Paulo: Editora Revista os Tribunais, 2016.

SOUZA, Ionete de Magalhães. Mediação no Direito de Família. *In: Revista Prática Jurídica*. Brasília: Editora Consulex. Ano VI - nº 68, 30/11/2007, p. 36-37.

_____. **Perícia genética paterna e acesso à justiça: uma análise constitucional (revisada e atualizada)**. 3. ed. Leme (São Paulo): Editora JH Mizuno, 2013.

STREAMING NO BRASIL - MÍDIA ONLINE

PRIMO, Gabriel Nery de Sousa¹; MENDES, Victória Souza¹; LACERDA, Frederico Melo²
1 Discentes da FIPMoc; 2 Docentes

Introdução: O mundo do entretenimento sofre por mudanças o tempo todo. Novas tecnologias e mídias mudam tanto quanto as formas que nós consumimos os conteúdos. Foi assim com os rádios, com as transmissões de TV, a entrada do VHS, a chegada dos filmes digitais, o lançamento do formato DVD, a migração para as TV's por assinatura, a entrada do padrão Blu-ray, e claro, para a revolução streaming, como o Netflix, YouTube, entre outros. O streaming por ser um comércio de custo baixo para o usuário direto, acaba comprando uma forte briga com outras mídias do mercado, como TV's por assinatura e operadoras de internet em dados móveis. Que ao invés de vender apenas velocidade, irá também limitar o usuário até certa quantidade de internet usada ao mês. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo analisar o streaming no Brasil. **Métodos:** Este trabalho baseou-se em pesquisas bibliográficas, realizada em livros, legislações e artigos on-line. **Resultados:** Hoje, as grandes operadoras de telefonia, são detentoras das maiores companhias de internet fixa do Brasil, a Claro da NET, a VIVO da GVT, a TIM da Live TIM (detém o mercado em Rio de Janeiro/São Paulo). Sendo elas o veículo mais forte para a utilização do streaming. Com isso, essas operadoras querem limitar a banda para esse tipo de acesso, acusando tal serviço de consumir muita banda. Mas porquê limitar o tráfego de dados pelas operadoras? Certamente para obter muito mais lucro do que já adquirem ao longo de todo ano. O que pode ser feito nesse caso é entrar em um consenso com as outras mídias e operadoras para que tais serviços não seja limitado ou barrado. Em caso de uma dificuldade em manter a internet fixa como está, uma saída seria recorrer aos órgãos responsáveis como a, ANATEL, que fiscalizam as companhias de telecomunicações. E se não for de uma serventia satisfatória para o usuário, entrar com outras medias mais cabíveis como mobilizar aos próprios usuários para fazer

e entrar com um sistema organizado para formalizar uma ação para que o streaming não seja barrado ou limitado. Fazer campanhas, para que outros usuários não sejam pegos de surpresa e passem a ter um conhecimento sobre o ocorrido. **Conclusão:** É notável que as operadoras além de querer um acréscimo nos lucros, querem também atingir o novo mercado, contudo, querem além disso a entrada dos seus produtos na nova tecnologia. Os serviços streaming que estão no mercado brasileiro, está a um passo à frente das outras mídias, limitar esse serviço seria talvez uma estratégia de mercado para lançar seus próprios produtos no streaming. Afim de anunciar e popularizar seus produtos, primeiramente, uma vez que, seria difícil entrar e bater de frente sem nenhuma popularidade.

Palavras-chave: Internet. Streaming. Transmissão *on line*.

TERAPÊUTICA ALIMENTAR PARA HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA

ARRUDA, Felipe Santos¹; AGUIAR, Fernanda Nunes²; SOUTO, Ana Karla Macedo³; DE BRITO, Sara Gomes⁴; LUZ, Guilherme Da Silva⁵

1-5. Discentes do 3º período do curso de Medicina das Faculdades Integradas Pitágoras

Introdução: A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é um dos grandes problemas de saúde pública atual e se enquadra como uma das enfermidades com fatores de risco modificáveis. A alimentação pode atuar como fator terapêutico para os desdobramentos da hipertensão arterial podendo reduzir os índices de morbidade dessa. **Objetivo:** Objetivou-se compreender as implicações da alimentação como medida terapêutica não-farmacológica da HAS, salientando os benefícios trazidos por ela. **Método:** Trata-se de um estudo secundário, retrospectivo, transversal, descritivo e qualitativo realizado através da revisão de periódicos publicados nos últimos 2 anos, disponíveis nos bancos de dados do Portal Periódicos Capes, LILACS, MEDLINE e SCIELO. Foram utilizados estudos disponíveis na íntegra e em português que abordassem medidas alimentares como tratamento da HAS. **Resultados:** A HAS é uma condição que detém de vários fatores e sua principal característica são os elevados níveis de pressão arterial (PA), que sofre grande influência da alimentação. Os brasileiros possuem uma alimentação rica em sódio, sendo que a ingestão excessiva desse tem sido uma das variantes para ascensão da PA. O tratamento alimentar consiste em estratégias que podem levar à redução da dosagem dos medicamentos ou até mesmo à sua dispensa. Esse tem como objetivo, diminuir a morbidade e a mortalidade cardiovasculares e é indicado a todos os hipertensos. Um exemplo desse tratamento é a dieta DASH - rica em frutas, hortaliças, laticínios com baixos teores de lipídios, fibras e minerais - que apresenta reduções de PA que se assemelham às encontradas em intervenções farmacológicas em pacientes com HAS em estágio I, o grande impacto dessa dieta (reduziu em 14% o desenvolvimento da HAS) se dá pelo alto grau de adesão, se diferenciando das dietas restritivas, que por alterarem radicalmente a alimentação, demonstraram baixa adesão à longo prazo. **Conclusão:** Assim, a dieta deve ser criada de forma individualizada a partir da avaliação nutricional, incluindo a determinação do índice de massa corporal e circunferência abdominal. Medidas alimentares podem ser de grande utilidade como terapia inicial, facilitadora de desmame de anti-hipertensivos e atuante na redução dos biomarcadores de risco cardiovascular. Priorizando-se assim a criação de medidas educativas amplas para adesão dos hipertensos ao tratamento alimentar, reduzindo a necessidade de medicação excessiva.

Palavras-chave: Alimentação. Terapêutica. Hipertensão Arterial Sistêmica.

TIPIFICAÇÃO DA TRANSMISSÃO SEXUAL DO HIV*

*Trabalho realizado no âmbito do Projeto de Pesquisa “HIV/AIDS sob a perspectiva do Direito: aprendizados e desafios”

SOUZA, Fernanda Brant ¹; SOUZA, Rodolfo Ribeiro ²; OLIVEIRA, Rodrigo Ailton Lima ³; CARDOSO, Carla Graciele ⁴; MENDES, Pedro Jomar Santos ⁵; CERQUEIRA, Marília Borborema Rodrigues ⁶; SILVA, Leandro Luciano da ⁷

¹ Discente da Unimontes; ² Discente da Unimontes; ³ Discente da Unimontes ; ⁴ Discente da Unimontes; ⁵ Aluno do Colégio Tiradentes; ⁶ Docente da Unimontes; ⁷ Docente da Unimontes e da FIPMoc

Introdução: Há no ordenamento jurídico brasileiro controvérsias sobre a tipificação da transmissão sexual do vírus HIV, em que se discute se a conduta do pessoa que vive com o vírus HIV/AIDS (PVHA) se adéqua a algum dos dispositivos penais, quais sejam, arts.121; 129, §2º, II, ou 131 do Código Penal Brasileiro (CUNHA,2014). Faz-se necessário analisar os posicionamentos existentes, inclusive o jurisprudencial, e discutir o nexu causal da transmissão e os meios de prova da contaminação pelo HIV. **Objetivos:** O presente trabalho visa abordar a aplicação da lei penal na transmissão sexual do HIV, e analisar entendimento acerca da matéria pelo Supremo Tribunal Federal– STF- e do Tribunal de Justiça de Minas Gerais– TJMG. **Método:** O método utilizado foi o descritivo, com análise de acórdãos nos sítios eletrônicos do STF e TJMG, com inserção do termo “HIV” na plataforma de busca *online* desses tribunais. Houve também estudos de conteúdo da tese “Criminalização da Transmissão Sexual do HIV: uma abordagem bioética” apresentada à Universidade de Brasília. **Resultados:** No processo de levantamento de acórdãos nos sítios eletrônicos citados foram encontradas três decisões judiciais sobre a matéria de transmissão sexual do vírus HIV, sendo uma oriunda do STF e duas do TJMG. Em apreciação do Habeas Corpus 98.712 SP no ano de 2010 pelo STF, os ministros não chegaram a um acordo sobre a tipificação da conduta do Réu que mantinha relações sexuais com parceiras sem uso de preservativo e sem as informar do seu estado clínico. O enquadramento penal foi deixado para o juiz comum competente. E nos casos da justiça de Minas Gerais (Apelação Criminal 1.0000.00.342300-1/000 ano de 2003 e Recurso em sentido estrito 1.0525.06.093770-9/001 ano de 2008) o Réu do primeiro processo foi condenado por lesões corporais gravíssimas e o Réu do segundo foi denunciado por tentativa de homicídio, e será julgado por Tribunal do Júri. Nos casos em apreço fica evidenciado que não há posicionamento consolidado sobre como tipificar a transmissão sexual do HIV. Importante demonstrar que para a criminalização do agente que transmite o HIV de forma não acidental é preciso se ater ao nexu causal entre sua conduta e o conseqüente resultado oriundo, ou seja, a efetivação da transmissão do vírus HIV à vítima. Nesse sentido, segundo RT 514/329, 618/304, é necessário o exame no acusado para comprovação de que foi ele o responsável pelo acometimento da contaminação pelo vírus à vítima (CUNHA,2014). O método para essa comprovação de responsabilidade pela transmissão do vírus atualmente mais utilizado é o da análise filogenética do HIV tanto do transmissor quanto da vítima, visando evitar injustiça na condenação do acusado. **Conclusão:** Não há tipo penal específico que trate da transmissão via sexual do vírus HIV, porém essa transmissão constitui crime pelo direito brasileiro, conforme dados jurisprudenciais. Porém, estes dados são parciais, e o aprofundamento será realizado no âmbito do projeto de pesquisa “HIV/AIDS sob a perspectiva do Direito: aprendizados e desafios” em desenvolvimento pelos Departamentos de Direito e Economia da Universidade Estadual de Montes Claros.

Palavras-chave: Transmissão sexual do HIV. Criminalização. Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. Análise Filogenética.

REFERÊNCIAS:

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus 98.712, São Paulo. Relator Ministro Marco Aurélio. Publicado em: 17/12/2010. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=617972>> Acesso em: 14 abr. 2016, às 16h10min.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal**. 6.ed. Salvador: JusPodivm, 2014.147 p.

GODOI, A. **Criminalização da transmissão sexual do HIV**: uma abordagem bioética. 2013. 270 f. Tese (Pós-Graduação em Bioética) – Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Apelação Criminal 1.0000.00.342300-1/000; 3423001-61.2000.8.13.0000. Relator (a) Des.(a) José Antonino Baía Borges. Publicado em: 25/11/2003 Disponível em:

<<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0525.06.093770-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>>. Acesso em: 15 abr. 2016, às 10h15min.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Rec. em Sentido Estrito 1.0525.06.093770-9/001; 0937709-77.2006.8.13.0525. Relator (a) Des.(a) Des.(a) Antônio Armando dos Anjos. Publicado em: 13/06/200. Disponível em:

<<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0525.06.093770-9%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar>>. Acesso em: 15 de Abril de 2016, às 16h40min.

TIPOS DE MODAIS MAIS UTILIZADOS NA MINERAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO NO BRASIL

MACIEL Caio Renan Costa*; BARBOSA, Hellen Nadir Silva*; PESSOA, Jeferson Fernando Gonçalves*; SANTOS, Natalia Lopes Dos *; ALVES, Larissa Nayara Santiago*; MAYNART, Matheus Neves*; NASCIMENTO, Pedro Candido**.

*Discente do curso de engenharia de minas das FIPMOC. **Docente das FIPMOC

O minério de ferro é utilizado nos mais variados ramos, desde produtos de alta tecnologia aos mais simples que estão presentes no dia a dia, além disso, contribui para o desenvolvimento econômico do país. Ele é encontrado na natureza na forma de rocha do qual é possível obter o ferro metálico sobre os óxidos como magnetita, hematita e em carbonato como a siderita, sua extração é feita por mina a céu aberto e subterrâneo. O objetivo deste estudo foi expor de forma científica, um modal de transporte economicamente viável, sustentável e seguro, visando à melhoria na segurança ambiental e humana. A pesquisa enquadra-se no tipo qualitativo exploratório e bibliográfico. Foram feitos estudos em artigos dos últimos quatro anos, os quais abordavam os modais de transporte dutoviário e ferroviário de minério de ferro. O presente estudo mostrou-se os seguintes resultados: O transporte ferroviário possui um alto investimento na implantação das vias, instalação das oficinas, equipamentos específicos de carga e descarga de porto, dificuldades ambientais na sua construção tornando-o um modelo inviável. Já o dutoviário possui operação mais eficaz, segura e de baixo impacto ambiental na sua implantação tornando-o economicamente viável. Concluiu-se que o transporte mais adequado é o dutoviário, uma vez que possui características como: baixo custo operacional, transporte de grandes volumes em longas distâncias, independente de mudança no clima, apresenta melhor modelo sustentável, tornando-o assim economicamente viável mesmo possuindo alto valor na sua implantação.

Palavras-chave: Minério de ferro. Modais de transporte. Dutoviário e ferroviário.

UMA ANÁLISE DO SUICÍDIO SOB O PONTO DE VISTA DE ÉMILE DURKHEIM

CRUZ, Lucas Milton Prates¹; PEIXOTO, Leticia Fabianne Rodrigues¹; ROCHA, Víctor Manoel Viana Dutra¹; RAMOS, Fernando Henrique Fagundes¹; SILVA, Débora; TORRES, Vânia²; TEIXEIRA, Regina Célia Fernandes²
1Discente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Para Émile Durkheim, Suicídio é toda morte provocada direta ou indiretamente por um ato positivo ou negativo em que a própria vítima seja precursora desta, e que ela saiba o resultado que será provocado – entende-se por ato positivo: dar em si mesmo uma facada; e por ato negativo: a recusa em se alimentar levando ao óbito por fome. **Objetivo:** Analisar o fenômeno do suicídio na vida coletiva durante a modernidade, com base no pensamento de Durkheim. **Método:** Empregou-se a técnica qualitativa, exploratória e bibliográfica. **Resultados:** Em suas pesquisas e análises da sociedade, Durkheim refuta as interpretações sobre as causas que levam ao autoextermínio estabelecidas na época, como a atribuição a problemas psicológicos e psicopatológicos, bem como sua correlação com a predisposição genética, além de desconsiderar o suicídio como fenômeno de imitação. Diante suas análises, Durkheim distingue três tipos de suicídio, sendo eles: o *suicídio egoísta*, que são marcados pelo isolamento ou enfraquecimento dos laços dos indivíduos em relação a uma instituição social integradora (casamento, religião, família); o *suicídio altruísta*, que ocorre não pela ausência de integração do indivíduo pela sociedade, e sim pela intensificação da relação indivíduo-sociedade; o terceiro tipo classificado por Durkheim é o *suicídio anômico*, que segundo a teoria durkheimiana é o mais característico da sociedade moderna, pois segundo essa classificação, o suicídio é causado pela falta de regulação social, bem como fatores econômicos e políticos. **Conclusão:** Tendo como base os estudos realizados por Durkheim, verificou-se que a influência da sociedade é o principal fator que leva ao suicídio, segundo teoria apresentada por Durkheim, a mecanização das relações sociais entre os indivíduos fragiliza a sociedade e propicia um comportamento individualista, gerando posteriormente uma conduta suicida do indivíduo afetado.

Palavras-chave: Suicídio. Individualismo. Relações sociais. Sociedade.

USO DE REGRESSÃO LINEAR PARA INVESTIGAÇÃO DE BAIXO RENDIMENTO DE LOTES PRODUZIDOS EM UMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

BATISTA, João Cláudio Pinheiro¹; FILHO, Pedro Cândido do Nascimento²
1Docente das FIPMoc; 2Docente das FIPMoc

Introdução: Aplicação de um modelo de regressão linear para otimizar a produção de insumo farmacológico em uma linha de produção **Objetivo:** Compreensão da perda da estabilidade do processo e aumento do rendimento médio dos lotes produzidos. **Método:** Foi utilizado a aplicação de um modelo de regressão linear, utilizando os dados históricos da produção em anos anteriores para estabelecer uma relação de causa e efeito para compreensão dos resultados de baixo rendimento apresentado no período do estudo. Além do modelo de regressão linear utilizado, outras ferramentas estatísticas foram utilizadas na busca de variáveis estatisticamente significante para estabelecer o modelo de regressão linear que melhor representasse o cenário atual do estudo. **Resultados:** Após a determinação do modelo de regressão linear que explicasse os melhores resultados obtidos na análise dos dados históricos, a configuração de parâmetros estatisticamente significantes determinado pelo modelo proposto foi inserido na rotina de produção. A média de produção por lote era de 17,84 UE/mL anterior ao estudo realizado. A média obtida pela análise dos dados históricos foi de 23,45 UE/mL. Após inserir a nova configuração de parâmetros na linha de produção, a média obtida foi de 25,08 EU/mL. O modelo de regressão linear indicou que 70% dos bons resultados encontrado nos dados históricos eram explicados pelas variáveis pH durante determinada fase do processo de produção. **Conclusão:** Através da aplicação de estatística para elaboração de um modelo de regressão linear, foi possível alcançar um aumento

de 29% no rendimento médio dos lotes produzidos. Além do aumento no rendimento, foi possível identificar a causa do baixo rendimento dos lotes produzidos.

Palavras-chave: Regressão linear. Modelagem matemática. Análise estatística.

VEÍCULO AUXILIANDO NA EXPLORAÇÃO DE MINAS

OLIVEIRA, Adrienne Nunes¹; FERREIRA, Antônio Ivo¹; SIRQUEIRA Caíque Araújo¹; SILVA, Flávia Karolayne Costa¹; SICUPIRA, Ismael Pinheiro¹; ROCHA, Jorge Henrique Sales¹; ROCHA, Olliver Christopher¹; BOTELHO, Thierry Wilker Silveira¹; NUNES, Victor Menezes¹; COSME, Edmar Alves²

¹Discente do 3º Período de Engenharia Mecatrônica – FIPMoc. ²Docentes do 3º Período de Engenharia Mecatrônica – FIPMoc

Há na história diversos relatos de acidentes ocorridos em minas e cavernas, como por exemplo, o acidente ocorrido na mina de San José, no Chile, que soterrou 33 mineiros. Tanto em minas ou cavernas grandes, quanto nas pequenas, há grandes índices de acidentes, porém a sua incidência em minas menores é maior. (ANDRADE; ANDRADE, 2012). Portanto, o projeto foi desenvolvido, tendo como principal intuito, evitar falhas humanas no processo de mineração e amenizar o risco e a incidência de acidentes em locais como minas e cavernas, visto que estes também podem ocasionar em ações judiciais contra a própria empresa mineradora. Para tanto serão desenvolvidos um chassi com duas placas de aço, a primeira camada para acoplamento de motores e baterias e a segunda camada para sustentar o circuito responsável pelo controle e a comunicação, em que o controle será composto pelo Raspberry Pi, Arduino (ambos microprocessadores que são o controle do veículo) e a comunicação com o Bluetooth com a interface Android, foi desenvolvido um aplicativo para o controle do veículo e a comunicação pela câmera WebCam, acoplada por um suporte no chassi, e a placa Raspberry que possibilita a visualização dessa imagens a distância. Planeja-se montar um veículo autônomo que tenha a função de obter imagens e vídeos e mapear cavernas e minas em tempo real utilizando conexão bluetooth/celular e uma câmera WebCam com a plataforma Raspberry PI, afim de tornar essas funções mais seguras, confortáveis, facilitadas e que evite a possibilidade de falhas humanas. Conclui-se, então, que o veículo pode facilitar, segurar e evitar falhas humanas no processo de mapeamento, pode trazer tranquilidade e confiança ao manipulador, trazendo benefícios as empresas para que tenha menos riscos de sofrer processos, pois a mesma é culpada pelos riscos no trabalho e propiciar mais conforto, facilidade e segurança ao manipulador.

Palavras-chave: Sistema Embarcado. Exploração. Minas.

REFERÊNCIA:

ANDRADE, Diogo R. S.; ANDRADE, Douglas R. S. Acidente na mina de San José/Chile em 2010. Disponível em: <<http://zondatec.blogspot.com.br/2012/09/acidente-na-mina-de-san-jose-chile-em.html>>. Acesso: 29 out. 2015.



www.fip-moc.edu.br

(38) 3214-7100

Prof. Aida Mainartina Paraiso, 80
Ibituruna - Montes Claros - MG

